

Osmar Moreira dos Santos
Organizador

Arquivos, Testemunhos e Pobreza no Brasil

Arquivos,
Testemunhos
e Pobreza
no Brasil



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Reitor

José Bites de Carvalho

Vice-Reitora

Carla Liane N. dos Santos



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Comitê Editorial

Arthur Gomes Dias Lima

Isaura Santana Fontes

Maria da Glória da Paz

Marcus de Almeida Gomes

Sandra Regina Soares

Suplentes

Paulo César Garcia

Emanuel do Rosário Santos Nonato

Ana Paula Silva da Conceição

Ivan Luiz Novaes

Ricardo Baroud

OSMAR MOREIRA DOS SANTOS

Organizador

Arquivos, Testemunhos e Pobreza no Brasil

Salvador
EDUNEB
2016

© 2016 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil em 2016.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Ricardo Baroud

Coordenação de Design e Capa

Sidney Silva

Diagramação

Rodrigo C. Yamashita

Revisão textual

Olga Belov Moreira e Edna Viana Soares

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Arquivos, testemunhos e pobreza no Brasil/ Organizado por Osmar Moreira dos Santos. – Salvador: EDUNEB, 2016.
300 p.: il.

ISBN 978-85-85813-11-6

1. Arquivos e arquivamento. 2. Memória e história. 3. Pobreza – Brasil. I. Santos, Osmar Moreira dos. II. Título.

CDD: 025.1714

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Para Wander Melo Miranda,
Professor e artista da teoria literária comparada.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira, Jailma Pedreira, e à minha filha de 3 anos, Luana Lenina, ambas por ditarem a poesia de minha produção científica.

Ao Prof. Wander Melo Miranda, pelo entusiasmo em coordenar comigo o Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre o Pós-Lit (UFMG) e Pós-Crítica (UNEB). Essa cooperação elevou o status do Pós-Crítica a outro patamar na comunidade científica.

Aos colegas e pesquisadores docentes e discentes que fizeram do Procad entre o Pós-Lit da UFMG e o Pós-Crítica da UNEB um lugar de pensamento crítico-cultural: Eneida Maria de Souza, Maria Nazaré Mota de Lima, Maria Anória de Jesus Oliveira, Edil Silva Costa, Constância Duarte, Jailma dos Santos Pedreira, Reinaldo Marques, Eduardo de Assis, Wander Melo Miranda, Washington Drummond, Anderson Clayton, Evanildes Teixeira, Thainá, Daiane e Ester. Ainda que de longe, devo mencionar a importância dos professores Sandra Goulart, Leda Martins, Maria Ester, Luís Brandão e as equipes que constituem o Acervo de Escritores Mineiros e a Coordenação do Pós-Lit. Sem a convi-

vência diária, direta ou indiretamente, com esse lugar de pensamento, não teria sido possível este livro;

Aos meus colegas e à comunidade do Pós-Crítica, pela alegria e empenho na produção de conhecimento ativo e rizomático. Daqui o laboratório para a revolução das relações entre a universidade e a comunidade subalterna.

Aos meus pais, seu Júlio e D. Sinhôra, por ainda hoje me acolherem como aquele menino que chega de férias;

À PPG, ao Grupo Gestor da UNEB, por levar a sério as minhas críticas e saber dramatizá-las a favor do desenvolvimento da comunidade unebiana. Assim é minha forma de amar a UNEB: criticando-a, quando deve, e mobilizando minha energia criadora e meus livros a seu favor.

Às agências de fomento Fapesb, CNPq, Capes, Finep, não apenas pelos recursos em apoio à criação da infraestrutura de pesquisa do Pós-Crítica, à mobilidade docente e discente, às bolsas de pós-doc., mas principalmente pelas bolsas de IC para as diversas equipes de estudantes que contribuíram com as pesquisas do Núcleo de Estudos da Subalternidade, desde a sua institucionalização, em 2002, no Departamento de Educação do Campus da UNEB, em Alagoinhas.

SUMÁRIO

UM DIREITO À MEMÓRIA E AO EXERCÍCIO DO ESQUECIMENTO	11
<i>Osmar Moreira dos Santos</i>	
ANTROPOFAGIA NOS TRÓPICOS	29
<i>Eneida Maria de Souza</i>	
OS LUGARES DA MEMÓRIA NACIONAL E A POÉTICA DO SAMBA-ENREDO: epopeia cult dos anos 60	39
<i>Murilo da Costa Ferreira</i>	
ARQUIVOS DO POBRE: considerações sobre culturas populares, memórias e narrativas	51
<i>Edil Silva Costa</i>	
O SABER DA LAGOINHA NA NARRATIVA DE WANDER PIROLI	63
<i>Marcelino Rodrigues da Silva</i>	
ARQUIVOS PÚBLICOS E ARQUIVOS DE ESCRITORES: uma comparação	77
<i>Renato Pinto Venancio</i>	
GRAFIA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS E AS GRAMÁTICAS	95
<i>Maria Helena Ochi Flexor</i>	
A LIÇÃO DE ZEFA	129
<i>Reinaldo Marques</i>	
ARQUIVOS: dramas, paródias e performances	149
<i>Washington Luis Lima Drummond</i>	

SE UM ANARQUIVISTA NUM CENÁRIO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE	161
<i>Osmar Moreira dos Santos</i>	
LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM ANGOLA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA: outras histórias (des)arquivadas	195
<i>Maria Anória de Jesus Oliveira</i>	
POR OUTROS ARQUIVOS CULTURAIS: o GT Mulher e Literatura e suas perspectivas para não esquecer o político	243
<i>Jailma dos Santos Pedreira Moreira</i>	
AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONEXÕES/UFBA: entre conflitos e diálogos interculturais	273
<i>Maria Nazaré Mota de Lima</i>	
SOBRE OS AUTORES	297

UM DIREITO À MEMÓRIA E AO EXERCÍCIO DO ESQUECIMENTO

Osmar Moreira dos Santos

Um dos resultados mais expressivos da cooperação acadêmica entre o Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural (UNEB) e o Programa de Estudos Literários (UFMG)¹ é a produção deste livro. Como um ponto culminante de uma série de atividades ao longo de 2012 a 2016, tais como reuniões científicas e seminários em Belo Horizonte e em Alagoinhas; estágios discentes tanto da graduação (um mês) quanto da pós-graduação (dois meses) envolvendo estudantes de Alagoinhas na Faculdade de Letras (FALE) e seu imenso e intensivo circuito de atividades científicas e culturais; missões de docência de professores da UFMG no âmbito do Crítica Cultural, que além de seu corpo docente e discente atraía também pesquisadores de toda UNEB, bem como de outras universidades e centros de documentação da Bahia, devemos, ainda, destacar o Seminário Nacional, homônimo, realizado no Centro de Convenções da Pousada Casa do Forte na Praia do Forte, Litoral Norte da Bahia, no período de 5 e 6 de setembro de 2013.

Nesse seminário estiveram presentes pesquisadores e representantes de instituições arquivísticas como o Centro de Estudos Euclides

1 Projeto Arquivos literários e culturais: representações e políticas do valor, aprovado através de Chamada Pública MCT/CNPq/MEC/CAPES - Ação Transversal n. 06/2011 - Casadinho/Procad, inscrito sob nº 552619/2011-6.



da Cunha (CEEC – UNEB/BA) através do Prof. Manoel Neto, o Projeto Bases para constituição do arquivo literário, artístico e cultural do Amazonas (Universidade do Estado do Amazonas), coordenado pelo Prof. Allison Marcos Leão da Silva, o Centro de Pesquisa Avançada, Documentação Cultural Interdisciplinar e Laboratórios de Produção (Pós-Crítica/UNEB), coordenado pelo Prof. Osmar Moreira dos Santos, Fundação Iraci Gama de Cultura (FIGAM/Alagoinhas), pela Profa. Iraci Gama Santa Luzia, Fundação Pedro Calmon, pela Profa. Maria de Fátima Froes (UFBA), Arquivo Público da Bahia, pela Profa. Maria Teresa Matos (UFBA), Documentos da Memória Cultural (UFBA) representado por alguns mestrands, O arquivo literário afro-brasileiro, configurações e desafios, coordenado pelo Prof. Eduardo de Assis Duarte (Pós-LIT/UFGM), Arquivos de educação literária afrodescendente, pelo Prof. Murilo da Costa Ferreira (Pós-Crítica/UNEB), Acervos de escritores mineiros da UFGM, representado pelos Profs. Eneida de Souza, Wander Melo Miranda, Eduardo de Assis, o Sistema de Arquivos Institucionais Gerais da UFGM, coordenado pelo Prof. Renato Pinto Venancio, o projeto Tupi guarani como arquivo em ruínas e lugar de reinvenção da alteridade, pelos integrantes do Núcleo de Estudos da Subalternidade (Pós-Crítica/UNEB) e o Arquivos NAWAKA - Núcleo de Artes Matriz, então representado pelo Artista plástico LithoSilva (Alagoinhas).

A questão crucial que atravessou os estudos acadêmicos e a que sempre se definiu como uma missão dessas instituições arquivísticas foi o direito à memória: não apenas para os cidadãos que vêm há muito lutando para que o Estado cumpra com o seu dever de tornarem acessíveis as informações sobre a memória da vida social, política, cultural e estética, mas, principalmente envolvendo aquelas populações de índios, de negros, de mulheres, de homossexuais que foram e têm sido despejadas de sua língua, cultura, território e de sua própria identidade.



Por que inviabilizar a memória de si, do outro e da comunidade, é sempre um dispositivo do poder reativo? Ou ainda, por que o excesso de memória é pior que a sua ausência? Mobilizando essas duas questões, existiria alguma similitude entre o sistema de comunicação do período colonial na Bahia, metonimizado pela Torre do Castelo Garcia d'Ávila – com seus fachos ou almenaras conectados aos de Jacuípe, Abrantes, Itapoã, Rio Vermelho e Santo Antônio da Barra – com os atuais *data centers*, que constitui a base do sistema contemporâneo de controle, inclusive através das redes sociais? Ou o gesto de Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda ao mandar incendiar os arquivos da escravização dos negros no Brasil, se constituiria, ironicamente, num gesto institucional a favor dos desmemoriados?

Os argumentos a favor do gesto de Rui Barbosa atuam em duas frentes, a primeira é a de que não se tratava de todos os documentos da escravização acima mencionada, mas apenas “livros de matrícula, de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos que se encontravam nas repartições do Ministério da Fazenda” (LACOMBE; SILVA; BARBOSA, 1988, p. 11); a segunda, como desdobramento da primeira, a queima de “comprovações de natureza fiscal” implicou uma forma de o Estado se proteger de ex-proprietários de escravos que poderiam ser beneficiados por uma nova lei aprovada e, assim, solicitarem indenizações do Estado por terem perdidos esses “bens”. Esse gesto, aparentemente solidário e comprometido com a causa abolicionista do Ministro da Fazenda, indica, também, a ponta de um iceberg: do despacho do Ministro em 14 de dezembro de 1890 à circular de 13 de maio de 1891, retroagido à primeira metade do século XVI,² quantos recibos de compra e venda de homens e mulheres escravizados (a)s teriam sido incinerados? Ou ainda, quais os traços e marcas da força de trabalho escravo poderiam, ainda, reconstituir a imagem da riqueza produzida no

2 É evidente que o Brasil, como colônia de Portugal, não dispunha de autonomia jurídico-política até a sua independência em 1822 para, por força dessa autonomia, dispor de um Ministério da Fazenda, mas, com certeza, dispunha de instituições similares para instituir recibos e documentos dessa natureza comercial.



Brasil e que fora extorquida, tanto ao longo do período colonial, quanto durante a monarquia? Se o gesto do Ministro indica um temor do próprio Estado, e sua forma republicana no Brasil, de sucumbir à horda dos “inde-nezistas” e seus representantes no parlamento, então quem manda no Estado, a sociedade civil organizada, através de seus representantes no poder legislativo, executivo e judiciário, ou o capital?

A esse recibo de compra e venda, encontrado na Wikipedia³ e comum em todos os museus, centros de memória sobre povos escravizados:

Eu abaixo assinado declaro que tenho vendido a fulano(a) *de tal* hum escravo de nome *tal* da nação *tal* com todos os seus vícios e achaques novos e velhos tal e qual e pela quantia *de* que recebi em tanta notas *de* e desembaraço de penhoras e hypothecas e obrigando me a fazer boa (sic) venda para sempre ficando o dito *fulano* comprador a pagar a. (grifo nosso).

contrapomos este livro *Arquivos, testemunhos e pobreza no Brasil* que, além de uma exposição metafórica e estético-política dos documentos incinerados por Rui Barbosa, debateremos alguns dispositivos que formam e conformam os sistemas de comunicação e controle e que podem fazer dos arquivos uma espécie de tentáculo do capital e seu manancial de misérias, e não o contrário: a superação dessa tragédia e a consequentemente emancipação da humanidade.

Assim em **Antropofagia nos trópicos**, Eneida de Souza elege o corpo negro, sob um viés antropofágico, para nos apresentar a modernidade vernacular e a riqueza do pobre em nações periféricas como o Brasil. A pobreza no Brasil seria incontornável se continuássemos elegendo como origem o índio travestido de cristão e figurado como se fosse um cavaleiro medieval. É com Macunaíma, de Mário de Andrade, que essa rasura radical da origem vai se dar, além de facultar o agenciamento de uma outra lín-

3 Informação de domínio público disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escravid%C3%A3o_no_Brasil>.



gua cultural em condições de se conectar com o mundo da diáspora negra. O negro no Brasil, como um lugar ontológico, de exteriorização do exterior não só desloca o índio, como interiorização do exterior, estabelecida pelo próprio modernismo, mas permite estabelecer outros parâmetros de distanciamento tanto para se pensar a si mesmo, para se pensar o índio, bem como para se pensar o europeu. No corpo negro, então, estariam os traços e marcas de uma cultura diaspórica e transnacional e, ao mesmo tempo, o lugar de afirmação de ancestralidades e da traição da memória imposta pela economia simbólica e material da escravidão.

Essa “pegada” crítica é levada adiante em **Os lugares da memória nacional e a poética do samba-enredo**: epopeia *cult* dos anos 60, por Murilo da Costa Ferreira, que além de um mapa das comunidades negras do Brasil formadas depois da abolição dos escravos com a lei Áurea de 13 de maio de 1888 ainda descreve a função das escolas de samba na construção da narrativa da nação e do lugar do povo negro ou mesmo da multidão diaspórica na dramatização da problemática que envolveu e tem envolvido o atlântico negro. A partir das instalações de artistas como Hélio Oiticica, por exemplo, temos uma quebra da linha reta da história do ocidente, tanto para a afirmação das historicidades proliferadas pela poética do samba-enredo quanto para a construção de um outro destino do povo negro no Brasil e nas Américas, encarado, pelo autor do artigo, como uma epopeia *cult* por vir.

Já no artigo **Arquivos do pobre**: considerações sobre culturas populares, memórias e narrativas, Edil Silva Costa além da arte e performance como elemento estruturante das narrativas e contos, ainda mapeia alguns dispositivos de memória criados por narradores e artistas populares. A tradição popular, que também, é uma máquina de traição dessa memória imposta pelo ocidente branco e burguês, se configura, pelo olhar da crítica cultural, como um desfazimento e refazimento, permanente, dos enigmas que recobrem a expressão das comunidades pobres



e subalternas nos seus dilemas e embates cotidianos. Além de seu corpo e performance, caixas de sapatos, baús, gavetas, fendas nas paredes, nos tetos e pisos das casas, entre outros, podem constituir-se em arquivos de pobres como lugar de resistência e de criação frente às violências epistêmicas instauradas e legitimadas pela modernidade em sua versão histórica, filosófica ou estética.

Encenando uma dessas ruínas da modernidade, em suas várias versões, em **O saber da Lagoinha na narrativa de Wander Piroli**, Marcelino Rodrigues da Silva descreve o compromisso estético de um escritor “menor” com aqueles que são despejados de suas casas, de seus barracões, de suas favelas, para darem passagem ao progresso e seu rolo compressor. Os bêbados, prostitutas, loucos e mendigos que resultam desse “progresso” e que tomam ruas da Belo Horizonte dos anos de 1980 são também um recorte metonímico e que apontam para outras ruas e avenidas que atravessam vários países. Nesse caso, o assumidamente pobre é o escritor que veste a roupa do pobre, como se achada no lixo, e mastiga continuamente o pão que o diabo amassou.

São os arquivos de escritores desse quilate que estariam sendo instituídos em universidades, a bem do arquivo público, conforme o artigo **Arquivos públicos e arquivos de escritores**: uma comparação, de Renato Pinto Venancio. A instituição do arquivo público, como conhecemos, é uma invenção da modernidade política e econômica e, como tal e para fazer jus ao lema liberdade, igualdade e fraternidade, seria uma criação da sociedade civil organizada para obrigar o Estado a prestar contas à sociedade, a tornar transparente o seu funcionamento como instituição de direito público. Considerando os escritores como homens públicos, seus arquivos, antes da ordem do privado, poderão ser assumidos pelas instituições públicas a fim de que suas tarefas na preservação, questionamento e efetivação do lema, acima mencionado (liberdade, igualdade e fraternidade), possam continuar seu movimento a favor da emancipação das sociedades humanas.



Mas a instituição do arquivo público e suas coleções constituem acervos, muitas vezes, de difícil acesso, dada à complexidade de seus códigos conforme o artigo **Grafia de documentos históricos e as gramáticas**, da paleógrafa Maria Helena Ochi Flexor. Um dos códigos mais difíceis de serem decifrados ou editados para a leitura de pesquisadores são a grafia de documentos do início da história da língua, portuguesa, por exemplo, que datam de quase um milênio ou mesmo a grafia de documentos de todo o período colonial, sobretudo por não haver ao longo desses séculos um padrão normativo universal definido por acordos gramaticais. Em seu texto, uma sistematização gramatical para facultar um novo ordenamento dessa grafia só veio se dar no século XX no Brasil, uma vez que a criação de universidades no país foi inviabilizada ao longo de mais de 4 séculos. Temos, aqui, portanto, uma imagem da complexidade dos arquivos, seus acervos, seus arcontes e seus decifradores de códigos. Não basta a educação de todos para a leitura e escrita em língua portuguesa contemporânea, mas, para a entrada nos arquivos, é preciso uma avançada formação para a edição crítica de textos, com seus roteiros de leitura e interpretação.

Como um organizador, pesquisador e teórico dos arquivos literários, em **A lição de Zefa**, Reinaldo Marques nos surpreende não apenas pela demolição do espírito do pesquisador (o seu próprio) deslumbra-do pelas fontes primárias e em busca das origens perdidas, ou ainda por eleger uma artista popular à categoria de teórica e organizadora de um arquivo a partir da colagem, nas paredes e teto de seu atelier, de personagens populares e *popstars* nacionais e internacionais, mas nos surpreende principalmente por ter feito reverberar seu aprendizado (com Zefa) nas práticas teóricas e científicas concernentes aos estudos arquivísticos. Ao perambular pelo arquivo, sua palavra chave é anarquivá-lo, ou seja, demolir qualquer solenidade pelas origens, seja ao lidar com um texto já editado e aberto às interpretações ou interpretações das interpretações, seja no estabelecimento da edição crítica e seu meticuloso trabalho de



confrontar as versões, reunir pistas, fragmentos e marcas. Sem se perguntar, nesse percurso, pela relação entre palavra e coisa – por mais fragmentada e estranha que seja a “palavra”, por mais inapreensível que seja a coisa e sua coisicidade – quem se manifesta, qual sua relação com a rede de saber e de poder e qual o sentido de tudo isso numa dada localidade do pensamento, não teremos como reconstruir nossas noções de cidadania para se estabelecer outros usos e funcionamentos dos arquivos.

Sem anarquia, o arquivo não terá futuro, ou melhor: o ser humano terá sua vida controlada absolutamente e, com isso, não haverá linhas de fuga para a resistência e a criação mobilizando dispositivos da memória. Assim, é a partir das pesquisas radicais de Michel Foucault, George Bataille e Pierre Klossowski que, em **Arquivos: dramas, paródias e performances**, Washington Luis Lima Drummond mostra porque a história de vida dos homens infames subverteria a ordem, bem ordenada, dos arquivos, bem como não cairia bem deformar toda e qualquer forma de representação constitutiva dos seus acervos. Acreditando que essa tática terrorista de encarar os arquivos talvez esteja superada pelas novas figuras do arquivo – os *data centers* e suas versões de bolso – o autor acaba por sugerir que se os “ip’s” de nossos computadores e celulares, entre outros apetrechos tecnológicos, podem estar sob a mira dos novos e tenebrosos arcontes então por que não mobilizarmos outros manuais de guerrilha a partir de um deslocamento e disseminação do pensamento de figuras do quilate de Bataille, Foucault, Aganbem?

Em outro artigo **Se um anarquista num cenário de vigilância e controle** parte-se da hipótese de que se cada indivíduo é, em potencial e se o Estado desejar, um centro de documentação, com seus dados desde os batimentos cardíacos intrauterinos, e que esses dados podem, por força de lei, estar disponíveis ao despotismo e à cultura da barbárie e sua biopolítica reativa, então em vez de exposição e visibilidade desenfreada é necessário e urgente repensarmos uma política do enigmático, do esconde-escon-



de, além de, a exemplo de grandes autores do século XX (Kafka, Borges, Oswald de Andrade, Gilles Deleuze, Ítalo Calvino), continuarmos o mapeamento dos grandes dispositivos arquivísticos e de controle da memória. Não basta destruir ou deformar as representações existentes nos arquivos, mas avaliando os dispositivos de anulação e enfraquecimento da memória individual, coletiva, comunitária, refazer a forma dos jogos e das combinações caleidoscópicas através de outras pedagogias libertárias.

Nessa linha de uma pedagogia libertária, temos o artigo **Literatura infantil e juvenil em Angola no pós-independência**: outras histórias (des)arquivadas de, Maria Anória de Jesus Oliveira. O radical no texto não é apenas por enfatizar a política literária para crianças e jovens num país africano que acabara de sair de sua luta armada e empreender, por suas próprias forças, a sua descolonização política e, ao mesmo tempo, a sua autodeterminação jurídico-política, mas como a experiência e memória da diáspora negra tem sido decisiva na construção dessa política literária. Assim, é a tessitura da ambivalência que tem dado o tom ao combinar ancestralidades com cosmopolitismo diaspórico, identidades negras sem perder de vista as afirmações de gênero, o lúdico do universo das crianças com a responsabilidade de reconstrução da memória das comunidades, o estabelecimento, enfim, de um Estado independente capaz de, através da união de seus escritores, encenar um devir negro do negro.

O artigo **Por outros arquivos culturais**: o GT Mulher e Literatura e suas perspectivas para não esquecer o político, de Jailma dos Santos Pedreira Moreira, mostra que para a construção de um devir mulher da mulher não só é necessário construir uma rede de ativistas sobre a questão, bem como, inventar os dispositivos para desmontar as representações patriarcais e falocêntricas e, ao mesmo tempo, estabelecer os mecanismos de gestão e autogestão desses dispositivos. E vai além: para não esquecer a política é necessário também ocupar o Estado e fazê-lo funcionar a favor e com a sociedade civil organizada. Se, no caso do Brasil, apenas 10% do



dinheiro em circulação está na mão do Estado e 90% na mão do mercado e do capital, além de ocupar o Estado, criar, em paralelo, uma série de dispositivos (editoras, bibliotecas comunitárias, formas de distribuição alternativa de livros etc.), é preciso, também, fazer dos objetos de consumo uma forma de an-arquivar.

Nessa linha de reflexão, o último artigo **Ações afirmativas no Conexões/UFBA**: entre conflitos e diálogos interculturais, de Maria Nazaré Mota de Lima, mostra como, através de um viés das ações afirmativas, ser possível evitar uma segunda dizimação (a primeira foi a experiência da escravidão e seus navios negreiros) – pelo capital – da população negra e jovem que, em vez de exposta à barbárie, ao assassinato em série, aos presídios superlotados e desumanos, ser estimulada a pensar e a construir sua própria cidadania. Mas adianta que, com os parâmetros do senhor de escravo e sua lógica da escravidão, nenhum pensamento livre e libertário é possível. Por isso é preciso descolonizar, também, as formas e os modos de pensar. Os estudantes do Conexões, em assembleias de *communards*, além de decidirem, no interior da universidade, o que é possível anular desse aparelho reacionário, realiza, ainda, o impossível através de trabalhos comunitários junto com as populações negras, ainda fora das estatísticas de um dia frequentar esse modelo de universidade.

Dito isto, podemos vislumbrar, através da fumaça e do fogo nos documentos de compra e venda de escravos incinerados por Rui Barbosa, uma economia simbólica e material envolvendo a escravidão dos negros, que remonta ao século VIII, e existente mesmo entre os negros de vários países da África. Mas há uma diferença incontornável entre a forma e função da escravidão entre os negros, na África, e por eles mesmos, e a forma e a função da escravidão com a emergência do capitalismo, a partir do século XVI. A primeira exposição de documentos, do século VIII ao final do século XV, se testemunha sobre formas de escravidão de negros empreendida pelos negros, por outro lado, não implica



uma organização sistemática que desqualifica o homem e mulher negra como seres humanos. A partir do século XVI, e com a modernidade, em sentido histórico, com as grandes navegações e a ocupação europeia de vários continentes, a forma e a função da escravidão do homem e da mulher negros mudam radicalmente.

Ainda que nas últimas duas décadas do século XX, haja uma tendência interpretativa de encarar a escravidão dos negros como um lugar da negociação, em que os negros, nessa empresa escravista, participavam das negociações interpostas pelo vendedor e o comprador ou que, já como propriedade de algum(a) senhor(a) de escravos, negociava, de algum modo, suas condições de trabalho escravo, os inúmeros objetos de açoite, de tortura, de aprisionamento, os inúmeros documentos econômicos (teses, recibos de compra e venda, balanços comerciais, descrição de riqueza materiais transatlânticas etc.) testemunham, ao contrário e mesmo contra a sua vontade, que, a partir da primeira metade do século XVI, no Brasil, por exemplo, e sob pressão das empresas escravistas europeias e de acordo com suas conveniências políticas e econômicas, o conjunto de homens e mulheres escravizados(as) eram tratados, sim, como coisa, como patrimônio comercial, como máquina de engrenagem na produção de mais valia. No Brasil, a empresa da escravidão, ao longo de mais de três séculos, e na ausência de um sistema industrial de fato, confundia o trabalhador negro com uma máquina. Ou ainda pior que isto: o sistema de leitura e interpretação dessa barbárie vem considerando que o paradigma dessa escravidão foi introduzido na África ou pela antropofagia, entre os indígenas, ao aprisionarem seus inimigos capturados em guerras intertribais.⁴

Por isso que, ao incorporar o europeu, num gesto antropofágico, o povo negro no Brasil e na diáspora, levando adiante a antropofagia in-

4 Sobre os conceitos “exteriorizar o interior”, “interiorizar o exterior” e “exteriorizar o exterior”, ver SANTOS, Roberto Corrêa dos. Alguns comentários sobre “Oswald de Andrade ou: O elogio da tolerância racial” de Silviano Santiago, ou: Silviano, Oswald e Nietzsche. Texto apresentado no seminário *Oswald na mira*. Rio de Janeiro: UERJ, setembro de 1989.



dígena (que interioriza o exterior como metáfora, diagnóstico e terapêutica), vai exteriorizar o exterior, como proteção da reserva de mananciais subjetivos e política radical de reparações: se o europeu inventou o cercado para delimitar as propriedades, inventemos, como povo negro, outros cercados para proteger os terreiros, a roda de capoeira, estabelecer pedágios em ruas e favelas; se a ciência europeia inventou o racismo com a retórica (falsa) da raça pura e superior, recuperemos toda a nossa medicina e formas de conhecimento acopladas à invenção e afirmação da beleza *black*; se impuseram, na música, o tonal, engendremos o atonal, o experimental no jazz, o blues como uma poética da dor e do sofrimento. E é nessa linha de exteriorização do exterior que, no Brasil, a escola, de samba, se infiltra como um dispositivo para dobrar a noção de pedagogia e de universalidade. Universalidade em diferença, estética da superfície: o chicote, mas nas marcas do corpo; o gemido de dor e do cansaço, mas nas notas musicais; a energia dedicada a um trabalho sem forma, mas em enunciações e enunciados de reparação e justiça; o racismo e a injúria, mas numa nova historicidade a contrapelo.

E os novos historiadores são os repentistas, trovadores e *rappers*, de ponta a ponta do Brasil. Recolhendo restos e ruínas, deixados pela modernidade que nunca chegou e não para de chegar, além de perguntarem por que tanta barbárie e não o canto que cantávamos, quando se deu o desencontro das civilizações, ainda preserva da morte aquele manancial de riquezas, não expropriável, e que deve paulatinamente ser redistribuída às comunidades na medida em que forem se apropriando de seus territórios linguísticos, culturais e ontológicos.

Mas, e os sistemas de vigilância e controle infiltrados ou sobrepostos a esses movimentos? Os *rappers* não estariam sendo vigiados por seus celulares? Os repentistas, pelas câmeras de segurança dos mercados e feiras livres? Os intelectuais negros, indígenas e de ascendência popular não estariam sendo monitorados pela Plataforma Lattes? Os anônimos,



e seus tutoriais, não estariam sendo devassados pelas novas formas de rastreamento inventadas no Vale do Silício? E se os donos da alta tecnologia descobrirem espaço de habitação humana em outro planeta nesse ou noutro sistema solar e resolverem se mudar para esse novo espaço levando consigo 90% da riqueza material existente, o que fazemos, aqui, em nosso planeta terra, com nossa pobreza a ser dividida por uma multidão?

Os nossos arquivos, aqui agenciados, apontam alguns desvios: 1) a antropofagia, como interiorização do exterior, inspirada na civilização indígena, já nos deu régua e compasso quanto às tarefas de assimilar, selecionar, repudiar para a conquista de autonomia intelectual; diagnóstico dos traumas e aprisionamentos mentais; e terapêutica, a partir de uma ação paralógica e demolidora dos hábitos e representações vinculados à cultura da barbárie e da dominação; 2) a antropofagia, como exteriorização do exterior, inspirada na civilização africana e diaspórica, constituiu-se num novo dispositivo filosófico que aponta para uma retomada do manancial de riquezas ancestrais, preservadas a sete chaves, combinadas com uma política da reparação simbólica e material; 3) todos os ricos, que vestiram a roupa do pobre ou, simplesmente, abandonaram suas riquezas para serem pobres, ou ricos de uma outra maneira, constituiriam, conosco, um outro farol, como no poema escrito em língua indígena abaixo. Com esses desvios usufruiríamos da nossa riqueza propriamente dita.

potyra kwarasy suí osem agwã
uma flor sairá do sol

gwapenum
ondas do mar

gwapenum
ondas do mar

gwapenum
ondas do mar

xe íasy asepiak
eu vejo a lua



nde îasy i
mas não há lua

xe îasytata'y i omãê pe
eu olho para as estrelas

nde xe îasytata'y i
mas não há estrelas

xe mamõã asepiak
eu vejo apenas vagalumes
 nde mamõã resepiak
 você vê apenas vagalumes
 a'ẽ mamõã osepiak
 ele, ela vê apenas vagalumes
 îandé mamõã îasepiak
 nós vemos apenas vagalumes
 oré mamõã rosepiak
 nós (exceto os não índios) vemos apenas vagalumes
 peê mamõã pesepiak
 vocês veem apenas vagalumes
 a'ẽ mamõã osepiak
 eles, elas veem apenas vagalumes

potyra îandé ma'enduar kwarasy
 uma flor sairá do sol
 osem agwã
 de nossas lembranças

gwapenum
ondas do mar

gwapenum
ondas do mar

gwapenum
ondas do mar
(MOREIRA, 2014)

Esse poema, intitulado “potyra kwarasy suí osem agwã”, escrito em língua tupi, acompanhado de sua tradução em português, pelo organizador deste livro, e como um dos resultados da oficina de língua tupi, ministrada pela professora Consuelo de Paiva Godinho Costa da



Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), em maio de 2014, tanto é a abertura de uma série de atividades de um projeto de extensão filiado ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, focando o estudo permanente e regular de língua, literatura e cultura indígena como um projeto piloto de implantação de língua tupi na educação fundamental e média, quanto uma dobra teórica para se pensar o sentido de autobiografia como prática micropolítica e de resistência aos aparelhos de Estado.

Nessa perspectiva, podemos visibilizar no poema um mapa para o trabalho autobiográfico anartista ou anativista indígena ou do pobre em geral, a saber: a evocação das ondas do mar, em seu movimento de irem e virem, e com o sentido de colocarem em cena os restos e os rastros da civilização indígena, tanto retoma a forma teatral indígena de opor a natureza à civilização, quanto mostra o corpo do índio sem imunização ocidental. É através do mar e suas ondas que os índios celebram seu encontro com a natureza, principalmente porque todos os sentidos do seu corpo são ativados: do barulho das ondas à música atonal, do brilho do Sol sobre as águas à potência de ver e de lembrar, do gosto do sal como antídoto às doenças de branco ao cheiro da vida marinha para se tocar a existência em todo seu esplendor.

No segundo ponto do mapa, o sujeito poético que vê a Lua onde ela não existe ou não está, que olha para as estrelas para que se esquivem do seu olhar, esses gestos apontam para a existência de uma liderança indígena, um cacique, um pajé, um curumim, uma matriarca, ou simplesmente a liderança de um artista da existência, um índio, que dá forma a sua existência, a seus modos de vida, a sua prática política a partir, também, dos signos da natureza e não apenas através de suas línguas.

A passagem do sujeito da primeira pessoa, o “eu” poético, para o “tu” ou o “você”, o “ele” e “ela”, o “nós”, como expressão do coletivo indí-



gena, bem com a passagem dessa singularidade para as demais pessoas do plural, em que todos aparecem mergulhados na escuridão iluminada apenas por vagalumes, além de indicar um canto coletivo de uma comunidade que vê na natureza a arqueologia de sua existência e do primado de sua civilização, aponta, ao mesmo tempo, e quando define um “nós” referente aos não índios, o contraste da luz dos vagalumes ao excesso de luz própria da civilização ocidental e sua barbárie. Eis aqui imbricados o terceiro e quarto pontos do mapa.

As lembranças, iluminadas de Sol, das quais brotará a flor da vida comunal, implicam um agenciamento saudável e sem ressentimento dos signos da barbárie ocidental que fez adoecer o corpo indígena ao ser submetido a todos os tipos de doenças e dispositivos de caça, fome, tortura, escravidão, aprisionamento mental e dizimação em massa, bem como, além desse agenciamento, uma ativação dos signos da civilização indígena que lutou com todas as suas forças contra o advento do Estado.

O eterno retorno e vaivém das ondas do mar indicam uma seleção em espiral em que, além de novos encontros entre índios e não índios, num trabalho coletivo e comunal de ativação da memória de uma civilização forte, estabelece o crivo de uma sociedade sem Estado: sem rei, sem despotismo, sem capital para a domesticação dos corpos, sem imperialismo do signifiante, sem vida nua e sem o peso da lei inviabilizando os direitos.

Autobiografias sem essa potência política são apenas outros modos de enredar-se, cada vez mais, na malha do fetichismo etnocêntrico, com seus simulacros e processos de subjetivação.

Esperamos ter constituído um crivo, aqui: a extrema pobreza é o mesmo que vender e comercializar pessoas, como se estas fossem coisas; a extrema riqueza é, sem nunca ter participado desse negócio espúrio, estabelecer, sempre que necessárias, formas e práticas estético-políticas para esconjurá-lo.



Referências

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2010.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DERRIDA, J. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

LACOMBE, A. J., SILVA, E.; BARBOSA, F. de A. **Rui Barbosa e a queima de arquivos**. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 11-26.

NUNES, B. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, O. de. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo; SEC-SP, 1990.

ANTROPOFAGIA NOS TRÓPICOS

Eneida Maria de Souza

Em 1929, Le Corbusier chega à América Latina e planeja algumas obras no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas que ficaram no papel. O modernismo brasileiro já se encontrava na segunda fase, a antropofágica, com o Manifesto de Oswald de Andrade de 1928 e com *Macunaíma*, do mesmo ano. O encontro amoroso/belicoso com a civilização europeia permitiu que se fortalecesse o vigor nacionalista da cultura brasileira, resultante do embate internacionalista. De modo bastante significativo, Le Corbusier encontra nos trópicos inspiração para atenuar as linhas retas e puras da arquitetura moderna, pelo contato não apenas com as curvas e os morros cariocas, mas com a sensualidade da mulher negra.¹ A antropofagia se atualiza de forma metafórica e simultânea ao projeto modernista, quando se reitera a deglutição do estrangeiro pela cultura brasileira. Se a antropofagia oswaldiana retomava o antigo ritual indígena para responder à questão da dependência, o exemplo da sedução geográfica e racial atuando em Le Corbusier – modificando o conceito ocidental e europeu de modernidade – coincidia com o projeto de invenção, com tintas locais, da prosa

1 Em artigo publicado na *Ilustríssima*, Silas Martí refere-se à passagem de Le Corbusier pelos trópicos – e por Buenos Aires e Montevidéu – por ocasião de uma exposição realizada em São Paulo sobre os projetos urbanísticos do arquiteto. As informações contidas no ensaio foram úteis para a elaboração dessas relações entre a modernidade hegemônica europeia e o modernismo – a modernidade periférica aqui produzida.



moderna. Desta vez quem deglute o estrangeiro serão os elementos racial e paisagístico, nas figuras do negro e das curvas dos morros tropicais, propiciando vários retoques na construção moderna da arte arquitetônica. Em carta a Paulo Prado, Le Corbusier manifesta seu entusiasmo pelo encontro com a negra Jandira, por meio do qual valorizará o corpo perfeito da mulher e, como consequência, a nova concepção de sua arquitetura, dotada de traçado perfeito e belo: “Despedi-me do continente, num hotel em Copacabana, com uma tarde inteira de carícias com Jandira, a mulata cujo corpo é belo, puro, delicado, perfeito e jovem.” (MARTÍ, 2012, p. 3).²

A dissolução da racionalidade e do rigor construtivo moderno inscreve a poética narrativa modernista como dotada de curvas e ingredientes mestiços para sua composição. Esta visita completa a de Blaise Cendrars que, em 1924, alerta os modernistas sobre a riqueza “exótica” e primitiva do barroco mineiro, centralizado na figura de Aleijadinho, outro mulato. É importante assinalar nessas descobertas o reconhecimento de que tanto a arte quanto a paisagem e a raça negra distorciam o traçado homogêneo e racionalista de uma modernidade já em fase de mudança. Longe de se ater ao aspecto exótico como pura diferença, o processo antropofágico consegue reativar as trocas transculturais e contribuir para a consolidação da heterogeneidade como força capaz de anular a dominação de saberes ocidentais.

A atuação diferenciada da dança da negra eleita por Mário de Andrade no poema “Carnaval carioca”, e em carta a Drummond, aproxima-se da noção de arte como resultado do convívio com a rua, a festa e o excesso. A negra dançava de forma exuberante e se distinguia dos demais,

2 No Rio, outra mulata, Jandira, tirou o sono do arquiteto. “Isso lembra o racionalismo radical dele, que nasceu na Suíça, um país calvinista onde tudo é reto, puro”, diz o crítico Ronaldo Brito. “Era um cara branco, fazia tudo branco, e aqui se interessa por negras. A primeira coisa que o perturba é a luz brasileira, depois essa coisa livre, cidades deslumbrantes. Ele fica muito tomado pela situação brasileira, seduzido.”



entregando-se toda no gesto de doação e de diferença interpretativa.³ É esta modernidade vernacular e periférica que, na mesma década de 1920 iria seduzir Walter Benjamin quando experimenta o haxixe em Marselha, ao ouvir o ritmo inusitado dos artistas negros e imigrantes tocando jazz. A interpretação acurada de Júlio Ramos sobre esse acontecimento reforça a necessidade de se pensar em múltiplas modernidades, por questionar o franco-centrismo das teorias da modernidade em Benjamin,

[...] centradas na experiência parisiense, modelo frequente, ainda hoje, de teorizações de uma modernidade global (Jameson), que obviamente nem sempre é aplicável a outras experiências da modernidade. [...] Como falar da modernidade sem perder de vista as singularidades múltiplas e divergentes da experiência moderna? (RAMOS, 2009, p. 41).

A ida a Marselha proporcionaria ao filósofo o contato com manifestações periféricas de cultura, o que lhe permitiu articular “o reconhecimento da modernidade desigual, dominada pela interação irreduzível de temporalidades múltiplas.” (RAMOS, 2009, p. 41). O argumento utilizado por Ramos para justificar a descoberta, embora tímida, de Benjamin, dessa vertente da modernidade, estaria na experiência do haxixe, da droga que promove o deslocamento e a passagem do âmbito teórico ao ficcional, ou em suas palavras, ao narrativo. Experiência que se passa no nível do corpo do filósofo, uma das múltiplas formas de se conceber os traços dessa modernidade tardia. Ao se afastar do moderno urbano das

3 “Eu conto no meu ‘Carnaval carioca’ um fato a que assisti em plena avenida Rio Branco. Uns negros dançando o samba. Mas havia uma negra moça que dançava melhor que os outros. Os jeitos eram os mesmos, mesma habilidade, mesma sensualidade, mas ela era melhor. Só porque os outros faziam aquilo meio decorado, maquinizado, olhando o povo em volta deles, um automóvel que passava. Ela, não. Dançava com religião. Não olhava pra lado nenhum. Vivia a dança. E era sublime. Este é um caso em que tenho pensado muitas vezes. Aquela negra me ensinou o que milhões, milhões é exagero, muitos livros não me ensinaram. Ela me ensinou a felicidade.” (ANDRADE, M., 2002).



ruas e passagens de Paris, Benjamin encontra, por acaso, outras manifestações que se distanciavam da civilização moderna e ilustrada:

Ali naqueles becos aos pés dos paredões dos molhes de onde partiam os novos transatlânticos, Benjamin se afasta de Hegel e do alemão de Goethe para celebrar, de maneira tímida, porém firme, a irrupção do ritmo, esse ritmo que lhe invadia como um maravilhoso e estranho dialeto; ali, num pequeno bar cheio de marinheiros do sul, onde tudo (Todo) desapareceu de repente num ruído não de ruas mas de vozes [...] e onde (lhe pareceu) de repente que os marseheses não falavam francês suficientemente bem, e menos mal, sugere Benjamin, porque desses murmúrios surgia a língua nova de uma modernidade distinta, inaudita, incompreensível e bela, inclusive para aquele leitor de Proust e Baudelaire. (RAMOS, 2009, p. 41).

O movimento moderno no Brasil teve, desde a Semana de Arte Moderna, vertentes que se distinguiam quanto ao tratamento dado à tradição. Inicialmente, investindo-se contra ela, ao aspirar ao novo e à ruptura dos valores. A força das vanguardas europeias servia como inspiração para se pensar a arte brasileira como parte integrante da revolução cultural que se processava no mundo. A relação dos modernistas com os movimentos artísticos estrangeiros recebeu tratamento diferenciado conforme o momento e segundo as predileções e desafeitos de seus representantes. O primeiro período, delineado pelo convívio efusivo com a vanguarda – futurismo, cubismo, expressionismo, dadaísmo –, significou o trânsito de técnicas experimentais da Europa, seja por meio da ida de brasileiros aos centros exportadores de cultura, seja pela recepção nacional frente às novidades do exterior. Mário de Andrade, ao longo de sua trajetória literária, sempre negou a filiação ao futurismo, apesar de manter semelhanças quanto a alguns



de seus preceitos e de ter se apropriado, em diversos momentos, da estética cubista e expressionista.

Outro momento modernista, correspondente à segunda fase, contou com a participação dos mesmos vanguardistas de primeira mão, como Mário e Oswald de Andrade, e se voltou para a construção da cultura nacional, sem desprezar os ingredientes estrangeiros. No entanto, outros movimentos modernistas se engajaram na defesa de uma arte nacionalista e verde-amarela, como o Grupo “Verde-Amarelo” ou da “Anta”. Com posições contrárias aos movimentos “Pau-Brasil” e “Antropófago”, reunidos em torno de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Raul Bopp, Alcântara Machado, entre outros, o “Manifesto Nhengaçu-Verde-Amarelo ou Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta” (Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo) criticava o nacionalismo afrancesado de Oswald de Andrade e se colocava como ufanista primitivista e defensor das raízes brasileiras. O tupi passa a ser idolatrado e a anta é eleita símbolo nacional.

A traição da memória, conceito operatório defendido por Mário de Andrade referente aos empréstimos estrangeiros, assim como a antropofagia oswaldiana, representam a saída para a vertente nacionalista, a qual não se restringia à defesa de valores brasileiros em oposição aos europeus, mas se nutria desse diálogo. Em 1924 Oswald de Andrade lança o “Manifesto Pau-Brasil” e em 1928, o “Manifesto Antropófago”. A poesia “Pau-Brasil”, no entender de Oswald de Andrade, torna-se poesia de exportação, uma resposta ao domínio colonial que traduzia o desejo de libertação do verso brasileiro pelo crédito conferido aos valores nacionais. A devoração crítica operada pela antropofagia oswaldiana teve como alvo ultrapassar os limites regionais pela internacionalização da poesia e da cultura brasileiras, por meio do diálogo menos hostil e mais paritário com a cultura europeia. Não é sem razão que entre os ritos populares, o carnaval tenha sido motivo de destaque, por representar a alegria, o ritual, “a dança da raça” e as inversões



sociais, interpretados pelo viés do humor: “A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafrão e de ocre nos verdes da favela sob o azul cabralino, são fatos estéticos.” (ANDRADE, O., 1972, p. 16).

A saída modernista para a questão da transculturação ainda se guiava pela necessidade de devorar o que de bom oferecia a cultura estrangeira, sendo o europeu, o Outro, o inimigo visado para ser deglutido. A relação binária estabelecida entre o Brasil e outras culturas restringia-se basicamente à europeia, ponto central de exportação das ideias vanguardistas do momento. Limitados se tornavam, portanto, os intercâmbios internacionais, ocasionando a ocidentalização da cultura, pela estreita dependência existente entre o Brasil e a Europa. Oswald de Andrade se inspira no quadro de Tarsila, “Abaporu” (“o homem que come”), para batizar o “Manifesto Antropófago”: “Tupy or not tupy, that is the question. [...] Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses.” (ANDRADE, O., 1972, p. 16).

O lado desconstrutor de Mário de Andrade concentra-se principalmente na criação de *Macunaíma*, calcada na revisão do populário nacional e no deslocamento parodístico de dogmas e cânones oficiais. Vampirizando o saber institucionalizado, o livro representa a força revolucionária da aprendizagem em processo, embaralhando os textos da cultura erudita e do imaginário nacional, constituído de lendas, contos populares e mitos indígenas. O esquecimento, tal como se processa na prática recitativa dos rapsodos gregos e dos cantadores nordestinos, propicia a invenção e o improviso. O ato de criar define-se pelo esquecimento de modelos herdados da tradição, pelo jogo astucioso da memória e pela atitude anarquista frente ao arquivo cultural.

A resistência à cultura do trabalho e à ideologia cristã, imposta pelo colonizador à época das descobertas do Novo Mundo, e a opção pelo “exercício da preguiça”, de índole nativa, longe de constituírem resposta



para os “males” da civilização, reforçam o estatuto ambíguo da proposta de Mário de Andrade e de outros modernistas. É inegável que a obra mais importante do modernismo brasileiro é *Macunaíma*, por refletir entre outras questões, o impasse entre a cultura do lazer e a do trabalho, assim como a devoração antropofágica da cultura indígena e da europeia.

Curiosamente, a prosa modernista dos primeiros anos não se aterà à questão da raça negra, mas incidirá na exploração do indígena como símbolo da identidade brasileira, nos seus rituais e modos indolentes de ser. A antropofagia oswaldiana, com a publicação do manifesto e da *Revista de Antropofagia*, tendo Raul Bopp e Antônio de Alcântara Machado como diretor e gerente do periódico, foi magistralmente exemplificada por Mário de Andrade, com *Macunaíma*. Sem entrar na polêmica da época, quando Mário rompe com Oswald e nega ser a obra marcada pelo traço antropofágico, constata-se o drama da civilização indígena sendo tragada pela ideologia do progresso urbano e da cultura estrangeira. Ao procedimento antropofágico, Mário o substitui pelo conceito de “traição da memória” – por não querer se ligar ao projeto de Oswald – em que defende o esquecimento dos modelos estrangeiros como antídoto para se safar da questão da dependência.

Ainda na década de 1920, cria-se em Belo Horizonte a *Revista Leite Criôlo*, bastante controversa e inserida inicialmente no espírito antropofágico, embora tenha apresentado como proposta a temática criôla na constituição da nacionalidade brasileira. O que importa, no momento, é a tentativa de apontar a complexa constituição do ideário modernista, em que são defendidos ora o desapego a definições étnicas como identitárias, ora a defesa entre essencialista e universalista de alguns grupos do modernismo quanto à questão indígena ou negra. Nas palavras de Duarte (2012, p. 41):

[...] a ambiguidade do tratamento dado ao negro em *leite criôlo*, reconhecido ao mesmo tempo como uma das primeiras preocupações do movimento com o tema, con-



trasta com o *topos* firmemente assentado de que o Modernismo teria por marca exatamente a inclusão da herança negra no patrimônio da cultura e identidades brasileiras.

A antropofagia, embora tenha sido alvo de polêmica à época, por razões muito mais pessoais do que de natureza programática, persiste até hoje como conceito operatório de grande eficácia, ainda que tenha sofrido mudanças de ordem histórica e contextual. Carlos Drummond de Andrade e João Alphonsus, cronistas e escritores na Belo Horizonte dos anos 1920, descartaram o movimento antropofágico, sob a alegação de serem contra a obrigatoriedade de temas brasileiros na poesia, por criarem uma “falsa brasilidade”, como expressa João Alphonsus (apud DUARTE, 2012) no último número de *Leite Criôlo*. A desavença dos mineiros com Oswald de Andrade foi tributária de sua inimizade com Mário – além de questões político-partidárias –, o que resultou em prejuízo para o alcance significativo do conceito de antropofagia. Os componentes da revista *Leite Criôlo*, Achilles Vivacqua, João Dornas Filho e Guilhermino César, a princípio simpatizantes do movimento antropofágico, foram aos poucos se distanciando e não concordando com a proposta da *Revista de Antropofagia*. No panorama pluralista da prosa moderna, o embate se processa por meio de temas que privilegiam os ingredientes de uma cultura nacional, sem deixar de lado as relações mantidas com o cenário internacional. A modernização das cidades, a industrialização crescente das grandes metrópoles, a influência arrebatedora dos meios de comunicação, como o jornal, o rádio e o cinema seriam os componentes de uma modernidade vernácula, para endossar o conceito de Stuart Hall, capaz de dar conta das diferenças e da nova resposta à hegemonia europeia. Os protagonistas dessa prosa brasileira se inseriam nas cidades e nela procuravam conquistar espaços e legitimar seus direitos. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e as demais cidades do país, a modernização se realizou primeiramente no traçado/retraçado das ruas, na arquitetura



ra e na configuração de uma convivência entre pessoas da mesma classe social, em que se processava o isolamento dos habitantes pertencentes à região periférica.

Personagens de várias modalidades povoavam os romances e as crônicas da época, destacando-se, entre elas, imigrantes italianos, operários, funcionários públicos, escritores e jornalistas. O resgate da imagem do indígena, seja na poesia, no romance ou no conto ganha maior destaque, por ter o movimento modernista se empenhado na revisão da figura do bom selvagem, comportando aí distintas posições entre seus representantes. *Macunaíma* tem o mérito de embaralhar identidades hegemônicas e de narrar as peripécias dos três irmãos indígenas em conflito com a cultura de origem e a da civilização urbana, em que se processa a crítica aos desacertos e incongruências da modernização.

A questão étnica relativa à personagem negra foi pouco explorada no modernismo, além de ter sido pautada por controvérsias e preconceitos, provocados pelas limitações da época. O tratamento muitas vezes sentimental e doméstico em relação à imagem estereotipada do negro ainda guardava resquícios das diferenças sociais próprias da casa-grande, como se notou no *Leite Criôlo*. Importante ressaltar a presença de escritores da fase considerada “pré-modernista”, destacando-se entre eles Lima Barreto, pela inclusão da temática negra na literatura. Esses autores têm recebido, atualmente, atenção merecida por parte da crítica, tendo em vista que os movimentos pela integração de discursos das minorias na agenda contemporânea constituem, sem dúvida, a continuidade dos ideais postulados pelo modernismo.

Referências

ANDRADE, M. de. Carta de 10 de novembro de 1924. In: SANTIAGO, S.; FROTA, L. C. (Org.). **Carlos & Mário: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.



ANDRADE, O. de. Manifesto antropófago. In: ANDRADE, O. de. **Oswald de Andrade**: obras completas VI: do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

DUARTE, M. de Á. Estudo crítico. In: MARTINS, A. V. M. F.; CABRAL, C. A. **Leite criôlo**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2012.

JAMESON, F. **A singular modernity**: essay on the ontology of the present. London: Verso, 2002.

MARTÍ, S. Descartes nos trópicos: a sensacional viagem de Le Corbusier. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2012. Ilustríssima, p. 3.

RAMOS, J. Ficções do sujeito moderno: um diálogo improvável entre Walter Benjamin e Fernando Pessoa. In: MARQUES, R.; SOUZA, E. M. de (Org.). **Modernidades alternativas na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

OS LUGARES DA MEMÓRIA NACIONAL E A POÉTICA DO SAMBA-ENREDO: epopeia cult dos anos 60

Murilo da Costa Ferreira

Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica: é o momento dos lugares da memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações. (NORA, 1993, p. 7).

A formação da escola de samba apresenta extrema complexidade de cruzamentos e de imbricações políticas, históricas e culturais. A montagem de sua memória implica profundamente no início da história do negro no Brasil, no período da pós-abolição. Acredita-se e acredita-se que sua formação se deva às múltiplas determinações, mas em termos de sua origem geográfica e cultural, creditamos aos terreiros de candomblés do Rio de Janeiro, ou mesmo a uma *afrogeografia*¹ de candomblé e samba, simultaneamente, gingando² no mesmo pé. O exemplo disso, remetemos ao local denominado “pequena África” (MOURA, 1983), localizada na

1 Cf. MARTINS, 1997. O termo afrografia situa o lugar da memória dos afrodescendentes.

2 Cf. SODRÉ, 2008. Ginga é uma palavra que concebe a aculturação do negro no Brasil em termos dúbios de aceitação e rejeição da cultura dominante.



casa da babalorixá Tia Ciata, na década de 1920, local de reunião musical e religiosa, de proteção e de “esconderijo” dos “bambas do samba”³ da perseguição policial.

Não procuramos unicamente contribuir para o testemunho sobre história e a memória das escolas de samba, depois de pouco mais de trinta anos de pesquisa sobre o assunto. Importa aqui no presente texto destacar o que implicou na construção dessa memória do africano no Brasil, sua chegada e permanência, em suas dimensões intrínsecas e extrínsecas, e obtive como um dos produtos literário os textos que designamos em nossa proposta como a poética do samba-enredo e até, especificamente, como a poética de negritude do samba-enredo.

Nossa pesquisa trabalha entre o período fundante das escolas de samba, nos anos 20, do século XX, e o surgimento do samba-enredo, na década de 30, do mesmo século. Pela extensão histórica, que isso implica, propomo-nos a olhar um período mais recente, os anos 1960, não menos relevante. Isto porque acatei a sugestão, durante a elaboração e exposição do relatório parcial de pós-doutoramento, realizado através do PROCAD entre o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/UNEB e o Programa de Literatura Comparada – Poslit – da UFMG, em 2012. O que se discutiu, então, foi o entrelaçado entre o memorial das artes vanguardistas, destes anos de festa e chumbo, nacionalmente, e a poética do samba-enredo. A instância enunciativa da sugestão, Eneida Maria de Souza, instigou verificar esta relação visceral destes anos cult. Evitei demonstrar as aporias do momento, a atenção da complexidade cultural do período colocou em cena a entronização do samba-enredo no campo da crítica cultural. Fica, então, adiada a análise e o efetivo efeito que isso provocou no meio artístico-cultural brasileiro, seu abalo e sua repercussão. Entre alguns deles, indico, abaixo:

3 Ver: FERNANDES, 1970.



- Ampliação do conceito de *texto* e a sistematização do termo *intertextualidade*, permite a valorização de textos marginalizados pela cultura oficial; proliferam-se, a partir dos 1960 e 1970, no Brasil, pesquisas voltadas para releitura de manifestações culturais tais como ritos de carnaval, do candomblé;
- Ao revisar o conceito de literário, procede-se, nos meios acadêmicos, a utilização de conceitos como de *écriture* e *différance*, como parte do *boom* teórico e metodológico; revela-se, então, apropriada, a inserção da literatura com a música, samba-enredo, por exemplo; a revitalização dos discursos da minoria como do afrodescendente.⁴

Nos primórdios da grande batalha cultural

Em entrevista, José Paulo Netto (2011) fala sobre a primeira esquerda no Brasil, advinda dos movimentos anarquistas. Ele resume do ideário anarquista dois pontos elementares: a defesa da dignidade do trabalho e do trabalhador e a definição claríssima das linhas básicas do antagonismo entre os interesses dos trabalhadores e os da oligarquia. As lideranças negras, formadas durante a escravidão, apropriaram-se desse ideário, no início do século XX, e enfrentaram questões colocadas pela defesa da dignidade política e cultural. Em termos de política, resume-se em duas condições básicas de existência pós-abolicionista: a precária participação na qualificação educacional como egresso da escravidão e uma parcela parcialmente tornada trabalhador assalariado (no eixo Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo) e a oposição à exploração social,

4 Ver: SOUZA, 2007.



a discriminação racial, formadas ao longo de mais de três séculos de escravidão. Em se tratando de cultura, inicialmente, lembremos os nomes de Machado de Assis,⁵ no século XIX, de Lima Barreto, mais adiante, no início do século XX, e, nos anos 30, deste mesmo século, em Salvador, de Jorge Amado. Em outra extensão cultural, o que de mais importante se revelou como estratégia de dignificação foi a institucionalização da cultura africana entrecruzada (ou exuística) com a cultura ocidental. Em certa medida, a política de dignificação cultural da africanidade brasileira necessitou de sua inscrição no território narratório da nação, postulando, entre outras formas culturais, a constituição da dignidade através do compromisso com a educação.

Neste sentido, é que se justifica a criação dos redutos institucionais das escolas de samba. Posto de outro modo, as culturas africanas (subsaarianas) arrancaram diversas significações, durante e depois de sua transposição para o território brasileiro. Intervieram na formação de uma localidade cultural de diferenciações, local de hegemonia cultural ocidental, de relação de dominação, estabelecida pelas grandes narrativas teóricas acerca das culturas africanas que aí se moveram entre ser Outro igual ao ocidente ou Outro diferente a ele. Por isso, a africanidade brasileira fez da *ginga* um importante recurso por onde se entrecruzam a instituição ocidental que é a **escola** (a inserção no mundo político da escrita, principalmente⁶ com a outra africana-angolana que podemos assim chamar de comunidade do **samba**).

A hipótese assim colocada é a de cruzamento entre culturas, que determinam em grande parte a formação cultural brasileira, dela indagamos uma inquieta incerteza: quando tratamos daqueles, negros-africanos, que trouxeram sua memória de outro lugar, território espacialmente distante, em que condições ela é mantida, transformada em vestígio, indício

5 Ver: DUARTE, 2007.

6 Ver: RANCIÈRE, 1995.



de uma possibilidade suspeita de uma história não mais inocente das coisas do seu passado, formada multiculturalmente de diversas etnias africanas? Nos lugares de saberes silenciosos dos cultos religiosos africanos, refeitos pela rota dos orixás para o Brasil, as vozes que falam do barracão, do ilê, aconselham aos adeptos do culto o que significa a memória de porta adentro e a memória de porta afora, esta transformada historicamente. Uma natural e outra artificial. Se optamos por esta última condição é porque nos versos do samba-enredo iremos tratar de uma oralitura da memória épica dos africanos no Brasil.⁷ Se já falamos de uma terra *brasilis*, nela, então, buscamos a memória dos negros no arquivo da cultura da nação, conforme a epígrafe de Nora, como celebração poética do samba-enredo, seu peso, sua medida e sua extensão no território narratário da nação brasileira, da nação literária⁸ e da nação das escolas de samba.

Entre vários aspectos da memória como material e funcional, é a simbólica que a define, visto que caracteriza o acontecimento e a experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou. Na configuração para o estudo da cultura de uma nação, Homi

7 Cf. MARTINS, 1997, p. 21. O termo *oralitura* opera a presença de registros e soluções próprias da oralidade. Ele consiste da palavra *littera*, letra, que designa a inscrição do registro oral que “grafa o sujeito no território narratário e enunciativo de uma nação”, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de *litura*, “rasura da linguagem, alteração significante, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas”.

8 Cf. MIRANDA, 2010. Nações literárias designa o ato de identificação ou mesmo de formação de uma identidade literária nacional. Estabelece-se como “uma forma liminar de representação social, internamente marcada pela diferença cultural que assinala o estabelecimento de novas possibilidades de sentido e novas estratégias de significação.” (p. 21). Os anos 60 representam esta emergência dos discursos das minorias – mulheres, negros, homossexuais. A diferença cultural, resistindo à totalização, opera, deste modo, um processo de substituição, de deslocamento e projeção. Na perspectiva de um período, os anos 60, assinalado por “contranarrativas marginais e de minorias” (p. 22), o samba-enredo poeticamente representa a oralitura da memória do afro-brasileiro e possibilidade significante de sua intervenção. Ele, o samba-enredo, também possibilita desatar algum nó da garganta, quebrando o silêncio do discurso da população negra brasileira e de interpelar a sua exclusão tanto da nação literária quanto da nação política e cultural.



Bhabha caracteriza pedagogicamente esta ocorrência com a expressão *muitos como um*.⁹ A historiografia determina e ao mesmo tempo indetermina quem dela faz sua crença identitária. Assim, o sujeito assujeitado pode do mesmo modo se ajustar inconformado ao seu lugar de inexistência na memória nacional, rasurando, suplementando, alterando a ordem dos fatos, transformando-a em uma situação criativa performática, diferente daquela pedagógica, ainda em referência a Bhabha.

Na arte/manha do entrelaçado da Memória dos Anos 60 e a Poética da do Samba-Enredo

Heterogênea, a memória da nação não se restringe à cultura letrada, aos documentos escritos. Há que se levar em conta outras formas de inscrição da memória, próprias das tradições orais, ágrafas, em que o arquivo opera por meio das performances tanto verbais quanto corporais dos sujeitos. Cabe destacar aqui a dança, o canto, as teatralizações, as festas e rituais, presentes especialmente nas manifestações da cultura popular, compondo outras possibilidades de textos, de discursos para o sonho da nação. (MARQUES, 2008, p. 105).

Na memória artística nacional, da década de 1960, o povo negro das escolas de samba e o seu luxuoso produto, o samba-enredo, irão frequentar ativamente as multiculturalidades insurgentes desta época. Ao entrar pela porta da frente em ambientes artísticos e acadêmicos elitistas da sociedade brasileira, desde galeria de artes a universidades, gravadora de LP's e outras instâncias, o samba-enredo será apreciado, sofrerá depreciações, representará o elo, o rizoma,¹⁰ em que se origina um ponto cultural cintilante de onde se dirige para outras cintilações culturais.

9 Ver: BHABHA, 1998.

10 Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995.



No prólogo da construção da cena cultural deste período, um conhecido escritor, jornalista, compositor e humorista, Sérgio Porto, compôs uma música no formato do gênero de samba-enredo. O enredo versava sobre a historiografia oficial brasileira que, desde os anos 30, do século XX, as escolas de samba tradicionalmente se submetiam a esta temática. Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo de Sérgio Porto, polemizou esta “obrigatoriedade” temática, imposta à comunidade negra do samba do Rio de Janeiro em louvar a elite dominante brasileira. Satirizou, em sua composição de título, *Samba do Crioulo Doido*, gravado no ano de 1968, pelo Quarteto em CY, o poeta-compositor de samba-enredo, dizendo que o “crioulo endoidou” ao ser obrigado a compor a letra do samba-enredo com o tema versando sobre a “conjuntura nacional”.

No mesmo cenário, o samba-enredo *Quilombo dos Palmares* do GRES Acadêmicos do Salgueiro, de 1960, composto por Noel Rosa de Oliveira e Anescar Rodrigues (Anescarzinho), opunha, com um corte epistêmico,¹¹ uma mudança ao modelo clássico de samba-enredo até então historiográfico, pedagogicamente ungido de heróis da pátria, a um outro de herói performático da história brasileira do negro quilombola, Zumbi dos Palmares. Na mesma linha deste evento, outro destaque memorial, refere-se à primeira gravação do samba-enredo, o mesmo acima citado, *Quilombo dos Palmares*, por uma representante considerada a “musa da bossa nova”, Nara Leão, em 1964, penetrando no gosto de uma classe média produto do período desenvolvimentista, dos anos 1950.

Em certa cena do filme *Escola de Samba, alegria de viver* (1962), de Cacá Diegues, episódio do longa-metragem *Cinco vezes favela*, sur-

11 Conceito fundamental da filosofia de Gaston Bachelard (1978). A expressão, corte epistemológico, serve para fundamentar as rupturas ou as mudanças súbitas que ocorrem ao longo do processo científico. Isso aconteceu no momento em que, juntamente com Aluizio Alves, elaboramos no período de 1982, as nossas tarefas de pesquisa sobre a escola de samba e o samba-enredo pela ótica da Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS – da UFRJ.



gem compositores de escola de samba de um determinado morro carioca, selecionando algumas palavras ou expressões de efeitos retóricos para a composição do samba-enredo. Pouco tempo após o filme de Diegues, estudantes da Faculdade de Letras da UFRJ, entre o final dos anos 1960 e 1970, publicam um artigo intitulado, *A retórica do samba-enredo*, comparando os versos de enredo das escolas de samba com versos da cultura literária greco-latina ou parnasianos, postulando a estética da imitação dos Antigos classicistas.

Em agosto de 1965, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), inaugura-se a exposição *Opinião 65*. Hélio Oiticica expõe ao público pela primeira vez as capas, os standartes e as tendas que compunham o que este artista denominou de *Parangolé*. Oiticica apresenta, como parte integrante do evento, passistas e ritmistas da Estação Primeira de Mangueira, lugar por ele frequentado, no “Buraco Quente”, vestindo fantasias de desfile, carregando adereços e cantando sambas de terreiro e sambas-enredo. Segundo o depoimento de Rubens Gerchman (1995 apud D’AGOSTIN, 2010, p. 52), que também participou da mostra, durante o percurso do *Parangolé* pelo museu, a *performance* artística parangoleana de Hélio Oiticica entrou em conflito com o ambiente organizado e austero do interior do MAM. Diante desta ocorrência, os passistas e ritmistas foram “convidados” a se retirar, gerando um grande constrangimento. Oiticica respondeu à expulsão com palavrões e gritos indo apresentar-se na parte de fora do prédio. Na visão de Gerchman (1995 apud D’AGOSTIN, 2010 p. 52), aquela teria sido “a primeira vez que o povo entrou no museu”, um lugar onde, em geral, só se poderia entrar com convite, de terno e gravata. Na opinião do crítico Guy Brett (2005 apud D’AGOSTIN, 2010, p. 52), com os parangolés, Oiticica “arquitetou um encontro entre o povo da mangueira, artistas, músicos, e escritores cariocas – um encontro mediado pelos corpos dançantes.”



Impressiona a correspondência de atuação entrecruzada no entrelugar da cena artística da contemporaneidade, nos revolucionários anos 1960. No palco do Teatro de Arena, em São Paulo, no ano de 1965, o canto do herói de Palmares entre em cena no musical, *Arena conta Zumbi*, de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal com músicas de Edu Lobo, Vinícius de Moraes e Ruy Guerra.

Ainda, em meados dos anos 1960, no Teatro Opinião, localizado no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, acontecia a noite de roda de samba, semanalmente toda segunda-feira, apresentando, para a classe média “bossa nova”, o lançamento de poetas-compositores tanto de sambas de meio de ano quanto de sambas de carnaval e de samba-enredo, oriundos dos morros, do subúrbio e das escolas de samba. Entre tantos, mencionamos Cartola, Nelson Cavaquinho, Darcy, Xangô e Pelado da Mangueira, Aparecida, Sabrina, Martinho da Vila, Ismael Silva.

Estreando, em 1965, no Teatro Jovem, localizado no bairro carioca de Botafogo, o espetáculo *Rosa de Ouro* encenava o show com cinco sambistas, todos vestidos de branco, usando cada um na gravata a cor de sua escola de samba. Num cenário no qual aparecia uma pequena mesa de bar, os artistas iam cantando e se identificando junto à plateia. Eram eles: Elton Medeiros, da Escola de Samba Unidos de Lucas; Jair do Cavaquinho e Paulinho da Viola, da Portela; Anescar, do Salgueiro e Nelson Sargento, da Mangueira.

O literário canônico brasileiro não registrou, a época de 1960, aquilo que outras artes canônicas nacionais emblematicamente incorporaram da *performance* do samba-enredo, tanto de sua arte musical quanto de sua arte poética. Somente quase 50 anos depois, o samba-enredo serviria de matéria romanesca para dois escritores afrodescendentes. Um deles, Paulo Lins, lança a sua obra mais recente intitulada, *Desde que o samba é samba* (2012). Segundo a sinopse do editor, conta que Paulo, um ouvinte aficcionado por sambas-enredo, “[...] tinha costume de



anotar tudo em cadernetas: nomes de compositores, títulos de samba, temas de música” (LINS, 2012, p. 10). O outro, ensaísta de assuntos da cultura africana no Brasil, compositor também de samba-enredo, Nei Lopes, escreve um romance de título, *Mandingas da mulata velha na cidade nova* (2009), encenado no Rio de Janeiro, entre 1870 e 1930. Em meio a tantos personagens históricos do mundo afrodescendente do samba/candomblé, como Tia Ciata, a obra apresenta também a história dos ranchos como proto-formadores das escolas de samba. Na própria fatura do texto, o samba-enredo é utilizado pelo narrador para fazer vez ao seu relato, como demonstra o trecho abaixo:

Destarte, a emancipação se processou gradativamente, sem derramamento de sangue, como sempre foi da boa índole do povo brasileiro. *E de repente uma lei surgiu: segundo ela, os filhos dos escravos não seriam mais escravos no Brasil. Mais tarde raiou a liberdade para aqueles que completassem sessenta anos de idade.* (LOPES, 2009, p. 27, grifo nosso).

Os trechos enfatizados fazem parte dos versos do samba-enredo *História do negro no Brasil* (Sublime Pergaminho), do GRES Unidos de Lucas, ano de 1968, de Carlinhos Madrugada, Zeca Melodia e Nilton Russo,¹² conforme os versos, a seguir: “E de repente uma lei surgiu/Que os filhos dos escravos/Não seriam mais escravos do Brasil/Mais tarde raiou a liberdade/Daqueles que completassem sessenta anos de idade.”

12 Quando o navio negreiro/Transportava os negros africanos/Para o rincão brasileiro/Iludidos com quinquilharias/Os negros não sabiam/Ser apenas sedução/Para serem armazenados/E vendidos como escravos/Na mais cruel traição/Formavam irmandades/Em grande união/Daí nasceram os festejos/Que alimentavam os desejos de libertação/Era grande o suplício/Pagavam com sacrifício/A insubordinação/E de repente uma lei surgiu/Que os filhos dos escravos /Não seriam mais escravos do Brasil/Mais tarde raiou a liberdade/Daqueles que completassem sessenta anos de idade/Ó sublime pergaminho/Libertação geral/A princesa chorou ao receber/A rosa de ouro papal/Uma chuva de flores cobriu o salão/E um negro jornalista/De joelhos beijou a sua mão/Uma voz na varanda do Paço ecoou/Meu Deus, meu Deus /Está extinta a escravidão. (grifo nosso).



A envolvimento da epopeia do samba-enredo “endoidece” os poetas-compositores de outros matizes culturais e sociais, na entrada dos anos 1980 em diante. Entre eles, mencionamos de Gonzaguinha, *O que é, o que é* (1982), e de Chico Buarque de Holanda e Francis Hime, *Vai passar* (1984), que compõem sambas-enredo sazonais, utilizando matérias épicas que historicamente tratam da “página infeliz da nossa história” na construção de épicas que louvam a chegada de um novo tempo de esperança de vida popular: “é bonita, é bonita, é bonita”, pós-ditadura militar.

Referências

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

D'AGOSTIN, B. **Hélio Oiticica e o sentido da participação do público na arte brasileira dos anos 60**: da “obra aberta” ao “exercício experimental da liberdade”. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103291/276455.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DUARTE, E. de A. **Machado de Assis afro-descendente**. 2. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

FERNANDES, A. B. **As vozes desassombradas do museu**. Rio de Janeiro: MIS, 1970.

LINS, P. **Desde que o samba é samba**. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2012.

LOPES, N. **Mandingas da mulata velha na cidade nova**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.



MARTINS, L. M. **Afrografia da memória**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARQUES, R. Memória literária arquivada. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 18, p. 105-119, jul./dez. 2008.

MIRANDA, W. M. **Nações literárias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

MOURA, R. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULO NETTO, J. Especial esquerda brasileira: impera na esquerda “reciclada” um cinismo assombroso. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 43, p. 1-3, 23 ago. 2011.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete. São Paulo: Ed. 34, 1995.

SODRÉ, M. S. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUZA, E. M. de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Bibliografia

ALVES FILHO, A. et al. A retórica do samba-enredo. **Revista do Livro**, v. 13, n. 42, jul./set. 1970.

DUARTE, E. de A. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. 4 v.

SOUZA, E. M. de. **Tempo de pós-crítica**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.

ARQUIVOS DO POBRE: considerações sobre culturas populares, memórias e narrativas¹

Edil Silva Costa

Uma jovem pesquisadora de Piracicaba, ao entrevistar moradores de sua cidade do interior de São Paulo, se deparou com lembranças guardadas em uma caixa de sapatos (SOTILO, 2004). Eram fotos e postais da Rua do Porto. Encantou-se com tão rico acervo, registros de um passado daquela cidade que a caixa de memórias tornou-se seu objeto de pesquisa. Parti daí para pensar nas formas de arquivamentos das pessoas de classes populares e lembrei-me de minha própria experiência de pesquisadora.

Evoco então uma lembrança de muitos anos guardada na caixa de sapato de minha memória: em trabalho de campo na zona rural de Araçás, cidade próxima a Alagoinhas, Bahia, entrevistei o senhor José Francisco Regis, conhecido como Zé de Sancho, um senhor de cerca de 70 anos e quase cego. Entre contos, causos e romances, ele narrou vários folhetos de cordel memorizados, às vezes em versos,

1 A primeira versão desse texto foi apresentada no Seminário Arquivos, Testunhos e pobreza no Brasil, ocorrido na Praia do Forte, Litoral Norte da Bahia, no período de 05 e 06 de setembro de 2013.



outras em prosa, outras misturando os estilos.² E também naquele momento a jovem pesquisadora – que eu era – ficou impressionada com a capacidade de memória de Zé de Sancho, desfiando versos de folhetos inteiros, dezenas de sextilhas, sem recorrer a nenhum suporte escrito. Ao ser interrogado sobre a forma como teria aprendido as narrativas, ele respondeu com certo orgulho que sabia ler, que gostava muitos desses “livrinhos” e que costumava colecioná-los. Dirigiu-se ao quarto contíguo e, meio às cegas, alcançou em cima de um guarda roupa um saco plástico empoeirado, cujo conteúdo foi desvendando para mim como uma prova de que se tratava de um homem letrado: folhetos de poesia popular, a maioria em edições de capas coloridas da Editora Luzeiro.

Fosse pela perda progressiva da visão, fosse porque a leitura nos livros não fazia parte de seu cotidiano, via-se pelo estado daquele acervo, que os livrinhos não eram tocados havia tempos. O depoimento do narrador esclareceu que sua mulher tencionava jogar fora, mas ele não permitia. Como disse, guardava com orgulho e deferência. E com o cuidado que lhe era possível. Mas por que guardar?

Dos arquivos e suas (im)perfeições

Seja na caixa de sapatos, seja em sacos plásticos, o que os dois exemplos que relatei nos mostram é o desejo de conservação do passado, ou melhor, de recortes do passado. Não do objeto em si, mas da memória que o objeto carrega. Esse passado, muitas vezes traduzido em objetos, quinquilharias, mas também em imagens, manuscritos e impressos é parte do sujeito e revela sua história. Desejo de preservação de uma memória, de uma época, fragmentos de vida dessas pessoas que,

2 A análise parcial do acervo deste narrador resultou em um pequeno artigo intitulado “Relações entre o cordel e o conto popular; “A História do Capitão do Navio”, publicado nos Anais do VII Encontro Nacional da Anpoll, em 1993.



por pertencerem a classes populares e com poucos recursos materiais, encontram formas às vezes peculiares de manutenção.

As formas de arquivamento e salvaguarda de memórias em casas onde em sua maior parte não encontramos livros, são adequações às condições de pobreza material, mas também apresentam uma lógica e uma seleção do que deve ou não ser guardado. Para mim a questão por ora é: nesses arquivos, para seus cuidadores, o que merece ser preservado? E por quê?

Ressalto que a coleção de folhetos de literatura popular em verso estava no quarto, sobre o guarda roupa e quase escondida, resguardada em ambiente privado. Porém, ao adentrarmos na sala, o espaço mais público de uma casa pobre na zona rural, como a casa de Zé de Sancho, vamos encontrar outros tipos de impressos. Nesta casa, onde não há biblioteca, encontramos, além dos folhetos já citados, almanaques, algumas fotos pessoais, em geral mal conservadas, calendários (muitas vezes de anos findos), fotos de políticos (propaganda eleitoral) e figuras decorativas ou de santos que estampam as paredes. Dentre os manuscritos, cartas pessoais, telegramas, cadernos de rezas ou de receitas. Em quase todas as casas há um espaço dedicado ao religioso, onde se vê com frequência oratórios, altares com imagens misturadas a flores de plástico.

Alguns objetos “da moda” se repetem em várias casas: gravuras de vulcões japoneses, paisagens exóticas de um tempo e lugar encantado, o quadro do menino que chora ou de uma casinha perto da ponte... essa partilha ou “comunidade” de objetos une pessoas (que muitas vezes não se conhecem, mas que se reconhecem) em um universo comum. Cada objeto possui uma história. No conjunto, eles compõem uma narrativa que nos conta a história de vida desses sujeitos, mas ao mesmo tempo de sua comunidade e de sua época. Uma narrativa que, se observarmos o que está exposto, publicado, e o que está escondido, veremos como se



costura a narrativa de si desses sujeitos. Qual a imagem que eles querem tornar pública e o que está mais escondido, que se tenta ocultar.

Fausto Colombo (1991, p. 103), em seu livro *Os arquivos imperfeitos*, diz que “Não é o objeto que torna valiosa a sua própria lembrança, é a lembrança que torna valioso o objeto lembrado.” Isso explica porque são guardados livrinhos que de tão velhos a mulher de Zé de Sancho queria descartar, mas que ele escondia como a um tesouro intocado. Que lugar da memória desse sujeito os folhetos (enquanto objeto e enquanto texto guardado também na memória) o faz visitar?

Nesse caso, o descarte não é uma opção. Não importa que as condições materiais de preservação sejam precárias. As formas de arquivamento e acesso a informações são sofisticadas. Mesmo sem o objeto, que pode se deteriorar com a ação do tempo, restaria a lembrança desse objeto na memória dos sujeitos. Mas ele quer preservar ao máximo seu acervo da deterioração causada pela ação do tempo, embalando e protegendo.

Por tudo isso, o trabalho de campo exige a interação com a comunidade e a disponibilidade para o contato com o outro. Exige, sobretudo, a compreensão do funcionamento desse universo popular e suas formas de auto-organização.

Lidar com pessoas com o cuidado que a situação pede. Os arquivos vivos podem nos surpreender e também enganar. O caso do Sr. Euclides, um narrador do Litoral Norte da Bahia, é exemplar:

Quando recolhia versões do conto da Cinderela para minha dissertação de Mestrado, na década de 1990, passei alguns dias no povoado de Subaúma, vila de pescadores situada na Linha Verde, que possui uma tradição oral extremamente rica. Lá morava o Sr. Euclides, mais conhecido por Plides, pescador de profissão e um narrador referendado pelos seus pares. Não era a primeira vez que Seu Plides seria entrevistado. Como uma voz de autoridade no povoado, tanto pela idade e experiência, quanto pelo talento de contador de histórias,



já estava acostumado a ser procurado por estudantes e pessoas que buscavam informações sobre o lugar.

Por causa dessa prática em dar entrevistas, já possuía “um arquivo”, virtualmente falando, todo organizado com informações a serem acessadas facilmente a depender do tipo de pesquisa ou de pesquisador: causos de pescador? Histórias do passado da vila? Histórias de Trancoso? Seu repertório era vasto, mas ele era mais conhecido por suas narrativas “de mentira”. Nada de anormal para um pescador que sempre tem muitos casos para contar.

O mesmo aconteceu em Canudos, região até hoje assombrada pela memória de uma guerra sangrenta e onde a presença contínua de pesquisadores não deixa as pessoas esquecerem. Construiu-se uma narrativa básica para atender às demandas da ciência que é despejada liquidamente a todo estranho que chega à porta se dizendo “pesquisador”. Ao entrevistar moradores da região, na década de 1990, embora não me interessasse por narrativas da guerra, tive que ouvir inúmeros causos históricos até fazer meu colaborador de pesquisa entender que eu buscava as “histórias de Trancoso”.

Mas, voltando ao caso de Seu Plides e ao engodo das narrativas prontas: ao visitá-lo, o interpelei a respeito do conto “O caranguejinho dourado”, variante da Cinderela que me interessava em especial naquele momento. Ou para não me decepcionar ou para não desmentir sua fama de bom contador, Seu Plides prontamente me disse que sabia a história. Como é de praxe na entrevista, deixei que ele narrasse as histórias de sua preferência, pela ordem que quisesse e mesmo repetindo textos que já haviam sido registrados em outra ocasião. Fui gravando e prosseguindo, sempre lembrando a ele para me contar a do caranguejinho. Minha insistência chegou mesmo a aborrecê-lo e por pouco minha inexperiência não botou tudo a perder, corri o risco do narrador encerrar a entrevista. A certa altura, lá pela terceira vez que o lembrei, ele começou a narrar



a tão ansiosamente aguardada versão do caranguejinho dourado. Trata-se de uma macro-versão, montagem de várias histórias, sequências narrativas organizadas de modo a compor um conto de encantamento. Porém, era uma história criada por ele, naquele momento, para me satisfazer e reafirmar o seu talento narrativo.

O exemplo que esse episódio nos dá é aquele da capacidade que o narrador tem de tecer os fios de seu texto de acordo com uma lógica e de uma conveniência para atender ao que a plateia considera uma boa narrativa. Ele “inventou” um conto, colhendo e arrumando as informações de várias outras versões. No banco de dados de sua memória havia informação suficiente para narrar mil e uma noites.³

Até pode parecer uma fraude para uma plateia exigente, mas sabe-se que a composição do texto obedece a regras bastante rígidas. O narrador tradicional compõe seu texto a partir dos motivos, unidades temáticas mínimas e limitadas. Embora o repertório seja amplo, foi a limitação que permitiu aos estudiosos Antti Aarne e Stith Thompson (1928) a formulação do Catálogo que, no Brasil, foi complementado por Bráulio do Nascimento (2005). Os narradores dominam um bom repertório de motivos que lhes permite compor seu texto de acordo com as normas de criação tradicionais das quais ele tem o domínio da técnica. O repertório revela quem é seu narrador: contos de animais, de exemplo, de encantamento etc. Também revela a plateia, qual a ressonância que o texto tem no ouvinte, narrador em potencial.

O repertório pode ser mais amplo ou menos amplo, a depender do narrador, mas sempre seu arcabouço é um texto virtual que ele recorta

3 Conta-se na vila que Seu Plides chegou a apostar com seus conhecidos que seria capaz de narrar uma história por noite durante um ano. Tentou levar a cabo seu intento e conseguiu por cerca de um mês. Talvez porque suas histórias se repetiram com variações ou por ele ter sido criticado em suas invenções, o desafio não deu certo e se findou com aborrecimentos e mágoas, traduzidas em frases do tipo: “Não conto mais nada pra esse povo ignorante!”



no momento da *performance*, de acordo com a resposta da plateia ou de sua inspiração. O narrador tem seu repertório na memória que pode ser acessado para organizar a narrativa com a coerência e a coesão necessária para o bom efeito da mensagem.

Neste caso, o arquivo é virtual e só toma forma no momento da *performance*. Até esse momento, o ouvinte (pesquisador ou não) não tem acesso à informação, ela é restrita ao dono do saber. Durante a *performance*, e após sua conclusão, o ouvinte passa a compartilhar parcialmente esse saber, tornando-se um narrador em potencial. Porém, esse ouvinte-narrador possui também ele seus próprios arquivos e chaves de acesso. Isso faz seu estilo pessoal e também que cada versão ou *performance* seja única.

Letra, voz, imagem: do oral e seus suportes

Algumas vezes nos deparamos com anotações dos narradores ou recebemos textos escritos. Esses textos carregam fortes marcas da linguagem oral, traço comum aos menos escolarizados. As versões escritas costumam ser pouco consideradas no acervo, pois a escritura de um texto já passa por um filtro, o narrador dispõe de mais tempo para as elaborações e correções, apagando parte das marcas que a criação, quando simultânea à recepção, lhe imprime. No entanto, os cadernos de anotações e as versões escritas pelos narradores são importantes peças do acervo porque revelam suas formas de preservação da memória e o desejo explícito de conservar e reter a informação.

É o caso de um caderno de anotações de caráter religioso, do qual temos uma cópia no Projeto. O dono do caderno e autor das notas possuía o curso primário incompleto e dominava, portanto, os rudimentos da escrita. Usou o caderno para anotações sobre os procedimentos dos rituais e informações sobre as entidades da religião de matriz africana.



Um caderno como esse é um rico material para análise linguística das Línguas Africanas no Brasil. A grafia aproxima a escrita da oralidade. A ortografia, como é comum em textos escritos por pessoas com a escolaridade mais baixa, muitas vezes aproxima-se da transcrição fonética.

Nas novenas e trezenas, em espaços domésticos e familiares, pequenos livretos registram as rezas e os cânticos a serem entoados. Embora na maior parte das vezes não sejam seguidos, pois se canta o que se tem de memória, os escritos tem papel fundamental. Sua utilidade é mais como ícone ou fetiche, índice de letramento. Em certa ocasião, presenciei uma ladainha de Santa Bárbara rezada em um terreiro em Alagoinhas. As devotas (eram exclusivamente mulheres) também contavam com um caderno de notas de propriedade da responsável por “puxar” a reza. Sendo ignorante dos cantos, tentei seguir pelo caderno, porém percebi que ninguém seguia o texto escrito ou, no máximo, fingiam seguir nos cantos “em latim”, talvez para encenar uma cultura letrada que não era a predominante entre os presentes. Vemos isso também nas Trezenas de Santo Antônio e nas Novenas, de modo geral. Nos cadernos de anotações dos mestres de Ternos de Reis etc. Esses cadernos são guardados às vezes por gerações, passados de mães para filhas, mas nem sempre a consulta a esse material garante a eficiência na reelaboração dos textos e questiono se há mesmo a intenção de segui-los.

É, sem dúvida, a oralidade que predomina nesse espaço. A escrita confere credibilidade, documenta um conhecimento, representa a inserção de um mundo em outro. O cuidado com a preservação e guarda desses caderninhos é sem dúvida relevante, pois atestam a preocupação para que as informações não se percam e serve como uma garantia de que os procedimentos sejam seguidos com uniformidade, o que não quer dizer que os cadernos sejam considerados e que, na prática, se consiga esse objetivo.

Os arquivos vivos (os narradores) e seus arquivos, orais/virtuais ou impressos/materiais são reveladores de práticas de armazenamento, con-



servação, catalogação. São arquivos que estão fora da tutela do Estado, mas que tampouco estão exclusivamente na esfera do privado. São formas de expor sob a curadoria de sujeitos que, talvez intuitivamente, organizam a narrativa de seu texto cultural. Daí o interesse pelas miudezas (por parte dos sujeitos colaboradores de pesquisa e por parte desta pesquisadora). Foi esse interesse pelas miudezas que voltou meu olhar para as narrativas orais. E do meu desejo de apreendê-las e arquivá-las resultou no Projeto Acervo de Memória e Tradições Oraís na Bahia (AMTRO).

Arquivos: entre caixas e bancos de dados

Esses materiais que rapidamente descrevi fazem parte do AMTRO do qual a seguir darei breves notas.

A criação do Acervo de Memória e Tradições Oraís na Bahia foi motivada não só pelo desejo de salvaguarda, mas, sobretudo, pela vontade de registro. Coletar, mas também analisar, interpretar, tentar desvelar que sentidos têm esses textos de cultura e descobrir os sujeitos que os narram. Registrar os textos da literatura oral e popular da Bahia, recorrendo a região de Alagoinhas, documentando o estágio da tradição oral e interpretando seus textos como forma de compreender o pensamento, os valores e modos de vida das comunidades tradicionais.

Nosso acervo e nossa forma de arquivamento é tão rudimentar quanto a de Zé de Sancho. Durante muito tempo as fitas cassete, vídeos e fotos, resultado do árduo trabalho de campo, também ficaram guardadas em caixas e pequenos álbuns de fotografias. Hoje, mesmo com todo material digitalizado, ainda não encontramos um modo adequado e seguro para armazenar e, sobretudo, de tornar disponível mais facilmente o acervo.

Urge a implantação do Acervo Público do Patrimônio Imaterial na Bahia. Caso contrário nossos textos ficarão tão mal acomodados quanto as fotos em caixas de sapato ou os folhetos em sacos plásticos.



Sediado no Campus II da Universidade do Estado da Bahia, em Alagoinhas, cidade polo da região do Agreste, nosso acervo é composto por textos da tradição oral da região.⁴ A maior parte é formada por narrativas, romances, cantigas, dentre outras formas.

O Acervo Público do Patrimônio Imaterial na Bahia visa disponibilizar à comunidade o primeiro acervo de textos orais e impressos, fotos, dvds, cds, além de biblioteca especializada em culturas populares, tradições orais e patrimônio imaterial na Bahia. O Acervo disponibilizará material de apoio didático e de pesquisa para professores, pesquisadores, estudantes entre outros.

Repito que a intenção de salvaguardar a memória dos textos tradicionais não é o pânico do “registrar antes que acabe” dos colegas das missões folclóricas, mas a constatação de que o registro em nossos arquivos públicos, assim como nos arquivos familiares, propicia a sobrevivência da memória cultural de hoje, mas também de outros tempos e lugares. Sejam em caixas de sapatos ou sacos plásticos, os objetos colecionados são suportes que auxiliam e ampliam a memória humana. Nosso olhar se volta para a natureza discursiva desses arquivos, sua ocultação ou exposição, para a leitura dos vazios, desvios e rupturas. As narrativas fragmentadas que exigem de nós atenção e cuidado de recompô-las e desvendá-las.

As narrativas de si e seus arquivos

Os objetos colecionados são organizados em uma sequência narrativa. O objeto muitas vezes perde sua função prática primeira e adquire outra, lembrando peças de museu. Porém, diferente da peça de museu, os objetos do arquivo do pobre estão contextualizados, inseridos no cotidiano dos sujeitos e sua funcionalidade costuma ser explicitada.

4 Abarcamos os municípios de Alagoinhas e sua zona rural, Inhambupe, Mata de São João, Catu, Pojuca, Teodoro Sampaio (distrito de Buracica), Camaçari e Irará.



Como foi dito, as condições de pobreza material influenciam na organização dos acervos populares, mas é a construção de uma narrativa de si, o que vai ser colocado visivelmente e o que deve ser ocultado que norteia a composição do acervo para tornar pública uma imagem do sujeito, de sua vida e suas relações com seus pares.

Os folhetos de cordel, enquanto livreto impresso, valem como lembrança das narrativas guardadas na memória e, assim como os textos virtuais (anteriores à *performance* do narrador e ao seu registro), são patrimônio imaterial. O que os diferencia é que o folheto é visível e tocável. Pode-se segurá-los nas mãos, folhear, ler. O texto oral, sem o registro em áudio, vídeo ou anotações escritas, é volátil. Seu arquivo é exclusivamente a memória do narrador e o contato com ele é momentâneo e transforma o ouvinte em portador do acervo, já que o narrador partilha seu repertório com quem o ouve.

Também os textos que o narrador escolhe para dizer, por ordem de prioridade, quando se deixa sua narrativa livre e não induzida por perguntas ou direcionada por interesses mais limitados pelo pesquisador, mostram que o acervo virtual possui uma sequência lógica e estruturada pela narrativa de si. Em última instância, narrar é revelar quem se é.

Do mesmo modo que a disposição dos objetos em uma sala diz das pessoas que habitam a casa. Na casa de Zé de Sancho, e em outras casas de pessoas pobres da zona rural da Bahia, parcamente mobilhadas, com destaque para as paredes decoradas com impressos e os altares de santos, uma narrativa, às vezes fragmentada, outras vezes mais eloquente, conta, com começo meio e fim, a história de vida dessas pessoas, mas também dos que habitaram o mesmo espaço antes delas e de sua comunidade.

Dizem por onde andam ou desejam andar. Quais paisagens consideram bonitas ou interessantes. Que opção política merece sua simpatia, respeito ou lhe oprime a ponto de figurar em um cartaz na parede. Quais os santos de sua devoção. O orgulho de ter um filho escolarizado quando



pendura uma foto na parede com beca de formatura. Enfim, a paisagem desenhada pelos objetos expostos e as narrativas verbalizadas por esses sujeitos, nos informam, de modo muitas vezes comovente, que os arquivos do pobre são eficientes depositários da memória de nossa gente e de nosso lugar.

Referências

AARNE, A.; THOMPSON, S. **The types of the folk-tale**: a classification and bibliography. Helsinki: Suomalainen Tiedekatemia, 1928.

COLOMBO, F. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

NASCIMENTO, B. do. **Catálogo do conto popular brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; IBICC; UNESCO, 2005.

SOTILO, C. P. **Memória e imagens da Rua do Porto**: do relato oral aos signos impressos. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

Bibliografia

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec; Educ, 1997.

O SABER DA LAGOINHA NA NARRATIVA DE WANDER PIROLI

Marcelino Rodrigues da Silva

O universal não tem nem um corpo nem um conteúdo necessário; grupos diferentes, ao invés, competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal.

[...]

O universal é o símbolo de uma plenitude ausente e o particular existe apenas no movimento contraditório de afirmar ao mesmo tempo uma identidade diferencial e cancelá-la mediante sua subordinação em um meio não-diferencial. (LACLAU, 2001, p. 240-249).

1

No discurso sobre as cidades, há um lugar comum que diz que todas as cidades são, ao mesmo tempo, iguais e diferentes. Ele está muito bem formulado, por exemplo, no famoso livro de Calvino (1990, p. 42) sobre as cidades invisíveis, quando Kublai Khan percebe que “as cidades de Marco Polo eram todas parecidas, como se a passagem de uma para outra não envolvesse uma viagem mas uma mera troca de elementos.” Esse jogo paradoxal de semelhança e diferença, entretanto, é particularmente dramático no caso das grandes metrópoles periféricas, lugares de encontro



de tradições culturais e tendências históricas; lugares de troca, hibridismo e conflito entre essas tradições e tendências; lugares, enfim, onde se pode surpreender, em toda a sua intensidade, a temporalidade múltipla das modernidades precárias, tardias, diferenciais, vernáculas, primitivas ou alternativas – para citar apenas algumas das palavras que se tem usado para falar desse caráter ao mesmo tempo conjuntivo e disjuntivo do processo de modernização.

Por isso, toda cidade está sempre em busca de sua memória e sua identidade, daquilo que a diferencia das outras e que não pode nunca ser encontrado na forma de uma essência ou de uma alteridade absoluta e radical. Minha cidade, a “jovem” Belo Horizonte, cidade de vocação moderna construída no centro das tradições mineiras, também nesse aspecto não é diferente. No trabalho de artistas e escritores, em empreendimentos do poder público, nas histórias passadas de boca em boca, Belo Horizonte também persegue sua imagem e tenta lidar com suas contradições, através do esforço constante para recuperar, preservar e transformar o passado. Destaco aqui duas dessas iniciativas: a coleção BH – A Cidade de Cada Um, publicada pela editora Conceito e dedicada a reunir, sem compromisso com o rigor histórico, a memória coletiva e afetiva da cidade; e o Acervo de Escritores Mineiros, entidade mantida pelo Centro de Estudos Literários e Culturais e pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais com a finalidade de acolher, conservar e disponibilizar para a pesquisa acervos e coleções doados por famílias de escritores e artistas como Henriqueta Lisboa, Cyro dos Anjos, Abgar Renault e Murilo Rubião.

Essas duas iniciativas se encontram quando, após sua morte, ocorrida em 2006, a família de Wander Pirolí doa ao Acervo de Escritores Mineiros os fundos documentais desse escritor, autor de um dos primeiros e mais significativos livros da coleção BH – A Cidade de Cada Um, intitulado *Lagoinha*, publicado em 2003 e dedicado à recu-



peração das memórias daquele bairro pela escrita de um de seus filhos mais devotados. A presença de Wander Pirolí, tanto no Acervo de Escritores Mineiros quanto na coleção, dá certamente a essas iniciativas um sentido de abertura e pluralidade, pois trata-se de um escritor que sempre se colocou às margens do mundo literário e de um livro sobre um bairro de boêmios e operários, rebelde e marginal, famoso pelos bares, crimes e prostíbulos. Segundo João Antônio de Paula (2003, p. 10), autor do prefácio do livro, Pirolí nos apresenta a cidade “a partir de seu baixo corporal.” E, como sabemos, a cidade das letras sempre manteve com essas margens uma relação ambígua, de fascinação, mas também de exploração, exclusão, opressão e medo.

Em suas cartas, depoimentos e entrevistas, Wander Pirolí (1978) se assume como um escritor menor, “[...] que se coloca folgadoamente no segundo time.”¹ Além disso, desinteressado do sucesso, com uma postura marcadamente anti-intelectual e anti-burguesa. “O que alguns boba-lhões chamam de sucesso, pouco me importa”, “[...] o que me interessa é viver”, diz ele em uma de suas cartas. E, em outra oportunidade: “Vida e literatura são duas coisas profundamente interligadas, e toda literatura que se afasta da vida é falsa.” Essas atitudes, como ele mesmo afirma, têm muito a ver com sua infância humilde na Lagoinha e também com sua experiência de longo tempo como repórter policial: “A razão do escritor é a vida, e na editoria de polícia a vida estava descarnada, jogada todo dia na sua cara.” Se ele se considera um escritor menor, isso não quer dizer que ele veja como menor sua missão como escritor. Pelo contrário,

1 O acesso às cartas, depoimentos e entrevistas de Wander Pirolí foi possível graças ao trabalho do Acervo de Escritores Mineiros e das pesquisadoras Adriana Araújo Figueiredo e Flávia Batista da Silva Santos, que em diferentes momentos se envolveram com o acervo do escritor, sob orientação da Professora Eneida Maria de Souza. As duas primeiras citações deste parágrafo foram extraídas de carta de Wander Pirolí para “Nélida”, datada de 24 de agosto de 1978, conforme transcrição de Flávia Batista da Silva Santos; as duas últimas, de depoimentos do autor, citados no artigo “Encham os copos, acendam os cigarros: vai falar Pirolí, o filho da mãe”, de autoria de Adriana Araújo Figueiredo e Cleber Araújo Cabral.



o que se percebe é um desejo grave de trazer a vida para a literatura, de fazer uma literatura que, enfim, se confronte com a vida, encarnada em suas lembranças da infância e da juventude na Lagoinha e na experiência como repórter policial.

2

O livro *Lagoinha* é, certamente, um dos melhores exemplos desse desejo e dessa concepção do fazer literário. Sua dimensão autobiográfica e memorialista, bem como a galeria de lugares, situações e personagens que nele se apresentam são índices desse desejo, trazendo outra vez à tona a questão das relações entre obra e vida, literatura e realidade. Diante desses índices, poderia ser forte a tentação de lê-lo pelo viés do mimetismo com o mundo referencial, seja na vertente do realismo ou na vertente do pacto autobiográfico que identifica autor, narrador e personagem. Uma leitura mais cuidadosa, no entanto, afasta essa tentação e revela, ao contrário de uma naturalidade mimética, um ambicioso projeto literário.

Como informa o prefácio, o livro é uma coletânea de crônicas, algumas inéditas, outras lidas na Rádio Inconfidência ou publicadas no *Jornal do Shopping*, nas quais o autor conta suas lembranças do bairro onde viveu até os 27 anos. Reunidos confortavelmente sob essa rubrica elástica, a “crônica”, esses textos são divididos em três seções – intituladas “O lugar”, “As pessoas” e “As paixões” –, que abrigam produções as quais, a despeito da regularidade de tamanho, tom e tema, apresentam significativas diferenças.

A seção inicial, cujo título é “O lugar”, abre-se com um fragmento em que o autor conta, de um ponto de vista pessoal, o dia em que a Praça Vaz de Melo, centro nervoso da vida boêmia e marginal da Lagoinha, foi destruída, para dar lugar a um complexo de túneis e viadutos, em 1984:



Não fui lá nesse dia. Não queria ver o fim melancólico e desnecessário da Praça. Em vez de tombá-la como patrimônio público, o último local mais característico da vida noturna da cidade, preferiram destruí-la. E destruí-la à toa, sem a menor necessidade.

[...]

E no meio da pequena multidão silenciosa, Lagoinha soltou o samba:

“Adeus, Lagoinha, adeus.

Estão levando o que resta de mim.

Dizem que é a força do progresso.

Um minuto eu peço

Para ver seu fim.”

Houve um minuto de silêncio após o último acorde da música. E, depois, todo mundo viu um prédio ser jogado no chão. (PIROLI, 2003, p. 19).²

Segue-se, então, uma série de textos em que Piroli (2003) faz um passeio memorialístico pelo bairro de sua infância e juventude: os lugares – o cinema, os bares, as casas comerciais, as ruas, como a Paquequer, “que abastecia sozinha todo o noticiário policial de Belo Horizonte” (p. 22) –, e os “tipos demasiadamente humanos” (p. 20) que habitavam esses lugares – trabalhadores, bêbados, jogadores de baralho, prostitutas, mendigos... Pontuando esse passeio, o autor faz comentários saudosistas, que refletem sobre a imprecisão da memória e o sentimento de perda provocado pela modernização: “Lembro-me de tudo [...] e de quase nada ao mesmo tempo” (p. 20); “Lembranças assaltam por todos os lados, gente, situações, bichos, galos cantando no fundo dos quintais”, coisas “que o progresso vai matando devagar” (p. 28); “Estava tudo mudado e, como sempre, mudado pra pior” (p. 31). No penúltimo texto, o sentimento de perda desemboca em revolta: “Infelizmente, não havia

2 Daqui para diante, nas citações do livro *Lagoinha*, de Wander Piroli (2003), será indicado apenas o número da página onde se encontra o trecho citado.



mais a Praça. Ela fora assassinada pelas chamadas autoridades municipais, uns bestalhões filhos da puta que não têm nem nunca tiveram nada a ver com as coisas de nossa cidade” (p. 32). A seção termina com outro texto de caráter bem pessoal, em que Piroli conta uma simples descida da Lagoinha ao centro, na companhia de seu tio, numa madrugada qualquer após a destruição da praça.

A seção seguinte, “As pessoas”, inicia-se com outro fragmento sobre a praça: “Era realmente uma praça. Pouco importa se não dormia nunca, com sua população de bêbados, prostitutas, trabalhadores em trânsito, profissionais do rebuceteio, outros profissionais. Gente, gente, gente. Foi por isso que acabaram com a Praça” (p. 37). O que vem em seguida são pequenos retratos de personagens, em sua maioria patéticos, como o mendigo Quinzinho, que terminava seu ritual diário bebendo uma garrafa de álcool 40 graus; Samiquilina, a velha louca que levantava seu vestido para os meninos; e Lagoinha, compositor, dono de boate e boa praça que encarnava no próprio nome o espírito cordial que unia todos os párias da sociedade que habitavam o bairro.

Nesses textos, é clara a presença do “eu” autobiográfico ou memorialista, que conta suas experiências e seus encontros com esses personagens, evidenciando sua identificação com aquele universo, sintetizada numa visita à famigerada Pedreira Prado Lopes, que era a favela mais violenta da cidade, onde um dono de boteco lhe pergunta: “O senhor também é dos nossos, não é?” (p. 56). Em outro texto, Piroli recorda uma noite de bebida e bate papo com um companheiro da juventude: “passados mais de 40 anos, ainda me lembro, como se fosse hoje, do João Galo e do seu aniversário, de nós que estávamos lá e nos sentíamos bem, inteiros, empurrando uma cachacinha com sanduíche de cebola.” (p. 60). Mais uma vez, o texto que encerra a seção é particularmente significativo, falando sobre o sapateiro Inácio, que “era um homem limpo e decente, até para ser preso.” (p. 67). Um dia sua banca amanheceu fechada e nunca



mais se soube dele. É como se Piroli estivesse se perguntando sobre o destino de todas aquelas pessoas que ele conheceu na Lagoinha.

A seção final do livro recebe o nome de “As paixões” e, como as demais, se inicia com um fragmento, em que Piroli (2003, p. 71) busca sintetizar o espírito dos textos ali reunidos:

Sim, tinham de ir lá mais uma vez e repetir a mesma cena e se machucar todo o tempo que fosse necessário. Não sabia se era isso que ela queria, nem sabia, na verdade, se era o que ele queria. Mas tinha a certeza de que iam fazer. E iam fazer da pior forma possível, para apagar para sempre qualquer coisa de belo que por acaso tivesse acontecido antes entre os dois.

Segue-se, então, uma série de histórias que, em sua grande maioria, giram em torno dos mesmos temas universais: amor, traição, morte, crime, vingança, separação, sofrimento, sempre narrados de uma forma concisa, que confere aos personagens certo tom de nobreza e dignidade, mesmo diante da pobreza e da tragédia. Nesta seção, desaparece totalmente o eu autobiográfico ou memorialista, dando lugar a uma série de procedimentos de composição que aproximam claramente os textos da narrativa ficcional: o uso de nomes comuns (que, ao contrário dos apelidos da seção anterior, dispensam a referencialidade) e às vezes simbólicos (como Brasilino, Dulcina e Aristeu), a adoção da voz de personagens para narrar algumas das histórias (como no texto “Gosto cada vez mais”, narrado por uma voz feminina) e a construção de jogos de ponto de vista (como em “Não tinha nada contra a sogra”, em que um narrador-editor faz as vezes de delegado ou juiz e dá a palavra a um servente de pedreiro). Num dos textos, que leva o nome de “Bilhete no espelho”, Wander Piroli utiliza até mesmo a forma do verso, escolhendo mais uma vez a voz e o ponto de vista feminino.

De forma ainda mais emblemática que as seções anteriores, o livro se encerra com um texto intitulado “Briga de rua” (p. 98-99), em que



dois mendigos anônimos, maltrapilhos e embriagados, trocam pedradas e golpes de canivete na calçada da Rua Itapecerica, diante do olhar indiferente dos transeuntes, provavelmente até a morte, enquanto a radiopatrulha demorava quase uma hora para chegar e recolher com enfado “o que restava dos dois mendigos”. O anonimato dos personagens (chamados de “mendigo-um” e “mendigo-dois”), a narrativa seca e detalhada da briga “em câmera lenta” e a própria posição do texto no final do livro imprimem na retina do leitor a imagem final, quase estática, de um mundo de miséria e sofrimento em pleno desaparecimento, mas que ainda assim é humano, a despeito do olhar indiferente dos transeuntes, do próprio narrador e de toda a cidade.

3

O que se revela na leitura de *Lagoinha*, portanto, é um sutil e progressivo deslizamento, que passa por diferentes convenções genéricas e pactos de leitura, problematizando não só os limites entre os gêneros, mas as próprias fronteiras entre o real e o ficcional, o histórico e o literário. Do depoimento sobre experiências pessoais, que se aproxima da autobiografia, com seu apoio na referencialidade do tema e na identificação entre autor, narrador e personagem; passando pelo relato memorialístico, que resgata pessoas marcantes e casos curiosos do passado, erigindo lugares da memória e articulando lembranças individuais e coletivas; até chegar a textos que funcionam como pequenos contos, assumindo abertamente certo caráter ficcional e construindo uma visão mítica do universo boêmio que animava a Lagoinha. Nesse deslizar, então, há um movimento de progressiva abstração e incorporação da lógica ficcional, por meio do qual Wander Piroli reinventa a Lagoinha, impregnando-a com sua memória afetiva e produzindo sobre ela um tipo de saber que somente é possível pelo recurso ao ficcional.



O prefácio de João Antônio de Paula capta bem esse movimento. Ao interesse de Wander Piroli pelo “baixo corporal da cidade”, o texto relaciona a ideia da cidade como uma elipse, figura geométrica com dois focos que corresponderiam aos lugares de poder e contrapoder de todas as cidades. Assim, a Praça Vaz de Melo compara-se à Paris das barricadas, ao Rio de Janeiro dos capoeiras e da Revolta da Vacina, à São Paulo do Bexiga, da Boca do Lixo e do Capão Redondo. Mergulhando nesse espaço, Wander Piroli não estaria apenas “dando voz aos quase emudecidos, reconstituindo suas fisionomias apagadas e modestas” e lembrando-nos “da existência de uma significativa parte da cidade que, nas margens e nas sombras, não é menos digna.” (PAULA, 2003, p. 9). Com sua prosa seca e contida, “lâmina sem cabo”, Wander Piroli é para João Antônio de Paula um poeta, um “áspero narrador das pequenas misérias, das gentes das margens, da Lagoinha, do morro, de todos os morros”, capaz de “evocar as gentes humildes, ordinárias, dando-lhes uma tal dignidade que seus gestos, mesmo os mais prosaicos ou precários, os únicos que lhes parecem caber, acabam por assumir uma espécie de transcendência épica, uma certa aura mítica.” (PAULA, 2003, p. 13-16). A Lagoinha não está nos seus textos apenas como cenário e tema, mas sim como espaço “moral” e “existencial”. “Na verdade, é como se todos os caminhos do mundo de Wander Piroli passassem pela Lagoinha.” (PAULA, 2003, p. 15). Aos olhos de João Antônio de Paula, portanto, a Lagoinha não é apenas um lugar particular, histórica e geograficamente situado. A cidade e suas margens são realidades universais, que o autor escreve, ficcionaliza e transforma em literatura.

É claro, portanto, que o esforço de Wander Piroli distancia-se do realismo, pois não se trata de mostrar a realidade tal como ela é, como um repórter ou historiador, mas de captá-la numa imagem, de reinventá-la numa pequena tragédia cotidiana e anônima. Mais do que um tema



ou um cenário, a Lagoinha funciona como uma espécie de lugar de fala, como um ponto de vista a partir do qual se pode olhar o mundo de uma outra forma. Por isso o autor repetia o velho bordão, dizendo que ele podia até ter saído da Lagoinha, mas que ela não tinha saído dele, ele a carregava consigo. Daí também a ideia, que aparece no prefácio de João Antônio de Paula, da literatura de Wander Piroli como uma literatura “de punhos cerrados” (PAULA, 2003, p. 14), uma literatura que se vale da linguagem e da ficção como armas, como instrumentos de luta no combate político de todos os dias.

4

Se a narrativa literária é produtora de saber, cabe perguntar, em cada caso, que tipo de saber está em jogo. Porque o saber é sempre, em alguma medida e de algum modo, abstração e generalização, ainda que essas operações nem sempre se realizem pela via da análise e da racionalidade. O mapa, como ensinou Borges (1986, p. 71), não pode coincidir completamente com o território, sob o risco de se tornar desinteressante e obsoleto. No livro de Wander Piroli, temos um escritor menor, falando de um lugar menor num livro menor, o que poderia sugerir o simples registro do particular, tarefa legada por Aristóteles ao historiador e não ao poeta. Mas essa escrita, como vimos, não é simplesmente a representação realista desse lugar menor, pois amplifica sua significação através do procedimento ficcionalizante e do esforço na luta com a linguagem. Se Wander Piroli quer dar voz aos miseráveis e marginais, ou pelo menos torná-los visíveis, é para mostrar que eles são “demasiadamente humanos”, ou seja, para afirmar sua participação naquilo que, universalmente, define o homem.

Mas, paradoxalmente, como um escritor menor, Wander Piroli parece excluir e recusar o horizonte totalizante do conhecimento, segundo sua versão racionalista da modernidade ocidental. Se o autor assume um



universal, ele o faz de um ponto de vista local e marginal, e seu objetivo parece ser não o de construir um conjunto coerente e harmonioso de generalidades, mas atravessar esse conjunto com algo que faz necessariamente parte dele, mas parece sempre irredutível, impossível de captar na totalidade. Assim, se a literatura de Piroli reivindica a universalidade da Lagoinha e de seus personagens, é para atravessar com a diferença o próprio coração do universal, mostrando sua incompletude, falta e precariedade. Por isso, talvez, a atitude assumidamente anti-intelectual com que Wander Piroli adentra o universo da literatura, como se quisesse antecipadamente desafinar qualquer pretensão bem-pensante de beletrismo e revelar, logo de saída, sua postura de combate no interior da cultura.

Como um anti-intelectual, ele não reserva no livro muito espaço para a metalinguagem, para a reflexão explícita sobre o fazer literário. Uma exceção a essa postura aparece no texto “A fome nem sempre é a mesma” (p. 57-58), relato nitidamente autobiográfico que sintetiza de modo admirável todas as questões aqui levantadas. Nesse texto, o autor teoriza sobre “o verdadeiro jornalismo e a verdadeira literatura” (p. 58), bem como sobre a relação entre sua escrita e a cidade. O texto começa assinalando a oportunidade especial em que foi escrito, o aniversário de 100 anos de Belo Horizonte, e as possibilidades abertas pelo tema: ele poderia falar das virtudes e belezas da cidade, da Savassi e do Parque das Mangabeiras, ou “do desemprego, do baixo salário, dos assaltos” (p. 57), que poderíamos traduzir espacialmente em termos de Lagoinha e Rua Guaicurus. Opta, no entanto, por uma terceira via, uma imagem que lhe persegue desde a adolescência, “de um homem parado na porta de um botequim comendo um pedaço de pão” (p. 57), verdadeira obsessão que não lhe sai da cabeça em uma conversa com um jovem jornalista: “Expliquei ao talentoso jornalista que já havia tentado, inúmeras vezes, escrever sobre esse homem e seu pão, e só me consideraria escritor de verdade depois que tivesse colhões para conseguir



essa façanha boba e cada vez mais difícil” (p. 57). Em seguida, Piroli (2003, p. 57-58) parece enfim realizar a façanha:

Era um homem sem idade e de cor cinza, comprido, mas barrigudinho, de paletó preto apertado nas banhas da cintura, calça amarrotada pega-frango, sapato sem meia e chapéu-coco. Cada peça de sua indumentária parecia pertencer a outra pessoa.

Ele estava parado junto à porta, mas não encostado nela, e mordida interminavelmente o seu pedaço de pão, alheio à canalha que entrava e saía do botequim: putas, cachaceiros, profissionais do rebuceteio, tudo quanto é náufrago da noite.

Não comia devagar nem depressa, nem com raiva nem com fastio, mas de maneira aplicada e constante, e o pedaço de pão não acabava. Por mais que fosse mastigado, continuava do mesmo tamanho.

Vejam bem: cada peça da indumentária daquele homem parecia de outra pessoa e o pão, incrivelmente, não acabava, continuava sempre do mesmo tamanho: “não era simplesmente um homem parado na porta de um botequim comendo um pedaço de pão. Meu Deus, é bem mais, e isso é terrível.” O texto se encerra com uma declaração enigmática, fazendo referência a uma lição que o jovem jornalista só poderia aprender na prática, no contato bruto e direto, não com a realidade, mas com um “código” secreto e impossível de traduzir em palavras, senão pelo recurso à abertura da imagem e da narrativa, pela busca permanente por aquele homem comendo seu pão na porta do botequim, com uma fome que “nem sempre é a mesma”:

Contei para o jovem repórter que eu tinha então 17 anos e estava começando a entrar nas coisas da vida ou, mais do que isso, como vi mais tarde: estava aprendendo o código, que você não consegue nem precisa traduzir em palavras, mas só com gente, com poucas pessoas, as que interessam e não acabam. (p. 58)



Referências

BORGES, J. L. Do rigor na ciência. In: BORGES, J. L. **História universal da infâmia**. Tradução de Flávio José Cardozo. Porto Alegre: Globo, 1986.

CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LACLAU, E. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: MENDES, C.; SOARES, L. E. (Coord.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 229-250.

PAULA, J. A. de. A Lagoinha: o lugar e o poeta do lugar. In: PIROLI, W. **Lagoinha**. Belo Horizonte: Conceito, 2003. p. 5-17.

PIROLI, W. **Lagoinha**. Belo Horizonte: Conceito, 2003.

Bibliografia

FIGUEIREDO, A. A.; CABRAL, C. A. Encham os copos, acendam os cigarros: vai falar Piroli, o filho da mãe. **Suplemento Literário de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 1.330, p. 3-6, maio/jun. 2010.

FREITAS, M. V. de. Cidade, infância e memória em Os rios morrem de sede, de Wander Piroli. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, Belo Horizonte, v. 26, n. 35, p. 49-57, jan./jun. 2006.

SOUZA, E. M. de. Saberes narrativos. **Revista Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 56-66, 2004.

ARQUIVOS PÚBLICOS E ARQUIVOS DE ESCRITORES: uma comparação

Renato Pinto Venancio

Um arquivo, por definição, é um ‘conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva [ou individual], pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.’ (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).¹

Os arquivos de escritores, portanto, numa definição bastante sucinta, constituem-se no conjunto de documentos produzidos e recebidos por um determinado indivíduo que desempenha essa função na sociedade, sendo, por isso, um arquivo privado pessoal.²

1 Cabe destacar aqui a centralidade atribuída ao titular no processo de acumulação dos documentos. Em outras palavras, os arquivos não são meras coleções artificiais de documentos. (CAMARGO; GOULART, 2007; CAMARGO, 2009, p. 25-39)

2 A expressão “arquivo literário” é alvo de contestações teóricas (se considerada literalmente, excluiria dos acervos de escritores os documentos sobre vida familiar, saúde etc, por não serem “documentos literários”), embora tenha sido utilizada, com sucesso, nos casos de acervos acumulados por instituições repressivas que, em razão da censura e da prisão de escritores, acumulam originais e correspondências dos mesmos. Esses foram os casos, por exemplo, de Isaak Babel, Boris Pilniak e Ossip Mandelstam na União Soviética (CHENTALINSKI, 1996).



Esse tipo de arquivo é um importante patrimônio cultural e sua proteção é prevista na Constituição brasileira.³ A legislação complementar, registrada na Lei nº 8.159, de 1991 e conhecida como Lei de Arquivo, regula a questão da preservação dos arquivos de natureza privada, dentre os quais estão incluídos os arquivos pessoais, que, por sua vez, apresentam como um de seus tipos os arquivos de escritores. Antes de avançarmos na caracterização desse tipo de arquivo, vejamos o significado dos arquivos, de uma forma geral. Para isso, vamos traçar um breve histórico dos arquivos públicos. A partir dessas informações, será possível caracterizar os arquivos pessoais.

Arquivos públicos

A origem dos arquivos públicos confunde-se com a do Estado e das sociedades de classes. Na época contemporânea, os arquivos se transformaram num elemento central da escrita da nação.⁴ A partir da Revolução Francesa, de 1789, se determina que o cidadão teria direito a conhecer os atos públicos do Estado e surge daí a noção de Arquivo Nacional, em substituição aos antigos arquivos dinásticos, tais como a Torre do Tombo

3 Eis o que afirma o Art. 216 da Constituição brasileira: “**Constituem patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as **criações** científicas, **artísticas** e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

4 Cabe lembrar que, em razão das revoluções liberais, iniciadas em fins do século XVIII, a noção da soberania transita da figura do Rei para o “povo” e a “nação”. Em razão da existência desses eu-coletivos (“povo” e “nação”) a História assume um papel estratégico, sendo alvo de grandes investimentos intelectuais, tanto na recuperação de fontes documentais quanto na invenção de tradições, sugerindo a ancestralidade da unidade nacional (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 9-23).



em Portugal, ou o Arquivo de Simancas, na Espanha, criados no século XVI (NORA, 2004).

Ao longo do século XIX, o modelo de Arquivo Nacional francês é adotado nos governos constitucionais europeus e em outros continentes. No Brasil, por exemplo, apesar da escravidão e do sistema monárquico, a preocupação com a comunicação dos atos e deliberações públicas levou à publicação dos “livros de leis” e de “relatórios ministeriais” ou de “presidentes de província.” Em certo sentido, as lutas democráticas do século XX estão associadas à ampliação da dimensão do Estado, como expressão da “esfera pública”. Tal mudança possibilitou, por sua vez, a emergência da “política” como expressão da sociedade civil, estruturada numa

[...] rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos... A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado para o entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 2003, p. 92).

A ausência da “esfera pública”, com certeza, não é um déficit conjuntural, mas sim um problema estrutural, gerando uma subcidadania e sendo fator impeditivo do ingresso da sociedade na contemporaneidade. Nesse sentido, o conceito de “esfera pública” – cuja aplicação tem se estendido aos mais diversos campos (Ciência Política, Sociologia, História, Direito, Pedagogia etc.) – teria proporcionado importantes contribuições no campo da Arquivística. As pesquisas realizadas nesse campo têm enfatizado que:

- o reconhecimento da informação governamental como um recurso fundamental para o Estado e a sociedade civil;
- a informação governamental contempla a sociedade civil com o conhecimento do Estado e da própria sociedade civil – passado e presente;



- a informação assegura transparência ao Estado, facilitando ao governo administrar suas diversas funções sociais;
- o livre fluxo de informação entre Estado e sociedade civil é essencial para uma sociedade democrática. (JARDIM, 1995, p. 32).

Além da esfera pública, outro vetor importante, também responsável por mudanças nos procedimentos e na forma de entender os arquivos, relaciona-se ao enorme aumento da produção documental registrado em meados do século XX. Tal situação estimulou a Arquivologia a desenvolver procedimentos para garantir a organização e a recuperação eficiente das informações contidas nos arquivos das organizações públicas e privadas. Esses princípios foram definidos conceitualmente como Gestão de Documentos (*Records Management*). A origem dessa conceituação data da década de 1940, principalmente a partir dos trabalhos de Philip C. Brooks (1940). Essa nova metodologia teve por base a noção de “ciclo vital” dos documentos:

O ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados [...] A segunda fase – a do arquivo intermediário – é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. Permanecerão em um arquivo que já centraliza papéis de vários órgãos, porém sem misturá-los ou confundi-los, pelo prazo aproximado de 20 anos [...] Abre-se a terceira idade aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente no país, estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. A operação denominada recolhimento conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2004, p. 23-24).

A adoção desses procedimentos, primeiramente nos Estados Unidos, representou uma revolução na Arquivística. Sua origem está relacionada ao extraordinário aumento da produção documental registrado



na primeira metade do século XX.⁵ A Gestão de Documentos abrange, grosso modo, várias etapas, de acordo com a idade Arquivística em questão. Como ferramenta de controle desse processo foram desenvolvidos o *Plano de Classificação de Documentos* e a *Tabela de Temporalidade*. O primeiro instrumento é definido como: “Esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 21). Ao passo que a segunda ferramenta preside “a passagem da primeira idade (arquivos correntes) para a segunda (arquivos intermediários), tanto quanto presidirá a passagem seguinte, para a terceira idade” (BELLOTTO, 2004, p. 23-24).

Tal perspectiva tem como pressuposto o respeito ao princípio da proveniência (BELLOTTO, 2004, p. 23-24)⁶ e da ordem original dos fundos.⁷ A passagem pelas idades arquivísticas, por sua vez, implicam no estabelecimento de prazos de destinação, ou seja, eliminação, preserva-

5 Tal fenômeno decorria dos múltiplos desdobramentos da revolução técnico-científica nas sociedades. Por vezes, modificações tecnológicas simples levaram ao incremento da produção documental e de cópias. Conforme sublinha Schellenberg (apud FONSECA, 2005, p. 45): “Os primeiros papéis carbonos eram oleosos e não fixavam bastante. Os carbonos permanentes só começaram a aparecer depois de 1905”. Essa mudança tecnológica foi acompanhada por diversas outras (por exemplo, a reprodução xerográfica, surgida nos Estados Unidos dos anos 1940), com implicações bem mais intensas. Mais importante, porém, foi a constituição dos sistemas burocráticos contemporâneos, baseados em critérios legais e racionais, assim como a constituição do Estado de bem estar social. O impacto dessas mudanças foi enorme. Um exemplo: entre 1914-1929 e o início da década de 1970, a produção documental anual do governo americano passou de 466 metros lineares para 120.000 metros lineares! Cada metro linear corresponde aproximadamente a 4.000 páginas. Portanto, uma passagem de aproximadamente 2 milhões de páginas para 480 milhões de páginas anuais. (FONSECA, 2005, p. 45).

6 “Princípio da proveniência: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos.” (BELLOTTO, 2004, p. 88).

7 “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).



ção temporária em arquivos intermediários ou de custódia definitiva, em arquivo permanente. Essas etapas estão sujeitas à avaliação – que deve contar com a assessoria de historiadores, juristas e administradores –, no sentido de identificar o valor dos documentos, seja temporariamente, seja para guarda permanente.

Esse conjunto de procedimentos, aqui apresentados de forma bastante sumária, permite a eliminação racional de documentos sem valor probatório ou histórico-cultural, além de facultar a preservação daqueles que integram o patrimônio documental de uma sociedade.

Os procedimentos para adoção de uma política pública de Gestão de Documentos são apresentados no formato de norma legislativa: a lei de Arquivos. Segundo essa lei, o conceito de Gestão de Documentos é definido como um:

[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, em fase corrente e intermediária, independente do suporte, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991).

A implantação dessa metodologia varia de país a país, estruturando-se de forma mais avançada ou atrasada. Constatase, também, uma variação de acordo com a esfera pública em questão (executivo, legislativo e judiciário), ou em relação a sua área regional de atuação (federal, estadual e municipal).

Independentemente dessa multiplicidade de situações, a documentação produzida na esfera pública conta, pelo menos do ponto de vista legal, com instituições visando sua salvaguarda e preservação. Nesse sentido, as legislações nacionais, estaduais ou municipais preveem a existência de arquivos públicos para a guarda permanente desses acervos.

Em relação aos arquivos privados, a situação é bem mais complexa. Os percursos dos arquivos de escritores se ressentem dessa ambiguidade.



Arquivos privados, arquivos de escritores

Os arquivos privados são também regulados pela Lei de Arquivos (BRASIL, 1991, p. 457) que prevê, em seu terceiro capítulo, os seguintes procedimentos:

Art. 11 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único - Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14 - O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16 - Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social.

Conforme é possível observar, há uma diferença fundamental quando se compara, do ponto de vista institucional, a destinação dos documentos públicos em relação à dos documentos privados. No primeiro caso, na ocorrência de uma gestão de documentos bem implementada, o documento nasce nos arquivos correntes das repartições públicas, permanece em arquivos intermediários depois de ser avaliado e, quando revelando valor histórico, cultural ou científico, é encaminhado aos



arquivos permanentes, isto é, aos arquivos públicos da respectiva esfera federal, estadual ou municipal.

A efetiva implantação desses procedimentos, conforme mencionamos, tem variado de país a país. No Brasil, é muito crítica a lentidão da implantação da gestão de documentos na esfera pública, gerando opacidade do Estado e comprometendo a formação da esfera pública (JARDIM, 2010; INDOLFO, 2008). No entanto, do ponto de vista institucional, não há como negar a existência de um conjunto de procedimentos previstos para salvaguardar esse tipo de patrimônio documental.

Em relação aos arquivos privados, registra-se uma fragilidade institucional ainda mais acentuada, quando se pensa na guarda permanente desses acervos. De certa maneira, isso pode ser percebido através de uma leitura atenta da Lei de Arquivos. No mencionado capítulo referente aos acervos privados, já citados, emprega-se mais de uma vez um verbo indicador de possibilidade:

Os arquivos privados *podem* ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social [...] Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não *poderão* ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior [...] O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social *poderá* ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor. (BRASIL, 1991, p. 457, grifo nosso).

A indicação de mera possibilidade denuncia ausência de rigor na destinação de arquivos privados. Esses, podendo ter origem pessoal, familiar ou institucional, dizem respeito, nesses últimos casos, a escolas, igrejas, sindicatos, corporações não-lucrativas, empresas etc. Em relação a eles, o poder público “poderá” se responsabilizar por sua guarda permanente, mas isso depende de um processo de tomada de decisão que envolve três etapas:

- 1) O detentor ou titular do arquivo, assim como qualquer cidadão, pode



solicitar que o mesmo seja qualificado como de interesse público e social; 2) Cabe ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão criado pela referida Lei de Arquivos e vinculada ao Arquivo Nacional, proceder a estudos técnicos que subsidiem a decisão de reconhecer o arquivo privado como de interesse público e social; 3) Através de decreto da presidência da República, o referido arquivo é declarado de interesse público e social.⁸

Cabe aqui ressaltar a fragilidade no que diz respeito à preservação desses arquivos. Tal fragilidade se manifesta através da escolha de um verbo que indica a possibilidade – o verbo “poder”. Tal redação não garante uma destinação clara aos arquivos privados. Além disso, a ambiguidade quanto à destinação documentos também se manifestada na redação do Art. 15, que emprega o verbo no tempo futuro “poderão”, acrescentando ao texto da lei uma conotação de possibilidade remota: “Art. 15 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social *poderão* ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas” (BRASIL, 1991, p. 457, grifo nosso).

O efeito prático dessa situação é uma ausência de política de acervos privados por parte das instituições que deveriam preservar o patrimônio arquivístico brasileiro. Isso, por sinal, é reconhecido por especialistas, que afirmam:

Os processos de aquisição de documentos privados em arquivos públicos ainda carecem, portanto, de critérios mais objetivos, como no caso do Arquivo Nacional. Muitos acervos privados, de possível interesse público e social, continuam, entretanto, sob a posse de particulares; e estes não sabem para onde e nem como destinar essa documentação (DIAS; FONTES, 2013, p. 55).

8 As solicitações de pessoas físicas ou jurídicas, em termos da qualificação dos arquivos privados como de interesse público e social são encaminhadas a “uma Comissão Técnica de Avaliação, constituída pelo CONARQ, e composta por servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Biblioteca Nacional e do próprio Arquivo Nacional.” (DIAS; FONTES, 2013, p. 49).



Tais problemas não são exclusivos de arquivos pessoais e nem são exclusivos do Brasil. Eles também dizem respeito aos demais arquivos privados. Em relação aos arquivos de empresas, por exemplo, há formas muito variadas de custódia e preservação de acervos. As soluções variam conforme os países e o momento histórico. Na França, desde 1949, os *Archives Nationales* criaram um setor específico, *Archives Économiques*, responsável por identificar e recolher acervos de empresas, bancos e firmas comerciais que deixaram de existir ou cujos arquivos transitaram para o terceiro ciclo de vida. Na Inglaterra, são as universidades que recebem tais arquivos. Na Alemanha, as câmaras de comércio se incumbem da construção de depósitos e de estrutura de acesso à documentação empresarial de guarda permanente e destinada à pesquisa histórica. Na Itália, grandes empresas organizam depósitos próprios, franqueados a pesquisadores, como é o Arquivo da Fiat, existente em Turim e que conserva milhares de metros lineares de documentação desse grupo industrial (PEDRAZA, 2009).

Em relação aos arquivos pessoais, a preocupação com sua preservação começou a ser registrada no século XVIII. Isso decorria da complexa estrutura da administração do Estado absolutista, que, no século anterior ao mencionado, cresceu a base do serviço domiciliar da administração. Em razão disso, os arquivos dos *grands serviteur de l'État* começam a ser apreendidos após o falecimento dos mesmos (NORA, 2004,). Outro momento importante em termos de preocupação com os arquivos pessoais e familiares foi após as revoluções liberais. Em razão da ausência, no Antigo Regime, da diferenciação de público e privado, foi necessário recolher, a partir de 1789, sistematicamente estes arquivos, pois do conhecimento deles dependia muito o funcionamento das estruturas administrativas estatais.

No Brasil, a preocupação sistemática em relação a esse tema se manifestou no século XIX. Em 1838, os herdeiros de José Bonifácio, no mesmo ano de seu falecimento, doaram o arquivo pessoal do *Patriarca da Independência* – constituído por 915 documentos – à Biblioteca



Nacional. A partir de então, essa instituição começou a receber arquivos pessoais de personagens ilustres, como o do Barão do Rio Branco, doado em 1881 pelo “filho do titular.” Após a proclamação da República, a Biblioteca Nacional continuou recebendo arquivos pessoais, como foi à doação da coleção Imperatriz Teresa Cristina Maria, em 1892, pelos familiares da titular e cujo acervo contava com cerca de 4.900 fotografias, além de outros documentos. No século XX, a compra ou doação de acervos pessoais se multiplicou (BRANDO; MEREGE, 2009), como nos casos da entrada na instituição de coleções e fundos arquivísticos de Alexandre Rodrigues Ferreira, Thomás Antônio Gonzaga, Euclides da Cunha, Afrânio de Melo Franco, Coelho Neto, Rodolfo Garcia, Arthur Ramos (BIBLIOTECA NACIONAL, 2004), Nelson Werneck Sodré ou de Lima Barreto (OLIVEIRA, 2012).

O Arquivo Nacional, por sua vez, assumiu um perfil “cartorial”, como depósito confiável da documentação pública do governo monárquico (COSTA, 2000). Até 1900, apenas quatro fundos/coleções privados deram entrada na instituição (DIAS; FONTES, 2013). Além disso, essas entradas podiam ser temporárias, devido à ausência de alternativa de destinação. Em 13 de julho de 1891, por exemplo, o jornal carioca *O Tempo* publicou matéria intitulada “Papeis Imperiais”. Nela, noticiava que:

O Sr. ministro do interior encarregou ao Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque a proceder a exame sumário dos papeis ora existentes na sua secretaria vindos dos palácios do ex-imperador, por ordem do Governo Provisório, a fim de serem separados os que forem de caráter público, devendo o mesmo Dr. Liberalino reger-se pelas seguintes instruções:

Considerar-se-ão no primeiro caso:

Cartas particulares;

Minutas e cópias não autenticadas;

Memórias ou peças literárias;

Escritos avulsos sem denominação especificada.



Considerar-se-ão no segundo caso:

Petições;

Representações;

Ofícios de quaisquer funcionários públicos;

Consultas do conselho de estado;

Pareceres sobre assuntos da administração nacional

Memórias sobre objeto de serviço público. (PAPEIS IMPERIAIS, 1891).

Era prevista a devolução do que fosse considerado acervo pessoal ao ex-imperador ou à sua família. No entanto, em razão do exílio e a morte de D. Pedro II, isso não se efetivou. O arquivo “pessoal” do monarca, por essa razão, acabou sendo recolhido ao Arquivo Nacional, aí permanecendo até 1940, quando então é transferido para o então recém-inaugurado Museu Imperial de Petrópolis. O Arquivo Nacional, dessa forma, fechou-se à documentação privada. Foram necessários decretos presidenciais para que essa orientação em parte fosse alterada. Isso ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, quando, por determinação presidencial, foram custodiados na instituição os arquivos pessoais de “heróis republicanos”, como no caso dos acervos de Floriano Peixoto ou Benjamin Constant.

No plano regional, as mudanças também foram lentas. Somente após quarenta anos de sua formação, em meados da década de 1930, o Arquivo Público Mineiro começou a recolher fundos privados. O primeiro fundo a ingressar na instituição foi aquele pertencente ao ex-governador João Pinheiro. No período, cerca de 30 arquivos pessoais foram doados à instituição ou encaminhados a ela por determinação judicial, como no caso do fundo Arthur da Silva Bernardes (NEVES; ÂNGELO, 2009). Tratava-se, cabe ressaltar, de uma iniciativa semelhante a muitas outras que ocorreram no plano estadual e municipal, cujo traço comum era a incorporação de acervos de políticos de destacada atuação, como presidentes, governadores, senadores etc. De certa forma, esses fundos



eram complementares àqueles que as instituições arquivísticas públicas abrigavam, quase sempre provenientes do poder executivo e legislativo.⁹

Apesar dessas iniciativas, várias lacunas foram deixadas, principalmente em relação aos acervos posteriores a 1930. Isso deu origem à formação de centros de documentação. Como exemplo, cabe aqui destacar o importante papel do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC, “[...] criado em 1973 em torno dos arquivos privados de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Gustavo Capanema e de outros membros da geração de políticos ligados ao governo Vargas” (PAULA, 2011, p. 3). Outro centro de documentação, criado em 1986, foi a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O COC atual como “centro de pesquisa, documentação e informação que se dedica à memória e à história das ciências biomédicas e da saúde pública” (SANTOS, 2005, p. 20) – sua atuação tem sido muito importante na preservação de arquivos pessoais de cientistas brasileiros.

A formação de instituições semelhantes ocorreu em relação aos arquivos de lideranças operárias ou de artistas, como cantores e compositores na música popular brasileira – é o que respectivamente se constata nos casos do Arquivo Edgard Leunroth, da Unicamp (ARAÚJO; BATALHA, 1999), ou no Museu da Imagem e do Som. Em relação aos arquivos de escritores, a Biblioteca Nacional desempenhou um importante papel. A Academia Brasileira de Letras se restringiu ao acolhimento dos arquivos pessoais de acadêmicos. Essa atuação, entretanto, esteve longe de ser sistemática e cuidadosa. Houve mistura de documentos de autoria dos titulares a de outros documentos. A consequência disso foi a impossibilidade de recuperação da organicidade do acervo a partir das coleções atualmente disponíveis.¹⁰

9 Esse papel também foi desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seus congêneres regionais.

10 Um grupo de arquivista tem produzidos guias de acordo com as normas da área; porém, na situação atual não é possível recuperar a organicidade da maioria dos acervos, por isso mesmo definido como formado por “coleções.” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003).



Em razão dessa restrição ao “cânone” por parte da Academia, outras iniciativas surgiram. Em 1972, é criado o Arquivo-Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa (VASCONCELLOS, 1999). Em fins da década de 1980, é inaugurado o Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (MIRANDA, 2009). Essas iniciativas são extraordinariamente importantes, mas quase sempre enfrentam graves problemas para se institucionalizarem, uma vez que a institucionalização implica garantir previsões orçamentárias, recursos humanos, equipamentos e planos de expansão da estrutura de guarda e de promoção do acesso aos acervos custodiados. Além disso, esses arquivos dependem cada vez mais de recursos tecnológicos sofisticados e dispendiosos, principalmente quando lembramos que:

Se, no passado, o romancista guardava todos os rascunhos de seu livro, os comentários do editor e as correções do autor desde o manuscrito até a prova final de página, hoje em dia, tudo isso está automatizado e pronto para ser descartado ou, com igual consequência, deixado para se perder em sua forma digital. (COX, 2008, p. 51).

Caso a esfera pública não se atentar para essa dimensão, as futuras gerações, com justa razão, lamentarão essa experiência de pobreza intelectual legada por nosso tempo. Por outro lado, alguns dispositivos legais poderiam nortear a superação desse problema. Nesse sentido cabe lembrar o capítulo V, “Da declaração de interesse público e social de arquivos privados”, do Decreto nº 4.073, que prevê uma ação mais incisiva do poder público na preservação de certos arquivos privados:

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II - os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 3º da Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991;



III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei nº 8.159, de 1991. (BRASIL, 2002).

Em outras palavras, as instituições arquivísticas públicas deveriam ao menos avançar na identificação dos acervos privados valiosos e implementar seu tombamento.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Arquivo dos Acadêmicos**: guia geral. Coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/guia_geral_arquivos_academicos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ARAÚJO, A. M. C.; BATALHA, C. H. M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Z. L. da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 65-78.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Arquivo Arthur Ramos**: inventário analítico. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1111530.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.

BRANDO, D. C.; MEREGE, A. L. Arquivos privados na Biblioteca Nacional. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 59-71, 2009. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1085&op=1>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Câmara do Deputados, 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4073-3-janeiro-2002-430431-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 558, de 28 de outubro de 1937. Manda publicar, como patrimônio do Estado, documentos inéditos de Benjamin Constant. Brasília, DF: Câmara do Deputados, 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-558-28-outubro-1937-555666-publicacaooriginal-75008-pl.html>>. Acesso em: 6 de fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 457.

BROOKS, P. C. The selection of records for preservation. **American Archivist**, v. 3, n. 4, p. 226-227, 1940.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 25-39, 2009.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CHENTALINSKI, V. **A palavra ressuscitada nos arquivos literários do K.G.B**. Lisboa: Bertrand, 1996.

COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**. v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2123>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COX, R. J. **Personal archives and a new archival calling**: readings, reflections and ruminations. [S.l.]: Litwin Books, 2008.



DIAS, A. H. C. de S.; FONTES, L. A. S. Documentos privados em arquivos públicos: notas para uma discussão sobre o caso do Arquivo Nacional (Brasil). In: OLIVEIRA, L. M.V. de; OLIVEIRA, I. C. B. de (Org.). **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 49-59.

FONSECA, M. O. K. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INDOLFO, A. C. As transformações no cenário arquivístico federal. **Arquivo & Administração**, v. 7, p. 49-70, 2008.

JARDIM, J. M. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 119, n. 1, p. 54-72, 1995.

JARDIM, J. M. Transparencia administrativa y derecho a La información gubernamental. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericana, 2010. p. 72-104.

MIRANDA, W. M. Memória de papel. **Revista Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 72-80, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A05.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NEVES, M. E. M.; ÂNGELO, R. de F. Constituição e preservação de um acervo. **Revista Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 142-150, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Arquivistica2009-2.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.



NORA, P. Introduction. In: DELMAS, B.; NOUGARET, C. (Org.). **Archives et nations dans L'Europe du XIX siècle**. Paris: École Nationale des Chartes, 2004.

OLIVEIRA, C. M. de. O arquivo do escritor Lima Barreto na Biblioteca Nacional: a revelação dos inéditos sobre a escravidão. **Ágora**, Vitória, v. 22, n. 44, p. 89-108, 2012.

PAPEIS imperiais. **O Tempo**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1891.

PAULA, C. J. de. A experiência do CPDOC/FGV na constituição de memórias de instituições judiciais brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=2380&tmpl=component&Itemid=170>. Acesso em: 6 fev. 2014.

PEDRAZA, J. A. G. **Los archivos de empresas**: que son y cómo se tratan. Gijón: Trea, 2009.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

VASCONCELLOS, E. Preservação da memória literária. In: SILVA, Z. L. da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 41-48.

GRAFIA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS E AS GRAMÁTICAS

Maria Helena Ochi Flexor

Apesar da inconsciência do povo brasileiro, em relação à documentação histórica da nação, alguns arquivos guardam documentos, tanto na área pública quanto na privada. Não basta, no entanto, guardar-se documentos “velhos”. É preciso, ao entrar num arquivo, saber usar os documentos ali guardados, especialmente quando se trata de documentos manuscritos.

É sabido que os paleógrafos, ou os amantes de papéis históricos antigos, se deparam com várias dificuldades ao tentar decifrar documentos de arquivos. Essas dificuldades vão desde o estado e qualidade do papel e da tinta à caligrafia utilizada e às abreviaturas. A grafia e, intimamente ligado a esta, o vocabulário pode se transformar em causas impeditivas de uma perfeita leitura e transcrição de documentos (MENDES, 1952). Também o vocabulário pode ser, muitas vezes, um empecilho para a compreensão do conteúdo do manuscrito, devido ao desconhecimento de termos que já caíram em desuso. Se tem que considerar que a grafia desses vocábulos sofreram modificações, devido aos critérios ou estilos empregados em cada época pretérita, que os tornaram incompreensíveis.

Embora se queira tratar apenas de grafia, é inevitável dar notícias de ortografia (do grego *orto* = certo e *graphos* = escrita). A ortografia latina seguiu critérios com dominância etimológica, em primeiro lugar,



seguidos pela analogia, pronúncia e uso. O estilo fonético, segundo o qual se escrevia de acordo com a pronúncia, na prática atingiu o Brasil até o século XVIII e mesmo XIX, misturando-se, com o estilo pseudo-etimológico, quando as ideias clássicas buscaram restaurar o estilo greco-latino, introduzindo letras dobradas e dígrafos helenizantes (rh, th, ph, ch), mudando, ainda na primeira metade do século passado para o estilo simplificado, baseado em Gonçalves Viana, estabelecendo padrões que ainda são hoje obedecidos (ARAÚJO, 1985).

A língua portuguesa, evidentemente, foi trazida pelos primeiros povoadores europeus chegados ao Brasil. Isso não quer dizer que, desde as primeiras décadas do século XVI, essa língua tenha se imposto oficialmente. A língua falada foi a primeira forma de comunicação com os indígenas. Esse contato resultou em diversos falares da família tupi, como os dos tupinambás, tupiniquins, tamoios, caetés, etc., e português, língua que foi usada durante bom tempo pelos nativos e lusos. A mistura dos diversos falares dos grupos de indígenas e portugueses deu origem, no transcorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, à língua que os jesuítas denominaram língua geral ou *nheengatu*. Há relatos diversos, segundo os quais, as mulheres que falavam língua portuguesa, em São Paulo, por força do contato diário e contínuo, com seus servidores indígenas e pela constante ausência dos homens brancos, que entravam para o sertão, acabaram trocando português pela língua indígena, segundo informações de Holanda (1956).

Vários jesuítas registraram vocabulário e catecismos manuscritos, mostrando a equivalência entre as variações dos falares tupis e a língua portuguesa. Pelos vocábulos, levantados até o presente por Barros (2010), os registros escritos, feitos pelos religiosos, construídos ao longo do tempo, não são idênticos, dada à pronúncia ou mesmo aos sotaques dos vocábulos das tribos tupis ou dos portugueses, ou em consequência do uso do estilo fonético no seu registro.



Segundo alguns autores, índios e africanos formavam os grupos aloglotas.¹ A aprendizagem da língua portuguesa se deu paulatinamente e de formas diversas. Não só as tribos indígenas tinham falares diferentes, como também os africanos, que propositalmente, não eram admitidos todos de uma só etnia numa mesma residência.² Havia, como intermediários entre índios e portugueses, entre brancos e diversas etnias africanas, os “língua”, ou intérpretes, homens ou mulheres que, permitiam o contato entre as três raças e a aprendizagem gradativa da língua portuguesa.

Normalmente os africanos eram classificados como boçais ou ladinos. Ladino era a qualidade daquele que não só aprendia suas tarefas, mas também apresentava boa vontade no trabalho, boas relações com seus pares e com os brancos, e aprendia, com mais rapidez, a língua portuguesa. O boçal, evidentemente, era o inverso. Não tendo a mediação dos religiosos, e sendo de diversas origens, os africanos aprenderam a língua portuguesa com maior rapidez que os índios. A língua geral foi exclusiva entre brancos e índios, não incluindo os negros, devido ao fato de serem em número diminuto, antes do século XVIII. É impossível se dar medidas de tempo para o período de formação e aprendizagem da língua geral e/ou da língua portuguesa e sua mescla que, até meados do século XVIII, não tinha se generalizado entre brancos, mestiços, indígenas ou africanos e crioulos.³

Em meados desse século, Portugal realmente se interessou pelo Brasil, por força do Tratado de Madri, de 1750. Foi posto em prática um projeto de reurbanização, repovoamento e administrativo que modificou os destinos do Brasil. Em especial a língua portuguesa, foi, então,

1 Eram ameríndios e africanos que, diante de uma língua nova, tinham de aprendê-la rapidamente e de ouvido (LIMA, 2004).

2 Os africanos vieram para a Bahia por ondas étnicas sucessivas e não simultâneas. Não se deve, portanto, uniformizar seus falares e, tampouco, contabilizá-los em massa.

3 Entenda-se “crioulo” como a primeira geração dos descendentes de africanos, nascidos no Brasil, e os mestiços, descendentes de brancos e negros eram “pardos”, a mistura entre pardos eram chamados “mulatos”, além dos “cabras”, que eram resultantes da mistura de índios e negros.



imposta oficialmente. Um documento [incompleto], de 28 de setembro de 1758, do Arquivo Público do Estado da Bahia, Índios, série Colonial, trazia a “Instrução para a diligencia de se erigirem, em Villas, as Aldeyas dos Índios” (APEB, 1758). Esse documento mandava que a referida diligência principiasse depois de publicadas as Leis, de 6 e 7 de junho de 1755, e Alvará de 8 de maio de 1758, que davam liberdade aos índios. Boa parte dessas instruções já estava contida no “Directorio” dos Índios do Grão Pará e Maranhão (1758). Visavam, com isso, libertar os índios para servirem de povoadores das novas vilas e, ao mesmo tempo implementar o desenvolvimento do comércio entre eles. Para os administradores de então, esses seriam os melhores meios de resistir aos jesuítas cuja maior força e riqueza, na América, tinha sido o domínio completo da civilização dos mesmos índios. Por isso D. José I ordenou que se estabelecessem povoações civis de índios livres que, assim, deixariam de ser inimigos dos portugueses e dos espanhóis e não assaltariam os caminhos, as cidades, vilas e aldeias das duas nações. Na realidade, os portugueses estavam perdendo território para os espanhóis, em especial nas regiões que, até a sua expulsão, estavam sob o domínio dos jesuítas (FLEXOR, 2004).

A Metrópole ordenou a elevação de antigas aldeias: as maiores a vilas⁴ – enquanto as menores se manteriam como aldeias, lugares ou povoações⁵ –, desmembrando-as de outras Câmaras e entregando sua administração aos índios, com o intuito de, na prática, civilizá-los, educá-los, obrigá-los a falar a língua portuguesa e, assim, integrá-los na sociedade dos brancos num núcleo urbano, para povoar e tomar conta do solo. Visava-se fortificar a Monarquia, libertando os índios, mas baseando-se, ainda, nas teorias de Jean-Jacques Rousseau sobre a origem e fundamento

4 Foi instituída uma única povoação com o título de cidade. A vila de Moucha, no interior do Piauí, foi elevada à cidade com o nome de Oeiras.

5 Além dessas subdivisões civis foram criadas também freguesias que pertenciam à divisão eclesiástica e que tiveram papel atuante como as primeiras.



da desigualdade entre os homens e, especialmente, na teoria da inocência dos primitivos (FLEXOR, 2004).⁶

Para cada uma das regiões do Brasil foram enviadas instruções para a criação das vilas e reorganização da administração, bem como homens de pulso forte para garantir o projeto, quer para o cargo de Governador e Capitão General – como o Morgado de Mateus em São Paulo, Gomes Freire Andrada, Conde de Bobadela, para o Rio de Janeiro⁷ – quanto para Ouvidores, Juizes de Fora, etc. Essas instruções, a depender da região, repetiam alguns capítulos do Diretório e, em outras, tinham determinações específicas a serem observadas, a saber a proibição de se continuar a falar a língua geral, a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, incluindo a troca dos topônimos por designações ligadas à nomenclatura de Portugal, especialmente tomando os nomes da Casa de Bragança, Nova Abrantes, Nova Barcelos etc.; e obrigando os índios a adotar nome e sobrenome nessa língua.⁸ Ao contrário do que se tem divulgado, foi estabelecido o ensino obrigatório de meninos e meninas e o convívio com os brancos para que eles se civilizassem, conforme rezava o Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão (DIRECTORIO..., 1984).

Com a implantação do projeto, na realidade, a Metrópole seguia as sugestões de Mendonça Furtado que mostrava, através de cartas, desde 1752, vontade de realizá-lo. Uma resposta do então Conde de Oeiras a seu irmão, de 14 de março de 1755, dizia que Sua Majestade resolvera “reduzir as Aldeyas, e Fazendas, a Villas, e Povoações Civis” e tomara “a mesma Resolução a Respeito da liberdade dos Índios na conformidade

6 Era uma liberdade fictícia, como o é ainda hoje, pois ficavam sob a guarda de um diretor. Logo depois, em 1763, mudou-se a capital do Brasil para o Rio de Janeiro.

7 O próprio irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi mandado como Governador e Capitão General do Pará e foi responsável pela aplicação do projeto pombalino e foi autor do Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão.

8 Foi incentivado o casamento entre brancos e índios, premiados com dote e a Ordem de Cristo.



de certa Doutrina de Solórzano”,⁹ permanecendo ainda, “em segredo esse negócio” até que Mendonça Furtado se recolhesse ao Pará depois da viagem pela região amazônica.¹⁰ Dentre essas instruções é interessante destacar aquelas enviadas à capitania de Pernambuco, pois contêm, em anexo, uma Cartilha relativa à obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos novos núcleos.¹¹ Relatórios de Ouvidores, encarregados de fiscalizar a implantação do projeto, dão notícias sobre a forma de implantação da língua portuguesa e os resultados esperados.

O período compreendido entre os meados do século XVIII, até a mudança da sede do Reino para o Brasil, é pouco estudado, sendo englobado na velha visão unilateral da economia. Mesmo o período joanino não mostra estudos que possibilitem a determinação precisa acerca da dimensão da influência da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, e a transformação do Rio de Janeiro em sede do Reino Unido. É certo que D. João promoveu a criação da Imprensa, Biblioteca e Arquivo Nacionais, acolheu franceses que criaram instituições, como a Academia Real de Belas Artes, entretanto, os meios de comunicação não diferiam muito dos tempos anteriores e nem se multiplicaram, a não ser na capital ocupada pela corte. A longa duração também interferiu no processo do uso da língua e não se deve ignorar esse fato ou colocá-lo em outro nível de influência. Da mesma forma, logo o próprio D. João VI promoveu o início da imigração européia que trouxe novos vocabulários. Muitos neologismos e sotaques foram incorporados ao português brasileiro, não só falado, mas também escrito.

A partir da década de 1920, quando se comemorou o 1º Centenário da Independência, se realizou, não só a Semana de Arte Moder-

9 Trata-se de Juan de Solórzano y Pereira que, nos fins do século XVII, escreveu sobre o direito dos índios da América Espanhola.

10 BNA - Biblioteca Nacional da Ajuda (1755).

11 A transcrição da cartilha, de 1759, está publicada em Flexor (2001), sob o título Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII.



na, mas se reagiu contra os imigrantes, que depreciavam os trabalhadores nacionais, e houve a incorporação de ideais socialistas. A língua portuguesa falada no Brasil também sofreu influências nacionalistas, que dominou, a partir de então o território brasileiro, incluindo o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, e seu ministro Gustavo Capanema que, em 1942, fez um discurso na Academia Brasileira de Letras, exortando a criação de um vocabulário ortográfico, incorporando modificações referentes ao falar brasileiro. Dizia “é fora de dúvida que precisamos de um vocabulário nacional”, principalmente incluindo “neologismos e estrangeirismo de uso corrente no Brasil, de brasileirismos de origem tupi e africana e de nomes próprios antropológicos e toponímicos usuais no nosso país” e recomendava a “supressão dos regionalismos e Portugal e de suas colônias”, a substituição de “determinadas formas vocabulares de uso em Portugal pela expressão correspondente de uso no Brasil” e a retificação da “grafia de nomes próprios geográficos peculiares do Brasil” (SILVA, 1999, p. 58-67). Provavelmente, dependendo desse sentimento nacionalista, nasceu a reforma ortográfica de 1943.

Gramáticos e ortografistas – séculos XVI-XVIII

Desde muito cedo, como se pode verificar, pela relação abaixo, circularam gramáticas no mundo lusitano, mas, praticamente como no caso da Bíblia, chegavam a poucas pessoas. Assim, se pode citar os seguintes autores, sem entrar em minúcias de suas obras:

1536 – Fernão de Oliveira. *Grammatica da lingoagem portugueza*.

1540 – João de Barros. *Gramatica da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*.

1574 – Pero de Magalhães Gândavo. *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua portugueza*.



- 1576 – Duarte Nunes de Leão. *Origem e orthographia da língua portuguesa.*
- 1633 – Álvaro Ferreira de Vera. *Orthographia ou arte para escrever certo na língua brasileira.*
- 1647 – Bento Pereira. *Thesouro da língua portugueza ou prosódia.*
- 1666 – Bento Pereira. *Regras gerais, breves e compreensivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erro no escrever da língua latina e portuguesa.*¹²
- 1671 – João Franco Barreto. *Orthographia da língua portugueza.*
- 1675 – João Franco Barreto. *Orthographia da língua portugueza.*
- 1710 – António de Melo Fonseca. *Antídoto da língua portugueza.*
- 1725 – D. Jerônimo Contador de Argote. *Regras da língua portugueza, espelho da língua latina, ou disposições para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portugueza.*
- 1734 – João de Moraes Madureyra Feijó. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza.*
- 1736 – D. Luiz Caetano de Lima. *Orthographia da língua portugueza.*
- 1746 – Luis António Verney. *Verdadeiro método de estudar.*
- 1759 – Manoel José Paiva. *Infermidades da língua portugueza.*
- 1767 – Frei Luis de Monte Carmelo. *Compendio de orthografia.*
- 1770 – João Pinheiro Freire da Cunha. *Breve tratado de orthographia para os que não frequentarão os estudos ou diálogos...*
- 1770 – António dos Reis Lobato. *Arte da grammatica da língua portuguesa.*
- 1783 – Bernardo de Lima e Mello Bacelar. *Grammatica philosophica e orthographica racional da língua portugueza.*
- 1783 – Francisco Felix Carneiro Souto-Maior. *Orthographia portugueza ou regras para escrever certo ordenadas para uso de quem quizer applicar.*

12 Recomendou a diferenciação entre as letras ramistas *i* e *j*, além de *u* e *v* e, ainda, as letras duplas.



- 1790 – Francisco Nunes Cardoso. *Exame crítico das regras da orthographia portugueza*.
- 1822 – J. Soares Barbosa. *Grammatica philosophica da língua portugueza ou princípios de grammatica geral applicados à nossa lingoagem*.
- 1842 – Francisco José Freire. *Reflexões sobre a língua portugueza*.
- 1859 – Carlos Augusto de Figueiredo Vieira. *Ensaio sobre a orthografia portugueza*.

Normalmente, as gramáticas não trazem regras para a grafia, considerando os estilos já referidos. No entanto, alguns autores se referiam ao estilo etimológico ou discorriam sobre o estilo fonético. É o caso de Fernão de Oliveira (1536 apud TORRES; ASSUNÇÃO, 2000) que, no capítulo XII [Da figura e pronunção das vogaes],¹³ dizia:

O próprio de cada letra entendermos a particular pronunção de cada húa: e o comum chamamos aquella parte da pronunção e força em que se hua parece com a outra. E isto nos manda Quintiliano bem ver, se não tevérmos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia, mas também nos significados das vozes. Porque só mudar húa letra, hum acento um som, e mudar húa quantidade de vogal grande e pequena ou de pequena a grande, e assi também de húa consoante dobrada em singela ou, ao contrario, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito o significado da língua [...]. E não imitemos os desvairios das tantas confusões que assi lhe quero chamar de letras, como se acostumam, mas sigamos húa certa regra de escrever, e a mais fácil. (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 94-95).

Pelos títulos, acrescentados à edição crítica, pode-se conhecer o conteúdo dessa primeira gramática lusa conhecida:¹⁴

13 O título dos capítulos foram acrescentados na edição crítica por Torres e Assunção (2000, p. 79-159).

14 São 50 capítulos numerados em algarismos romanos. Para simplificar, se troca, neste trabalho, por algarismos arábicos. A obra de Fernão de Oliveira foi dedicada a D. Fernão d'Almeida, filho de D. Antão, capitão-general de Portugal.



1. Da linguagem e suas leis
2. Da nobreza das origens
3. Da nossa terra e gente
4. Da cultura e gloria da guerra
5. Dos princípios desta arte
6. Das letras e figuras
7. Das nossas vozes e das dos castelhanos
8. Das vozes grandes e pequenas
9. Das consoantes e valor do til
10. Das outras consoantes e sinaes
11. Do próprio de cada letra na pronunção
12. Da figura e pronunção das vogaes
13. Do modo de pronunciar as consoantes
14. Da figura e pronuncia de outras consoantes e sinaes
15. Das letras liquidas
16. Das aspiradas
17. Das letras sobejas
18. Da semelhança e proximidade de certas vozes
19. Das silabas
20. Do cabo das silabas
21. Da ordem das letras na silaba
22. Dos começos das silabas
23. Dos encontros de vogaes
24. Das dições doutras línguas
25. Da contração e hiato
26. Da mudança de algúas letras
27. Da quantidade da silaba e das vogaes grandes e pequenas
28. Do acento
29. Das palavras quanto ao acento
30. Das dições
31. Da etimologia das nossas dições
32. Das dições alheas
33. Das dições comuns
34. Das dições apartadas ou simprezes
35. Das dições juntas ou compostas
36. Das dições velhas
37. Das dições novas



38. Das dições usadas
39. Das dições próprias
40. Da analogia
41. Das dições tiradas de derivadas
42. Doutras dições tiradas e eiceições
43. Dos artigos
44. Dos nomes e seu gênero
45. Do numero
46. Do estado das cousas e dos casos nos pronomes
47. Dos verbos
48. Da conjunção
49. Da construção
50. Da novidade da obra e a boa escusa.

Embora se faça referência aos acordos ortográficos, a partir de 1911, não quer dizer que não existissem antes.

Acordos ortográficos

- 1911 – Reforma ortográfica, com base na proposta de Gonçalves Viana. Primeira reforma em Portugal, publicada no Diário do Governo, nº 213, 12 de setembro de 1911.
- 1921 – João Ribeiro. *A língua nacional*. Brasil.
- 1923 – Cândido Figueiredo. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3ed. Brasil.
- 1931 – Acordo ortográfico luso-brasileiro. Primeiro acordo ortográfico, por iniciativa da Academia Brasileira de Letras e aprovado pela Academia das Ciências de Lisboa, publicado no Diário do Governo, nº 120, em 25 de maio de 1931.
- 1932 – Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa. Portugal e Brasil.
- 1934 – Constituição Federal, Art. 26, revogou decretos anteriores, adotou sistema ortográfico anterior de 1911. Ideologia nacionalista.



- 1940 – Vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Portugal.
- 1943 – Reforma ortográfica no Brasil: estabelecida pela Academia Brasileira de Letras, baseada também nas propostas de Gonçalves Viana, resultou no acordo de 1945.
- 1943 – Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Brasil.
- 1945 – Convenção Ortográfica Luso-Brasileira proposta na Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, adotada em Portugal, mas não no Brasil que continuou a reger-se pelas regras do Vocabulário Ortográfico de 1943, por força da ideologia nacionalista vigente desde a década de 1920. Reconhecida a existência dos chamados “brasileirismos.”
- 1967 – Encontro de linguistas em Coimbra.
- 1971 – Pequenas alterações nas propostas ortográficas de 1943, no Brasil. A Lei nº 5765, de 18 de dezembro, no Brasil, suprimiu o acento circunflexo na distinção dos homógrafos e os acentos que marcavam a sílaba subtônica dos vocábulos derivados com sufixo mente ou iniciados por z. Essas modificações foram feitas por Portugal em 1973.
- 1975 – Independência política das ex-colônias africanas (São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique).
- 1975 – Projeto de acordo ortográfico: ligeiras alterações na proposta de 1945.
- 1986 – Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986. Tentativa de um acordo ortográfico entre Brasil e Portugal e os 5 países africanos, reunião no Rio de Janeiro. As revisões não vingaram; atitude conservadora das tradições iniciadas em 1945.
- 1990 – Acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de dezembro desse ano por Portugal, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e, posterior-



mente, por Timor Leste. Deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1994: privilegiava o critério fonético em detrimento do etimológico. Foi aprovado, no Brasil, por Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, e entrou em vigor em janeiro de 2009.

Seguem os exemplos da Ortografia, do século XVIII, de João de Moraes Madureyra Feijó, de 1737 (FEIJÓ, 1992) para se verificar o conceito de ortografia que defendiam os autores do período:

CH = [K] = Nem devemos suppôr aos nossos Portuguezes (ainda que sejaõ do vulgo)

tão faltos de noticias das letras, que não saibaõ, que o Ch também se pronuncia com som de Q; pois sabem, que com elle se escreve Christo, Christão, Christianismo, Christandade, etc., palavras em que Ch não tem outra pronunciação.

Y = [...] o mesmo He em Ley Rey. Mas isto He mais uso, que necessidade; e só tem mais lugar entre duas vogaes.

PH= [f] = O que é, que no abecedário de que usamos, não há PH feito F, e por esta razão parece que os Portuguezes não devemos usar delles, mas do F Latino, porque tem o mesmo som,e pronunciação. Mas aqui responderia eu, que também os Latinos tinham o mesmo F, de que nós usamos, e nem por isso deixarão de escrever com PH as palavras que tirarão dos Gregos.

Dígrafos GM, GN (augmento, signal) = A doutrina desta lição He para mayor credito na normada língua na imitação latina; porque se nos presamos de a imitar fallando, não devemos presarnos menos de imitar escrevendo para que não só se ouça, mas também se veja a uniformidade da copia com o exemplar. As palavras, que se escrevem com GM, e GN, todas são participadas da latinidade, que no uso, e pronunciação dos doutos, não perderão esta orthografia, que nos leva ao conhecimento de sua origem.

PC < PT Latino =

- a. Inscriptão (lat. Inscriptione)
- b. Descripção (lat. Descriptione)

BB =

- a. Abbade (lat. Abbate)



b. Abreviar (lat. Abbreviare)

PT (escultura, captivo, Neptuno)

Pelo rigor da analogia com as palavras latinas, usaõ os nossos

Ortografia nacional, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, (1904),
tinha as seguintes propostas:

a. eliminar: k, w, y (kysto = quisto)

b. eliminar símbolos etimológicos: ch (= c, qu); ph, Rh, th
(Christo, prophano, rhetorica, author)

c. reformular os usos do x:

i. [cs] = fixo > ficso; oxítone > ocsitono; léxico > lécsico.

ii. [(e)is] = expor, exame, extemporâneo.

Conservar no prefixo – ex; substituir ou não por [is] ou [eis] nos outros casos.

iii. [s] = SS = auxilio > aussilio, próximo > próssimo,
axioma > assioma.

iv. [s] = extranho > estranho, exfôrço > esforço, mixto
> misto.

v. [x] = (inicial e medial) = xeque, xadrez, rixa.

d. letras geminadas > simples: gotta > gota, (lat. gutta),
bocca > boca (lat. bucca), immortal > imortal, innocente
> inocente.

e. grupos de consoantes

i. pronunciadas: percepção, retracto (retrair).

ii. não pronunciadas: director, preceptor (conservar)

iii. tractar > tratar, practicar > praticar, escripto > escrito;
instrucção > instrução, sancto > santo, prompto > pronto,
damno > dano, column > coluna, gymnasio > ginásio,
gymnastica > ginástica (conservar).

iv. variável

secção (sec-ção), factó (fác-to) (conservar)

f. cu (e, i) / qu (a, o): qual, quociente, aquário / ecuestre,
ecuidade, cueiros.



g. g > j = origem, rejião, lejitima, lojicamente

h. verbos ter, ver, ler, vir, dar...

i. tem, vem; teem, vêem (ter, vir).

ii. lêem, vêem, crêem, dêem (ler, ver, crer, dar).

iii. Correções ortográficas = restabelecendo escritas antigas

i	Essa	em vez de	eça
ii	sossegar	em vez de	socegar
iii	Sintra	em vez de	Cintra
iv	Açúcar	em vez de	assucar
v	Tejolo	em vez de	tijolo
vi	Mês	em vez de	mez
vii	País	em vez de	paiz
viii	português	em vez de	portuguez
ix	pézinho	em vez de	pésinho
x	mesinha	em vez de	mezinha
xi	enteiro	em vez de	inteiro
xii	pôde	em vez de	poude
xiii	preguntar	em vez de	perguntar

Muitos estudiosos, ao se referir às grafias antigas, diferenciadas das atuais, a classificam como “erros”,¹⁵ ou inclusive criticam os escrivães dos séculos XVI ao XVIII, como analfabetos ou ignorantes. Araújo (1985) os denomina de arcaísmos. Tem-se, entretanto, que rebater, afirmando que não podia haver “erro” quando não existia um padrão imposto por autoridade ou instituição competente, como foi o caso da reforma ortográfica de 1943, fato que só ocorreu com acordos ortográficos, brasileiros ou lusófonos, embora, mesmo esse padrão tenha sido alterado, principalmente por acordos promovidos entre os países diferentes de língua portuguesa.

Assim, nos documentos seiscentistas ou setecentistas encontram-se palavras grafadas das formas as mais variadas possíveis. Inclusive, um mesmo

15 O vocábulo é colocado entre aspas, pois nem sempre são realmente erros.



vocábulo podia ser escrito, apresentando grafias diferentes de um mesmo vocábulo num mesmo documento. Esse caso é prova incontestável que se usava o estilo fonético associado ao da analogia, pronúncia e uso. Pode-se encontrar:

- a. Vários tipos de grafia para uma mesma palavra;
- b. Palavras com sentidos diferentes grafadas da mesma forma;
- c. Troca de letras com sons parecidos;
- d. Acréscimos de letras;
- e. Palavras grafadas com letras diversas das atuais;
- f. Uso de *h*;
- g. Dígrafos que foram substituídos por letras simples;
- h. Palavras com pronúncia diversa das atuais: *pessuiu* – *possuiu*.

Assim, era hábito, ou se passava por tradição, escrever certas palavras com duplos *p* ou *t*, com *y* em lugar de *i*, *j* em vez de *i*, ou com *h* nos lugares menos esperados. Exemplos: *cappa*, *foy*, *He*, *hera*, *hir*, *hade*, *pay*, *paj*, *phthysica*, *te*, *té*, *the*, *athe*, *atthé*, *sappato*, *sette*, *thio*, *ahi*. Além dessa forma de grafar, pela não existência de normas ortográficas fixas, o paleógrafo se depara com as variações dos escribas e copistas dos séculos passados. Num documento do século XIX, de 6 de julho de 1850, e seus anexos, aparece o nome do autor do processo das seguintes formas *Ter-tuliano da Silva*, *Quentiliano da Silva*, *Tintiliano da Silva* e a assinatura do próprio autor como *Tiliano dacilsa*. Por ser um documento pouco extenso, não se pode estabelecer qual o nome verdadeiro do autor.

Comuníssimas, nos primeiros séculos de vida do Brasil, por exemplo, eram as seguintes grafias: *amarão* (*amaram*), *aSsynei*, *asigney*, *çapa-teiro*, *certoens*, *cessenta*, *seSenta*, *ce senta*, *confirmassam*, *desfarsse* (*dis-farce*), *Dino* (*digno*), *exegar* (*e chegar*), *expediçoins*, *fassa*, *forão* (*foram*), *lutaçam*, *onroza*, *pessuiu*, *porpagação*, *porpagassam*, *sumiterio*, *tãobem*, *vaqua*, 203 dagosto de 16002.



Eis alguns exemplos, séculos XVII-XIX. Com certeza a grafia desses exemplos levou Araújo (1985, p. 19) a afirmar que “um dos principais elementos encontrados nos antigos textos, que parecem estranhos e de interpretação complicada ao leitor moderno, é sem dúvida a sua ortografia peculiar.”

Segue a listagem de exemplos encontrados em documentos contidos entre os limites dos séculos acima citados:

Abaxo	aSim	Censeridade	Crasto
Abelidade	aSima	Çentos	crianssa
Averiguar	asinaçe	Certa	çustentar
abSolutamente	aSinase	Certam	costume
Açaber	assi	Certõens	Dandrade
aCÇam	aSsynei	Ceruisso	deante
Acoartellar	aSoLada	ceSenta	decLara
Acta	asuquere	ce senta	defficuldade
Acreçentar	aSyney	CeSillia	deicho
aCressenta	athe	Cessenta	degnidade
Atividade	atthe	Chadrez	depeSSoido
Actual	atte	Charamello	depreça
Achey	aucilio	Charidade	deraõ
Adições	augmento	Cheo	sesasseis
Agravo	auguada	Chicolateira	desfarsse
Ahi	authoridade	Chorista	Desiqueira
Aia	avaluada	Christo	despocições
Aja	avia	Cimplesmente	despocições
Alcançou	avogada	Cinceridade	destricto
aLem	Bahja	Cindicu	desy
Alfaate	baxarel	Cittio	dezemParar
Alffaate	bayuneta	Coais	dezenterece
Alguã	bé	Coantia	dino
Alguas	béis	Coanto	dis
Algodão	Belthezar	Coatro	discerem
Alguñz	Bertholameu	Dodisilio	discriçoins
Alquaide	Bethencor	Coiro	diSse



Alures	boens	Çombra	districto
Alvres	botôis	Commetter	disvello
Alzibeira	botticca	Comum	docellidade
Amaçador	brebidade	Comonidade	doccumento
Amaraõ	çacramento	Comseypção	dorrozario
Ametistas	cadea	comSyençia	druguete
Amerecer	caicho	Conseguinte	drumente
Andamnes	çapateiro	Condesôis	ducumento
Anos	capasmente	Condisoins	eccleziastico
Anualmente	cappa	Confeçôr	efeytuar
AnRique	cappella	Confirmassã	egreja
Anterramento	cappital	conservou	einzame
Antuziasmo	carçareiro	conSiençia	einzamne
Anxilio	Catherina	Conselheiro	eixercitar
Aprovasam	catheSsismo	Consynaçam	elle
Aprovação	caxoeira	Contia	embaxo
araBjia	caxorro	Côpriméto	Emcarnasão
Arahujo	caza	Côprio	emcarregar
Ascim	ce	Corenta	emcontro
Asephalo	cellario	Cota	emencidade
aSigney	cenceridade	Côtia	emfinita
Emfinitavaz	fasa	Ignocença	Marquos
Emfenitoz	faSa	Igoalmente	Maxado
Emfermidade	fedelidade	Imffermaria	may
Emformaçom	feção	Imidiacta	mayor
Emjenheiro	feio	Imunidade	manhan
Emjustamente	feixadura	Incénça	manhãa
Emmediato	felesidade	Indiffirimento	mejrinho
Emportância	fellecidade	indispensabeis	mercezes
emSarrar	filisidade	Infalível	mersse
Emteressado	fellismente	Infirmidade	micionario
Emterino	ffe	Inginheiros	miçoenz
Emthê	foçe	InosêSio	molher
Emtregue	Fomsequa	impocibelidade	moderno



Emulumento	foraõ	Insinuhei	musteiro
Emventario	formaSão	insossa	mym
Emviolavel	fornicimento	Instromento	nasimento
Emximento	forSa	Instrucçoens	neça
Enpedimento	fotturo	inSulentes	neçe
Enserrar	foy	Interesse	nececidade
Enthé	Francisquo	Interssesora	neceçitão
Enventario	frazqueyra	Intumpir	nececydade
Enchimento	Gavriel	Inxó	neçesidade
Erdeiro	genrro	Irregularidade	necessaria
Escrevy	goardar	Inserramento	nesesario
Esripto	Goretinguetá	isso	nesseçidade
Escruiuaz	gouerno	Iuramento	nessicidade
Escrivam	Gonsallo	Jllmo	nezecçidade
Espprementa	Govea	Jmviollavel	NiCulau
Esprito	habatimento	Jngenheiro	noço
Estaballecimento	habelidade	Jnventario	notefiquar
Estromento	hade	Joam	notissia
Eozebio	haviamento	Jozeph	nourembro
Etherogeneo	he	Jrmida	Nugueira
Exequotante	hé	Jstoria	nullidade
Exegar	hece	Juão	nuqa
Expecial	HenRique	Judicial	Nuveys
Expediçoins	Henrriq	Jurnaleiro	obbediença
Expressial	hera	Jzencoinz	occaziam
Expriencia	hespanhoes	Lambique	ocurreo
Extabalecimento	hey	Lansois	offeciaes
Exuberantem	himfernal	Leixasem	officio
Exzacta	hir	Lej	offucuro
Exzercissio	honrrem	Ley	OLanda
Exzecotar	houtra	LLianor	omilde
Exzvaido	hú	Llj	onrroza
Eyceciva	hubidiente	Lloguo	ordes
Eyzistem	hultimo	Mãde	orfos



Ezcrivam	Hyacintho	Maen	orphaons
Ezpreçada	hyppê	Mai	opozitor
Fassa	iffeito	Mam	oSeruança
Othior	pretto	Selladeira	té
Outilidade	prezenssa	Sellario	the
Ouue	progreços	Sentos	thenente
Oyteyro	prouidença	Septembro	othio
Paçado	puchaçe	Serconstancia	tirritorio
Paj	puçivel	Sertamente	toxhas
Pajua	Pyres	Serurgiam	travalho
Parnambuco	quaderno	Sessegue	tromenta
Parecer	quazi	Sevilizar	truse
Parocho	quoal	Sossios	tterras
Pasey	quoalidade	Spirito	ttestamento
Paxeco	quynham	Ssé	tupazios
Pay	ratifyçam	Ssée	uaj
Payxaõ	reçibimento	Sete	uerdade
Pernãobuco	reculta	Siara	ues
Pessoa	remettello	Sincoenta	urginal
Pessuio	rey	Sinquo	Ursolla
Pesuhir	rezan	Sitações	utiliçima
Petisão	rial	Sj	vaqua
Pexe	rindimento	Soavidade	vaydade
Peyhez	Rodriguiz	Sociedade	velhiçimo
Phe	roguo	soCurrer	verocimil
Phthysica	rosar	Sogeição	veuvo
Pirito	rredondo	Solemne	Visente
Poçe	rubins	Spontaneo	villa
Poizada	sahe	Sopplcantez	Vissent
Poldro	sam	subCessor	vitola
Porhiço	sanchristães	suceçivamente	vmilde
Porpagaçam	sanchristam	Sucessivo	vniforme
Porpagação	sanaxler	Sumiterio	vrdade
Pposebelidade	sanzalla	Sumptuozo	vtellidade



Possohio	sappato	Sy	vtilliidade
Pozetivo	sayo	Tabaliam	xapeo
precuraSe	secreptario	Taballião	xhanxalaria
Preguntar	sedro	Também	ysto

Lista de exemplos.

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando que a leitura paleográfica pode adquirir caráter interdisciplinar, defende-se a transcrição semidiplomática, mesmo assim, apenas desdobrando as abreviaturas e assinalando as partes faltantes. Há razões para essa escolha.

Desde o começo da publicação de documentos históricos de arquivos, no século XX, se discute a melhor forma de transcrevê-los. Existem várias tendências, antigas ou mais recentes que, por vezes, se aproximam ou divergem radicalmente umas das outras. Produto dessas diferenças, as transcrições de documentos não seguem, até o presente, normas padronizadas, ficando sujeitas a critérios individuais ou de grupos.

A título de exemplo das variações cite-se o Registro geral, da Câmara de S. Paulo (ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1917), que modernizou a transcrição. Sem analisar as precisões históricas, esses documentos afiguram-se inúteis para os linguistas estudarem a língua portuguesa do Brasil dos séculos XVI e XVII, pois, além de modernização da grafia, é preciso constatar, entre outras alterações, se a pontuação foi obedecida. Mesmo para o estudo da língua, em 1917, é preciso averiguar se não houve inserção ou manutenção de fatos ortográficos, ou gramaticais, mais antigos. Basta verificar a grafia das palavras Tamanduatei (Tamandoatíhi) e Anhangabau (Anhangobahí) que foram mantidas dentro de um texto modernizado. Existem, ainda, os erros tipográficos. Essa prática da transcrição literal, sem indicação de acidentes ou desdobramentos de abreviaturas, já era encontrada no início do século XX.



Seguindo o mesmo exemplo, Araújo (1985, p. 14-15) defende a modernização dos textos,¹⁶ argumentando que eles devem ser acessíveis ao grande público, e serem publicados numa forma próxima do original, mas numa versão contemporânea. Argumenta que as edições, em que dominam técnicas, destinam-se a um número reduzido de leitores “em razão de sua baixa inteligibilidade” e deduz que “grande número de editores condena as edições que mostram o texto apenas em sua forma gráfica original.”

Toma-se desse mesmo autor um exemplo de confronto de texto modernizado e resumido, tirado de outro autor, ou seja, uma carta autógrafa de José de Anchieta, escrita em 20 de março de 1556, para os irmãos enfermos de Coimbra. Essa carta foi transcrita por Simão de Vasconcelos, cerca de cem anos depois, a sua maneira. Foi essa transcrição que se publicou nas cartas de Anchieta, da Academia Brasileira de Letras, coletânea assinada por Afrânio Peixoto e Alcântara Machado, Leite (1956) fez o confronto entre o texto de Simão de Vasconcelos com o manuscrito original. A comparação segue abaixo (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931-1933 apud ARAÚJO, 1985, p. 28-29).

16 Insinua o uso de edição crítica com reprodução facsimilar do original. Isto acaba encarecendo a edição.



AFRÂNIO PEIXOTO
ALCÂNTARA MACHADO

Edição da Academia Brasileira de
Letras (1931-33)

(cópia de Simão de Vasconcelos)

Muito tendes caríssimos
Irmãos, que dar graça ao Senhor,
porque vos faz participantes de
seus trabalhos, & enfermidades
as quais mostrou o amor que nos
tinha: Rezam será que o siruamos
ao menos algum pouco, tendo
grande paciência nas enfermida-
des, & nestas perfeiçoar a Virtu-
de. A larga conuersaçam que tiue
nessas enfermarias, me faz nam
poder esquecerme de meus carís-
simos coenfermos, dezejando ve-
los curar, com outras mais fortes
mezinhas, que as que là se vsam;
porque sem duuida pello que em
mim experimentei vos posso di-
zer que estas mezinhas materiais,
pouco fazem, & aproueitam

SERAFIM LEITE (1956-1958)

Carta autógrafa, de José de
Anchieta, de 1556

Arquivo da Sociedade de Jesus de
Roma

Muyto tendes, charissimos
enfermos, que agradecer a Nosso
Senhor por vos fazer participante[s]
de suas infirmitades, nas quais, pois
elle mostrou mais o amor que nos
tinha, rezão hee que lho paguemos
ao menos algun poquichinho com
têremos grande patientia em as in-
firmitades, e em ellas perfeiçoar a
virtude. Há muita e longa conversa-
ção que tive com essas enfermarias
me faz, Charissimos, não me poder
esquecer de meus antigos coinfir-
mos, desejando de os ver curar com
outras mezinhas mais fortes das
que lá tendes, porque sem duvida,
segundo o que quá tenho visto e
experimentado em mym, conhe-
ço quam enganado vivia enquanto
usey dessas tam exquisitas meezi-
nhas, as quais tenho para mym que
servem mais de acrescentar a doença
e mimo, que de sarar ou dar algum
pedaço de patientia.

Quadro comparativo

Fonte: Araujo, 1985, p. 28-29.



Entretanto, é preciso se pensar que os documentos históricos, existentes nos arquivos dos estados e no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, ou em Portugal, não constituem material para o grande público, mas para especialistas, e não só para historiadores, geógrafos, sociólogos, etc. Deve-se considerar que há algumas décadas, os filólogos vêm lançando mão desse material para estudar a história da língua portuguesa falada no Brasil. Os textos originais, publicados em edição semidiplomática é a forma mais aconselhável para publicação, considerando que servem esses especialistas e devem ter acesso às publicações e não retornar aos documentos originais. Foram documentos originais conservadores, que permitiram uma dissertação no Instituto de Letras da UFBA, mostrando a transição do vossa mercê, para vosmecê e você.¹⁷

Com o mesmo argumento, o Diretor do Arquivo, Divulgação e Estatística, da Prefeitura de Salvador, Percy Esteves Cardoso, editou as Cartas do Senado (SALVADOR, 1953). Dizia ele:

[...] a divulgação dessas missivas que a Corte se endereçavam e vice-versa, copiadas com fidelidade religiosa e postas em letra de fôrma na obediência rigorosa a abreviatura, sinais e convenções de cada escrivão ou amanuense, tem sido objeto de comentários antagônicos, desde que encetado pela Prefeitura de Salvador, através desta Diretoria. Julgam-nas uns desnecessária e, até mesmo, prejudicial ao valor que os documentos históricos se empresta, pela raridade. Dizem-na outros louvável e útil ao ensino da História e ciência correlatas. Somos nós que afinam por este último diapasão.¹⁸

Os documentos da Câmara de Salvador seguiram essa forma de transcrição até os anos 1970. Se, de um lado, se desdobravam as abre-

17 Ver: TEIXEIRA, Eliana S. Pitombo. **Era uma vez você**. Salvador, Tese de doutorado, 2002. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Programa de Pesquisa e Pós-graduação, 2002.

18 Informação verbal.



viaturas, sem distingui-las do resto do texto, já faziam notar as palavras ilegíveis através de pontilhado e o vocábulo “ilegível”, entre parênteses, ou complementando palavras colocando as letras danificadas entre [] colchetes. Também marcavam a mudança de linhas. Essas convenções não aparecem, explicitamente listadas na publicação. Com essas mesmas características apareceram nas Atas da Câmara de Salvador, publicadas nos anos 1990, com a diferença de que as abreviaturas não foram desdobradas.¹⁹ Continuaram a indicar as palavras ilegíveis, complementação de letras, divisão de linhas, diferente das publicações de 1915, das Atas da Câmara de São Paulo, sem nenhuma dessas indicações e sem desdobramentos de abreviaturas.

Dos anos de 1910, até o fim do século, foram adotadas várias convenções para indicar acidentes nos documentos como, por exemplo:

a. Convenções complexas

..... quando rasgado ou roído por papirófagos

----- quando apagado pelo tempo ou por umidade

(ilegível) quando visível, mas incompreensível

Em grifo quando a leitura do trecho só fosse possível ser lido com auxílio de aparelhamento especializado (ultra-violeta, p.ex.)²⁰

[] para reconstituição de lacunas

() para o desenvolvimento de fórmulas abreviadas ou a correção de erros (letras em lugar de outras)

< > para letras omitidas

[[]] para letras supérfluas.

19 As publicações do Arquivo de Salvador complementam as transcrições com índices de assuntos, de nomes, topônimos, apelidos, nos anos 1970, ou modernizando; de assunto, geográfico, prenome, sobrenome nos anos 1990. Veja-se o exemplo: SALVADOR, 1994.

20 Até este ponto, essas convenções eram utilizadas pelo Arquivo do Estado de São Paulo, segundo Mendes (1953, p. 106).



b. Convenções simples:

Constando entre parênteses (corroído), (rasgado) (ilegível) (mutilado), (papel úmido) etc.

São apenas dois exemplos. Como se vê, foram criadas convenções, sendo a mais frequente a que usa simplesmente pontos para indicar todos acidentes dos documentos.

Outros apresentam normas muito complexas, como fizeram Araújo (1985, p. 32-38) e Acioli (1994). Esta adotou as convenções publicadas pela Escola de Estudos Medievais, de Madrid, de 1944, as Instruciones para La catalogación de manuscritos. Madrid; Junta Técnica de Archivos, Bibliotecas y Museu, 1957 (apud ACIOLI, 1994, p. 59-60). Há quem prefira os critérios do Padre Costa (1993). São normas muito complicadas, que exigem muito tempo para absorvê-las e para aplicá-las, tornando o trabalho de transcrição quase impraticável, especialmente as deste último autor, que dedicou toda uma publicação em que expõe e discute a problemática.

Em 1991 criou-se o Comitê de Paleografia e Diplomática – hoje integrante da Associação dos Arquivistas Brasileiros e formando a Câmara de Paleografia e Diplomática, do Arquivo Nacional –, no I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, promovido pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Na oportunidade foram dadas sugestões para o estabelecimento das “Normas técnicas para transcrições e edição de documentos manuscritos”, com intenção de incluí-las nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Acatando várias sugestões de estudiosos, consultados por três anos, uma Comissão de Sistematização, no II Encontro, com o mesmo patrocínio e também realizado em São Paulo, em 1993, estabeleceu Normas divulgadas por algumas publicações como a Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP, 1993); Arquivo Nacional (1990);



Berwanger, Leal (2008) e utilizadas por pesquisadores. Encontra-se, com algumas modificações na página da internet do Arquivo Nacional.

Essas Normas foram feitas para uso de historiadores. Por outro lado, foram adaptadas para a área de Letras, pelo Prof. Dr. Heitor Megale e grupo de estudos, no Instituto de Letras da USP, nas “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE, 1998), introduzindo algumas modificações. Recomenda, por exemplo, marcação do desenvolvimento das abreviaturas com itálico, salientando critérios referentes à adoção de desdobramentos de abreviaturas, adotando grafia antiga ou moderna; não separa as palavras apresentadas juntas nos manuscritos não recomendando, também, introdução de hífen ou apóstrofes inexistentes. Aconselha apontar a existência de espaços em branco [espaço]; indicação em nota de “erros do escriba ou do copista”; indicação da repetição de vocábulos com [[]], entre outras diferenças. Para efeitos de indicação dos acidentes gráficos, aconselha a numerar as linhas de 5 em 5.

Não se pode terminar o texto sem recomendar cuidado na transcrição e impressão de textos, pois erros de leitura ou de impressão podem, especialmente no caso do estudo da língua portuguesa, gerar fatos linguísticos inexistentes, ou no caso de história, mal entendidos irreversíveis.

Não há documentos isentos de erros, lacunas, partes obscuras, palavras ou frases sem sentido, sem concordância, etc. Os erros de transcrição mais frequentes, que dependem de diversos fatores, mas também da grafia ligada à caligrafia e vocabulário são passíveis de enumeração. Nesse caso são erros verídicos e podem ser divididos em:

- a. Erros inevitáveis – como falta de palavras porque o papel ou base da escrita estão estragados, folhas coladas em lugares não devidos, saltos de linhas, falhas na ordem das palavras. Os copistas antigos, quando percebiam o erro cometido, faziam a ressalva no fim do manuscrito. Copistas posteriores, que reproduziam o mesmo documento, o copiavam na íntegra, não



se preocupando em recolocar em seus lugares os trechos ou as palavras resgatadas. Dessa forma se multiplicavam cópias erradas. (É o “em tempo” colocado em documentos oficiais antes do advento dos papéis digitados).

- b. Erros acidentais – admite-se que os copistas faziam seus escritos sob ditado, quer do autor, quer do chefe dos copistas. Nesse caso não ouviam direito ou se enganavam, escrevendo uma letra em lugar de outra. Vários destes erros procediam de pronúncia do ditante que trocava as letras.²¹ Quando o copista fazia o traslado diretamente, não sob ditado, por cansaço ou descuido, trocava as letras. Havia ainda outras razões: a ortografia nunca foi fixada e daí as grafias de sons semelhantes ou iguais com variados sinais, especialmente c, ç, sc, s, ss, x, z, etc.
- c. Confusão entre parônimos ou palavras que têm sons semelhantes – nem sempre o copista era homem muito preparado, dispondo apenas de habilidade caligráfica, por isso confundia parônimos, escrevendo um vocábulo em lugar de outro como *sem* em lugar de *cem*, para indicar a centena.
- d. Divisão ou ligação errada das palavras – essa confusão é feita especialmente quando as palavras cursivas apareciam ligadas. Em função disso, podem aparecer cópias posteriores com palavras juntas quando deviam ser separadas ou vice-versa. Famoso, e repetido por vários paleógrafos, é o passo da égloga, ou poesia pastoril, geralmente dialogada, de Crisfal, na qual aparecem palavras ligadas e separadas erradamente, como “cantos de Ledinos”, isto é, “canto dele dinos” [dignos] que fizeram criar canções medievais que nunca existiram.
- e. Transposição de letras – tais erros se deve atribuir à pretensão dos gramáticos que quiseram impor o seu capricho ao texto. Muitas regras de gramática são erradas justamente por esse motivo. Entre as superstições gramaticais está a proibição de se iniciar uma palavra com Ç.²² Quanto mais antigo os documen-

21 Não são consideradas letras trocadas, ou erradas, as chamadas ramistas que têm equivalência entre si, como *ue v*, *ie j*, *ye i*, *be v*.

22 Provavelmente porque ç ou c, antes de e ou i, representam no português mais recente, um único fonema, o sibilante surdo, não empregado antes de outras vogais.



tos tanto mais abundante era o uso de palavras iniciadas com Ç. Com muita frequência se encontra, ainda no século XIX, documentos que identificam, na Bahia, a Baixa dos Çapateiros com essa grafia.

- f. Adição ou subtração de letras ou sílabas – quando se dá a adição se diz que houve ditografia. Quando se dá a subtração houve haplografia. Pode haver essas adições ou subtrações de frases inteiras. Nem sempre as ditografias são erros, mas fazem parte do estilo do autor ou de métrica, de forma poética.
- g. Confusão de nomes próprios – especialmente nomes estrangeiros, em geral desconhecidos pelos copistas.
- h. Interpolação – os copistas costumavam escrever suas glosas nas margens dos documentos, ou introduziam comentários no próprio texto e alguns chegaram a substituir o texto, isto é, transformar a passagem glosada pela própria glosa (comentário).²³ Um exemplo típico de introdução de glosa nos escritos está na Bíblia. Os escribas medievais recebiam pagamento por folha, mas como essa forma era plausível de fraudes, passou-se a pagar por número de linhas escritas. Assim, os copistas passaram a numerar as linhas a cada 3 ou 5. As cópias posteriores incluíam esses números nos textos. Acabaram por se transformar nos versículos que hoje servem para localizar as passagens da Bíblia.
- i. Erros voluntários ou fraudes – tais “erros” dependiam da má fé dos copistas ou de seu pouco conhecimento de ortografia. As interpolações, quase sempre procedem dessas fontes e de uma terceira ainda mais fecunda, a preocupação religiosa, patriótica do escrevente. Muitas obras antigas estão assim interpoladas em favor das idéias dos monges medievais que alteravam o texto para fins de proselitismo ou de polêmica.

A título de exemplo, seguem abaixo alguns erros de leitura, com respectiva transcrição correta. Embora se esteja tratando de grafia, esta,

²³ É interessante notar o hábito que tinham os antigos de, ao pé da página, colocar em destaque, no canto direito, a primeira palavra da folha seguinte. Isso permitia a leitura contínua no caso do documento ser apresentado a viva voz.



somada à caligrafia, vocabulário levaram à leitura que não equivalia aos originais. Uns exemplos foram tirados nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia e outros de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Bahia. Principalmente as transcrições do Arquivo Público serviram como base documental para trabalhos acadêmicos, incluindo historiadores da USP.

FORMA ERRADA

Santa Ursula et XI.MM.VV.
Santa Ursula e 11 Mil Virgens²⁴

escrava Ana

susto ao Principe

Convento das Flores

E antes não minha parte in-
justiça de nam serem admi-
tidos pardos a maiores
aSeos a cargos

Diz Herodoto Lib. 3 refrão
em toda a Cabeça constan-
tes assim Como, dizião
Seria pavão macho

[...] lhe derão as cento e vinte
e sinco aroubas e dezaseis
leiras de asuca branco...

FORMA CORRETA

Santa Úrsula et XI.MM.VV.
Santa Úrsula e 11 Mártires Virgens

Emerenciana

furto ao Príncipe

Convento das Mercês

Estes são da minha parte in-
justica de nam serem admi-
tidos os pardos a maiores
asseços a cargos

Diz Herodoto Lib. 3 Rapão
em Roda a Cabeça e as fon-
tes assim como, dirião,
Serrapava Bacho

[...] lhe derão as Cento e vinte
e Sinco aRoubas e Dezaseis
Liuras [libras] de asuquar
branco

24 Inclusive D. Sebastião Monteiro da Vide repetiu essa mesma forma de leitura nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, quando permitia aos Jesuítas fazerem festa em homenagens à Santa Úrsula.



(Glossário do autor: Leiras – s.m. Ta- Libras – unidade de peso.
buleiros, peça de madeira de
fundo chato para colocar ob-
jetos, alimentos, etc.)

[...] lhe derão as oitenta e duas
aroubas e vinte e oito leiras
de mais cavado que fes na
dita safra...

[...] lhe derão as Oitenta e
duas aRoubas e vinte e
Oito Liuras de mascavado
que se fes na dita safra...

Levados mais cento e vinte
tres mil e setenta e dous reis
dos quais tornara a saber ao
herdeiro Bartholomeu trinta
mil e setecentos e setenta e
Oito reis ahinda restaria trin-
ta mil setecentos e setenta
e oito reis a herdeira Marian-
na trinta mil e se (ilegível)

Leva de mais Cento e uinte
mil e Setenta e dous reis
dos quais tornara a saber ao
herdeiro Bertholameu trinta
mil e SeteCentos e SeSenta
e Oito reis, a herd[ei]ra Anto-
nia trinta mil SeteCentos e
SeSenta e Oito reis a herdei-
ra Marianna trinta mil e sete-centos.

Primeiramente 52 cavalos
de baeta a preso de des
tostões
34 cavalos deveram a 240

Primeiramente 52 couados
de baeta a preso de des
tostoís
34 couados de ruam a 240

(Glossário do autor: Baeta – adj.
Pardo)

(Baeta, espécie de tecido felpudo)

Hua colxa mel velu[d]o
Rodeado com...

Hu colxan Com hua aRoba
de lan do Reino

Sete tarefas de rosas ava-
liadas em does mil e oito
centos reis

Sete fouSes de Rosar aua-
luadas em dous mil e oito
Centos reis

[...] se por... alegando de suas
becas ter resebido por ele o
dito juramento asino e pro-

[...] Se perca por Culpa de
Seus bens e ReSebido por
ele o dito Juramento aSim



meto fazer de que de tudo fis
este Termo...

o prometeu fazer de que
de tudo fis este Termo...

De feitio de alfaiate de (ilegível)
transvistidos de home com
vestias (ilegível) saias emportou...

De feitio de alfaiate de Coa-
tro vistidos de home com
Vestias e Coatro saias em-
portou...

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Cartas Jesuíticas. In: ARAÚJO, M. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1985. p. 28-29.

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE; Massangana, 1994. p. 59-60.

APEB. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Colonial, antigo Índios, 1758. Maço 603, ms.

ARAÚJO, E. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1985. p. 14-41. (Publicações Técnicas, 43).

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Registro geral da Câmara de S. Paulo**: 1583-1636. São Paulo, 1917. v. 1. 621 p.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. 1990. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

ASBRAP. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA E GENEALOGIA. **Circular nº 2**: normas técnicas para transcrições e edição de documentos manuscritos. São Paulo, 1993.

BARROS, C. Entre heterodoxos: notas sobre catecismos dialogados na Europa e nas colônias no século XVI. **Fenix Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, MG, ano 7, v. 7, n. 2, maio/ago. 2010.



Disponível em: <www.revistafenix.pro.br/vol17candida.php>. Acesso em: 10 maio 2011.

BIBLIOTECA NACIONAL DA AJUDA. **Para o governador e Capitam General do Pará, em 14 de novembro de 1755 [...]**, Lisboa, 1755. Cota 54-IX-27, n.16, fl. 2, ms., fl. 2.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Carta familiar [...]** Lisboa. Códice 113.930, fl. 31rv.

COSTA, A. de J. **Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos**. 3. ed. Coimbra: Faculdade de Letras; Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993. 80 p.

DIRECTORIO que se deve observar nas povoações de índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrário, 1758. **Boletim de Pesquisa da CEAM**, Manaus, v. 3, n. 4, p. 85-126, jan./dez.1984.

FEIJÓ, M. **Ortografia do século XVIII**. 1992. Disponível em:<http://cvc.instituto-camoes.pt.conhecer/biblioteca-digital-camoes/search_result.html>. Acesso em: 10 maio 2011.

FLEXOR, M. H. O. A rede urbana brasileira setecentista; a afirmação da vila regular. In: TEIXEIRA, M. C. (Coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 203-240.

FLEXOR, M. H. O. Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 4, p. 97-157, 2001.

FLEXOR, M. H. O. **Proposta de edição das atas da Câmara de Salvador**. 2000. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ01_61-72.html>. Acesso em: 20 jul. 2003.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. (Col. Documentos Brasileiros, 1).

LEITE, S. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956. v. 2, p. 155-156.



LIMA, O. M. G. Breve história do português do Brasil. **Linguagem em (Re)vista**, Niterói, v. 1, p. 45-50, 2004.

MEGALE, H. Filologia bandeirante. **Itinerários**, Araraquara, n. 13, p. 32-34, 1998.

MENDES, U. D. A paleografia e suas dificuldades. **Boletim do Arquivo do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 10, p. 181-199, 1952.

PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Acordo ortográfico**. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1990>>. Acesso em: 10 maio 2011.

SALVADOR. Prefeitura Municipal do Salvador. **Cartas do Senado: 1684-1692**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1953. p. 9-10. (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 3).

SALVADOR. Prefeitura Municipal do Salvador. **Atas da câmara: 1731-1755**. Salvador: Câmara Municipal; Fundação Gregório de Mattos, 1994. (Documentos Históricos, v. 9). 399 p.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, p. 58-67, set./dez. 1999. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5\(15\)58-67.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(15)58-67.html)>. Acesso em: 16 maio 2011.

TORRES, A.; ASSUNÇÃO, C. (Org.). **Gramática da linguagem portuguesa 1536**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000. (Edição crítica, semidiplomática e anastática).

VIANA, A. dos R. G. **Ortografia nacional: simplificação e uniformização das ortografias portuguesas**. Lisboa: Livraria Edi. Viuva Tavares Cardoso, 1904.

A LIÇÃO DE ZEFA¹

Reinaldo Marques

De Arassuaí, eu trouxe uma pedra de topázio.

João Guimarães Rosa

Fins de janeiro de 1987. Um jovem pesquisador viaja pela primeira vez a Araçuaí, cidade situada no Vale do Jequitinhonha, no noroeste de Minas Gerais. Conhecido pela pobreza e carência material, o Vale apresenta, no entanto, uma riqueza cultural que se manifesta no artesanato, na música, na literatura popular. Acompanha-o uma colega de pesquisa, natural da região. Aos solavancos, por uma estrada de terra irregular, o ônibus se move vagarosamente pelas chapadas do Vale. As sombras monótonas das plantações de eucalipto contrastam com o fulgor de um céu enluarado. Uma lua cheia reina absoluta, transformando a paisagem em pura prataria. Desperto, o jovem pesquisador parece redescobrir a magia de um céu estrelado, obstruído, nas grandes metrópoles, pela potência das lâmpadas de vapor de sódio, sortilégio da eletrificação e do progresso. Difícil conter lembranças da infância fazendeira vivida na zona da mata mineira, ouvindo estórias e casos em torno de um fogão de lenha. Na bagagem, ele e sua colega levam um projeto de pesquisa, – a literatura popular no Vale do Jequitinhonha –, repasto de aspirações

1 Texto publicado originalmente em **ZCultural - Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2015.



universitárias. Entre o sono e a vigília, assaltam-no devaneios existenciais e acadêmicos.

De Belo Horizonte a Araçuaí são 620 quilômetros. À época, o asfalto só chegava até Diamantina, garantia de uma viagem mais confortável em ônibus mais novo; de lá até Araçuaí, eram uns 320 quilômetros percorridos num ônibus velho – uma jardineira, que esticava a viagem para 13 horas. Índice contundente de uma modernização truncada e desigual que marca o continente latino-americano, o asfalto somente chegou até muitas cidades do Vale somente nos anos 1990. Com o governo de Newton Cardoso (eleito em 1988), que se empenhou em substituir o “negócio” do artesanato, pouco efetivo na geração de empregos segundo ele, por “fábricas de louças.” Ao voltar a Turmalina poucos anos mais tarde, o jovem pesquisador se deparou com as chaminés de uma dessas fábricas e não pôde conter um sentimento de estranheza, como um retorno no tempo, quando o trabalho mecânico na indústria substituíu o trabalho manual. No final do século 20, o Vale experimentava um fenômeno antigo, dos primórdios da era moderna. Só que numa outra configuração, em que arcaicos resíduos culturais e técnicos se mesclavam a aparatos tecnológicos mais modernos ou ultramodernos – computador, internet, televisão. Nessa modernização tardia, o asfalto tinha como objetivo maior facilitar o escoamento do carvão vegetal produzido em grandes extensões das chapadas do Vale, atendendo-se à demanda sobretudo das usinas siderúrgicas situadas na região metropolitana da capital mineira, especialmente as da cidade de Sete Lagoas, e, obviamente, aos interesses das companhias de reflorestamento que investiam na plantação de eucalipto no Vale. Por conta desse avanço retardado de um capitalismo industrial pelo interior do país, muitos pequenos proprietários do Vale chegavam a vender suas pequenas propriedades para essas reflorestadoras e passavam a trabalhar nelas, a troco de salário mínimo, como matadores de formigas,



ferozes inimigas dessas matas de eucalipto que sugavam os córregos e nascentes de águas da região.

* * * * *

Na abertura de *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss confessa seu ódio às viagens e aos exploradores. Uma pista possível para explicar tanto desconforto, ele dá quando diz que “[...] não há lugar para a aventura na profissão de etnógrafo”, que “[...] só serve para o avassalar” (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 11). Mas será por que não tem aventura na sua profissão? Talvez porque, no âmbito da universidade moderna como instância a serviço do Estado-nação, o processo de normalização e disciplinamento daqueles saberes destinados a serem ciências tenha imposto uma hegemonia do Método. Hipostasiado, o Método obliterou a heterogeneidade dos caminhos – dos métodos – para a construção do conhecimento. O Método, as hipóteses explicativas excluía muitas vezes a possibilidade do imprevisto, do acaso, da aventura. Marcada por uma teleologia científica, a viagem não passava frequentemente de um subterfúgio para se confirmar uma resposta já previamente pensada, inviabilizando um efetivo encontro com as diferenças, com a alteridade. Mas o próprio Lévi-Strauss já desconfiava dessa hipertrofia do método científico, do caráter virtual e inacabado de nossas abstrações e teorias, ao colocar a arte e a ciência para dançarem juntas em trabalhos posteriores. Veja-se, a propósito, a bela “Abertura” de *O cru e o cozido*, em que, por meio de um pensamento analógico e inventivo, sem se ater a um método único, se vale da música para pensar o mito (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 9-38).

Numa jornada que mergulha noite adentro, o jovem pesquisador viaja sem saber ainda do desconforto de Lévi-Strauss com as viagens. Desloca-se no espaço e no tempo, no espaço-tempo. Ao chegar a Araçuaí, em torno das 9 horas, sob o sol escaldante de janeiro, ele, sua colega e alguns



estudantes bolsistas de iniciação científica estão ruços de poeira, parecendo outros. O primeiro gesto, ao descender do ônibus, consiste em espanar com as mãos a grossa camada de poeira que cobre roupas e corpos, para recuperar uma identidade subitamente evaporada. Evolando-se no ar, essa poeira assemelha-se ao pó, cheio de ácaros, que se deposita sobre os documentos de um arquivo, que o pesquisador desavisado inspira, infectando-o de uma febre de arquivo. Carolyn Steedman se debruça sobre essa febre do arquivo, que se abate sobre Jules Michelet, por exemplo, ao ler de modo literal o título do livro de Derrida, *Mal d'archive*, na tradução em inglês: *Archival Fever*. Lendo a obra de Vico, em janeiro de 1824, Michelet anotou em seu diário que havia se intoxicado com seus princípios históricos. Ao compulsar velhos documentos e livros, respirou também o pó que os cobria, contraindo literalmente os males do arquivo, doenças típicas de homens cultos, letrados. No silêncio do arquivo, onde acredita que o passado vive, Michelet compreendeu que a tarefa do historiador social consiste em dar vida aos mortos, ressuscitá-los. Especialmente àqueles cujas breves existências não estão arroladas nos documentos do Estado². Para ele, o sonho do historiador consiste em dar voz aos mortos, encontrando um sentido para suas efêmeras existências. E, assim, pacificá-los.

Em seus usos, pois, desvela-se essa subterrânea conexão do arquivo com os mortos, como forma de garantir-lhes a paz e descanso eterno. E de, caso retornem para nos interpelar, poder dizer-lhes, especialmente àqueles que sucumbiram em conflitos e guerras extremos, que não morreram em vão, que aprendemos algo com seu sacrifício. Como bem nos mostra o filme *J'accuse* (1919) de Abel Gance, feito ainda em meio aos escombros deixados pela experiência devastadora da Primeira Grande Guerra. Nesse trabalho, Gance parece antecipar essa onda de filmes sobre zumbis (*The Walking Dead*) que retornam em série e nos assombram hoje, menos talvez como reflexão histórica sobre o passado do que como puro divertimento.

2 Cf. STEEDMAN, 2002, p. 69-72.



Ao se livrar da poeira, o jovem pesquisador mal percebia que sua viagem a Araçuaí, ao Vale do Jequitinhonha, equivalia a um mergulho no arquivo. No arquivo teórico e prático latino-americano, com seus saberes locais, heterogêneos, mesclados. É como se o Vale fosse um grande arquivo ao ar livre, com seus documentos expostos às intempéries do tempo – as inscrições de figuras rupestres que Seu Pedro Cordeiro Braga lhe mostrara na Serra das Almas; o rio Jequitinhonha assoreado pela ganância das mineradoras, que atravessara a pé indo até a referida serra; o missal vermelho de capa dura que vira na matriz de Minas Novas; seus narradores populares maquinando estórias. (Afinal, se pensado nos termos de uma escala temporal cósmica, da “Grande Narrativa” em que se insere o processo de hominização narrado por Michel Serres em *Narrativas do humanismo*, 2015, não seria nosso planeta um grande arquivo?). Nessa ideia de mergulho, de imersão, como não surpreender as imagens marinhas associadas à representação do arquivo, assinaladas por Arlette Farge? Com suas subdivisões em fundos, distinto tanto dos textos quanto dos documentos, o arquivo mostra-se desmesurado e invasor, como as marés, as inundações e as avalanches. Mas produtor de um “efeito de real” (FARGE, 1989, p. 7-26). Numa outra viagem, de Diamantina ao Vau, contornando a Pedra Redonda, onde nasce o Jequitinhonha, o professor Rodolfo lhe havia dito que, em tempos pré-históricos, aquela região fora coberta pelo mar, como demonstravam vestígios de conchas incrustadas nas rochas.

Na medida em que se adentra pelo Vale, o jovem pesquisador caminha em direção às bordas, aos limites do arquivo, como possibilidade de pensá-lo. Tomam-no sensações estranhas, como a de penetrar numa terra estrangeira, numa “terra ignota” – tal qual Euclides da Cunha ao se aproximar dos sertões de Canudos –, apreendendo as fronteiras internas da nação, seu outro interior. Foucault nos lembra da impossibilidade de descrever nosso próprio arquivo, que seria indescritível em sua totalidade e incontornável em sua atualidade, dando-se por fragmentos, regiões, níveis.



O arquivo consiste, para ele, num sistema de regras que possibilita a produção de enunciados; do interior de suas regras é que falamos. Não se reduz a um espaço físico, a uma topologia, onde se guardam os documentos, registros. Disso avulta uma questão intrigante: Onde, pois, começa e onde termina o arquivo? Ainda mais com a essa onda digital, que açula a compulsão de tudo registrar, arquivar, segundo uma memória transbordante, ilimitada? Se para Derrida, no entanto, o arquivo pressupõe impressão e exterioridade, uma domiciliação – o princípio topológico, ligado ao começo, ao qual se articula um princípio nomológico, de comando e poder, como contido na *Arkhe* grega (DERRIDA, 2001) –, difícil todavia delimitar seu início, perscrutar suas fronteiras. Assim, para Foucault (1987),

[...] a análise do arquivo implica uma região próxima de nós mas diferente de nossa atualidade: a orla do tempo que cerca o nosso presente, aquilo que fora de nós nos delimita; implica o afastamento de nossas próprias práticas discursivas; permite o nosso diagnóstico ao nos desprender de nossas continuidades e dissipar nossas identidades; o arquivo nos mostra como diferença, que a nossa razão é a diferença dos discursos e a nossa história a diferença dos tempos e nosso eu a diferença das máscaras, e a diferença como a dispersão que somos e fazemos.

A viagem, o deslocamento em direção à orla, aos limites, às fronteiras – estratégias para se pensar o arquivo. Modos de se distanciar de nossas práticas discursivas e suas regras de funcionamento. Formas de experimentar nossas descontinuidades, nossas fissuras, nossas diferenças. Teatro do estranhamento de nós mesmos, dispersão e concentração.

* * * * *

Em Araçuaí, cidade situada no médio Jequitinhonha, esperam os pesquisadores Zefa e Lira, artesãs do Vale, e Sá Luiza, benzedeira, todas elas contadoras de casos, histórias, mais o velho Paiada, líder comunitário.



Zefa, nome artístico e de guerra, talvez mais real que Josefa Alves dos Reis, nascida em 1925 em Poço Verde, Sergipe, beirando hoje os seus 90 anos. É uma das mais antigas artesãs de Araçuaí, aonde chegou em 1962, depois de pelejar em Teófilo Otoni, fugindo da seca do nordeste.³ Inicialmente fazia trabalhos de cerâmica, até descobrir as possibilidades da madeira; especializou-se numa técnica antiga utilizada pelos índios para produzir seus personagens nordestinos, que lembram a Guerra de Canudos.

A cidade está situada às margens do rio Araçuaí, principal afluente do Jequitinhonha, e do ribeirão Calhau. Araçuaí, nome indígena que significa “araras grandes”. Os primeiros habitantes da região foram índios do grupo dos tapuias. Habitantes do interior, não falavam línguas do tronco tupi e eram considerados bárbaros pelos demais. Tapuio designa também o caboclo rude, o mestiço. Ao local chegam mais tarde portugueses, mestiços paulistas e da costa da Bahia, detentores de maiores recursos e que tomaram conta do lugar. O acesso à região se devia muito ao trabalho dos canoeiros, que subiam e desciam o rio transportando homens, cargas e mercadorias. Junto com os tropeiros, os canoeiros tinham muitas histórias para contar. Conta-se que, na fundação da cidade, destaca-se o papel das meretrizes. Na confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, num local muito agradável onde aportavam as canoas para a troca de mercadorias, um certo padre Carlos Pereira de Moura fundou a Aldeia do Pontal, purificando-a com a expulsão de todas as meretrizes, que amenizavam a dura vida de barqueiros e canoeiros. Sem rumo, elas migraram rio Araçuaí acima, tendo sido acolhidas na Fazenda da Boa Vista, de Luciana Teixeira, que cedeu suas terras às emigrantes. Os canoeiros mudaram de porto e, no novo local, se desenvolveu o arraial do Calhau – nome atribuído devido à grande quantidade de pedras redondas encontradas por lá –, que deu origem à cidade de Araçuaí, por volta dos anos de 1830 e 1840. Com o progresso, a estrada de rodagem e o movimento dos ônibus e caminhões substituíram a navegação

3 Cf. VIEIRA, 2013, p. 25-28.



pelo rio. A cidade foi dando as costas para o rio e se virando para a rodovia, num típico movimento do processo modernizador. Os canoeiros são hoje apenas uma lembrança preservada por monumento na praça da Matriz. Monumentalizados para o esquecimento.

Índios, mestiços, canoeiros, tropeiros, prostitutas, portugueses, paulistas e baianos – como são misturadas e impuras as origens, que uma história idealizada procura sublimar, purificar, tornar séria, invocando um tom épico para narrá-las... A épica e o relato eloquente das origens, da gênese das nações e linhagens familiares. Não foi em vão, lembra-nos Foucault (1986), que Nietzsche nos convidou a rir das origens, parodiá-las, rebaixá-las, trazendo-as para o chão de uma história efetiva.⁴ Uma história despida das significações ideais, de teleologias vagas, em que prevalece o acontecimento como singularidade. Afinal, as coisas são sem essência e os começos são inumeráveis, múltiplos, disparatados.

Pelas mãos de Lira os pesquisadores são introduzidos na comunidade dos artesãos de Araçuaí. Além de artesã, Lira, ou Maria Lira Marques Borges, é uma liderança comunitária, uma cantadeira, participante do Coral Trovadores do Vale fundado pelo Frei Chico. Musical, Lira é lira, poesia extravasando seu porte contido e contaminando memórias de lutas e dificuldades do povo afrodescendente, que encontram expressão em suas máscaras de barro. Ela os leva primeiro ao velho Paiada, que relata histórias da grande enchente de 1979, legitimadas pela experiência: “Falo porque vi e vivi e posso provar!” E, depois, até Zefa, que mora numa casa da periferia da cidade, juntamente com sua cunhada e única companheira da experiência de migração, Francisca. De porte médio, cabelos curtos, a pele crestada pelo sol, seu rosto retém um sorriso que logo desabrocha numa fala mansa e se espraia por sua arte dramática de contar estórias.

4 Cf. FOUCAULT, 1986, p. 15-37.



Ao entrar na sala-ateliê de Zefa, de chão batido, o jovem pesquisador fica assombrado com as quatro paredes totalmente cobertas, de cima a baixo, com capas e páginas recortadas de revistas da comunicação de massa: *Veja*, *Isto é*, *Realidade*, *Manchete*, entre outras. Imagens de políticos, esportistas e artistas *pop* do imaginário urbano convivem com figuras do imaginário rural, lendário. É como se as paredes, caiadas de branco, constituíssem páginas de um estranho álbum em que ela colasse imagens várias de sua coleção particular prontas para pavonearem a imaginação criadora. Uma figura do arquivo, não por acaso álbum vem do *albus* latino, alba, designando o branco e, na prática médica, o “branco do olho”; com Horácio *albo* passou a indicar um dia feliz.⁵ E o que primeiro lhe chamou a atenção foi, mais ao canto da parede em frente, a imagem do saci-pererê entre Madonna e Michael Jackson, como se estivessem batendo um papo animado. Num tom de voz que trai certa decepção, pergunta à artesã: “Zefa, por que tudo isso, essas páginas e imagens nas suas paredes?” Ao que ela responde de pronto, amparada num largo sorriso: “Ah moço, é pra eu me inspirar!” Depois de penosa viagem às profundezas do Brasil, ruía a fantasia romântica do inexperiente pesquisador a respeito de uma genuína cultura popular brasileira. Aí, nessa sala-ateliê, Zefa lhe ministra uma lição teórica cujo alcance lhe escapa e que o deixa meditativo, melancólico. Desse encontro e dessa lição, como rastros esgarçados, restam algumas fotos.

5 Cf. SILVA, 2008, p. 51.



Foto 1 - Zefa, o jovem pesquisador e Francisca

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Meio atordoado, o pesquisador acadêmico lança seu olhar pelo ateliê: troncos de madeira empilhados, matéria-prima para futuras esculturas, instrumentos do ofício (enxó, martelo, lixas etc.), um banquinho de madeira. Não dá conta ainda de apreender nem a casa-ateliê de Zefa como um arquivo local, o arquivo de um artista popular, nem Zefa como colecionadora. Mas Zefa efetua certas práticas do colecionador: seleciona, recorta, recolhe e combina imagens e textos contidos em capas e páginas de revistas da comunicação de massa, desfazendo um formato típico da cultura massiva hegemônica – a revista –, para compor uma coleção particular. Num gesto de apropriação, desterritorializa ícones culturais e políticos para reterritorializá-los, compondo uma coleção fantasmagórica, anômica, porquanto desgarrada daquela “libido do *pertencer*” que molda as identidades modernas – pessoais, nacionais e culturais – de modo muitas vezes essencialista e intolerante frente à alteridade.⁶ Combinando-os à sua maneira, segundo outra lógica e valores locais,

6 Cf. SERRES, 2015, p. 50.



confere a esses objetos sígnicos significados suplementares, singularizando-os. Na sua montagem, retira as imagens da linearidade temporal e as justapõe, de modo que torna simultâneo o não-simultâneo. Disponibiliza-as para novos usos, em função de seu projeto/labor artístico, movida por um saber local e enquanto um sujeito situado, constituindo um mundo próprio, que a individualiza também. Como uma coleção tecida nas bordas do arquivo, do sistema mundo, que se faz também pela reniã de materiais variados e úteis ao ofício do artesão. A exemplo do colecionador benjaminiano de livros, habitando um mundo que oscila entre os polos da desordem e da ordem, do caos criativo e da obra conformada, Zefa usufrui da posse de sua coleção. Por meio desta mantém “[...] a mais íntima relação que se pode ter com as coisas. Não que elas estejam vivas dentro [dela]; é [ela] que vive dentro delas” (BENJAMIN, 1987, p. 235). Por esse cuidado com seus materiais heterogêneos é que Zefa se torna também uma fisiognomista dos objetos de uma cultura local, entrelaçada com elementos de culturas nacional e global, em perene transformação, devir.



Foto 2 – Zefa esculpindo

Fonte: Arquivo do autor.



O jovem pesquisador se refaz de seu atordoamento quando Zefa convida os visitantes para a cozinha, a fim de lhes contar umas histórias, acompanhada de seus gatos. Além de artesã, Zefa é também apurada narradora, duas técnicas que domina com maestria. Em suas performances narrativas, combina elementos míticos, religiosos, fictícios e históricos sem regras pré-definidas e formatos fixos. Estranha a lição de Zefa: não falou muito, não dissertou nem fez asserções ou demonstrações por meio de uma cadeia argumentativa lógica e coerente, segundo um método pré-estabelecido. Nada daquilo próprio de um discurso acadêmico a que um pesquisador está acostumado. À maneira de Benjamin (2006, p. 502) – no arquivo N do trabalho das *Passagens*: “Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar.” –, ela somente mostrou e... contou causos: o primeiro automóvel que chegou a Araçuaí, o primeiro avião – outros modos de ler eventos e realizações de uma modernização tardia. Por meio de um saber narrativo, numa montagem de histórias, ela conferia sentidos a ícones do mundo *pop*, industrial e tecnológico, aproximando-os de elementos míticos e lendários – o automóvel com seus faróis acesos, vislumbrado pelo caboclo numa curva da estrada à noite, assemelhava-se a um dragão jorrando fogo pelas ventas; o pequeno avião que passava em voo rasante sobre o cemitério da cidade, ao final de um enterro, era o caixão do compadre Vicente indo para o céu. Outras formas de construção do conhecimento.

* * * * *

Desejoso de mudar o mundo, entretido com o futuro de utopias revolucionárias, o jovem pesquisador não lograva compreender que Zefa lhe ministrava uma dupla lição. Como se podia ver mais claramente agora, à distância. Uma lição mais visível contida no conteúdo mesmo da-



quilo que ela mostrava, relacionada às práticas de uma cultura popular brasileira, latino-americana. A outra lição, invisível, subentendida no evento mesmo desse encontro entre o pesquisador e a artesã. Uma lição que apontava para uma crítica do arquivo teórico latino-americano.

Só bem mais tarde o jovem pesquisador, agora já mais vivido e lido, logrou visualizar e elaborar alguns elementos da lição invisível de Zefa. Sinal evidente da decalagem entre o vivido e o narrado, o evento e o saber, a reflexão forjados sobre ele. Na sua lição, Zefa denunciava, sem explicitá-lo, a exclusão de inúmeros sujeitos do processo de construção dos saberes, da formação de uma cultura nacional, da elaboração do arquivo teórico da nação. Zefa com seus saberes populares, selvagens, rebeldes ao crisol do método científico.

Ao ler tempos depois o ensaio *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*, de Néstor García Canclini (1990), o pesquisador não pode deixar de lidar com uma curiosa experiência do já vivido: a teoria que um acadêmico formulava em academias do Norte para explicar as mesclas culturais no espaço latino-americano – com a fusão do erudito, do popular e do mas-sivo – já havia sido elaborada de forma singular por Zefa a partir de uma práxis artística. Ela havia lhe mostrado, teorizando por outros meios, que o artista popular se apropria, traduz e reinventa diversos materiais, extraídos de diferentes âmbitos culturais a fim de construir o próprio. Que as culturas não existem em estado puro, separadas umas das outras, mas que andam todas muito misturadas, segundo um jogo de forças em relação. Que as artes conversam entre si e contar histórias e esculpir formas na madeira ou no barro compõem variado repertório de um saber narrativo. Que na narrativa, em vários formatos e linguagens, relatando e combinando o vivido e o imaginado, é que melhor se pode dizer e experimentar “quem sou eu”, “quem é você”, “quem somos nós.”



Da mesma forma, a lição de Zefa se reavivou na memória do pesquisador quando, lendo as “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, Stuart Hall (2003), após desconstruir a interpretação equivocada das conexões da cultura popular com a tradição e formas tradicionais de vida, vistas como impulso tão somente conservador e retrógrado, assinala que a cultura popular é lugar de transformações, marcado pela dialética da contenção e resistência. E pontua: “Quero afirmar o contrário, que não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais.” (HALL, 2003, p. 254). Ao desarmar a dicotomia entre uma autêntica e uma falsa cultura popular, o crítico cultural jamaicano chama a atenção para o poder da inserção cultural, desfazendo a imagem das pessoas comuns como tolos culturais, dado que são capazes de reconhecer como suas realidades são representadas e remodeladas pela indústria cultural. Com seu arquivo e sua arte, não era isso que Zefa teorizava mostrando para o jovem pesquisador, que a imaginava protegida num espaço cultural virgem? Não era essa sua maneira de se posicionar como sujeito nos processos e choques interculturais?

À proporção em que as experiências do passado iam se constituindo menos como fatos consumados que como virtualidades, prontas a irromper no presente, o pesquisador mais se dava conta da atualidade da lição de Zefa. Do fato de que nossas experiências e aprendizados do passado, enquanto resíduos e sobrevivências de outroras no agora, interferem nas leituras e pesquisas do presente, suplementando-as com significações imprevistas; assim como as leituras e perquirições do presente iluminam a compreensão dos aprendizados do passado. E pôde confrontar-se com o que lhe pareceu de certa forma monstruoso no arquivo/colecção da artista popular: o caráter excessivo de sua memória, visível nas paredes/álbum “entulhadas” de imagens, imagens que lhe pareceram despropositadas naquela primeira visão. Intempestivas, pode ver assim



agora. Espécie de antecipação fantasmagórica de uma memória total disponibilizada hoje em dia pela tecnologia da informática, do digital.

* * * * *

Em sua leitura do fenômeno do *déjà vu*, Paolo Virno nos esclarece a respeito do funcionamento da memória ao retomar a observação de Henri Bergson (apud VIRNO, 2003, p. 19) de que o ato de recordar uma experiência imediata não se dá de forma posterior à percepção, sendo antes contemporâneo a esta. Recordação e percepção se dão em uníssono no presente e o traço mnésico constitui um correlato daquela experiência. De maneira que, ainda segundo Bergson (apud VIRNO, 2003), cada momento de nossa vida contém um aspecto virtual, o da recordação, e um aspecto atual, o da percepção. A partir disso Virno (2003) levanta uma tese: enquanto a percepção fixa o presente como algo real, um fato acabado reduzido a dados unívocos, a recordação o preserva no campo da simples possibilidade, como uma virtualidade; há um presente percebido como agora e um presente do qual se tem memória. Entre essas duas maneiras de tomar posse do nosso “agora” há, para Virno (2003), “uma diferença modal: modalidade do possível ou modalidade do real, memória da potência ou percepção do ato.” No *déjà vu*, ambas as modalidades operam simultaneamente com o real e o possível, o atual e virtual coexistindo num mesmo evento. Mas o passado, enquanto fato acabado, só pode ser tão somente repetido, como eterno retorno do igual, e o sujeito o revive como mero espectador.

No desdobramento de sua argumentação, Virno (2003) articula o possível à forma do passado e acrescenta uma diferença de natureza, não de grau, entre o atual e o virtual: ambas as modalidades se relacionam a um mesmo conteúdo de experiência, mas a potência revela-se independente do ato, não se deixando assimilar por ele; antes, alcança sua maior



força quando se sustenta ao lado do ato. O passado constitui o centro dessa temporalidade da potência; todavia, na esteira de Bergson (apud VIRNO, 2003), trata-se de um passado indefinido, incalculável – um “passado em geral” –, como virtualidade pronta a irromper no presente, desvelando outras possibilidades do vir a ser. Como matriz do passado em geral, a faculdade mnésica é a condição mesma da recordação do presente, identificando-se a diversas outras faculdades, como as da língua, do intelecto. Mas sem que, em função da diferença de natureza existente entre eles, a faculdade se equipare ou se reduza ao ato concomitante. A língua, como potência do dizer, não se esgota nas palavras ditas, por exemplo, é inatualizável enquanto pura potência. Daí se pode concluir: toda a relação com o passado é anacrônica, visto que se dá a partir do presente; cabe ao aqui e agora definir o que deve retornar. Entretanto, se enquadrado a partir de um presente, o passado não é matéria inerte reduzida ao ato; antes, como virtualidade, tem a possibilidade de interferir no presente assinalando outras possibilidades de devir, de atualização.

Por conta disso, Virno (2003) distingue um anacronismo formal de um anacronismo real. Ambos constituem uma recordação do presente, entretanto, no primeiro, como uma forma-passado, o gesto recordado está instalado num passado indefinido em estado atual, em que ato e potência se sustentam, evidenciando a brecha entre um poder-fazer e os atos consumados, brecha em que Virno situa a matriz da historicidade. Diversamente, como oposto simétrico do primeiro, no anacronismo real essa brecha entre ato e potência é ocultada e a potência – o passado enquanto virtualidade – encontra-se reduzida ao ato prévio. Vinculado a um conteúdo do passado particular e fechado, o anacronismo real, ou o *dejá vu*, não passa então de um falso reconhecimento, como já assinalado por Bergson (apud VIRNO, 2003). Nele, enquanto um presente contrabandeado por meio de um anacronismo formal, o pensador italiano detecta os impulsos dos discursos sobre o fim da história, uma marca



da ideologia pós-moderna, e que associa à modalidade da história anti-quária descrita por Nietzsche, dominada por um excesso de memória. A essa inclinação, Virno (2003) lhe dá um nome específico: *modernariato*, entendido como uma sensibilidade antiquária que traduz interesse de ordem sentimental, estética e comercial, por objetos e coisas pertencentes a um passado recente, insuflado por um afã colecionista furioso e cego.⁷

Pois bem, em ambos os anacronismos, na recordação do presente, Virno (2003) reconhece um excesso de memória. E leva em conta a advertência nietzschiana de que a hipertrofia da memória paraliza a ação, inibe os impulsos vitais, a criatividade, bloqueando o futuro. Mas, concordando com Nietzsche, desloca o argumento deste a seu favor: a cantilena do “fim da História” é fruto não de um excesso de memória, mas do encobrimento deste pelo *déjà vu* sob a forma de uma veneração do passado enquanto nada mais que mimetismo, imitação. Na medida em que a recordação do presente operada pelo anacronismo formal se configure como dispositivo público, o excedente de memória resulta num excedente de história – acredita-o Virno (2003). Liberada da degradação do falso reconhecimento, a superabundância de memória pode colocar o passado a serviço da vida, incrementando nosso senso de historicidade, o diálogo do presente com o futuro, estimulando nossas faculdades criativas.

Sem incorrer na idealização da práxis artística de Zefa, sujeita às relações de poder que atravessam o campo da cultura popular, pode-se dizer que seu arquivo já indiciava no outrora a disseminação do gesto de arquivar. Um gesto elevado à enésima potência na contemporaneidade pelas tecnologias da comunicação, da memória eletrônica, do digital, da internet. Afinal, o conhecimento e a arte pressupõem colecionar e arquivar materiais e signos e recombina-los de forma inventiva. Como todo artista, Zefa assim procede com seus materiais heterogêneos, alguns extraídos de sua realidade material do presente, outros enquanto signos e imagens do pas-

7 Cf. VIRNO, 2003, p. 61.



sado; coleciona, arquiva para combiná-los de forma mais livre em seu fazer artístico, sem hierarquias, à maneira de um *bricoleur*. Procede da mesma forma que um escritor da cultura erudita ou um pesquisador acadêmico, que também colecionam e arquivam: palavras e imagens, materiais e informações. Segundo Ivette Sánchez (1999), as práticas da leitura e da escrita são modos de colecionar, indispensáveis para novas escrituras, elaborações e invenções. Todo artista é um colecionista.⁸

Marcado por uma superabundância de imagens, situado no âmbito de um passado indefinido, seu arquivo exprime a potência de seu fazer artístico, tecido por imagens oriundas de várias camadas de outroras e agoras. Trata-se de uma forma-passado que institui um antes como pura virtualidade, prestes a se atualizar em sua ação escultórica no presente. Todavia, as esculturas feitas não esgotam a potência do seu fazer; seu arquivo performa a memória desse fazer. Detecta-se nele um excesso de memória, é bem verdade. Mas esse excesso de memória, em vez de pesar sobre seu agir, obstruindo-o, parece constituir a afirmação mesma de sua potência criativa, de sua arte, em diálogo permanente com o passado enquanto virtualidade – um presente sob a forma da recordação – e com o próprio presente enquanto atualidade e abertura para o futuro.

* * * * *

De Araçuaí, Riobaldo trouxe uma pedra de topázio. Presente de Riobaldo que era para ser de Diadorim, mas que, por artimanhas do destino (ou da narrativa?), acabou nas mãos de Otacília. Que dom secreto de Riobaldo se incrustava na pedra de topázio? Pode bem ser um saber narrativo, como na muiiraquitã de Macunaíma. Uma das mais importantes pedras preciosas, a pedra de topázio tem cor variável e forma massas irregulares, como vário e heterogêneo é um saber narrativo. De Araçuaí,

8 Cf. SÁNCHEZ, 1999, p. 10-19.



trago uma pedra de topázio que me foi dada por Zefa. Lição de Zefa: seu saber narrativo, sua arte de mostrar mais que demonstrar. Na cadeia narrativa, essa pedra só faz sentido se circular, ampliando suas possibilidades de significação. Por isso, passo-lhes a pedra de Zefa, para que possamos, como uma comunidade interpretativa, melhor apreender novas possibilidades do arquivo teórico e prático latino-americano.

Referências

- BENJAMIN, W. **Passagens**. Organização de Willi Bolle; tradução de Irene Aron e Cleonice Mourão Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 2, p. 227-235.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar y salir de la modernidad. Ciudad del México: Grijalbo, 1990.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FARGE, A. **Le goût de l'archive**. Paris: Seuil, 1989.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 15-37.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Liv Solvic et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**: mitológicas. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1991.



LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Tradução de Jorge Constante Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986.

SÁNCHEZ, I. **Coleccionismo y literatura**. Madrid: Cátedra, 1999.

SERRES, M. **Narrativas do humanismo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SILVA, A. **Álbum de família**: a imagem de nós mesmos. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Ed. Senac São Paulo; Edições SESC-SP, 2008.

STEEDMAN, C. **Dust**: the Archive and Cultural History. New Jersey: Rutgers University, 2002.

VIEIRA, D. G. Mestre Zefa. In: MOURA, M. A. (Org.). **Saberes plurais – museu virtual**: Mestre Zefa (Josefa Alves dos Reis). Belo Horizonte: Ed. UFMG; PROEX-UFMG, 2013. p. 25-34.

VIRNO, P. **El recuerdo del presente**: ensayo sobre el tiempo histórico. Tradução de Eduardo Sadier. Buenos Aires: Paidós, 2003.

ARQUIVOS: dramas, paródias e performances

Washington Luis Lima Drummond

Ao desbaratado ritmo produtivo das mercadorias soma-se o excesso generalizado das informações. A sociedade da abundância em sua incapacidade de reverter seus bens ao uso equitativo, pois as coisas nunca caminham para o equilíbrio, impulsiona *a contrario* a exuberância das maneiras de vida seduzidas pela moda, os comportamentos como atitude e o cuidado de si como *performance*¹ do banal.

O *sexy-appeal* do inorgânico benjaminiano foi uma visão inicial dos desdobramentos entre fantasia e objetos de consumo na *ur-historia* do capitalismo. Michel Foucault vasculhou arquivos para sua arqueologia do mesmo período, explorando os continentes perdidos dos arquivos do grande confinamento europeu e as suas condições de produção. Por sua vez, Georges Bataille, arquivista profissional - entre a filosofia, antropologia e estética - coletou e montou as imagens que tornariam visível uma contra-história das formas. Não deixava de anunciar o impacto que as inovações das imagens reprodutíveis e seus veículos de circulação teriam para os procedimentos “narrativos” e arquivísticos. Por último, Klosowski (2009), com base nos escritos sadeanos, investigou a re-invenção da vida das pulsões, agenciada, agora, pelas práticas produtivas vitoriosas,

1 O termo *performance* é definido no texto como a forma de aparecimento do indivíduo contemporâneo, mediada pelo meio técnico, nos super-arquivos dos aparelhos digitais. Não tem nenhuma proximidade com o gênero artístico.



negociando entre a materialidade dos objetos (artísticos e industrial) e os simulacros e fantasmas da perversão sadiana ou da utopia fourierista. Não seria essa cópula estranha o argumento central do atual regime massivo dos documentos e arquivos digitais?

Procurando contribuir com os debates segue uma breve arqueologia-ficção da formação e uso dos arquivos (drama, paródia e *performance*), segundo a teorização dos autores indicados.

Arquivos e dramaturgia

Ao escrever *A vida dos homens infames*,² em 1977, Foucault complexifica a produção de documentos e arquivos sobre o cotidiano, analisando a passagem do exercício de um poder distante e soberano para uma rede contínua e institucionalizada que aglutina instâncias policiais, médicas e psiquiátricas. Para a nossa análise, utilizaremos o termo infame decorrente das inglórias trajetórias, cuja aparição em nosso tempo não deixa de nos surpreender, iluminadas por essa escrita institucional e disciplinar que constitui, na historiografia foucaultiana, o segundo dos dois regimes de produção documental.

Os infames nos legaram seus rastros a partir dos documentos gerados pelas instâncias da ordem e da normatização quando – em momentos de captura e inquirição sob a força da lei e da obrigação de falar – são punidos no grande confinamento do século XIX. O que aí se obtém são confissões e comentários clivados pelas ordens discursivas dos campos institucionais e pelos seus funcionários, os quais na banalidade do gesto ordinário, colhe, recorta, enquadra e adéqua a fala desses infelizes. Esses

2 Jorge Luiz Borges, nos anos 1930, escreveu uma coletânea de contos temáticos sob o nome de História Mundial da Infâmia, nos quais narra a trajetória de vários personagens, de épocas e lugares diversos, que através de façanhas infames (roubos, assassinatos e golpes) se irmanam e legam para a posteridade o traço fugaz de suas vidas. As narrativas misturam fatos reais com a fabulação literária e deve ter servido de inspiração pra o texto de Foucault.



procedimentos marcam para sempre pela infâmia de não pertencerem – ou pertencerem apenas como ameaça – ao mundo daqueles que os confinam.

Esses arquivos, cujos mais preciosos seriam os das instâncias policiais e médicas, sobretudo, pela elaboração de uma taxionomia criminal e mental, delimitam a vida na infâmia. Remetem aos regimes de “visibilidade” ainda marcados pela escrita: o tornar-se “visível” para esses indivíduos, marcados na anormalidade e delinquência, toma forma em inquéritos, relatórios, descrições e toda uma rede de escritas, oriundas das instituições de controle e penalização, exercitadas na dramatização do real. Aí, os saberes constituem-se pelo controle, pela observação, pelo registro e pela produção de relatórios e documentos voltados para a disciplina que por fim se amontoam nos arquivos. Um imenso e eficiente dispositivo submete a fala de uma massa anônima aos seus rituais de enunciação que asseguram os contornos sociais, atravessando discursivamente a vida dos indivíduos e colocando-as em jogo. Este pôr-se em jogo possibilita hoje o acesso, mesmo distorcido pela injúria, à vida desses homens. Ao recontarem, entre memória e ficção, suas desditas – emaranhadas nas redes discursivas institucionais – os infames persistem oriundos de um mundo distante. Do contrário suas vidas se extinguiriam para nós, sem nenhum rastro ou sinal de suas existências.

O que Foucault (2008) nos chama atenção é que esses documentos e arquivos se constituem num conjunto particular de registro, iluminando aqueles que num momento de suas vidas cruzaram com as instâncias da ordem e tiveram a oportunidade de deixar seus rastros, mesmo sem ter o controle dos enunciados que legaram. Dentro das extensas estratégias de acomodação e definição do humano e dos limites do racional, entendidos como extremidades instáveis, os campos de luta – entre o que se coloca como instituído e aquilo que lhes surpreendem numa dimensão larvar, cega, dúbia e sem sentido – se reconfiguram em velocidades múltiplas e espacializações improváveis. O conjunto desses movimentos se particu-



lariza enquanto infâmias, em que uma pretensa realidade essencializada, e jamais alcançada, ressurgue ficcionalizada, tanto pela escrita documental quanto pelo ordenamento dos arquivos. A maneira de persistirem nos relatos documentais deriva da atuação que empreenderam nesse cruzamento em que a presença instaurava-se enquanto máscara imposta pelas instituições normalizadoras. A infâmia é essa máscara dramática do aparecimento/desaparecimento.

Na ordenação do mundo como normatização dos comportamentos e exclusão do outro enquanto alteridade – medida de diferenciação e afirmação do normal – a máscara infame não deixa de permitir que as forças e formas desviantes afirmem-se no espaço da homogeneização empreendida pela confluência dos saberes disciplinares. Os documentos aí produzidos redesenham a trajetória dos infames, segundo a perspectiva foucaultiana, nas intensidades máximas de suas vidas: o brilho intenso e fugaz das táticas para driblar ou escapar às forças que se abatem sobre seus corpos. A tessitura social projetada é constituída por esse embate, pelo jogo das forças e intensidades, pelos choques e diferenciações.

Os arquivos (e antes o seu ordenamento) são o relato de uma história militar, trazem o confronto entre a norma e o que se insinua sobre seu rolo compressor. Essa imaginação do social resulta de uma interpretação clausewitziana das relações sociais, como confrontos bélicos, numa época ainda marcada pelo primado da escrita e do arquivamento institucional.

Arquivos e paródia

O escritor e arquivista francês Georges Bataille (1987), nas primeiras décadas do século XX, também desenvolveu uma poderosa crítica aos processos de homogeneização que sobreviviam na época das vanguardas modernas e do fascismo alemão. Entretanto, as relações entre as pesquisas heterológicas de Bataille dos anos 1930 e o trabalho historiográfico



foucaultiano ainda são pouco estudadas.³ Ao buscar os arquivos das instituições que confinam doentes, loucos e delinquentes, dando visibilidade a essas pequenas batalhas, os estudos foucaultianos parecem querer transformar em discurso histórico as visadas sociológicas e políticas dos escritos bataillianos críticos do produtivismo da sociedade capitalista. Para Bataille (1987), as sociedades que se especializaram na produção e consumo de mercadorias, sob a égide de um estado forte, convergiram para a segurança dos comportamentos enquadrados em formas constantes, repetitivas e ordenadas, derivadas da equivalência de todas as mercadorias sob o signo do capital que, no seu bojo, rejeitava tudo que o ameaçasse.

O conhecimento desenvolvido numa aplicação direta na rede produtiva, as regras do convívio burguês e seu imperialismo sobre as rotinas cotidianas e marcadamente utilitárias, tentavam solapar aquilo que a poesia e a estética romântica preconizaram como antídoto: a embriaguez e as formas extáticas. Rimbaud, com o desregramento dos sentidos, reaparece como apreensão sociológica do sonho e do estranho, perseguidos pelo movimento surrealista. No obscuro mundo heterológico, o sonho transforma-se em pesadelo e o estranho assume sua face perversa como o horror absoluto, disseminado em práticas dispersas na banalidade do cotidiano. O conjunto desses fenômenos impuros e heterogêneos, produzia, por sua vez, no confronto com as forças homogeneizadoras da vida e dos indivíduos, formas singulares, informes e heterológicas.

O termo heterologia, inicialmente ligado à morbidez dos tecidos, é definido no por Bataille como uma espécie de economia dos resíduos, restos não assimiláveis, por vezes abjetos, que rompem e esgarçam as composições homogêneas, afirmando o irrecuperável e o informe. A excreção excessiva desses procedimentos aponta para a decomposição das formas, instaurando a heterogeneidade no seio do que se quer homogêneo, forçando o aparecimento de singularidades que, longe de afirmar algo preci-

3 Cf. HABERMAS, 1998.



so, colocam-se em jogo, sem reservas, distantes de qualquer positividade. Deslocando-se pelo esgotamento das formas assimiladas, as heterogeneidades movem-se no gasto sem recuperação, no espaço mesmo do consumo e utilitarismo burguês, em que indivíduos são medidos pela funcionalidade no sistema produtivo e encontram a realização no acúmulo de bens e nas práticas permitidas socialmente, desde a fruição estética até o gozo erótico.

Aos imperativos dos indivíduos burgueses, a preservação e o cuidado de si contrapõem-se à extenuação completa, excessiva, através da transgressão do erotismo e da estética. A própria heterologia é uma paródia da ciência burguesa e instrumental. Do informe e do dispêndio sem finalidade, tanto na arte quanto no descuidar de si, brotam os personagens que constituem a escória da sociedade burguesa e povoam os curtos romances de Bataille: loucos, prostitutas, escroques, uma gama de celardos os quais concorrem, aliados da estética vanguardista, para a corrosão das formas em sua contingência histórica. Daí a ideia de *informe*.

Para Bataille (1993), o informe, pensado num contexto heterológico, surge como um operador, não para imaginar o sem forma, mas para denunciar e desqualificar as formas em sua implicação com o que se espera no domínio social e estético. Evoca o aparecimento do insólito para que o estranho não seja capturado pelo pensamento e arrastado, impotente, para o homogêneo, expurgado de sua parte maldita, daquilo que assusta, provoca horror por nunca antes ter sido experimentado ou pensado. O informe não pode ser medida de nada, pois joga com as excrescências derrisórias do mesmo. Nos quinze números da revista *Documents*,⁴ publicados entre os anos de 1929-1930, Bataille, atuando como secretário-geral, atento ao que viria a seguir, compõe um grande arquivo escrito e visual das manifestações do heterogêneo.

Explorando a derrisão das formas humanas inspiradas na arte clássica e tendo a técnica da montagem como procedimento, Bataille vai compor

4 Cf. ADES; BAKER, 2006.



na *Documents* um arquivo dissonante, inspirado pela ideia de informe. Textos e imagens (fotografias, quadros, desenhos) implicam-se no exercício da montagem, fazendo um mosaico do estranhamento, experimentando os formatos de arquivos das mídias reprodutíveis e parodiando-os. A própria *Documents* é uma paródia das revistas científicas e etnográficas da época que traziam textos aparentemente como comentários de belas imagens de um mundo perdido. As fotografias etnográficas, de quadros e esculturas modernistas, associam-se, nas páginas da revista, às imagens oriundas do cinema ou dos *fait-divers*, desafiadas pelos textos enigmáticos de seus editores. Cartazes publicitários, manuscritos, envelopes, gravuras, desenhos e rabiscos são disseminadas pelo corpo da revista numa provocativa e militante mixórdia. Os escritos de Bataille, publicados em alguns números da revista, retomam invariavelmente a desqualificação da bela forma, da harmonia do corpo humano inspirada nos modelos clássicos que se espriam das moedas antigas até a arte e o meio urbano.

A sociologia batailliana desses anos orienta-se em compor um imenso afresco teórico, e se pensarmos na *Documents*, também prático, de tudo aquilo que ameaçava a ordem social e estética, instaurando-se enquanto heterologia. A empreitada resume-se em tornar visível, apressar a visibilidade do que sempre aí esteve, mas que precisa ser excluído a todo custo, movendo novas estratégias, pois o recém regime de visibilidade imposto pela reprodutibilidade técnica conduz a uma outra Arquivística em que a paródia e o informe, como operadores disruptivos, promovem a desqualificação do homogêneo.

Arquivo e *performance*

Os arquivos dramatúrgicos (Foucault) e paródicos (Bataille) vacilam frente ao regime vigente de produção documental. Não que tenham desaparecido, ainda são produzidos e cultuados, entretanto foram su-



plantadas pelos arquivos dos aparelhos digitais globalizados. No estágio reprodutível, as capturas das escritas e imagens estendem-se das redes televisivas aos registros de grandes protocolos globalizados como: *Google Street View*, *You Tube* e o *Facebook* que produzem enormes arquivos e caracterizam-se por exigir novos desdobramentos teóricos. Os novos e inumeráveis arquivos digitais, produzidos pelos *clicks* obsessivos dos internautas, denunciam a emergência de uma nova lógica de produção documental massiva. O crescimento exponencial das informações nas redes, sobretudo com o advento das redes sociais, desembocou no fenômeno do *big data* que procura dar conta do ordenamento e interpretação dos dados produzidos em toda a web para múltiplos fins. A imaterialidade dos dados em *nuvem* (*information cloud*) não deixa de ser uma falácia, pois o armazenamento dessas informações é feito em grandes *data centers* que reúnem servidores de alto poder de processamento espalhados pelo globo, consumindo dois por cento da eletricidade gerada no mundo. Só a *Google* possui mais de um milhão de *data centers*, distribuídos em vários países, para processar a incrível cifra de vinte *petabytes* diários de dados gerados pelos usuários. Seu principal *data center*, situado em The Dalles, no Estado norte-americano de Oregon, tem a assustadora área de dezoito mil metros quadrados!

Se pensarmos apenas nas redes sociais podemos imaginar o montante informacional que os críticos da cultura dispõem para suas pesquisas, espaço virtual disputado pelos processadores de dados para o reaquecimento do mercado. Esses aparelhos⁵ concentram e arquivam informações (escritas, sonoras e visuais) de usuários de todo o mundo. Os dez anos de funcionamento do *Facebook* contabilizou mais de setenta e um milhões só no Brasil, e a inacreditável cifra de aproximadamente

5 Optamos por utilizar o conceito de aparelho definido pelo filósofo Vilém Flusser, como objetos pós-industriais, ainda sem categorias adequadas de análise, mas que produzem e armazenam símbolos através dos programas que os alimentam. Cf. FLUSSER, 2002.



cinco bilhões de conteúdos recebidos diariamente. A linha do tempo dos perfis dessa rede social armazena a vida profissional e amorosa, observações sexuais e políticas, instantâneos de alegria e tristeza, sucessos e tragédias, preferências musicais etc, inventariando com textos e imagens a memória da cotidianidade dos indivíduos-usuários em volta do globo. Os protocolos rígidos dos aparelhos são negligenciados na aparente facilidade e exuberância que o usuário encontra na produção, publicização e arquivamento documental na rede.

O ensaísta francês Pierre Klossowski (2009, p. 37-38), observa que “o capitalismo de produção desenfreada exige um consumo desenfreado”, como exposto nas cenas sadeanas, essas apontavam precocemente para os efeitos da produção massiva sobre a emoção voluptuosa fundada no contato entre os objetos e seus simulacros. De uma certa maneira, a caracterização aqui desenvolvida do atual regime documental como exercício de uma performance (em contraposição ao regime do drama e da paródia) é devedora dos conceitos de simulacro e fantasma da obra de Klossowski.

A novidade dos aparelhos técnicos da ordem do consumo transforma as redes informáticas em *sociabilidades do expressivo*, um duplo da vida social *on line*, sustentado pela obrigação narcisista de dizer, mostrar, interagir e arquivar. Convergência de práticas que se estendem numa rede técnica e global alimentada por aparelhos móveis e pelo imperativo da comunicabilidade instantânea e ininterrupta (contanto que a entendamos como experiência de conectividade multiforme/ multiplataforma). Dessa maneira, os aparelhos contemporâneos tornam-se híbridos que funcionam na gestão e difusão das formas expressivas e se há bem pouco tempo constroem os indivíduos a falar, agora, mais sofisticados, incitam à produção, ao registro, à expressividade como gozosa espetacularização efêmera da vida. Não nos surpreende, portanto, o uso crescente, dispostos em amplas faixas etárias e sociais, das redes sociais, blogs, sites



e recursos interativos, pois as demandas do consumo confundem-se com as exigências de interatividade, *performance* e presença digital.⁶

Se antes frente aos arquivos os infames colocavam-se em jogo no espaço dramático do aparecer/desaparecer, e as formas heterológicas atualizavam-se nas montagens paródicas, hoje o usuário desenha sua vida digital na comunicabilidade expressiva e performática de sua linha do tempo disposta nas redes sociais. Uma investigação primária aponta para o uso que a pobreza brasileira faz desses recursos, emparelhados com outros estratos sociais, através da performance do usuário: nem constrangimento, nem testemunho, mas exposição generosa e festiva mediada pelos protocolos dos aparelhos. Observem-se os perfis de jovens dos bairros considerados periféricos que ao narrarem a própria trajetória findam elaborando um painel de sua geração e faixa de consumo. Mas não só isso. Perfis de detentos, de traficantes armados ou dos últimos heróis das redes sociais, os *black blocs*, demonstram que o arquivamento das “narrativas” audiovisuais se estende para o submerso mundo da violência e ou das manifestações políticas.

A cultura digital dos *smartphones*, sob o imperativo da conectividade, impulsionou a escrita nervosa e abundante via *face* ou *wahtsapp*, assim como os registros imagéticos instantâneos via *instagram*, pulverizando registros, arquivados no próprio aparelho ou nas nuvens das redes sociais. O usuário recompõe sua trajetória na consulta imediata desses arquivos e em seu compartilhamento em reciprocidade com outros usuários. Sem a dramaturgia dos constrangimentos ou a paródica produção de formas heterogêneas, os novos documentos audiovisuais encenam, como performance, a trajetória desses indivíduos (oscilando entre usuário e consumidor) que se confundem, expondo a intimidade como mais uma mercadoria nas telas brilhantes. Onipresentes, as telas se multiplicam nos vários aparelhos que nos cercam, como uma segunda pele dos

6 Cf. DRUMMOND, 2013.



objetos, indicando a visibilidade dos arquivos e sobretudo seu acesso e manipulação.

A constituição de narrativas performáticas de si, enquanto farsa mediada pela circulação de conteúdos, não seria uma característica constitutiva do atual regime documental e digital? Esses arquivos estariam a serviço dos velhos processos homogeneizantes e normalizadores ou apesar disso abririam para insuspeitos desvios quando instauram a exploração performática dos aparelhos? Não será esse o desafio para os críticos culturais que se defrontarão com esses super-arquivos, não mais em busca de uma memória perdida, mas na efetivação de novas estratégias? Dessa maneira, a performance nos surpreenderia com cuidados de si que se desenhariam em total superficialidade, sem dentro, num “si” espargido pela superfícies das telas, em que arquivos, compostos de imagens reprodutíveis (e talvez textos reprodutíveis!), redefiniriam ontologicamente a própria memória. A máscara que não esconde nenhum rosto, a memória que não se funda no passado.

Esse paradoxo – em que a diferença é subsumida nos desígnios do consumo e a caricatura de suas existências performadas como *marketing* de si – é a nervura central desses novos e gigantescos arquivos.

Referências

ADES, D.; BAKER, S. **Undercover surrealismo Georges Bataille and documents**. Massachusetts: MIT, 2006.

BATAILLE, G. **Le dictionnaire critique**. Paris: L'Ecarlate, 1993.

BATAILLE, G. **Oeuvres complètes**: tome 1. Presentation de Michel Foucault. Paris: Gallimard, 1987.

DRUMOND, W. L. L. A escrita literária: heterologia, despesa e os dispositivos estatais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA



ABRALIC, 13., 2013, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: ABRALIC, 2013.

FOUCAULT, M. La Vie des homes infâmes. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits II**: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2008.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HABERMAS, J. Entre erotismo e economia geral. In: HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

KLOSSOWSKI, P. **La monnaie vivante**. Paris: Rivages 2009.

SE UM ANARQUIVISTA NUM CENÁRIO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE

Osmar Moreira dos Santos

Encontrei pela primeira vez a noção de anarquivista ou arquivista anarquista num artigo intitulado *Memória literária arquivada* (2008), de autoria do comparatista contemporâneo Reinaldo Marques. Em linhas gerais, o sentido dessa noção é o de que para não sucumbirmos ao ordenamento dos arquivos, com suas solenidades de origem, cartas de princípio, protocolos de lei e naturalização da linha reta da história da literatura ou da civilização ocidental, os jovens pesquisadores, sobretudo aqueles com formação e prática pós-disciplinar, devem refazer seu roteiro de entrada nos arquivos, a começar pela descrição de sua forma e modos de prescrição institucional.

Crítico contundente da estrutura e compulsão arquivística, engendrada pelas instituições literárias modernas e modernistas, a exemplo das Academias de Letras, Bibliotecas Nacionais, Centros de Documentação universitários, entre outros, o comparatista contemporâneo apresenta-nos não só um modelo diferencial de arquivo, tomando como exemplo o Arquivo de Escritores Mineiros (AEM), que além de fundir arquivo, museu, biblioteca, oficinas de produção, propõe ainda uma outra pedagogia da pesquisa e da leitura.



Assim, é possível, além de vislumbrar a emergência de outro tipo de pesquisador, de outro tipo de arconte, de outro tipo de obra arquivada, implementar outra prática científica, cultural, estética, em condições de tematizar o residual, aquilo que estaria excluído e fora da ordem arquivística.

O presente artigo, adotando uma perspectiva crítico-cultural, além de levar ao limite as noções de anarquista, arconte e de obra arquivada, propõe outras relações - entre esses elementos estruturantes do sistema arquivístico - com o objetivo de situar, com e contra este sistema, o lugar do testemunho (AGAMBEN, 2003) daqueles que foram despejados linguística, cultural, territorial e ontologicamente pela ocidentalização do mundo, e duplicar o sentido de literatura brasileira, i.é, nem literaturas primeiras, nem literaturas segundas (SANTIAGO, 1978), mas um tipo de linguagem (MIGNOLO, 2003 apud CESAR; SOUZA; COSTA, 2012) e de prática escritural que ponha em movimento a língua que resta.

Em *Escritores filmando câmeras de segurança* demonstramos, de outra perspectiva, como Oswald de Andrade, Jorge Luis Borges, Italo Calvino, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Giorgio Agamben e o anarco-pimitivista John Zerzan, ocupam arquivos erigidos pela cultura ocidental, identificam os pontos de ruptura com a vida e com o ser humano, exercitam outras formas de (an)arquivar, e se colocam num trabalho de reconstrução de uma estética da existência.

Já em *Pesquisadores rastreando os rastros*, encenamos a trama do arquivo público que, proveniente da conquista revolucionária burguesa, em fins do século XVIII, e com a função de ser um dispositivo de controle do Estado, por parte da sociedade civil organizada, acaba por ter sua função invertida, na medida em que reduz cada indivíduo a uma espécie de centro de documentação disponível aos sistemas de controle e vigilância, reduzindo, em certa medida, a pesquisa em fontes primárias a uma espécie de preenchimento de lacunas da história linear.



Em *Lógica anarquivista ensinada às crianças*, partimos da prescrição linguístico-literária contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, contrapondo-as ao laboratório da língua e à prática de sentido que toda infância promove, além de retomar a história dos brinquedos (BENJAMIN, 2002) como afirmação da experiência na infância e dramatização dessa ausência de experiência na vida adulta.

Em *Ruas digitais e Black blocs*, situamos a “falha geológica” (SANTIAGO, 2004, p. 78), entre os falantes de língua portuguesa, quanto à ausência de debates, no âmbito do sistema escolar, e mesmo entre os intelectuais, sob o sentido e os efeitos da guerra fria, pensados a partir da globalização e a chamada “nova ordem mundial”, para finalizar com *Minorias (an)arquivadas e o crepúsculo do Estado*, em que, sendo este uma instituição de direito público, criado pela sociedade civil organizada para mediar as relações entre capital e trabalho ou como expressão política da classe trabalhadora, em sua luta contra a divisão de classe, sua força consiste não na prescrição da lei, conferindo soberania e poder aos déspotas, mas no exercício permanente de seu próprio perecimento, na medida em que se abre à proliferação de uma miríade de cooperativas e associações minoritárias (MÉSZÁROS, 2002).

Se essas cooperativas e associações minoritárias, factíveis com a política cultural contemporânea, expandirem sua emergência a todos os municípios do Brasil, ativando o sistema literário (pontos de leitura dos clássicos, modernos e contemporâneos, oficinas de produção local, mercados alternativos, traduções de línguas dos países associados aos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) e envolvendo comunidades indígenas e quilombolas, com suas experiências milenares em cultura política sem e/ou contra o Estado (CLASTRES, 1988; CASTRO, 1986), teremos não só a interrupção de um *continuum* histórico cultural e, ao mesmo tempo, a abertura de outras transmissibilidades (AGAMBEN, 2012) literárias e culturais, duplicando a língua e a literatura, como um direito.



Escritores filmando câmeras de segurança

Nas chamadas democracias contemporâneas, sobretudo a partir de 11 de setembro de 2001, em que Osama bin Laden concretiza seu terrível sonho de derrubar as Torres Gêmeas, em Nova York, Estados Unidos, todo e qualquer ser humano, cidadão de primeira ou de última classe, está sob suspeita. Mas esse gesto institucional de suspeitar do povo, escravos, subalternos e mesmo dos cidadãos e cidadãs, parece ter acompanhado o Estado desde sempre.

Em novas pesquisas arqueológicas, o “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2004) é desde sempre um paradigma de governo, cuja função principal é a de conferir todo poder ao déspota ou soberano, a ponto de este se confundir com a lei, e esvaziar o direito à vida como uma *poiesis* ou poética da amizade (AGAMBEN, 2010b). E para atingir seus objetivos, o Estado além de contar, por força de lei, com seus funcionários distribuídos em postos de comando e por toda a malha do sistema, ainda faz da violência sua justificativa máxima tanto para a manutenção da ordem como do *status quo*.

Nessa linha de reflexão e tratando de literatura e de escritores, artistas, críticos e historiadores de arte, filósofos do belo, em *O homem sem conteúdo* (AGAMBEN, 2012), escrito em meados dos anos setenta do século XX, propõe um contraponto radical: se Kant, um dos funcionários do sistema, prescreve que a contemplação da obra de arte deve ser objetiva e desinteressada, isto é, fundada numa estética ou ciência do belo e a favor do homem de gosto. Enquanto Nietzsche, ao contrário, como um demolidor de ídolos, assevera que além de interessada, a obra de arte só deve ser julgada pelos artistas. Então, depois da dilaceração desses artistas, sobretudo os de vanguarda, e de obras como os *ready mades* e *pop art*, não há outra alternativa senão uma arqueologia dessa ruptura e trazer para a cena do debate contemporâneo não só a *poiesis*, clássica, como



defendida por Aristóteles, mas de selecionar aqueles artistas e pensadores artistas que souberam eleger um momento de perigo e de escuridão por que tem passado a humanidade e submetê-lo a uma forma e, ao mesmo tempo, definir, e viver, roteiros de existência possíveis: empenhar seu modo de vida como um estilo.

O artista agambeano (AGAMBEN, 2012) é então uma espécie de terrorista que ameaçado pelo sistema de destruição do ser cria as formas não apenas para darem a ver essa ameaça, mas cultiva de certa forma um modo de vida, que combinadas, forma de vir a ser da ameaça e a experiência, têm o poder de aterrorizar o terror. Assim, e a título de exemplo, enumeraríamos ao menos três câmeras de segurança tematizadas em alguns de seus livros: a) a que está subjacente ao debate entre o jurista nazista Carl Schmitt e Walter Benjamin acerca da violência (AGAMBEN, 2004). Para o nazista toda violência de estado é justificável quando se trata de manter a ordem; para o filósofo das ruínas da modernidade, a violência só é justificável se implicar uma desordem que venha emancipar a humanidade e transvalorar os seus valores; b) no limite, e assim como o vazio e o esvaziável dos signos (DERRIDA, 2001; DELEUZE, 2006), a arqueologia da glória (AGAMBEN, 2011b) indica apenas um trono vazio; c) a obra do nazismo – ao reduzir artistas e intelectuais à perda da linguagem e depois à câmara de gás – não foi uma experiência que se esgotou com o fim da segunda guerra mundial, mas é um laboratório do presente (AGAMBEN, 2003) e em pleno movimento.

Nessa linha de montagem sobre câmeras de segurança distribuídas por tempos e lugares, e como dispositivos de poder, há, à primeira vista, uma estranha similaridade entre o observatório panóptico denunciado por Foucault com a biblioteca inventada por Borges. A noção de sociedade disciplinar foucaultiana implica não só a vontade de soberania nos processos de subjetivação do homem moderno, pós-renascentista, e sobretudo depois das revoluções burguesas do século XVIII, mas através



da vontade de verdade estimulada por saberes como o da Matemática, Biologia, Filosofia e as ciências sociais positivistas. Através desse poder (vontade de soberania) que produz o saber (vontade de verdade) e desse saber que engendra o poder, todo o tempo e espaço não só poderia ser inventado, mas também vigiado. Mas Borges, através de sua biblioteca, inverte completamente essa lógica descrita e denunciada por Foucault.

Num conto intitulado *O etnógrafo* (BORGES, 1993) relata um caso, acontecido numa universidade norte-americana, em que um estudante de Doutorado é preparado para estudar uma tribo indígena e lá descobrir o segredo “que os feiticeiros revelam ao iniciado.” Depois de dois anos e enfrentando todas as provas e contratempos, o pesquisador não só obtém a revelação do segredo por, então, seu mestre – e não mais o “feiticeiro” – mas deixa a tribo sem despedir-se e, já na universidade, no gabinete de estudos de seu orientador de tese, embora pudesse contar o segredo em várias versões e de múltiplas formas, comunica sua desistência, alegando a “frivolidade” do saber científico. Prefere continuar sua vida como bibliotecário da Yale. Num conto-poema do mesmo livro, intitulado o “Guardião dos livros”, há também uma torre, como no dispositivo panóptico, mas com a função invertida. Ou seja: se a torre panóptica tem uma vontade de saber, rastrear e controlar, a torre da biblioteca se apropria desse rastreamento, desse livro, ou conjunto de livros, falsifica sua lógica, multiplica suas versões, ficcionaliza suas verdades.

Nessa linha borgeana, Italo Calvino em *Se um viajante numa noite de inverno* (1999) além de mapear as câmeras de vigilância e controle no interior do sistema literário (editoras, processos de tradução, laboratórios do gosto e do desejo, fabricação do imaginário e consumo de representações), propõe uma pedagogia da leitura, fundada numa dessubjetivação da figura do leitor no processo mesmo de cada leitura.

Em Oswald de Andrade, John Zerzan e Gilles Deleuze, é a forma da forma e seu suporte que interessa num debate sobre cultura e vida (an)arqui-



vada. Em *Poesia Pau Brasil* (1991), temos uma apropriação e transvaloração dos livros da colonização brasileira em forma de poemas legando, com isso, não só uma língua selvagem, no interior da língua portuguesa, mas uma tecnologia da subjetivação e uma proposta de reinvenção do Brasil num contexto de debates transnacionais. Em o *Manifesto antropófago* (1990) e seus desdobramentos poéticos e ensaísticos traz-se, para a cena da vida cultural cosmopolita, a figura do bárbaro tecnicizado que tanto pode ser uma resposta dos povos colonizados pela ocidentalização do mundo (inverter a lente do colonizador para enxergá-lo sob outros focos) quanto uma arma para a dessubjetivação de corpos e culturas tecnicizadas. Pelo crivo antropófago, há resistência matricial e selvagem, mesmo nas almas clonadas.

Em o *Crepúsculo das máquinas/Twilight of the machines* (2008), o filósofo John Zerzan só vê sentido nelas quando depredadas por anarquistas e Black blocs em direção a um primitivismo anterior ao *homo sapiens*. Seu argumento geral é o de que o homem tecnológico não tem futuro senão se destruindo com todos os valores civilizatórios, e apenas colecionando, dessas ruínas, o que há de primitivo ou matricial.

Em *Sobre as sociedades de controle* (DELEUZE, 1992), além de uma distinção entre sociedades disciplinares, típicas do século XVIII à II Guerra Mundial (a passagem do indivíduo de um espaço fechado a outro e cada um com sua lei: família, escola, fábrica, hospital, prisão) e sociedades de controle, depois da II Guerra Mundial e em contextos considerados democráticos (“novo monstro” atuando ao ar livre), compara suas lógicas, além de descrever o programa desta última.

No lugar da fábrica, com seu tempo, lugar e regime, as empresas, com sua lógica modular, seus gerentes e sua cultura do marketing. Em vez do confinamento, as modulações de controle; em lugar da assinatura e do número de matrícula, as cifras ou senhas; em lugar da escola, a empresa como escola: com formação permanente e controle contínuo no lugar dos exames.



Enquanto programa, e tendo como principal dispositivo os computadores, as sociedades de controle apresentam, para o regime de prisões, penas substitutivas e coleiras eletrônicas; para o regime das escolas, a evocação das empresas em todos os níveis de escolaridade, além da formação, avaliação e controle permanente, e nada de pesquisa nas universidades; para o regime dos hospitais, uma medicina sem médicos nem doentes, em que doentes potenciais e em risco são resgatados, mas sem progredir a uma individuação, e apenas como matéria “dividual” a ser controlada.

Se essa passagem de uma sociedade a outra implica, radicalmente, uma crise das instituições e seus arquivos, qual seria o papel, atual, dos sindicatos, da pesquisa universitária e da literatura?

A final, quem é que é a câmera de segurança, seus arcontes e de que maneira se configura a sua obra? As respostas, aqui, são múltiplas e bastante radicais: em Agamben, não é apenas um dispositivo que vigia e que tem como operadores uma miríade de déspotas (arcontes), mas que tem como obra ou função o assassinato da forma do vir a ser, pela imposição de um significado fixo e do sentido de origem. Em Foucault (1987, 2008), seria o dispositivo para o confinamento, tendo por arcontes os sujeitos de saber e de poder, cuja obra seria imprimir uma vontade de verdade e impedir a humanidade de outras escolhas, sobretudo aquelas voltadas ao cuidado de si e à disseminação de uma estética da existência.

Em Borges (1993), a câmera tem sua função invertida: em vez de ver e registrar o fora (os anarquistas, por exemplo), este de tanto ser visto e perseguido (pela vontade de descrever dos arcontes) a faz perder a função (de reter a obra registrada), ficcionalizando e falsificando seus resultados. Em Calvino, é o dispositivo que procura fixar o sentido do real e do realismo, além de impor uma profusão/inflação de imagens (os arcontes que querem fazer da literatura uma revista de modas exóticas) que enfraquece a potência de simbolizar de escritores e leitores e que tem,



por obra, a vontade de paralisar a imaginação criadora de formas e expressões da existência.

Em Oswald de Andrade (1990), seria inviabilizar a incorporação da técnica pelo bárbaro e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação, por meios técnicos, das forças matriciais e selvagens da humanidade. Em John Zerzan (2008), toda e qualquer forma de tecnologia e de simbolização advinda com o processo civilizatório. Os arcontes seriam todos aqueles que elogiam e operam com dispositivos tecnológicos, cuja obra é a destruição da humanidade, sob vários aspectos: simbólicos, ecológicos, subjetivos, políticos, estéticos.

Em Deleuze (1992), a câmera de segurança e controle seria a forma de paralisar o movimento da relação entre coisas e nomes, inviabilizando a identificação de quem se manifesta sob esta ou aquela proposição, esta ou aquela lógica (o conjunto dos arcontes), cuja obra seria o simulacro, promovido pelos gerentes e suas agências de publicidade.

Pesquisadores rastreando os rastros

O homem se encontra já sempre no dia do Juízo, o dia do Juízo é a sua condição histórica normal, e somente o temor de enfrentá-la o impele a ter a ilusão de que ele esteja ainda por vir. Kafka substitui, portanto, a ideia da história desenrolando-se ao infinito ao longo de um tempo linear vazio (que é aquela que constrange o *Angelus Novus* à sua corrida irrefreável), pela imagem paradoxal de um *estado da história* no qual o evento fundamental da evolução humana está perpetuamente em curso e o *continuum* do tempo linear se despedaça sem, todavia, abrir passagem para além de si mesmo. A meta é inacessível não porque está distante no futuro, mas porque está presente aqui diante de nós: mas essa sua presença é constitutiva da historicidade do homem, do seu perene demorar-se ao longo de uma trilha inexistente e da sua incapacidade de se apropriar da própria situação histórica. (AGAMBEN, 2012, p. 181-182).



Um gesto da Filosofia da História bem surpreendente, e talvez libertário, é aquele de Benjamin, em escritos por volta de 1928, ao inserir o surrealismo no cerne do materialismo histórico e dialético, com o objetivo tanto de salvaguardá-lo da noção “descrição exata do real” levada ao limite pelo stalinismo, então emergente, como para utilizá-lo, de outra forma, na construção de “uma filosofia material do século XIX”, em que a realidade dos homens, que começam a se perder no tempo linear, passa a ter a forma de um sonho, com seus incalculáveis pesadelos.

Uma imagem que evocaríamos, aqui, estimulada por esse gesto benjaminiano, seria aquela do Estado, em final do século XVIII, construindo o seu arquivo público (SEMINÁRIO ARQUIVOS, TESTEMUNHOS E POBREZA NO BRASIL, 2013) por força das demandas e exigências de uma sociedade civil emergente e em contexto das revoluções democrático-burguesas (TROTSKI, 2007).

A constituição de um arquivo público, através de documentos da vida burocrática, com sua miríade de processos, em todas as instâncias (saúde, educação, transportes, comércio, cultura, segurança, entre outros) seria um dispositivo político-administrativo através do qual a sociedade controlaria o Estado, e não - o contrário: - no interior deste, além de processos serem interrompidos, engavetados, desviados no interior da máquina, formatados, para consulta pública, apenas os que fetichizariam os três ídolos da história (o político, o individual e o cronológico) (BURKE, 1997), teríamos, ainda, uma sistemática seleção, apagamento ou interdição da memória de pobres e subalternos.

Assim, a criação de centros de documentação sobre os mais variados temas da vida social, bem como a incorporação de arquivos privados, isto é da vida e obra de homens e mulheres públicos, por parte do estado, que se responsabilizaria, então, pela implantação, gestão, manutenção e disponibilização para visita, consulta e pesquisa, antes de ser um bem



e um serviço público, implica uma forma sistemática de controle, cuja virtualidade (dessa forma de controle) teria por paradigma o Big data e o GPS: sistema de localização espaço-temporal, exploração de informações para o mercado de capitais, prospecções acerca da vida subjetiva, entre outros, manipulados tanto através de satélites quanto pela imposição de um gosto, com suas regras de contemplação.

Nessa linha de controle da vida pelo Estado, que começa com o registro de nascimento, carteiras de identidade, números de matrícula, senhas de acesso, paradoxalmente, cada pessoa anônima, aparentemente apagada do sistema arquivístico, é como se fosse um centro de documentação, cujos dados envolveriam desde batimentos cardíacos intrauterinos em exames de ultrassom, nome, data e local de nascimento, trajetória de estudos e de trabalho, fotos tiradas por câmeras de segurança, postagens e formas de navegação na internet, *personas* virtuais assumidas, entre outros dados pessoais arquiváveis.

Essa vontade de arquivar a sociedade civil, com seu tempo e espaço, não apenas está configurada naquilo que Michel Foucault pesquisou e denunciou como “confinamento”, mas, também, naquilo que Borges tematizou como “memorioso” ou “excesso de memória”.

O Estado moderno, controlado pelo capital, ao mesmo tempo em que apaga ou inviabiliza o direito à memória dos despejados linguística, territorial, cultural e ontologicamente, impõe uma memória do linear, com seus fantasmas e mecanismos de paralisação do tempo presente, como coexistência de temporalidades e poética da existência.

Se a própria ciência, antes da obra de Marx, Nietzsche e Freud (FOUCAULT, 1977) com suas ferramentas de problematização e distanciamento crítico, funcionava como reprodução dos valores de uma classe dominante, controle da vida por uma racionalidade instrumental, condenação dos sujeitos sem direito à defesa, como propor e fazer funcionar outra ciência que, além de descrever as anomalias de um aparato científi-



co, suas distorções, sua vontade de verdade, crie condições de emergência de outro tipo de pesquisador?

Em *O que é marxismo ortodoxo* (LUCKÁCS, 2003), argumenta-se que, sem uma ciência fundada a partir do materialismo histórico e dialético, não seria possível, à classe trabalhadora e seus intérpretes, identificar os arquivos da ciência burguesa como um conjunto de falsificações da realidade, nem reconstruir seus próprios arquivos em prol de uma sociedade revolucionária que levasse em conta as situações em que se é – ao mesmo tempo – objeto e sujeito dessa revolução.

Assim, se o capital, e suas formas de metabolismo e reificação, lança seus tentáculos onde quer que existam trabalhadores e gente explorada, então, aí mesmo, nesse multilocalidade de exploração, devem tomar forma os arquivos que constituem tanto a configuração de coletivos e seus modos de se descreverem como objeto, quanto suas prospecções enquanto sujeito de transformação social e subjetiva.

Essa ação da classe trabalhadora, ainda que aleatória e sem unidade, parece combater não só dois grandes peritos da pesquisa burguesa, como também aquele funcionário das grandes empresas, preocupado apenas com o avanço da ciência pela ciência e sua garantia absoluta de mais valia, além aquele outro, agente de segurança e pesquisador dos sinais de ameaça ao sistema, que – para nossa surpresa – é um tipo de pesquisador de fontes primárias, cuja preocupação principal é encontrar, através da pesquisa, dados e argumentos para preencher uma lacuna da história linear.

Uma questão, então, aqui se impõe: não seria a pesquisa em arquivos público e privado, se despolitizada, uma forma de perpetuar o *continuum* da história e seus mecanismos de fetichização do saber hegemônico? A luta aleatória, e sem unidade, a que nos referimos acima, não exigiria dos anarquistas outra noção de tempo, outro sistema de coleta de informações para se produzir outro tipo de conhecimento como ciência e ação direta?



Se pesquisadores filiados a empresas e sistemas de segurança pública, bem como certos pesquisadores de fontes primárias, em arquivos públicos e privados, movem-se, em suas pesquisas, a partir de uma vontade de rastreamento dos rastros (ondas do desejo e do sonho para se implantar nichos mercadológicos; focos de conspiração possíveis e modos de antecipá-los e controlá-los; recorte temporal com seus dados possíveis, conferindo à pesquisa seu caráter científico etc.), como reinventar o olhar científico para além do dilema “estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca importância.” (GUINSBURG, 1990, p. 178).

O historiador italiano Carlo Guinsburg (1990), em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, ao defender-se a construção de um paradigma a partir de sinais e traços aleatórios, apagados ou desprezados pela epistemologia dominante, fundada, quase sempre, no quantitativismo matemático, esclarece que apenas a Linguística, ou o campo linguístico-literário, durante o século XX, superou o dilema acima mencionado, bem como ofereceu às outras disciplinas essa condição. Sendo assim, como levar adiante o projeto de Kafka, em epígrafe?

A implosão do *continuum* da história, assim, deve se dar primeiro no cerne do materialismo histórico e sua vontade de “crítica exata do real”, e, através de um laboratório do signo ou das formas de positividade de cada grupo de trabalhadores oprimidos – onde quer que haja exploração e imposição de realidade falsificada e confundida por seus simulacros – dar a ver, como possibilidade, a passagem entre objeto de exploração e possibilidade de ser sujeito de sua própria história.

Os arquivos, nessa exploração complexa, estariam sempre em movimento e começariam, por exemplo, com uma palavra geradora, prevista ou assumida num método de trabalho científico de um Paulo Freire, capaz de mobilizar quantos arquivos (públicos, privados, pessoais, ecológicos, entre outros) forem necessários e de acordo com as



demandas libertárias da miríade de grupos e/ou categorias da imensa classe trabalhadora.

O estado da história, nessas condições *poiéticas*, conferiria organicidade, substância e consistência aos “agoras” e às “historicidades aleatórias” (JAMESON, 1996), bem como seria incapturável pelos dispositivos dos rastreadores. A noção de arquivo, aqui, conteria o sentido de arquivamento dos arquivos como dispositivo do Estado, em suas vinculações com o capital, para, a exemplo de Borges, fazê-lo devir livro: aberto às multiplicidades de versões.

Lógica anarquivista ensinada às crianças

Tal como los niños custodian en los juegos y en las fábulas el mundo mítico liberado de su sometimiento al ritual, transformando así la práctica adivinatoria en un juego de azar, el instrumento augural en un trompo, el rito de fecundidade en una ronda, del mismo modo la filología [como “mitología crítica”] transforma los nombres míticos en palabras y al mismo tiempo redime a la historia de la cronología y del mecanicismo. (AGAMBEN, 2011a, p. 205).

Essa dificuldade [leitura e escrita] expressa-se com clareza nos dois gargalos em que se concentra a maior parte da repetência: no fim da primeira série (ou mesmo das duas primeiras) e na quinta série. No primeiro, por dificuldade em alfabetizar; no segundo, por não conseguir garantir o uso eficaz da linguagem, condição para que os alunos possam continuar a **progredir** até, pelo menos, o fim da oitava série. (BRASIL, 1998, p. 14).

Nesse processo construtivo original, o texto literário está livre para romper os limites fonológicos, lexicais, sintáticos e semânticos traçados pela língua: esta se torna matéria-prima (mais que instrumento de comunicação e expressão) de outro plano semiótico - na exploração da sonoridade e do ritmo, na criação e recomposição das palavras, na reinvenção e descoberta de estruturas sintáticas singulares, na abertura intencional a múltiplas leituras pela ambiguidade, pela indeterminação e pelo jogo de imagens e figuras. Tudo pode tornar-se fonte virtual de sentidos, mesmo o espaço gráfico e signos não-verbais,



como em algumas manifestações da poesia contemporânea. (BRASIL, 1998, p. 27).

O gostar ou não de determinada obra de arte ou de um autor exige antes um preparo para o aprender a gostar. Conhecer e analisar as perspectivas autorizadas seria um começo para a construção das escolhas individuais. (BRASIL, 2000, p. 9).

O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura. [...] O homem visto como um texto que constrói textos (BRASIL, 2000, p. 18).

Ela [a língua] é um código ao mesmo tempo comunicativo e legislativo. (BRASIL, 2000, p. 11).

Desmontando e refazendo leis de diretrizes e bases para a educação no Brasil, em fins do século XX e em contextos ditos democráticos, um conjunto de educadores, em todas as áreas do conhecimento, além de promover um debate de longo alcance envolvendo a sociedade brasileira, se apropria de arquivos da área educacional, sobretudo aqueles construídos em tempos de regime militar (1964 a 1985), para se pensar, construir e praticar outra noção de educação entre nós.

Focando, aqui, aspectos dos parâmetros curriculares nacionais para a língua portuguesa, relativos ao ensino fundamental, a ênfase recai sobre “os filhos do analfabetismo” que precisam ser acolhidos em sua diversidade linguística, “progredir”, quanto às habilidades de ler e escrever, como uma condição para o acesso aos estudos de quinta à oitava séries.

Embora seja factível, nos estudos prescritos para o Fundamental 2 (5ª à 8ª/9ª), o acesso à “especificidade do texto literário”, em suas transgressões ao “fascismo da língua”, no nível médio, o aluno, além de ser considerado “um texto que constrói textos”, torna-se, paradoxalmente, uma espécie de sujeito que seria iniciado no embate comunicativo, mas sem direito à fala ou apenas a uma fala policiada, que seria iniciado ao “bom gosto”, mas desprovido do sentido de si, como um artista da leitura,



pois, conforme tais parâmetros curriculares nacionais, além de código “comunicativo”, a língua é também um código “legislativo” e que “O gostar ou não de determinada obra de arte ou de um autor exige antes um preparo para o aprender a gostar.”

A prescrição, então, assume seu grau máximo, quando desse processo educativo deve resultar “um pensamento crítico com flexibilidade, em um mundo novo que se apresenta, no qual o caráter da Língua Portuguesa deve ser basicamente comunicar” (BRASIL, 2000, p. 17). Não haveria, aqui, uma aporia? De que forma as crianças, de 4 a 14 anos, consideradas “filhos do analfabetismo”, entram num sistema educacional que encena acolhê-los, com o crivo da diversidade linguística, mas que, além de cercear seu espaço de expressão (como um despejado linguístico, cultural, territorial e ontológico), ainda prescreve as regras do “bom gosto”? Um sistema educacional, com tais dispositivos, não estaria incluindo para perpetuar a exclusão?

Deslocando o eixo de uma interpretação do mundo e da história do ocidente, fundada por uma perspectiva matemática, quantitativista, com seus movimentos circulares e suas linhas retas, pontilhadas de instantes, Agamben (2011a) em *Infancia e Historia* além de demonstrar que o homem ocidental está perdido nesse *continuum* histórico, propõe como tarefa para a filosofia contemporânea “la redefinición del concepto de lo transcendental en función de su relación con el language.” (AGAMBEN, 2011a, p. 211). Ao longo do livro argumenta e defende que somente as crianças, através de sua entrada na língua, e por seus discursos e atos de fala, inscrevem a diferença do humano em relação aos outros animais, além de vivenciar e praticar historicidades, experiências que os adultos, por seu apego ao linear e seus fantasmas, teriam perdido.

Assim, ironicamente, o que ensinar às crianças como “*el deber infantil de la humanidad que viene*?” Benjamin, em sua resenha *História cultural do brinquedo* (1986), além de tematizar formas e funções dos



brinquedos, como invenção das crianças, numa diversidade de tempos e lugares, implicada numa reencenação das atividades dos adultos, repetição, outra vez, daquilo que nunca deveria acabar, utilização dos mais diferentes materiais, propõe, em tempos de cultura e barbárie, uma outra pergunta: se o conteúdo ideacional do brinquedo não estaria determinando a brincadeira da criança.

Então, se a criança “quer puxar alguma coisa e se transforma em cavalo, quer brincar com areia e se transforma em pedreiro, quer se esconder e se transforma em bandido ou policial” (BENJAMIN, 2002, p. 247), temos, aqui, não só um ponto de partida para uma pedagogia do jogo e da brincadeira, mas para uma problematização do brinquedo, como objeto de confrontação do adulto em relação à criança.

Talvez essa pedagogia do jogo e da brincadeira, atualizando a problemática posta em movimento por Benjamin, esteja sendo ativada em muitas escolas no Brasil, mas devemos situar, aqui, a ponta de uma série aberta pela oficina *Marx, ensinado às crianças* promovida, entre outras atividades, pelo Núcleo de Estudos da Subalternidade, Campus II/UNEB, em 2008, em homenagem aos 190 anos de nascimento do filósofo (5 de maio de 1818 - 5 de maio de 2008) que em vez do marxismo, como pressuposto para a organização do evento, recorreremos ao anarquismo com a função de revolver o espólio Marx dos arquivos de partidos, sindicatos e Estados, considerados marxistas (FOUCAULT, 2010) e produzir outra imagem da revolução, agora envolvendo professores de escola pública e seus alunos.

Imaginávamos, então, se em vez do pacto que a classe média brasileira havia feito com os militares do golpe de 1964, envolvendo a oferta de universidade pública de alto nível para os egressos de escolas particulares; e faculdades particulares de baixo nível para os filhos de trabalhadores que viriam de uma escola básica pública sucateada e da pior qualidade, tivesse ocorrido, como estava em curso, uma suspensão do sistema



educacional vigente, para oferecer, com justiça, outro sistema educacional para aqueles despejados linguística, cultural, territorial e ontologicamente, há quase 500 anos, pela suposta modernidade ocidental, teríamos, ainda assim, que reinventar outra noção de tempo para o materialismo histórico, perdido que está(va) no tempo linear e mecanicista, derivado do materialismo vulgar ou stalinismo tardio (DEUTSCHER, 2006).

Se há em Marx uma teoria da história que supõe a existência do homem, como um animal capaz de gênero (AGAMBEN, 2011a; 2012), isto é, pela práxis, e contra o fetichismo, ser capaz de historicizar-se, por outro lado, não chegou a formular uma teoria do tempo que, em vez do cronológico, fosse possível a experiência em tempo cairológico.

Assim, supor uma revolução, a partir da escola, e com esses “filhos do analfabetismo”, envolveria ao menos a suspensão de alguns elementos estruturantes da lógica do *continuum*: a) como cada professor, em combate ao tempo linear e vazio e sem experiência cairológica, descreveria – a partir de sua memória – sua entrada na língua e mapearia seus discursos e atos de fala durante sua experiência infantil (7 aos 14 anos); b) como cada estudante, dos 4 aos 14 anos, organizariam os seus brinquedos num espaço como se fosse um grande museu, com seus manuais, guias, prescrições de bom gosto e divertimento.

Uma lógica anarquista, em pleno movimento nas escolas, começa por celebrar a presença não apenas das crianças que habitam cada professor, que se transmutaria num professor artista (GALLO, 2011), capaz de descrever as formas linguísticas de sua constituição como sujeito histórico, bem como um mediador, um facilitador, que desmontaria, permanentemente, a lógica do bom gosto (AGAMBEN, 2012) – disseminada pelo capital, a organização mundial do comércio e sua relação com o sistema de educação, a lógica comunicativa subjacente ao ensino de língua, como um dispositivo ou propaganda desse capital e dessa organização mundial do comércio – que é estruturante dos brinquedos e das brincadeiras.



Se entre nós não há mais ou não existe ainda uma cidade da ciência que, em tempo real, e como animação científica, ofereça às crianças em si, e às crianças que habitam os adultos, caixas de ferramentas para desmontagens da lógica do fetichismo das mercadorias, mas, ao mesmo tempo, e sem resolvermos esse primeiro problema, ainda somos desafiados a enfrentar a Cidade de Deus, com crianças com revólveres na mão, assombrando a nossa assombração, então, não temos outra saída senão reinventarmos a cidade dos brinquedos, tendo como pressuposto a Filologia como uma mitologia crítica, a linguagem (teatro singular perlaborativo e performativo) como um lugar da transcendência, a Literatura como plano semiótico que imprima na língua um além da comunicação e da expressão e a descrição dos brinquedos e das brincadeiras como o lugar da experiência e da historicidade.

Os anarquistas, aqui, seriam os professores artistas de si e estudantes como artistas da leitura; os arcontes, os detentores da lógica do tempo linear e suas indústrias do bom gosto; a obra, os arquivos nômades da subjetivação – envolvendo professores e estudantes – e a multiplicidade indeterminada dos textos possíveis. E a lógica anarquista: uma paralogia (DELEUZE, 1988) embrionária, como recriadora de destinos.

Ruas digitais e *Black blocs*

That Day
[4 de junho de 1989/Praça da Paz Celestial – Pequim]
was a disease
passed down from the ancestors' first
incestuous act through the genes
lurked in the Emperor's sperm
as destiny

Our endless history depends
on the tombs of the emperors to demonstrate glory



But June Fourth
a tomb without epitaph
a carved-into-the-nation-and-history disgrace
of a tomb

All roadways are blocked
All tears are under surveillance
All fresh flowers are shadowed
All memories are purged
All tombstones are still blank
The fears of the executioners
Must be appeased through terror
(XIAOBO, 2012, p. 75)

Qual ou o que teria sido a “falha geológica” (SANTIAGO, 2004) não identificada pela pesquisa estético-política anterior ou contemporânea aos fenômenos implicados na queda do Muro de Berlim, em 1989, e ao advento da chamada nova ordem mundial? Qual teria sido o erro de leitura tanto do pós-modernismo quanto do marxismo? Por que Silviano Santiago, em final do século XX, e circunscrevendo uma problemática para o novo milênio no Brasil, recorta o final dos anos setenta (SANTIAGO, 2004) e não o dos anos oitenta?

Um ponto problemático que tem atravessado os últimos trinta anos, mas que aparece apenas lateralmente em nossos ensaios e erros interpretativos, talvez seja: o que levou a URSS, e sua área de influência, a “perder” a guerra fria? Se não foi a perda de credibilidade num tipo de “revolução”, exportada na “ponta da baioneta”, e o pé atrás de artistas, intelectuais e trabalhadores, quanto ao cerceamento de suas formas de expressão (isso sem falar nos crimes do regime stalinista, denunciados em 1954), teria sido, por outro lado, o investimento, por parte dos EUA, e sua área de influência, em alta tecnologia – e como laboratório nazi-fascista – com capacidade para sondar documentos e planos estratégicos de nações aliadas e não aliadas, implementar guerras como se fosse em



ficção científica, além de controlar as pessoas, em suas próprias casas, através da televisão, telefone, computadores, jogos eletrônicos, entre outros dispositivos?

Se de um ponto vista biopolítico (AGAMBEN, 2010a), a vida política das pessoas – há muito tempo desqualificada ou anulada – tornou-se, como no fragmento do poema em epígrafe, “*a disease*” (XIAOBO, 2012), uma doença, “*passed down from the ancestors’ first*”, passada pelos primeiros ancestrais, e que seria derivada de uma relação incestuosa cujos genes estariam escondidos no esperma do imperador, como um destino, o seu antídoto, ou o combate a essa epidemia, deve ter seu ponto de partida não só a partir da implementação de outros usos desse arsenal de guerra que temos em nossas próprias casas, mas, a exemplo dos *Black blocs*, selecionar alguns arquivos, espalhados pelas cidades, que tanto expõem os signos do fetichismo da mercadoria (MARX, 1997, 1999; LUCKÁCS, 2003; BALIBAR, 1995) quanto escondem os traços para um mapa aproximado daquela “falha geológica”.

Assim, o massacre dos estudantes, em junho de 1989, na Praça da Paz Celestial, em Pequim, acompanhado daquela imagem do ativista anônimo que, sozinho, encarou, performaticamente, os tanques de guerra dos executores, deveria ser tomado como um lugar teórico, cujo problema deveria ser: que fenômeno teria sido impedido de se transmitir do início ao fim do processo da guerra fria e que estava aquém ou além tanto de certo pós-modernismo quanto de certo marxismo? E os rascunhos para uma resposta possível não poderiam deixar de elencar duas forças que foram sistematicamente anuladas tanto pela cultura de massa, a saber, as cidades subjetivas (GUATTARI, 1992) e os usos revolucionários, possíveis, de certos objetos de consumo doméstico, quanto pela “cultura revolucionária” desenvolvida do outro lado da “cortina de ferro”, a saber, uma prática política *communard*, que identificando o despotismo na forma da soberania e da lei torna o poder uma forma vazia e a experiência



revolucionária como um exercício do direito a favor da vida e do retorno do espaço público como arena política.

E o que aconteceria com o mundo dominado pela cultura de massas, reforçado, agora, com o advento da nova ordem mundial, se as cidades subjetivas fossem repovoadas com os personagens conceituais da cultura revolucionária, reprimidas lá nos países ditos socialistas, e transmitidas não em línguas de dominação ocidental, mas em chinês, russo, sânscrito ou mesmo em línguas ocidentais de periferia, instituídas, como segunda língua, na educação fundamental e básica? Ou ainda, o que aconteceria com o mundo dominado pelo stalinismo tardio, com o advento da nova ordem mundial, se os coletivos, reprimidos por praticarem uma política *communard* (SANTOS, 2012), tivessem suas cidades subjetivas povoadas por objetos de consumo com função também revolucionária?

Assim, as placas da “falha geológica” tornam-se visíveis e nos permitem outra leitura tanto dessa multidão perdida pelas ruas digitais - sem condições razoáveis para identificar e politizar suas feridas, muito menos para cartografar os déspotas na torre de comando do grande espetáculo - quanto desses coletivos anônimos que, munidos de máscaras negras, pedras, objetos encontrados no lixo e ao longo das manifestações de rua, se põem a depredar os grandes arquivos luminosos do fetichismo da mercadoria e da vida humana: bancos, lojas de *griffe*, entre outros.

A condição para uma leitura adequada da “falha geológica”, e seus rebentos, seria separar as linhas gerais de um pós-modernismo que apareceu no dia seguinte à nova ordem mundial, decretando o fim da história, confundindo realidade com ficção, entre outras flutuações, daquela outra atividade epistemológica que considerava a expressão do despejado linguístico, cultural, territorial e ontológico, pela modernidade ocidental (em suas versões histórica, filosófica e estética), como um lugar de pensamento e ação política capaz de reeducar o Ocidente, bem como separar as linhas gerais de um marxismo mecanicista que parou de pesquisar



(SARTRE, 2002) para vegetar com suas palavras de ordem, daquela outra atividade epistemológica, que solidária aos despejados, não deixou perecer a pergunta marxiana, por excelência, sobre quem produz a riqueza além da natureza e da classe trabalhadora e, a quem, desfeito o imbróglio fetichista, tal riqueza deveria retornar na forma de uma apropriação da matéria prima, das máquinas e das fábricas.

Feita essa separação, marxismo contemporâneo não seria confundido com stalinismo tardio, crítica cultural não seria filiada ao pós-modernismo, superestrutura não seria determinada por infraestrutura, e a legião de adolescentes, solitária em seus quartos ou aficionada por *lan houses* como lugares de ficcionalização da identidade e autoexposição em redes sociais, se ainda perdida e abandonada pelas ruas digitais, não se pode negar que há nesse gesto um trabalho ou oficina de si, sem dúvida mais relevante que a perda da individualidade em nome de um coletivo mecanicista.

A legião de *anonymous*, que começa sua atividade política por apagar o ip de suas máquinas, para não serem identificados e criminalizados, propor e praticar formas de rackeamentos de sites e arquivos de bancos, empresas, prefeituras, museus, centros de informações da polícia, além de combinar, com outras colegas, sem nome nem rosto, atos públicos de combate aos fóruns econômicos mundiais, reuniões de representantes dos 8 países mais ricos, às reuniões da organização mundial do comércio, entre outras atividades, essa legião de *anonymous* se assemelha à legião de poetas, a começar pelas máscaras, anonimato e multiplicação dos “eus”, passando pela ausência de liderança, espontaneidade dos atos políticos e públicos, até o esvaziamento de qualquer forma e conteúdo vinculados ou assinados por esse ou aquele ativista. Não há grupo, mas apenas uma “ideia”, cujo lema é: “nós somos *anonymous*; nós somos uma legião nós não perdoamos; nós não esquecemos.”

Contra as ruas, reais, bloqueadas e contra aqueles soldados do sistema que colocam sob vigilância até mesmo as lágrimas dos manifestan-



tes, os *Black blocs* orientam em seu manual de ação direta (com ou sem violência) como se reunir num ato, como cuidar de si e do outro, quais as funções de comissões de segurança e de observadores, bem como o que deve conter na mochila para se protegerem do spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio, entre outras violências cometidas pela polícia. A ação direta, enfim, como uma obra de arte: expondo o poder como um espaço vazio e a partir de formas indeterminadas (a depender se a polícia utiliza cães, cavalos, tanques, ou flores) como acontecimento.

Os anarquistas, nesse movimento epistemológico, seriam os usuários de objetos de consumo com função revolucionária (painéis em agitação de rua, livros da biblioteca pessoal em trabalhos comunitários, computadores para o trabalho de si e forma de mobilização anônima para atos públicos, celulares como mídia independente), bem como, artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores que tiveram suas vidas ceifadas pelos regimes de exceção; os arcontes, empresários, banqueiros, comerciantes, intelectuais pós-modernos e marxistas como funcionários de aparelhos e sistemas; e a obra, a ser anarquizada: os sons e ruídos de objetos de consumo, deslocados de sua função naturalizada, bem como uma nova rede de conceitos, como uma canção para a vida de ativistas sociais e culturais.

Minorias (an)arquivadas e o crepúsculo do estado

Embora sem aqui, neste ensaio, mobilizarmos uma teoria do estado descrevendo sua natureza e função como pessoa jurídica de direito público, e daí fazermos derivar uma imagem de seu crepúsculo, acreditamos que o leitor, a partir do conjunto de informações e argumentos aqui arrolados e sob o crivo do anarquismo literário e cultural, poderá chegar, também a essa mesma conclusão.

Começamos, então, com o Art. 6º da Constituição Brasileira, de 1988 (BRASIL, 1988, p. 18): “São direitos sociais a educação, a saúde, o tra-



balho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Confrontado com Art. 5º (BRASIL, p. 13) “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, e alguns de seus incisos, o XXII “[...] é garantido o direito de propriedade”, o XXIII “[...] a propriedade atenderá a sua função social” e o XXX “[...] é garantido o direito de herança.” Considerando que tal constituição foi discutida e promulgada quase 500 anos depois daquelas ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológica dos povos indígenas, 100 anos depois de mais de 300 anos de escravidão do povo negro – para ficarmos em dois exemplos – qual seria, então, o sentido de “direito à propriedade”, “direito de herança”, enquanto “iguais perante a lei”, e como condições aos direitos sociais como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, entre outros?

Se compusermos o arquivo contendo documentos e testemunhos relativos àquelas ordens de despejo dos povos indígenas, bem como os relativos aos 300 anos de escravidão do povo negro, nossa constituição cidadã não deveria tratar apenas de direitos – o que, a rigor, se torna uma retórica vazia – mas de reparação, i.é., reconhecimento do genocídio, devolução das terras aos índios que restaram, política cultural específica, além do pagamento em espécie de trilhões de reais aos remanescentes de escravos.

Se o Estado assim procedesse – e qualquer senso comum identifica, aqui, um especial sentido de justiça – teríamos uma primeira imagem do estado funcionando como um instrumento de mediação entre capital e trabalho. E mais que isto: mediaría o empoderamento, legítimo, daqueles que foram excluídos, para, então, fazer sentido as noções de propriedade e de herança. Senão, qual a seria a propriedade de despejados de sua língua, cultura, território, e de seu próprio ser? Qual seria, ainda, a



herança a seus filhos e descendentes? Eis, aqui, de forma surpreendente, a primeira imagem crepuscular do Estado.

O Estado, depois de séculos ou mesmo milênios sendo combatido por parte das sociedades contra o Estado, não teria emergido, com a modernidade histórica e filosófica, como uma instituição forte, emancipadora, a favor e sob o controle da sociedade civil organizada? Mas até a emergência da Comuna de Paris, na França, em 1871, e dos escritos teóricos de Marx e Engels, compreende-se, porque, o poder deve ser um espaço vazio e sob controle de *communards*, que ao mesmo tempo legislam e executam, transformam o exército de guardião do poder para lutar ao lado do povo, em armas, destituição dos altos salários do servidor público, socialização de riquezas e dos serviços públicos (LENIN, 2005), ou mais que isto, conforme Marx: se o estado é sempre controlado pela classe que está no poder (no caso a burguesia) então seria necessário colocá-lo na mão dos trabalhadores que, abolindo as propriedades privadas, transformando os burgueses em trabalhadores, e distribuindo, equitativamente, as riquezas, não só a luta de classe estaria abolida, mas a vida humana, tornar-se-ia, enfim, uma obra de arte (TROTSKI, 2007).

A Comuna de Paris, sob liderança anarquista, atingiu, ao longo de 71 dias, essa obra de arte, não pela dizimação de artistas e trabalhadores, por parte da contrarrevolução burguesa, mas pela forma de luta e conquistas libertárias para a humanidade; já os Estados socialistas, liderados pelo stalinismo (entre 1924/1954/1989), além de acabar com espaço público do debate, dizimar os dissidentes, controlar e submeter a obra de arte, como propaganda de regimes burocráticos e autoritários, acabou com o sonho e a utopia socialista. Eis, aqui, uma segunda imagem do crepúsculo do Estado.

A terceira imagem crepuscular do Estado reúne os elementos que destruíram a Comuna de Paris e Canudos, em nome da República; os elementos que instituíram o nazifascismo e o Estado de exceção na forma



de democracia, além, claro, de ter derrotado, esmagadoramente, o stalinismo, ao menos como forma de Estado.

Ou seja, o crepúsculo do estado se dar a ver não pelo enfraquecimento da lei, como um imperativo e execução despótica, mas pela inviabilidade ou esvaziamento do direito. Se o Estado é uma invenção cultural que, sob o comando da sociedade civil dos trabalhadores, teria a função de abolir a luta de classe e, inclusive, de destruir-se a si mesmo, como prova de sua potência, o que estamos vivendo, nas chamadas democracias contemporâneas, é o seu estertor.

O que aconteceria ao “Estado democrático contemporâneo” se os índios, os negros, as mulheres, os homossexuais, as crianças, os professores, os trabalhadores subalternos, a exemplo dos *communards*, utilizassem o seu direito constitucional de se reunir, de divulgar suas deliberações, de se colocarem em movimento, onde quer houvesse uma prescrição e imposição de uma lei?

A escola suportaria o estudo, crítica e prática política relativos aos seus regimentos e estatutos por parte dos estudantes, professores e técnico-administrativos? Considerando a malha jurisdicional, em todos os setores da vida social, a imagem de um estado forte seria aquela em que déspotas, com máscaras de soberanos, seriam indiferentes às pessoas no espaço público e imporiam e executariam a lei ou, radicalmente ao contrário, aquela em que representantes da miríade de grupos submetessem a lei, como um conjunto de signos vazios e esvaziáveis, à apreciação pública, cujos membros, em assembleias, tivessem o direito inalienável, e sem burocracia, de suprimir essa mesma lei?

Diante dessa imagem do Estado, o que seria, então, as noções de minorias arquivadas e minorias anarquivadas? Minorias arquivadas, não há dúvida, contentam-se com migalhas e doações, como sinônimo de bondade pública, e sem colocar em questão nem a lei, nem a instituição, com seus doadores, pois, provavelmente seus corpos, sua língua, tenham sido esva-



ziados de sua força. Famintos - que estão - apenas adoram e deliram, além de serem indiferentes e confundirem política com religião e vice-versa.

Minorias anarquivadas são de outra natureza. Por que diferentes etnias indígenas no Brasil, além da demarcação de suas terras, do livre direito de preservação de sua cultura, ainda querem aprender a se expressar em língua indígena, como língua primeira? Se tomarmos, dos arquivos coloniais, também acessados pelos índios atuais, esses versos do *Auto representado na festa de São Lourenço*, do padre José de Anchieta (1973, p. 12), em que o índio pintado de diabo diz “Quem bom costume é bailar! Adornar-se, andar pintado, tingir pernas, empenado fumar e curandear, andar de negro pintado”, vemos que o sentido de se aprender língua tupi, atualmente, não só seria um modo de avaliar a gramática da língua construída pelo colonizador, e difundida como *best-seller*, entre colonizadores, mas de rever a relação entre os nomes e as coisas (repetições em tupi dos valores religiosos e cosmológicos medievais), reposicionar as manifestações e vontades do tradutor, além de devassar a lógica subjacente de suas proposições ou discurso.

O que aconteceria se estudantes e professores indígenas compusessem outro material, também bilíngue, a partir desses documentos e, além de questionar e esvaziar as prescrições para a Língua Portuguesa, contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, criassem, conforme direito previsto na Constituição Brasileira (1988), Cap. I, inciso XVIII, associações e cooperativas “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”, com função de institucionalizar, gerir, produzir material que faça circular outras formas de reinvenção de si e de suas comunidades?

A experiência de ocupação de espaços institucionais, através de secretarias de governo, combinada com a de produção de material artístico e cultural com caráter de reversão do discurso colonial, através de associações e cooperativas, não só seria um dispositivo para se ativar



as sociedades contra o estado, mas um laboratório para a emergência de sociedades sem estado.

Tal atividade anarquista, por parte, por exemplo, de minorias indígenas – mas poderia ser por parte de quaisquer outras minorias, e em rede – seria, ao mesmo tempo, uma forma de visibilizar a potência do Estado, em processo de perecimento, a favor de uma poética da existência, bem como, ao contrário, seu completo crepúsculo e decadência, arrastando consigo o homem ocidental e sua noção de humanidade.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.

AGAMBEN, G. **Infancia e historia**: destrucción de la experiencia y origen de la historia. Tradução de Silvio Mattoni. Córdoba: Adriana Hidalgo Ed., 2011a.

AGAMBEN, G. **O homem sem conteúdo**. Tradução de Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha: *Homo sacer* III. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2003.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?**: e outros ensaios. Tradução Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2010b.

AGAMBEN, G. **O reino e a glória**: *Homo sacer*, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011b.

ANCHIETA, J. de. **Auto representado na Festa de São Lourenço**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro; Ministério da Educação e Cultura, 1973.



ANDRADE, O. de. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo; OKSEC-SP, 1990.

ANDRADE, O. de. **Pau-brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo; OKSEC-SP, 1991.

BALIBAR, É. **A filosofia de Marx**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras escolhidas, 1).

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BORGES, J. L. **Elogio da sombra**: um ensaio autobiográfico. Tradução de Carlos Nejar, Alfredo Jacques e Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, DF: MEC; SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio)**: parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC; SEF, 2000.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Edusp, 1997.

CASTRO, E. V. de. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

CÉSAR, A. L. S.; SOUZA, A. B. B. de; COSTA, S. L. Para uma cartografia da educação escolar indígena. **Pontos de Interrogação**, Alagoinhas, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/>>



revistaponti/arquivos/volume2-n2/4.PARA-UMA-CARTOGRAFIA-DA-EDUCACAO-revistaponti-vol2-n2.pdf> . Acesso em: 28 abr. 2014.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevistas (1953-1974). Edição de David Lapoujade; organização de Luiz B. L. Orlandi; tradução de Hilton F. Japiassu. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DERRIDA, J. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEUTSCHER, I. **Stalin**: uma biografia política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOUCAULT, M. Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: repensar a política. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. v. 6.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx**: theatrum philosophicum. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1977.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GALLO, S. O professor-artista: educação de si e revolução molecular. In: SANTOS, C.; GARCÍA, P. C. S.; SEIDEL, R. H. (Org.). **Crítica cultural e**



educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GUATTARI, F. Restauração da cidade subjetiva. In: GUATTARI, F. **Caosmose:** um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUINSBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JAMESON, F. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: JAMESON, F. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução:** a revolução proletária e o renegado Kautsky. Tradução de Henrique Canary. São Paulo: Ed. Inst. José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo? In: JAMESON, F. **História e consciência de classe:** estudos sobre dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUES, R. Memória literária arquivada. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, n. 18, p. 105-120, jul./dez. 2008.

MARX, K. **A ideologia alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O 18 Brumário:** cartas a Kugelmann. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre:** crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos:** ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.



SANTOS, O. M. dos. Comuna de Paris como cidade literária. In: OLIVEIRA, A. et al. (Org.). **O que pode um subalterno**: sobre história, literatura, crítica cultural e outras máquinas. Salvador: Quarteto, 2012.

SARTRE, J.-P. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEMINÁRIO ARQUIVOS, TESTEMUNHOS E POBREZA NO BRASIL, 5., 2013, Praia do Forte. **Anotações**. Praia do Forte, BA: Procad Pós-Lit (UFMG); Pós-Crítica (UNEB), 2013.

TROTSKI, L. **Literatura e revolução**. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

XIAOBO, L. **June Fourth Elegies**. Tradução de Jeffrey Yang. Minnesota: Graywolf, 2012.

ZERZAN, J. **Twilight of the machines**. Port Townsend: Feral House, 2008.

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM ANGOLA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA: outras histórias (des)arquivadas

Maria Anória de Jesus Oliveira

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela [...] Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal [...]. (FOUCAULT, 2006, p. 5).

Uma voz a preceder as palavras, a se insurgir nos interstícios do dizer, indagar, perscrutar pensamentos e preencher o espaço em branco com letrinhas pretas – união de signos, força insurgente nesse enlace ancestral a enredar as literaturas: infantis e juvenis angolanas, moçambicanas, afro-brasileiras e outras tessituras (des)arquivadas pois, assim como Fischer (2006, p. 7), entendo que “A leitura desafia, capacita, encanta, enriquece.” Da linguagem literária, portanto, pode-se viajar a universos desconhecidos, repensar o caminhar e engendrar outras travessias. Isso, a depender da emoção suscitada, face às “Pequenas marcas pretas sobre a folha branca ou caracteres na tela do computador pessoal.” Essas marcas, sei, podem “nos levar ao pranto, abrir nossa mente a novas ideias e entendimentos”.



Contudo, também sei que tais marcas podem macular, estereotipar, inferiorizar a dignidade de um povo, como reconhece Chimamanda Adichie (2009). É necessário, por isso mesmo, não fixar o olhar apenas em uma versão da história, seja a oficial, seja a ficção. Até porque, as duas, como uma rede, seguem imbricadas, interligadas. Os tais pontinhos pretos sob a página em branco, como aquela antiga esfinge grega, continuarão a desafiar: *decifra-me ou devoro-te*. Em meio ao desafio, seguirei tentando decifrar, embora sabendo que, tal qual uma fênix a ressurgir das cinzas, a esfinge cumprirá o seu papel e eu, falando das margens, apesar de também compor o seletor tecido da base (acadêmica), nesse paradoxo visceral, irei entrelaçando os fios da memória a ruminar ideias e remar ao longe, nesse imenso mar de palavras.

Palavras que pulsam, não pedem passagem. Acenam, deslizam, divagam, divergem. Vistas cansadas, às vezes, invadem madrugadas a untar resíduos, ruínas, ruminações. Palavras impressas, esquivas, nessa emanção discursiva. Um sinal, Foucault, a senha: *insurreição de saberes dessujeitados*;¹ marcas e traços, pulsões de morte, caminhos abertos à interpretação, indefinições, à *la Derrida*, infringindo, talvez, o discurso, a ordem. Nos meus poros, uma pulsão: o prazer no dizer, mas, o compasso do tempo se impõe. Um sinal... Traçada a trama. Teóricos trago, e críticos, e historiadores e outros pensadores das margens.

No percurso, recorro a noções basilares de áreas distintas e, nos meandros, as obras, os autores, um universo imerso em significações a se desvelar mediante a pesquisa bibliográfica. O propósito é trazer à cena olhares díspares sobre a África a princípio e, depois, enfocar as obras des-

1 Posto que, aqui, para entrelaçar as ideias e exemplos conceituais, trago à cena não só teóricos (Foucault, Bruno Bettelheim, Derrida, Carlos Moore, Antonio Candido) como, também, textos literários de autores desconhecidos, as próprias obras em questão que são, de certo, produções marginalizadas socialmente, inclusive, se comparadas às clássicas literaturas africanas (angolanas e/ou moçambicanas que já constituem um cânone reconhecido: Pepetela, Mía Couto, Luandino Vieira etc.).



tinadas às crianças e aos jovens, considerando-se que se trata de produções desconhecidas em nosso país e, de certa forma, em Angola.

Quanto ao *corpus* de textos sobre os quais me detive, as fontes primárias, estas são provenientes de três países, sendo algumas compradas quando das viagens e/ou concedidas pelas respectivas instituições. O *corpus* constitui-se por livros dos seguintes países:

- 1) Moçambique, um total de 23 livros publicados entre 2005 e 2012;
- 2) Angola, 26 livros, cuja publicação corresponde ao período de 2003 a 2012;
- 3) Brasil, 26 livros, abrangendo o período de 2002 a 2012.

Aqui, no entanto, não me deterei sobre todo o *corpus* acima aludido, por conta da extensão do texto. Resolvi, portanto, enfocar apenas as produções angolanas contemporâneas para, além de apresentar um mapeamento geral das mesmas, também situar o/a leitor/a acerca da existência dessa literatura no cenário atual, atestando a sua relevância social, nesse contexto de implementação de uma Lei Federal (10.639/03) e, por conseguinte, da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/LDB (9.394/96), no tocante à inserção de temáticas pertinentes às culturas afro-brasileiras e africanas na educação básica.

Por constituir uma quantidade bem expressiva de livros não privilegiei, aqui, a análise, mas, sim, mapear tais produções, a fim de divulgá-las. O que me mobilizou a efetivar uma espécie de banco de dados foi a necessidade de relacionar obras menos susceptíveis ao racismo e ao eurocentrismo atentando-me, também, à demanda atual: favorecer a formação docente na área em questão e, ainda, deixar algum legado capaz de visibilizar redes de diálogos entre África e diáspora através das respectivas literaturas destinadas às crianças e aos jovens.

As obras voltadas para o público adulto contam com uma plêiade de pesquisadores/as, dentre os quais destacaria Laura Padilha (2007), Iris



Amancio (2008), Tania Macêdo (2007, 2011), Rita Chaves (2011), Francisco Noa (2002) e, antes de todos esses estudiosos, Eduardo Mondlane (1975) citando, aqui, apenas algumas referências na área. Estou, portanto, engatinhando nessas águas, sabendo das suas tantas esfinges a desafiar e, por isso mesmo, instigar a percorrê-las.

Seguir a seara literária infantil e juvenil africana, a exemplo das produções de países que constituem o continente, é remar sob as margens. É fazer um percurso que tende a ser solitário no campo do conhecimento; isso, devido ao descompasso em termos de pesquisa entre tais produções e as demais destinadas aos adultos. Um exemplo disso é o fato de tentar relacionar estudiosos/as da área e esbarrar em tamanha escassez. Logo, reitero, percorrer tal seara é, ainda, uma incógnita. Tem-se, assim, um arquivo a ser constituído, consignado e, quiçá, aberto ao instigante mundo dos respectivos leitores. Assim sendo, da área contei apenas com dois capítulos de livros, um de Tania Macêdo (2007) e outro organizado por Emília Machado (2012) em parceria com demais pesquisadoras.

Fora tais referências, contei com as entrevistas de algumas escritoras publicadas no site da “União de Escritores Angolanos”, disponíveis por meio digital, e uma tese de doutoramento recente, da autoria de Antonia Lana de Alencastre Ceva (2013) sobre o feminismo negro. Dos seis capítulos da tese, dedicam-se poucas páginas à produção de duas escritoras angolanas, cujas obras voltam-se para as crianças e para os jovens. São elas: Maria Celestina Fernandes e Maria João Francisco Chiapalavela.

Também disponível na internet, localizei um livro destinado à literatura oral angolana e moçambicana, da autoria de Susana Dolores Machado Nunes (2009), no qual se apresenta diversos contos orais da tradição moçambicana e angolana. Dentro dessa temática, a tradição oral, há o livro de autoria do pesquisador Lourenço do Rosário Joaquim da Costa (1998); e, dentre essas produções, encontrei uma preciosidade – o livro intitulado



Boneca de pano,² uma coletânea de contos infantis angolanos. Trata-se de uma coletânea publicada em 2004 (sem organização de autoria específica) onde, logo na apresentação, se delinea a história da produção destinada às crianças. Alguns dos contos que constam da coletânea foram publicados com ilustração, destinados às crianças e aos jovens. É o caso dos seguintes livros: *O Aniversário de vovô Imbo*, de Cremilda Lima; *Os dois amigos*, de Maria Celestina Fernandes; *Bicho das patas mil* e *A Trepadeira que queria ver o céu azul*, de Maria Eugênia Neto, reunido em um único livro posteriormente. Há, contudo, outros/as autores/as, são eles/as: Abreu Paxe, Costa Andrade, Gabriela Antunes, Henrique Guerra, Jorge Macedo, José Samwila Kakweji, John Bella, Raul David e Yola Castro.

As obras literárias que compõem o acervo particular resultaram de doações e/ou aquisições quando estive em tais terras ancestrais. Sendo inéditas aqui no Brasil e pouco conhecidas também nos países de origem, compreendi que não poderia mais deixá-las esmaecer sob as cinzas do tempo. Assim, se insurgiu um desejo (talvez utópico) de mapeá-las, trazê-las a esse cenário do conhecimento e, assim, quem sabe, contribuir para visibilizá-las, ao lado de tantas outras, a exemplo das afro-brasileiras que, somente devido às medidas oficiais – Lei 10.639/03 e respectivas Diretrizes (BRASIL, 2003, 2005) –, passaram, de certa forma, a ser re/editadas no mercado livresco. Urge, no entanto, a necessidade de estudo dessas obras com um olhar muito aguçado, devido aos ranços racistas que ainda perpassam pelas relações sociais.

O acesso ao *corpus* supracitado levou-me a procurar identificar as obras menos susceptíveis ao racismo, ao eurocentrismo e ao adultocentrismo, posto que não basta apenas delinear personagens negros em papéis centrais e/ou situá-los em espaços sociais africanos para inovar

2 Esse livro também encontra-se impresso no respectivo país de origem. E, no Brasil, localizei a preciosa edição de *As aventuras de Ngunga*, do escritor Pepetala (2013), pela Nandyala (B.H).



o cenário literário atual. É necessário levar em conta o destinatário, no caso, os leitores crianças e/ou adolescentes.

O adultocentrismo, conforme pautado por Zilberman e Magalhães (1982), constitui obras centradas no ponto de vista do adulto, para endossar ensinamento de boas condutas e/ou a apreensão de determinados conteúdos. No que se refere ao racismo e ao eurocentrismo, este último, cujo prefixo, semelhante ao termo anterior, evidencia quem rege o centro: o *europeu*. Os contos de fada são exemplos dessa produção predominantemente eurocêntrica.

O racismo, por sua vez, pode ser identificado em obras que reforçam a supremacia de um segmento étnico-racial em detrimento de outro. É caso de boa parte das produções brasileiras procedentes do século XIX, por exemplo,³ haja vista as consequências do racismo científico e seus desdobramentos no país, assim como suas adaptações nos séculos XX e XXI. A literatura, enquanto produto cultural, não fica alheia às injunções do tempo, como assevera Sandra Pesavento (1998). Corroborando essa ideia, o escritor Cuti (2010, p. 25) adverte que o artista, ao produzir “seu texto, manipula seu acervo de memória onde habitam seus preconceitos.” Pensando sob esse prisma, torna-se ainda mais urgente um olhar destituído de ingenuidade e mais centrado em interrogações, reflexões, demandando certo conhecimento sobre os problemas decorrentes do racismo e seus desdobramentos na arena do saber.

Sem um olhar crítico face à tessitura literária, muito provavelmente tender-se-á a cair nas ciladas do *racismo à brasileira* em suas multifacetadas faces disfarçadas de uma pretensa harmonia racial, e/ou, daquela velha querela de que a literatura não tem cor, como se a obra de arte ficasse alheia aos contextos sociais e às suas tantas projeções no âmbito da

3 A esse respeito, consultar Florentina Souza (2005), Eduardo de Assis Duarte (2011), Conceição Evaristo (2005), Cuti (2010); citando, aqui, só alguns estudiosos da área. Em se tratando da literatura infantil e/ou juvenil destacaria Rosenberg (1985) e Oliveira (2003, 2010, 2014).



linguagem. A cristalização da obra de arte enquanto fenômeno literário intrínseco, erigido e gerido em sua própria forma, já foi abalada há muito tempo, conforme pode ser observado na atualidade.⁴

Uma vez efetivando a re/leitura das obras, foi necessário ampliar informações para nortear o que entendo por arquivo. Percorri algumas noções oriundas do campo da psicanálise (BETTELHEIM, 1982), da filosofia (DERRIDA, 2001; FOUCAULT, 1979, 2006, 2013) e, também, da crítica cultural e/ou dos estudos literários, sob o prisma de Reinaldo Marques (2008), Diana Tayllor (2013), Birman (2008), Lourenço do Rosário (1989), Eduardo A. Duarte (2011), Chimamanda Adiche (2009). Para associar as noções oriundas dessas áreas às relações étnico-raciais, trouxe à cena reflexões atinentes às Ciências Sociais e Humanas, pautando-me em Frantz Fanon (2008), Amílcar Cabral (1974), Eduardo Mondlane (1975), Moiane (2009), Filipe Zau (2007), dentre outros/as.

Saber, poder, arquivo e outras imbricadas redes discursivas

Sobre as imbricadas redes entre *discurso, saber, poder, racismo e vontade de verdade*, rastreio noções pautadas por Foucault em seu ziguezaguear o pensar e, assim, dispersar o saber no modo de dizer, posicionar-se e abrir um leque de associações para as distintas áreas do conhecimento. Dentre estas, a literária é o meu foco central, mas, não só, por ela perpassam outras áreas a elucidar o caminhar.

Seguindo a teia do pensamento de Foucault (1999), é possível perceber os três tipos de poderes por ele abordados: *o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder*. O primeiro, exercido por um monarca, assim como os demais, resulta da relação de forças. Visa à produção de bens,

4 A esse respeito, consultar Terry Eagleton (1983); Eduardo de Assis Duarte (2011); Florentina Souza (2005); Cuti (2002, 2010); Dalcastagné (2011) e Compagnon (2011), por exemplo, sem contar, aqui, na grande relevância dos estudos de Foucault, cujas reflexões são basilares para perceber as imbricadas redes entre discurso/saber e poder.



ao acúmulo de riquezas; incide sobre o indivíduo e, também, sobre a sociedade; é localizado em um centro e visibiliza/potencializa o soberano.

O poder *disciplinar*, diferentemente do anterior, não se centra em um único ponto; é multifocal; funciona na invisibilidade e se manifesta entre indivíduos e no tecido social. Tem, portanto, vários polos: as instituições; as periferias; é materializado e distribuído nos corpos dos indivíduos, com vistas à fabricação de sujeitos dóceis, úteis, recorrendo-se a tecnologias de controle (pan-óptico), à vigilância, à punição, quando necessário.

O *biopoder*, por sua vez, potencializa as relações de força e coexiste com o *disciplinar*. Contudo, seus efeitos incidem sobre a população, a vida, a regulação e a regulamentação desta pelo Estado. Seu campo de atuação se distribui pelas Ciências Exatas e áreas afins, assim como a Biologia. Foucault (1999) o exemplifica ao se referir ao racismo, detendo-se sobre a Biologia, no campo desta, à hereditariedade, à degenerescência – estratégias recorrentes dos grupos hegemônicos para guerrear e destruir, conter e dominar determinadas populações. O século XIX é tomado como exemplo por Foucault (1999), levando-o a problematizar aquele complexo contexto: um espectro, um fantasma a ser atualizado no decorrer do tempo, aliando-se à vontade de verdade daqueles grupos e seus interesses genocidas, outorgando aos pares o direito de deixar viver ou fazer morrer.

Conforme Foucault (1999, p. 309), a “[...] especificidade do racismo moderno”, referindo-se ao nazismo, no caso, está “[...] ligada à técnica do poder, à tecnologia do poder [...]”. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado”, o qual exerce o poder de fazer sobreviver e/ou deixar morrer. Aliam-se, assim, os três tipos de poderes, o velho poder *soberano* (fazer viver, punir e/ou fazer morrer), o *disciplinar*, a incidir sobre os corpos e a mente dos indivíduos assujeitados, submetidos à opressão e ao controle, mas, não só a estes como, também, a uma raça, a um corpo social, coletivo; isto é, o *biopoder*, o qual produz e reproduz um saber sobre esse coletivo e o identifica como um perigo, um problema social a



ser aniquilado para deixar viver uma determinada espécie humana. Logo, viabiliza a otimização da vida de uns, em detrimento de outros.

Há linhas tênues entre os tipos de poderes abordados por Foucault (2013); e não se pode esquecer de que seu pensamento é um descon-tínuo, cujas ideias são enredadas como uma espécie de zigzague no dizer, afirmar, negar, retomar, ponderar, realçar etc. Retomar Foucault é ‘gingar’ no universo do conhecimento sem dissecar a linguagem; é como escrever, pois, por mais que se tente esgotar o signo linguístico, ele se rebela e leva a outras imersões.

Ao recorrer ao pensamento de Foucault, às noções de arquivo, às literaturas africanas e/ou às afro-brasileiras, sinto-me semelhante a Laura Padilha (2007, p. 17), que parafraseou Barthes – e eu a parafraseio –, nessa rede intertextual, para dizer que os “[...] signos rodam soltos na cabeça, sempre volúveis, mutantes.” Resta-me, assim, nesse princípio de conversa, rastreá-los, deixá-los fluir, lavrar as palavras, nesse prazeroso ciclo do pensar e expressar as ideias sem as amordaçar em teias conceituais, mas, tão somente, realçando o que for significativo para as reflexões a serem feitas.

Segundo Foucault (2013, p. 130), o discurso é um “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação [...]” sendo, portanto, engendrado no âmbito de uma dada língua, constituído por suas normas em determinados momentos históricos. Logo, corresponde a “[...] um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados.” Propõe-se uma relação interrogativa face à linguagem, por ser ela “atormentada pelo ausente, o longínquo.” Esse olhar interrogativo diante da linguagem não seria “[...] na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade [...]”(FOUCAULT, 2013, p. 130).

Pensar o *discurso*, segundo Foucault (2006, p. 36-37), é não desconsiderar certas relações de poder que perpassam pela linguagem, sob a



ótica dos grupos hegemônicos em seus anseios de dominação e controle social. O filósofo refere-se, em suas reflexões, ao “terceiro grupo de procedimentos” atinentes ao “controle dos discursos”, mediante as linguagens não acessíveis a todas as pessoas, mas apenas a um seletivo grupo constitutivo das “sociedades de discurso”, as quais têm o poder de “conservar ou produzir discursos”, fazendo-os “circular em um espaço fechado” engendrando, nesse círculo, a linguagem/comunicação entre os pares, de modo que “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.”⁵

Ao enfocar as noções até então abordadas, busco aplainar as travessias e pontuar o “lugar do meu discurso”, por meio do qual procuro, na condição de intérprete, possibilitar a sua circulação, também, nesse espaço de saber/poder. Ao entrelaçar as ideias, aqui, recorro a diversas tipologias textuais e não só ao campo da teoria literária e/ou da crítica, à história da literatura. Talvez, nesse caminhar, as palavras de Foucault deem vazão ao meu modo de desarquivar os fios da memória ao tecer outras histórias, que não só as literárias.

Sem a ameaça da mordaca conceitual, reporto-me novamente a Foucault (1999, p. 15), para situar a noção de *genealogia* a qual, segundo ele, corresponde a uma “tática”, cujo propósito é “[...] dessujeitar os saberes e torná-los livres; isto é, capazes de oposição e de lutas contra a coerção de um discurso unitário, formal e científico.” Eis, por essa via, a *insurreição de saberes* no modo de engendrar ideias, explicitá-las, e as problematizar de forma descontínua, mas, nem por isso, desconexa.

Em se tratando da noção de *arquivo*, sigo as veredas entreabertas por Derrida (2001, p. 17), por identificar pertinência em suas ideias, sobretudo quando ele pontua que “[...] todo arquivo é ao mesmo tempo *instituidor e*

5 Foucault (2006) se refere a outras modalidades discursivas em seu pequeno e profundo livro *A ordem do discurso*, mas não só. O discurso, poder/saber, reitero, perpassa pelo *corpus* da sua obra.



conservador. Revolucionário e tradicional.” É eco-nômico: guarda, põe em reserva, economiza. Engendra a lei (nomos), fazendo-a respeitar.

O processo de arquivar implica a seleção e a organização de determinadas informações – neste caso, os autores citados, seus títulos, os resumos e as impressões de informações mediante determinadas regras, as leis (*nomos*) geradas e geridas por certos sujeitos sociais que, em se tratando do arquivo, no passado, correspondia ao *arconte* e, hoje, ao *responsável* (arquivista, intérprete, pesquisador, etc). Não há arquivo sem consignação, assevera Derrida (2001). E, por assim dizer, *consignar* (reunir) em um suporte, espaço físico (ou virtual), de modo articulado, organizado. Arquivar implica atribuir valor, considerando-se o que deve ser descartado, alterado e/ou preservado.

“Arquivo é lugar de memória” (MARQUES, 2008, p. 107).⁶ Lugar de emanção discursiva das bases e, também, das margens e implica relações de poder (o que guardar, o que descartar, no processo seletivo), pois, nem tudo se mostra; ainda, o que se mostra pode sofrer alterações, passa pela interpretação de alguém (arquivista), pela sua visão de mundo, seus aportes teóricos, metodológicos etc. Logo, o arquivo, segundo Derrida (2001), é um campo de ambivalências, compreendido sob a ótica da psicanálise freudiana.

Discurso, poder, arquivo, vontade de verdade, imbrincadas redes do saber/dizer, preservar/consignar. Erigem-se, assim, diversas histórias, mas, em se tratando dos grupos marginalizados socialmente, fixam-se histórias únicas a serem repetidas, cristalizadas. Uma *história única*,⁷ um perigo enredado nas margens e nas bases dos discursos. No poder de dizer e divulgar apenas um ponto entre tantas outras possibilidades de ver/conceber as diferenças e as suas potências que tendem a ser minimizadas.

6 Reinaldo Marques (2008, p. 107), referindo-se, também, ao arquivo literário, o foco central das suas reflexões; mas, não só, pois o pesquisador se refere às instituições arquivísticas, aos arquivos históricos, entre outros.

7 Refiro-me ao texto de Chimamanda Adichie (2009), que será o fio condutor do presente diálogo.



Ressignificar e valorizar as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas implica visibilizar os discursos das margens e trazê-las à cena, à arena do saber – o que depende, também, do “lugar de discurso” de quem ata os pontos do pensar a enredar temas e tramas nesse espaço branco e Ocidental. Mas, vale lembrar aqueles pontinhos pretos dispersos em África e na sua diáspora a se insurgir nos interstícios do dizer, a potencializar as palavras que pairam, pulsam, sem se deixar calar.

Uma *história única*, o perigo!

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra [...] da tribo Igbo [...] É um substantivo que [...] se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”[...] Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (ADICHIE, 2009, p. 3).

O termo África, segundo Stuart Hall (2003, p. 31.), corresponde a uma “construção moderna” e, diga-se de passagem, genérica, para designar “[...] uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas cujo principal ponto de origem comum situava-se no tráfico de escravos [...]”. Corroborando esse pensamento, Amílcar Cabral (1974, p. 112) explica que os *tugas* (apelido atribuído aos colonizadores portugueses), os franceses, holandeses, entre outros, “[...] acostumados à pirataria que faziam no mar [...]”, resolveram investir em outra mais rentável, na época: a pirataria humana, quando “[...] passaram a comprar e ou a caçar escravos em África, para venderem na América ou Novo Mundo.” A *diáspora*, nesse caso, resulta da opressão de uma nação sobre a outra com fins mercantilistas e econômicos, conforme pode ser observado nas reflexões de Amílcar Cabral. Embora não fazendo menção a tal termo, especificamente, ele o faz através das suas reflexões, ao pontuar os conflitos com os europeus e,



também, ao abordar as estratégias de resistência para vencê-los (conforme situarei mais adiante).

A África que chega à diáspora, portanto, corresponde às narrativas elaboradas pelos grupos hegemônicos, e seguem cristalizadas no imaginário social. Tanto é que, desde 2003, através da Lei Federal nº 10.639/03, o governo brasileiro assumiu o compromisso de implementar ações afirmativas, no sentido de valorizar e ressignificar a história e a cultura afro-brasileira e africana na educação. Esse marco histórico, conquistado graças à pressão dos movimentos sociais negros e aliados na luta antirracista, infelizmente, ainda não vigorou, de fato. Diga-se de passagem, engatinha, ainda, em meras divagações discursivas no cenário político no país. Enquanto isso, a África segue ignorada e/ou deturpada, sob o prisma eurocêntrico erigido séculos atrás.

Indo de encontro a tais formações discursivas sobre a terra ancestral, caberia uma viagem a outras Áfricas sob o viés de quem a habita, sugere Carlos Moore (2010, p. 132) ao reconhecer, também, a carência de material didático na área “[...] em toda a América ‘Latina’ [...] em Línguas portuguesa e espanhola” – um problema, segundo ele, que não será resolvido “tão cedo”. Sua preocupação se alinha à minha (mas não só, sei), por ter ciência das intrincadas redes entre discurso, saber e poder. Este, segundo Foucault (1999, p. 21), está associado à opressão sobre outrem, à repressão mediante a relação de forças. Seria, no caso, o “[...] que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos.”

No caso da população africana, a repressão ganhou dimensões incalculáveis e os danos são irreparáveis. Essa face da história vem sendo sucessivamente repetida como se não houvesse resistência, embates, conquistas e outros pontos de vista, indo ao encontro do que Foucault (1999, p. 12) compreende por genealogia dos “saberes sujeitados.” Isto é, “[...] uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais [...]” É possível, aqui, estabelecer analogia entre tais noções e as temáticas pertinentes à população negra situada em África e na diáspora.



Os “sujeitados saberes” advêm das margens e são considerados “[...] insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores [...]”. São eles: os saberes do “[...] psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, o saber do delinquente etc.” Foucault (1999, p. 12), em suas reflexões, não sugere a valorização de um determinado tipo de saber em detrimento de outro, mas, o que compreende por *genealogia*. Isto é, o acoplamento entre “os saberes sepultados da erudição e os saberes desqualificados pela hierarquia dos conhecimentos e da ciência”, com vistas à:

[...] inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a correção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 1999, p. 15).

A arqueologia do saber, segundo o referido filósofo, equivale a “um método”; e a *genealogia*, por sua vez, corresponde a uma “tática que faz intervir, a partir das discursividades locais [...], os saberes dessujeitados.” Diante dessa perspectiva restaria, portanto, engendrar outras tecelagens discursivas viabilizando-se e/ou visibilizando-se a *insurreição desses saberes*.

Discurso, poder, saber (assujeitado/dessujeitado) configuram os arquivos, os quais são associados ao aparelho psíquico humano, um lugar de memória que pode ajudar a lembrar determinados acontecimentos, ou pode favorecer o esquecimento (mal de arquivo).

Nesse desafio de ressignificar a história e a cultura afro-brasileira e africana em todas as áreas, urge a necessidade de atenção redobrada face aos assujeitamentos discursivos que podem reforçar preconceitos antigos, sem percorrer outros campos do conhecimento, nos quais é possível identificar a *insurreição desses saberes* marginalizados. O jovem pastor e dona Filismina, e Amílcar Cabral são exemplo de vozes que ressoam e, cada qual do seu jeito, deixa vestígios para o leitor traçar ou-



tras rotas ao rememorar Áfricas na diáspora. Eis, assim, a importância de (des)arquivar os fios da memória.

A criança, o jovem leitor e a ordem do discurso insurgente

A história da literatura infantil deve integrar texto e contexto sócio-histórico, demonstrando de que modo, de um lado, a formação cultural extra-literária molda o discurso literário e, de outro, como as práticas literárias são ações que fazem coisas acontecer, moldando a consciência psíquica e ética do jovem leitor [...]. (TURCHI, 2004, p. 41).

A presente epígrafe abre caminhos para trazer à cena a relação entre a literatura infantil e o contexto “sócio-histórico”, pois são redes imbricadas, como evidenciei através de Foucault, trazendo à cena pertinentes reflexões. Discurso histórico e narrativa literária, já dizia Sandra Pesavento (1998), por meio da “passeidade” (passado), recria o presente, implica a subjetividade do escritor ao transpor ao papel determinados pensamentos. Engendram-se, assim, a materialização discursiva, a composição textual, e os efeitos do discurso, já se sabe, incidem no imaginário do leitor. Daí o cuidado ao lavrar a palavra a ser transposta ao mundo digital e/ou impressa em forma de livro. Logo, ressalta Turchi (2004, p. 41) as “[...] práticas literárias são ações que fazem coisas acontecer, moldando a consciência psíquica e ética do jovem leitor.”

Esse “jovem leitor”, ou a criança angolana, só recentemente teve acesso à obras voltadas às questões nacionais. Antes, porém, prevalecia a voz Ocidental direcionada, prioritariamente, para filhos e filhas dos portugueses. É esse cenário que interessa desvelar a partir de então para, depois, contextualizar a constituição da literatura infantil e juvenil angolana, assim como os anseios de influenciar e informar os destinatários, incutindo as visões de mundo da nova nação a despontar



e a libertar-se do jugo dos “tugas”, os portugueses, conforme apelidados por Amílcar Cabral.

Em outras palavras, a *ordem do discurso* em Angola, a partir da vitória sobre os colonizadores brancos, passa a ser outra, diferentemente do Brasil, visto que o negro ascende e se apodera das instâncias políticas do país. Desde então, assume a direção de se representar socialmente em diversos produtos culturais, dentre os quais, os livros literários infantis e juvenis, por exemplo. Há assim, uma inversão dos grupos hegemônicos e, por conseguinte, das *sociedades de discursos*. Mas, essa história precisa ser contada, de novo, até porque, a luta se segue. Por hora, aqui, brevemente contextualizada, apenas.

Brasil e Angola, enlaces ancestrais, dispersão à força (LOPES, 2004), *malungos* (companheiros de infortúnios), peças importadas a navegar nos porões dos navios a chegar. E a vida por um fio se desfaz. Mercantilismo atroz e, assim, o círculo vicioso se arrastou até o século XIX, no Brasil.

Angola, outras tramas a se estender ao século XX, coisificando pessoas, adaptando métodos disciplinares atualizando, assim, antigos aspectos do *poder soberano* (FOUCAULT, 1999). Escravidão ao molde tradicional no século XX, não; no entanto, a sua atualização: a *neoescravidão*, de modo que só em meados dos anos 70 do século XX que os países colonizados por Portugal obtiveram a independência. Contudo, da conquista à realização, de fato, só muito depois. Uma guerra civil fratricida alijou a sociedade e ceifou milhares de vidas na luta até poucos anos atrás. Essa luta beirou as portas do século XXI, finalizando-se apenas em 2002. Os capítulos dessa história também foram narrados sob a ótica Ocidental através da grande imprensa, de posse dos grupos hegemônicos. Em contrapartida, vozes da resistência não se deixaram calar, fazendo-se ecoar até os dias de hoje. Eis, assim, algumas nuances da resistência negra em suas faces insurgentes contra os *tugas* e seus sucessores.



Resistência negra e afirmação identitária: insurreição de saberes dessujeitados

Em *Análise de alguns tipos de resistências* Amílcar Cabral (1974), um líder na luta contra o colonizador, é taxativo, opondo-se à desumanização do outro e, também, entre os seus iguais, por reconhecer os malefícios de tais práticas para o homem em geral. Matar na guerra, no combate, para se defender, sim, mas amarrar, humilhar, desumanizar e ou praticar atrocidades contra mulheres, idosos e crianças de modo geral, não. Daí salientar ser o trabalho, e dos demais camaradas, do partido

[...] destruir, na nossa resistência, tudo quanto faz da nossa gente cachorro [...] para deixarmos avançar, crescer, levantar, como flores na nossa terra, tudo quanto possa fazer da nossa gente, seres humanos de valor. Este é o nosso trabalho, camaradas. Se não entendem isso, ainda não entenderam nada. (CABRAL, 1974, p. 110).

É sob o seu olhar atento e crítico que se pode ter uma ideia do que se compreendia por África e africanos não só de Guiné, mas de outros países (Angola e Moçambique, por exemplo). Amílcar Cabral faz projeções, aconselha, filosofa, apresenta estratégias de luta e enfrentamento aos *tugas*, os portugueses, evidencia a riqueza do país, demonstra conhecimento histórico e, assim, rasura e estiliza a memória de África selvagem que tanto povoou nosso imaginário social.

Amílcar Cabral (1974, p. 110), mesmo em condições desiguais, incentivava os camaradas a travar lutas contra os *tugas*,⁸ à direção da vitória. Com tal intuito, aborda alguns tipos de resistência: política, cultural, econômica e a outra, por via da luta armada. Em relação a esta última, desconstrói o mito da potência europeia, indo de encontro à epopeia do descobrimento, conforme se vem perpetuando historicamente. E tal qual um *griot*, este Cabral (1974, p. 110), Amílcar, e não o outro, o “desco-

8 Expressão no diminutivo para aludir aos colonizadores portugueses.



bridor”, tece uma nova tela e, assim, desfia a antiga, aprendida na escola e vida a fora, sob o prisma eurocêntrico. Um exemplo é quando ele demonstra o olhar crítico em face dos opositores, a evidenciar que os “[...] tugas, no começo, tiveram contacto com os povos da África, na base da igualdade e nalguns casos [...] na base da inferioridade dos tugas, porque alguns países da África, naquela ocasião, estavam [...] mais desenvolvidos que Portuga”. (CABRAL, 1974, p. 110).

Diante dessa informação caberia, aqui, uma instigação: quantos de nós ouvimos algo parecido no decorrer da trajetória de estudos? Por que esse outro olhar – os recônditos da história – não teve eco em nossa memória social? Já disse Foucault, em outras palavras, discurso e poder são duas redes imbricadas. Vale pontuar, em analogia ao crítico olhar de Carlos Moore (2010), que, também nesse aspecto, *A África foi decapitada*.⁹

Colocaria, agora, Foucault para conversar com Derrida, aproximando as ideias dos dois filósofos, pois o ato de exclusão de um acontecimento pode ser associado à *pulsão de morte*. Da sua teia, emergem a interdição, a apreensão e a repressão. Erigiu-se, assim, um arsenal para proteger o ponto de vista do invasor e colonizador para lhe conferir o estatuto de desbravador de mares. Amílcar Cabral coloca tal discurso em xeque ao contextualizar a situação socioeconômica dos portugueses quando da expansão sob mares e, nessa outra cena, lá se insurgem eles, os colonizadores, destituídos do lugar de potência nos cursos da história. Outros caminhos se insurgem,

9 O livro em questão é intitulado: *A África que incomoda*, do pesquisador cubano Carlos Moore (2010). O aludido estudioso apresenta elementos históricos que evidenciam como o Ocidente tem construído um olhar estereotipado sobre o continente africano e, mais, como os dirigentes brasileiros têm se aliado, ao longo do tempo, às potências mundiais para continuar explorando as riquezas africanas. Traz à cena lideranças da resistência que, embora obtendo certas conquistas que culminaram com a independência de diversos países africanos, acabaram, por fim, pagando um preço muito caro: a própria vida. E, em contrapartida, outros dirigentes aliados aos grupos hegemônicos assumiram o poder, como fantoches, para atender aos seus interesses e não às causas defendidas pelas lideranças assassinadas. Logo, afirma, com contundência: “A África foi, efetivamente, decapitada” (MOORE, 2010, p. 86).



sob o aguçado olhar de Amílcar Cabral (1974, p. 110), quando ele evidencia conhecimento histórico, além de se deter sobre as intenções do colonizador, criticando-o quando das navegações, reconhecendo o quanto estavam aquém dos africanos. Logo, assevera:

Os tugas têm a mania de que foi Deus que lhe traçou o caminho dos mares para descobrir terras, para descobrir mundos novos. Isto é mentira. Os tugas foram para o mar, primeiro, porque estão à beira mar, segundo porque Portugal era pobre e tinha muita gente para empregar como marinheiro, contrariamente a outros países da Europa [...] (CABRAL, 1974, 1110).

Esse arsenal de informação do lado de cá, nessa outra face da diáspora africana, foi interdito. Seria o caso de pleitear o direito à memória, o direito de conhecer para, ao menos, questionar, compreender e expandir o conhecimento sem a limitação de perpetuar apenas uma *história única*, a do colonizador. A despeito disso, a esperança pulsa, e como bem assinala Fanon (2008, p. 278): “A partir do momento em que o negro se apreende e apreende o mundo diferentemente, faz nascer a esperança e impõe recuo ao universo racista.”

Amílcar Cabral, entre outras importantes lideranças africanas que lutavam contra o sistema opressor e colonial, indo de encontro à utilização das riquezas materiais e, também, humanas, em um processo perverso de desumanização, tiveram os fios da vida ceifados. Antes, porém, muito se resistiu. Embora citando apenas duas notórias lideranças africanas como exemplo, a lista é muito maior. Logo, afirma Carlos Moore (2010, p. 80-87), a “África foi decapitada.” Mediante tal constatação, o aludido sociólogo relaciona as lideranças negras, os respectivos países e o ano em que aconteceram os assassinatos. Um total de 35 líderes que lutavam contra o sistema opressor. Houve, também, golpes de Estado em diversos países. *Arquivar*, aqui, implicaria trazer à cena as lacunas, os resíduos, os fragmentos das ideias desses pensadores das margens, o



seu modo de dizer/saber, as lutas, as lidas, as resistências e as visibilizar, fazendo-as circular.

A África foi “decapitada” sob diversos aspectos: seus filhos sequestrados, terra mãe violentada em tempo passado, também no presente e no futuro? Esse foge às nossas conjecturas. Restam, portanto, os fragmentos, os resquícios dessa memória ancestral. Concordo, portanto, com Agostinho Neto (2004, p. 49) quando, através dos seus versos poéticos, instiga o leitor ao dizer que a *História está a ser contada de novo*.¹⁰ E, em outra poesia, o “eu” lírico se coloca de modo fragmentado, um “eu” dividido. Esse “eu” pode estar “disperso” na diáspora, posto que:

*O oceano separou-me de mim
enquanto me fui esquecendo nos séculos
e ei-me presente
reunindo em mim o espaço
condensando o tempo*

*Na minha história
Existe o paradoxo do homem disperso [...]*
(NETO, 2004, p. 49).

Enfim, a separação entre africanos situados no continente de origem e os descendentes dispersos na diáspora se insurge no verso poético de Agostinho Neto, o que dá coerência à relação entre texto literário e contexto social. Tal separação deixa uma incógnita paradoxal para esse homem em sua constituição identitária, sobretudo diante da necessidade de se reconhecer e se reconstituir.

As identidades, contudo, não se circunscreveriam ao retorno às origens em estado puro, cristalizado, mas, sim, de um processo conflitivo: eu/outro, conforme problematizado por Homi Bhabha (2005). Há, assim, nesse questionar-se, e diante da face distorcida pelo racismo

¹⁰ Ambas as poesias são enxertos extraídos do livro *Sagrada esperança*, de Agostinho Neto (2004, p. 49), versos da poesia *Consciencialização*.



colonial e, por conseguinte, Ocidental, como o fez Frantz Fanon (2008), um delicado processo de desintoxicação dos *efeitos de discursos* veiculados pelos grupos hegemônicos. Esse “africano”, e/ou negro diaspórico, reconstitui-se identitariamente no processo conflitivo, tendo que lidar com as máscaras brancas que lhes são (im)postas socialmente. As identidades são, como reconhece Bhabha (2005), complexas, mutáveis, “ambivalentes” e jamais fixas, em estado puro. Nessa direção de pensamento, Stuart Hall (2003, p. 44) afirma que “[...] as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera.”

Em se tratando da literatura infantil e juvenil angolana, essa questão identitária (individual) não é colocada em cheque. No entanto, através dos valores sociais, a relação com os mais velhos – de respeito, obediência, consulta e orientação – pode ser um meio metafórico de valorizar a tradição representada através destes. Deles depende a *vontade de verdade* dos demais. Talvez por aí seja possível, também, repensar a dualidade eu/africano/negro e o outro/o branco/Ocidental ausente em tais produções. Logo, destituídos do poder cultural, político e ideológico da nova nação. Para além dessas conjecturas, importa, agora, lançar um olhar sobre algumas dessas obras procurando identificar se contribuem para a valorização e a resignificação da história e da cultura afro-brasileira e africana. Cabe identificar, a partir de agora, como isso se configura nas respectivas produções (angolanas e moçambicanas).

Literaturas infantis e juvenis angolanas no pós- independência

Meu discurso sobre a ficção angolana [...] nada quererá explicar, ele se propõe apenas a compreender [...] É deste lugar, Brasil, e deste tempo [...] que procuro ver a ficção angolana, o seu trajeto para a independência, a reafirmação de sua diferença [...]. (PADILHA, 2007, p. 31).



As palavras de Laura Padilha são de extrema relevância para as reflexões que se seguirão, por dois motivos. Primeiramente, para evidenciar que não há, aqui, a pretensão de explicar ou analisar as obras a serem enfocadas, mas, sim, o desejo de compartilhar tais leituras, de evidenciar as impressões suscitadas após a imersão em diversos espaços sociais, os conflitos dos seres ficcionais devido à guerra, à ganância do homem, aos aprendizados dos mais novos diante da sabedoria dos mais velhos, à percepção das crianças nas relações afetivas familiares.

Situam-se, nas obras angolanas, variados espaços sociais, a exemplo das aldeias, da zona urbana, em Luanda, e/ou *Loanda*, conforme alusão à capital angolana. As ilustrações, diferentemente das produções brasileiras, grosso modo, apresentam personagens cuja cor da tez é negra, cabelos crespos trançados, *black*, com tiaras e outras ornamentações para realçar a beleza negra. Há também muitos animais personificados, nas fábulas e nas narrativas tradicionais. Da Angola independente afloram, portanto, diversas cenas, problemas e dilemas sociais a perpassar pelas narrativas e, ainda, pelas poesias.

E, em segundo lugar, o outro motivo que me levou a reconhecer a relevância das palavras de Laura Padilha (2007, p. 31) foi o fato de ela, uma importante referência no campo das literaturas africanas, colocar-se na condição de “candidata a intérprete” de tal produção. Pouso, portanto, nas suas palavras para evidenciar que é nesse “lugar do discurso” que também me coloco.

Embora reconhecendo pontos de contatos entre algumas ideias tecidas por Laura Padilha e as minhas, considero importante explicitar melhor esse “lugar” do discurso pautado. Hoje sei, alguns antepassados que não conheci e jamais conhecerei foram sequestrados em África séculos atrás e, da sua resistência ao tumbeiro, às desumanizantes travessias e às dolorosas vivências na diáspora com todas as suas esporas emocionais, existenciais e outras mais, aqui renasci.



Só muito depois, mediante a desintoxicação racista pela qual também passou Frantz Fanon (2008) nas Antilhas, se insurgiu o desejo de conhecer a África, visto que um dos *dispositivos de poder*, o saber veiculado sobre a África nas escolas, na mídia, e nos diversos espaços de conhecimento, levou-me à introdução de um olhar arraigado de preconceitos sobre o continente e, por consequência, sobre a minha ascendência. Nesse complexo processo de desintoxicação mental face ao ponto de vista Ocidental, outras Áfricas foram se insurgindo em meu imaginário, indo de encontro àquela, fixada nos livros e na grande mídia.

A literatura emerge como outro “dispositivo” de saber e poder, como reconhece Agamben (2009, p. 40); no “corpo a corpo” para não sucumbir à sujeição por completo, pois, enquanto seres sociais, necessitamos dos diversos aparatos simbólicos, assim como das ideias engendradas no âmbito da linguagem – um dos dispositivos de poder mais antigos, segundo o filósofo.

As ideias constantes de tais livros, as ilustrações e o adulto que os compra, os seleciona e os utiliza em sala de aula constituem alguns dispositivos de saber/poder. E, como evidencia Agamben (2009, p. 44) na “[...] raiz de todo dispositivo está [...] um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo [...] constituem a potência específica do dispositivo.”

Enredar tramas, atar os pontos de encontro entre África e diáspora, cujas raízes foram cortadas abruptamente no passado, mas também no presente através dos estereótipos negativos, é um desafio constante. Ao percorrer as diversas fontes de informação estarei, de certa forma, adentrando em arquivos, sejam esses constituídos sob a lógica Ocidental ou não. *Arquivo*, assim, resultará dessa rede de ideias em expansão, a contribuir, talvez, para o leitor viajar no mundo da imaginação, (re) encontrar-se e/ou identificar-se, posto que as identidades não são fixas mas, mutáveis, como evidencia Stuart Hall (2003) e, ainda, Homi Bhabha (2005), ao problematizá-las.



Vale lembrar que, sobre o vasto continente, incidiram-se os sequestros não só das pessoas como, também, do vasto patrimônio cultural disperso na diáspora. Ou seja, restam os fragmentos, as ruínas, as lembranças para entrelaçar os fios imaginários de uma África fragmentada, violentada, mortificada, mas insurgente, redescoberta continuamente, a despeito dos poderosos *dispositivos* de poder e saber, a coexistir nessa luta antiga. Uma potência que, por isso mesmo, fora “sepultada” na diáspora. Essa analogia leva-me a notar a possibilidade de aproximar essa ideia ao que Foucault (1999, p. 19) reflete em sua proposta genealógica de “acoplar” os saberes “sepultados”, “da erudição” aos “[...] saberes desqualificados pelas hierarquias dos conhecimentos das ciências”, ou seja, os “saberes assujeitados”, das margens; acoplá-los aos saberes dos grupos hegemônicos, sem desconsiderar os “[...] diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade em campos de extensões [...] variados” (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Assim como Laura Padilha (2007, p. 31), reconheço as distâncias diversas, não só geográficas como, também, históricas e culturais, que me afastam dos países africanos, apesar da identificação com os mesmos. Penso que há muitas Áfricas a se conhecer ainda e, na condição de “intérprete”, tento trazer à cena algumas dessas Áfricas insurgentes. Há, contudo, que não esquecer as ciladas racistas recorrentes em certas informações. Portanto, tanto quanto a referida estudiosa, espero conseguir deixar “tais textos livres para que possam, por sua própria fala, reafirmar seu entrelugar, que fica em um ponto de confluência signífica em que se dá o encontro da magia da voz com a artesanania da letra” (PADILHA, 2007 p. 31).

A tradição oral impressa em Língua Portuguesa e a letra codificada através da linguagem escrita são os pontos de equilíbrio, o desejo que a estudiosa procura deixar pulsar sem as asfixiar teórica ou criticamente. É nessa direção, de propósito, que também me coloco ante as travessias face às produções aqui abordadas.



Produções literárias angolanas destinadas às crianças e aos jovens: contextualização histórica

A trajetória da literatura infantil/juvenil é enfocada por Tania Macedo, e a ela recorro para situar aquele contexto de inserção de tais produções em um país independente, mas, ainda, enfrentando a luta armada em diversas províncias. É o que evidencia Tania Macedo (2007, p. 153):

Quando nos referimos à literatura feita para crianças e jovens em Angola não podemos prescindir de pensar o fato colonial, na medida que se pode dizer que até 11 de novembro de 1975, data da independência do país, o público leitor daquela literatura era construído majoritariamente por crianças brancas, filhos de colonos [...].

Portanto, prossegue a pesquisadora: “As obra do período, escritas sob um ponto de vista português, deixavam de lado o imaginário dos povos de Angola, para em seu lugar apresentar as fadas e outras personagens das histórias europeias” (MACEDO, 2007, p. 156), pois prevalecia, naquele período, a coerção, a *vontade de verdade* do colonizador, na luta de forças com os angolanos, na tentativa de dominar e comandar o país.

Esse imaginário é representado também nos produtos culturais, sobressaindo a literatura, que tem o poder de impor o seu discurso e o difundir. Moçambique e Angola, ao vencer e expulsar o colonizador branco, assumem o *lugar de discurso* e projetam sua imagem em diversos espaços sociais, estilizando as masmorras, as amarras e as marcas brancas que os amordaçaram por tanto tempo. Outra ordem do discurso se instaura, assim, no jogo de força, fazendo-se visível no imaginário social. Aqui, talvez, estabelecem-se analogias com as ideias de Foucault no tocante à *insurreição de saberes assujeitados* das margens. E, a despeito da língua imposta, também dela se apropriam os que estão às margens para se fazer



comunicar, não sem as tensões, também, nesse aspecto, linguístico. Mas essa é outra história que não cabe, aqui, contar.

Gabriela Antunes, também citada por Macêdo (2007, p. 154), explica que, após a independência, “[...] não havia nenhum livro para elas [as crianças], que lhes falasse das suas coisas, das suas terras, belezas e gentes” (ANTUNES, 2015). É possível notar, através dessa justificativa, a necessidade de uma produção que privilegiasse a nova nação, a despeito das lutas armadas, da guerra fratricida, conforme assinalado em seu texto:

Poucos meses após a proclamação da União dos Escritores angolanos, a 10 de dezembro de 1975, começaram a aparecer obras que haviam sido escritas nas prisões portuguesas, nas zonas libertadas, no exílio e outras que permaneciam escondidas em alguns pontos de uma Angola ocupada e sacrificada.

Foi uma correria linda – pois só houve vencedores – corrida entre o abrir das gavetas tirar... rever... corrigir... e mandar para as tipografias. Depois o encher de prateleiras nas livrarias e de estantes em casas e bibliotecas. (ANTUNES apud MACÊDO, 2007, p. 154).

Gostaria de destacar, aqui, a euforia que se incide sobre a sociedade na época e a *insurreição de saberes assujeitados* anteriormente que, a partir de então, assumem outro *lugar de discurso*, posto que poder-se-ia falar de si sem as mordanças do colonizador. Assim, se insurgiam sentimentos, aspectos culturais de uma Angola a aflorar e instaurar outros dizeres, saberes, mesmo fazendo uso, também, da língua do colonizador, a qual, assim como outros aspectos culturais deste, deveria ser incorporada à jovem nação. Foi o ponto de vista polemizado, mas, um consenso para Amílcar Cabral (1974) e Eduardo Mondlane (1975), por exemplo.

Quanto aos primeiros livros destinados às crianças e aos jovens, há um consenso por parte dos/as estudiosos/as e/ou escritores/as:



As aventuras de Ngunda (escrito e publicado em cópias mimeografadas no ano de 1973),¹¹ de Pepetela, nasceu como uma espécie de texto paradidático, porque era dirigido a jovens e adultos recém-alfabetizados em Português nas bases do MPLA. (MACEDO, 2007, p. 154).

Maria Celestina Fernandes salienta que tal livro só “chegou às mãos do público fora das matas, editado em 1975, pela União de Escritores Angolanos.”¹² Fernandes (2008) atribui, no entanto, a Manuel Rui a “honra de ser o primeiro escritor a produzir obra para crianças em Angola, logo após a independência”, em 1977, intitulada: *A caixa*.

O terceiro livro, *E nas florestas os bichos falavam*, é da autoria de Maria Eugénia Neto, também publicado em 1977, no pós-Independência (MACÊDO, 2007, p. 155). Os três livros trazem à cena os conflitos da guerra e suas limitações. As consequências, as relações de força e a resistência acenam como esperança de dias melhores. Neste último, o narrador, o leão, num conciliábulo –, pois se trata de uma fábula –, após discorrer sobre as ganâncias do homem em sua ânsia desenfreada pelo poder, depois de escutar e debater, junto com os demais animais, ao invés de recuar, decide permanecer na terra de origem e lutar, expulsar o invasor, fazendo o som da sua voz ecoar sob o “vento”: “- FICAREMOS... FI ... CA ... RE... MOS... – Repetia o eco. – Ficaremos e seremos livres!” (NETO, E., 2008, p. 48, 46), antes, garantiu: o “dia da liberdade para Angola virá.” Não só esse livro, como outros: *Cânticos românticos (à paz)*, de John Bella (2003), pseudônimo de Jorge Marques Bela, um livro de poesia, traz à cena poética a temática da guerra e outros assuntos; também da autoria desse escritor, *As lágrimas do Rei-Sol*, publicado em 2000, abrange tal tema.

11 Há controvérsia quanto a essa data que, segundo consta do texto de Maria Celestina Fernandes, a data seria um ano antes, 1972, a edição de *As aventuras de Ngunda*.

12 Ver FERNANDES, 2008.



Enlaces discursivos, temáticas e autores/as angolanos/as¹³

É possível, no entanto, em um olhar primeiro e, talvez pioneiro, apresentar alguns traços observados a partir da leitura de cada livro, nesse entrelace discursivo. O que destacaria, a partir de então:

- **A finalidade educativa**, cujo ponto de vista é centrado mais no viés *adultocêntrico* (ROSEMBERG, 1985; ZILBERMAN; MAGALHÃES, 1982). Esse é um traço recorrente, sendo que alguns livros enfatizam, logo de início, seja na apresentação, seja na narrativa, o propósito de educar os leitores e passar bons modos. É o caso do livro *A trepadeira que queria voar*, de Eugênia Neto (2006); também, os livros de Celestina Fernandes, todos; os de Kanguimbo Ananaz, todos, além dos de John Bella, entre outros.

- **Princesas africanas astutas, destemidas e determinadas**. Embora apresentando crianças/protagonistas, o livro *Niamana*, de Mico-Douce (pseudônimo da francesa Marie-Claude Gérouit-Bugler, que mora em Angola, conforme registrado no aludido livro) não fica isento aos moldes das crianças exemplares. Mesmo assim, não enfatiza as finalidades educativas e maniqueístas tanto como os acima aludidos. Incluem-se, também, *Weza, a princesa*, de Ngonguita Diogo (pseudônimo de Conceição Alfredo Diogo, angolana) e o livro publicado pela escritora Isabel Ferreira, lançado no Brasil em diversos estados, intitulado: *O coelho conselheiro, matreiro e outros contos que eu te conto*. Interessante pontuar que os livros destas últimas escritoras (Mico-Douce, Ngonguita Diogo e Isabel Ferreira) e/ou fazem menção às princesas negras, astutas, determinadas e destemidas.

A princesa africana se faz presente também, além do príncipe, no livro de Eugênia Neto: ... *E na floresta os bichos falavam*. Vale salientar que o viés educativo é recorrente em tais textos. Para focar mais o ponto de vista dos leitores, seria necessário trazer à tona, através dos seres ficcionais, as suas questões existenciais, os dilemas, desafios e desejos. É importante pon-

13 Suas obras foram objeto de estudo na presente pesquisa.



tuar, a despeito disso, que a maneira como se delineiam os personagens, a linguagem utilizada para esse fim evidencia a concepção dos destinatários, o que se pretende inculcar, em termos de valores, aos mesmos.

- **Patriarcalismo, nacionalismo**, desigualdade entre homens e mulheres; sendo os primeiros, os detentores do poder e estas últimas, as zeladoras do lar, devendo acatar e obedecer aos maridos, sem os questionar, inclusive, como pode ser visto no livro *Weza, a princesa*.

- **Valores tradicionais africanos** (relação com a natureza, a fauna, a flora, o papel dos mais velhos, o convívio comunitário, os conciliábulos, as danças, a ancestralidade etc), a solidariedade, as paisagens exuberantes, as ameaças humanas, o nacionalismo, a valorização do imbondeiro (árvore tradicional africana), a amizade, a escola, a necessidade de instrução, esses são temas recorrentes. Também, certos problemas sociais contemporâneos, a exemplo da SIDA (AIDS), da destruição da natureza pelo homem, as vivências na zona rural idealizada e nas zonas urbanas, problematizadas – enfim, um mosaico de temas perpassa por tais textos e requer análises teóricas afins.

- **Metáforas e linguagem rebuscadas em alguns trechos, informações históricas** (Egito, por exemplo, e as questões sócio-políticas se fazem presentes no livro *A trepadeira que queria ver o céu azul*, de Maria Eugênia Neto).

- **Idealização da infância, austeridade adulta, princípios rígidos de valores tradicionais**, algo recorrente na maioria dos livros.

- **Beleza negra associada aos cabelos crespos com miçangas**: alguns exemplos em *Weza, a princesa*; *Niama*; *O coelho conselheiro, matreiro e outros contos que eu te conto*; *E nas florestas os bichos falavam*.

- **Dois livros foram editados em outras línguas**: *As duas amigas* (inglês), *O macaco que queria ser gente* (reconto, nas traduções, no mesmo exemplar, em francês, alemão, luxemburguês, inglês, italiano, espanhol e em polaco).



- **Ilustrações.** Algumas são belíssimas, ricas em detalhes, nas cores, na diagramação e sem indícios de estereotipia. Outras são muito incipientes, sem tal labor artístico. Os aspectos até então mencionados podem ser vistos como hipótese, como impressão de uma leitura a ser aprofundada, contestada se for o caso, mas, agora, compartilhada para possíveis diálogos, por saber que o banco de dados por ora construído, uma espécie de arquivo, segue a linha de raciocínio de Derrida, cujas ideias perpassaram por todo o texto, lançando luzes para nortear certas reflexões. Ou seja, o arquivo constituído não se encerra em verdades previamente estabelecidas, não pressupõe a *vontade de verdade*, mas, tão somente, a consignação nesse suporte físico, a tela antes em branco, agora inundada por letrinhas pretas, nesse enlace ancestral antigo, irmanando-se ante um inimigo em potencial: o racismo e suas ciladas dissimuladas.

Ao relacionar as produções (constantes) da relação (anexa) exposta, portanto, a outras travessias, por via do imaginário, por ser possível adentrar os espaços sociais delineados, vivenciar os conflitos dos seres ficcionais não mais centrados no ponto de vista ocidental, ao menos em termos de fenótipos e temáticas – já que a linguagem requer, reitero, análise aprofundada – já seria um bom começo para as crianças negras se verem e as crianças brancas, se projetarem – ou não –, nesse outro modo de ver/saber e se expressar. Eis, abaixo, a relação dos/as autores/as, cujas obras foram estudadas na presente pesquisa. Vale informar que há muitos outros não elencados aqui, cujos nomes, algumas sínteses, e temáticas, são abordados por Maria Celestina Fernandes.¹⁴

14 Texto disponível no *website* da “União de Escritores Angolanos”. Também, ver os textos de Cremilda Lima (disponível em: <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/84-breve-reflex%C3%A3o-sobre-a-literatura-infantil-angolana>>; acesso em: 3 maio 2015) e o de Maria Gabriela Antunes da Silva Antunes (disponível em: <<http://www.mundolusiada.com.br/cplp/autora-angolana-vem-ao-brasil-para-divulgar-obra-infantil/>>; acesso em: 3 maio 2015). Há, ainda, uma entrevista do autor Zetho Cunha Gonçalves no livro organizado por Emilia Machado e outras colaboradoras (2012, p. 64-83), a respeito de tal literatura e os autores.



Os/as autores/as das obras, cujas temáticas foram enfocadas até então, são: 1) António Pompílio; 2) Arnaldo Santos; 3) Cássia do Carmo; 4) Cremilda Lima; 5) Gersy Pegada; 6) Isabel Ferreira; 7) John Bella (Jorge Marques Bela); 8) Kanguimbo Ananaz; 9) Margarida Cachada; 10) Maria Celestina Fernandes; 11) Maria Eugênia Neto; 12) Maria João; 13) Mico-Douce (Marie-Claude Gérouit-Bugler); 14) Moniz Mário Monteiro Marques; e 15) Ngonguita Diogo.

A maioria dos/as escritores/as acima citados/as¹⁵ permanecem desconhecidos/as no Brasil e no próprio país de origem. Arriscaríamos conjecturar que isso acontece, diferentemente dos demais escritores que se voltam para as produções destinadas ao adulto, por conta de certa marginalização em relação às produções infantis e juvenis e, também, por não haver um investimento por parte dos setores responsáveis para a área em questão.

O contexto social e histórico onde foram e são produzidas essas obras é praticamente o mesmo: o colonialismo até 1975 e, a seguir, a guerra fratricida, galgando-se a paz só muito recentemente, em 2002. Ou seja, contam-se apenas 13 anos de restituição da paz no país.

Embora reconhecendo a marginalização da literatura africana no Brasil, conforme evidenciado anteriormente, não podemos desconsiderar que também nas margens há um cânone a hierarquizar e atribuir mais valor a determinados textos em detrimento de outros. Com as produções destinadas ao adulto e às crianças e/ou jovens, isso também acontece pois, apesar de se editar um número significativo de livros destinadas a estes últimos, em termos de visibilidade nas academias, dentro e fora dos respectivos países de origem, são as obras voltadas para os leitores adultos que mais se destacam projetando-se, também, no mercado internacional através das reedições.

15 É importante frisar que existem outros; aqui mencionamos apenas aqueles/as cujas obras tivemos acesso para o presente estudo.



Abrem-se, assim, outras veredas a se percorrer, sendo esse um campo a ser pesquisado, com vistas a se identificar os porquês de tal discrepância, levando em conta o mercado editorial, a difusão nas escolas, o acesso dos leitores a esses textos que lhes são destinados, os investimentos (ou não) dos setores competentes para a difusão do objeto livro, a questão da alfabetização (nas línguas nacionais e as produções bilíngues, como acontece, também, em Moçambique);¹⁶ o preço, o sujeito leitor, e “consumidor”, enfim, novas trilhas a se adentrar e/ou a problematizar.

Considerações (in)conclusivas

Ao atar os pontos desse (re)encontro, retomo o início do diálogo e, diria, um sinal, Foucault: palavras pulsam, nessa arena poética em suas nuances discursivas. Nesse pulsar, vozes ancestrais se insurgem e se fazem audíveis, cochichando sopros antigos, ao reaproximar Áfricas e diásporas. Outras águas e percepções infringindo, talvez o discurso, a ordem.

A literatura é uma porta aberta às dimensões espaciais, existenciais, socioculturais, entre outras mais. Aqui não seria possível apreender tais dimensões. Até por que, não foi esse o propósito de mergulhar nas águas de lá (Áfricas), nem nas de cá, (a diáspora), em seus tantos enlaces ancestrais com a terra mãe e, como já se sabe, o berço da humanidade.

Histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e, entre estas, de raízes negras, a se fazer visibilizar na arena do saber, no dizer de si, das minhas faces dispersas nas diásporas, do/a leitor/a que se deixa envolver, identificando-se com as histórias que lhes são narradas, narrando-se, enredando outras ficções, através da cor da tez dos seres nelas delineados: as crianças, os mais velhos, fonte de sabedoria, detentores das decisões, das mulheres a se acomodar e/ou se rebelar diante do domínio do homem etc.

16 Veja-se, por exemplo, a tese de doutoramento de Oliveira (2010), sobre tal literatura.



Enfim, percorrer esses universos imersos em significação, a literatura e, também, outras histórias não fictícias aqui enredadas por algumas lideranças africanas, implica disponibilidade para aprender, sobretudo, a desintoxicar o olhar em face das materializações discursivas e suas acepções nocivas no tocante às diferenças. Essa é uma luta antiga não vencida, obviamente. No entanto, como pontuou Amílcar Cabral (1974, p. 19): “[...], em todas as lutas, não há só vitórias. Se houver só vitórias não é luta nenhuma. Há vitórias e derrotas, dificuldades e desespero às vezes, mas vamos sempre para a frente [...]”. Nesse disperso campo do conhecimento, temos, portanto, muito a aprender.

Se de um lado, os grupos hegemônicos, fazendo uso do *biopoder*, conseguiram silenciar algumas vozes da resistência, conforme evidenciei anteriormente, por outro, nem assim foi possível deixar de potencializar a força das suas palavras a pulsar e, assim, ecoar, nesse encontro ancestral, entrelaçando aqueles fios umbilicais entre Áfricas e diáspora. “É por esta razão que é essencial ter certa compreensão da nossa própria cultura e do nosso passado”, como ressaltou Mondlane (1975, p. 218). Outra patriota sua, a reconhecida escritora Paulina Chiziane, por sua vez, ao responder a uma pergunta sobre o porquê das suas viagens ao Brasil, responde ao jornalista que suas viagens a esse país têm o propósito de “resgatar uma parte” sua “que foi roubada pela história.”¹⁷

Esse “passado” e essa “história” são vislumbrados através da literatura, possibilitando que o leitor possa percorrer espaços socioculturais “distantes de nós no espaço e no tempo ou que diferem de nós por suas condições de vida” (COMPANGNON, 2009, p. 47), abrindo outras trilhas para a sensibilização e a coexistência das diferenças, ao se colocarem em cheque simplistas visões erigidas sobre “o outro” e este, entenda-se, o “não Ocidental.”

17 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yYIwTj7afJA>>.



Retomo, portanto, a epígrafe que abre esse diálogo para reiterar que a “[...] literatura [precisa] ser lida e estudada porque oferece um meio [...]” de preservar e transmitir a experiência dos outros, prescindido das querelas antigas de enfatizar, de se fixar e perpetuar uma única história sobre tais alteridades enredadas na trama literária e nos demais arquivos que constituem as nossas fragmentadas memórias.

Ao estudar as literaturas infantis e juvenis africanas e, em específico, as angolanas e as moçambicanas, além daquelas intituladas como afro-brasileiras, reconheço percorrer um complexo campo do conhecimento por diversos motivos. Primeiro, assim como o Ocidente construiu o Oriente¹⁸ através de redes discursivas, sendo estas engendradas no âmbito das *sociedades de discursos*, com o propósito de as instituir, legitimar e, por conseguinte, veicular essas sociedades, conforme evidencia Edward Said (1990), em relação à África,¹⁹ não foi diferente. O Ocidente, ao longo do tempo, vem gerindo e veiculando uma rede de ideias preconceituosas e estereotipadas²⁰ sobre a civilização africana e seu patrimônio sociocultural.

18 Segundo Said (1990, p. 13), tal construção corresponde à “[...] representação europeia do Oriente e da sua ruína contemporânea”. O Oriente corresponderia, assim, ao “Outro”, ao lugar exótico, constituído por “memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis”, complementa Said, ao referir-se à visita de um jornalista francês a Beirute, mediante seus registros sobre a devastação encontrada durante o período da guerra civil (1975-1976). Partindo desse exemplo, Said vai tecendo suas ideias e, assim, definindo algumas acepções de orientalismo produzidas e reproduzidas pelos grupos hegemônicos europeus.

19 Sobre essa temática, considero de extrema relevância o livro intitulado *A África que incomoda*, do pesquisador cubano Carlos Moore (2010). O aludido pesquisador apresenta elementos históricos que evidenciam como o Ocidente tem construído um olhar estereotipado sobre o continente africano e, mais, como os dirigentes brasileiros (relembro) têm se aliado, ao longo do tempo, às potências mundiais para continuar explorando as riquezas africanas. Traz à cena lideranças da resistência que, embora obtendo certas conquistas que culminaram com a independência de diversos países africanos, acabaram, por fim, pagando um preço muito caro: a própria vida. E, em contrapartida, outros dirigentes aliados aos grupos hegemônicos assumiram o poder, como fantoches, para atender aos seus interesses e não às causas defendidas pelas lideranças assassinadas. Logo, afirma, com contundência: “A África foi, efetivamente, decapitada (MOORE, 2010, p. 86).

20 Aqui, entendido como ideias fixas (BHABHA, 2005).



Em relação à África, no caso, um olhar distinto sobre as próprias raízes e os pontos de vista de diversos livros oficiais podem ser identificado sob a ótica de Eduardo Mondlane (1975, p. 16, 18,). Seu texto é mais contundente quando da alusão aos portugueses, os quais, na era colonial, “[...] dificultavam qualquer tentativa de pesquisa séria nos territórios africanos controlados por eles”, tanto nas áreas das Ciências Sociais, quanto “[...] no campo aparentemente neutro das ciências naturais.” É ainda Mondlane (1975, p. 18) quem conclui, pois, que “os Portugueses conseguiram manter uma cortina de silêncio sobre os acontecimentos”, referindo-se à manipulação, à tentativa de desqualificação das ações, das conquistas e das ofensivas dos moçambicanos quando da luta armada. Logo, discurso/saber e poder, como reconhece Foucault (2006), são redes imbrincadas, equivalem à “cortina”, se associados às palavras de Mondlane. Nesse aspecto, é importante endossar as palavras de Said, quando ele aborda as distintas formas de “orientalismos” erigidos pelo Ocidente em relação ao Oriente.

Se o Ocidente vem produzindo discursos sobre o Oriente (orientalismo) maculando, marcando e inferiorizando o patrimônio cultural constituindo, assim, redes de informações veiculadas em suportes diversos, o Oriente também pode se reconstruir através de outros suportes (arquivos) para colocar em cheque o que foi instituído oficialmente em termos de conhecimento. “O orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoadada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material.” (SAID, 1990, p. 19). Esse investimento, prossegue Said (1990, p. 18), corresponde a um empreendimento contínuo, uma espécie de “tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental.”

Em segundo lugar, tais ideias povoam o imaginário social e cada um de nós, aceitemos ou não, fomos (de)formados sob o viés ocidental. Refiro-me, aqui, às generalizações históricas, ao mito da passividade ne-



gra, da comiseração, da emoção negra e razão branca, das guerras intertribais, da 'feição', da pobreza cultural.

Em terceiro lugar, devido à *vontade de verdade* engendrada no campo do conhecimento, torna-se fecundo saber selecionar as fontes às quais se recorre. Mais ainda, por conta de uma demanda mercadológica, visto que, se de um lado é possível celebrar uma conquista histórica (a alteração da LDB 9.394 pela Lei Federal 10.639/03), por outro lado, não se pode esquecer interesses de ordem financeiros mirando-se o lucro e não o investimento em conteúdos atinentes aos propósitos defendidos na atual legislação. Isto é, primar pela valorização e ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira. Vale pontuar que, ao contrário do que se pode pensar, como evidenciado por Elisa Larkin Nascimento (2008), não se almeja inverter os centros saindo-se dos ditames eurocêntricos para os afrocêntricos. Menos ainda, idealizar o berço da humanidade, a África e seus descendentes. Almeja-se trazer à cena conhecimentos silenciados, deturpados, marginalizados ao longo do tempo, considerando um dos poderes da literatura: atuar no imaginário do leitor.

A literatura, sob a ótica aqui concebida, cumpre um papel emocional e social; afinal, sua forma artística não fica alheia às injunções do tempo sendo que, por meio da palavra (oral ou escrita), é possível envolver o leitor, atuando em seu modo de ver, sentir, pensar e compreender o universo circundante. Daí o fato de, embora se tratando de textos ficcionais – e as novelas são bons exemplos disso –, as pessoas chegarem a discutir, polemizar, questionar, defender, torcer contra ou a favor do sucesso ou insucesso de certos personagens. Ou seja, a arte, inclusive a literária, a despeito das controvérsias antigas acerca de uma pretensa neutralidade, não deixa de educar, além de reforçar certas visões sobre o mundo circundante e outros desconhecidos, embora visíveis pelo poder imaginário.

Da preocupação com a constituição de bancos de dados no campo da literatura e, em específico, das produções destinadas às crianças e aos



jovens, é que resulta a travessia desafiante sobre as obras em questão. É importante assinalar, em princípio, a grande lacuna na área, o que exige muito cuidado no trato das re/leituras e interpretações das fontes primárias. Em outras palavras, urge a necessidade de se investir em mais estudos na área e, quiçá, assim, por meio da arte literária destinada às crianças e aos adolescentes – e não somente aos adultos –, seja possível viabilizar outras aproximações entre a África e a diáspora, conforme destacado em uma conferência proferida pelo estudioso moçambicano Lourenço do Rosário (2009),²¹ ao pontuar que a “[...] sobrevivência dos valores culturais negro-africanos no continente americano” e, dentre este, o Brasil, no caso, “[...] simboliza a manutenção da referência histórica de que um dia o retorno à África se fará, nem que seja pela via cultural.”

As produções sobre as quais me debrucei se encontram disponíveis nos respectivos países de origem. Aqui, no entanto, estão sendo *scaneados* para constituir o banco de dados, com vistas às leituras virtuais. Serão, portanto, reproduzidas e/ou divulgadas, caso obtenham-se as autorizações dos respectivos autores e, em caso negativo, podem ser disponibilizadas as análises e/ou os respectivos resumos. A relação das obras e os dados dos escritores via produção acadêmica favorecerão, desde então, esse entrelace ancestral entre África e diáspora. Viabilizar-se-á, assim, o “retorno” à terra mãe, não mais o retorno a uma origem utópica, imaginária mas a outras possibilidades de reconstruir a África através dos fragmentos, dos resíduos, de novos caminhos, a fazer tal travessia.

Eurocentrismo, racismo e adultocentrismo constituem tais obras? São obras que favorecem à ressignificação das histórias e das culturas afro-brasileiras e africanas? As duas questões requerem uma análise mais amiúde das obras aludidas, obviamente. No entanto, poderia inferir que o eurocentrismo não prevalece, pois, é perceptível observar em boa parte

21 Conferência disponibilizada na internet. Contudo, sem data e local onde foi proferida (veja-se ao final, nas referências).



das narrativas – além de outros aspectos anteriormente relacionados – a relação com os mais velhos, os quais exercem a função de ancião, de liderança e são, portanto, respeitados, correspondendo a uma autoridade, às instâncias de poder (decidir, aconselhar, orientar e educar).

O racismo não é um tema que perpassa pelas obras angolanas, de modo geral. Agora, as relações de submissão das crianças e/ou jovens é uma constante nas obras africanas em questão. Também, as relações de poder, a ambição do homem – no caso de alguns livros angolanos.

Quanto ao adultocentrismo, esse sim, é recorrente nas obras angolanas, salvo poucas exceções. Observa-se o propósito educativo, pedagógico, cujo discurso volta-se a um destinatário em fase de formação, de aprendizagem e de apreensão dos valores tradicionais, morais etc.

Os personagens são negros, todos, excetuando-se um ou outro cuja ilustração o aproxima do segmento étnico-racial branco. Para as crianças negras brasileiras, assim como as brancas, é relevante ter acesso a tais livros pois, através dos mesmos, podem-se identificar os seres ficcionais em diversos papéis sociais, em relações familiares afetivas, na escola e não só associados à marginalização, conforme prevaleceu em nossas produções.

A África em tais obras em nada se aproxima daquela visão Ocidental, o reduto da fome, da miséria, das doenças, das guerras, embora esta última apareça como tema. No entanto, correspondendo mais às questões levantadas por Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, no que tange à resistência, à ganância humana, sendo a saída para o problema, a união, a afirmação identitária, a coragem, a determinação e o desejo de não se deixar subjugar e conquistar a liberdade. Esse olhar sobre a África foi, sim, “decapitado” na diáspora. Vale lembrar, portanto, um velho ditado popular africano que sintetiza o que gostaria de realçar no momento: “Enquanto o leão não aprender a escrever, as histórias de caçada irão sempre glorificar o caçador.”



Esse leão, no entanto, vem tecendo suas memórias, entrelaçando-as a outras histórias, mas, como discurso/poder/saber são teias imbricadas, prevalece uma vontade de verdade Ocidental a re/criar orientalismos e, também, africanismos, por meio dos dispositivos de poder. Só que o leão, nas margens, não deixou de “se” dizer – cabendo aos arquivistas, na condição de intérpretes, escutar essas memórias e as traduzir, fazendo-as circular nessa instância de poder/saber/dizer e, enfim, (des)arquivar.

Referências

ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. In: CONFERÊNCIA ANUAL TED GLOBAL, Oxford, 2009. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/4902-chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AMANCIO, I. et al. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANTUNES, M. G. A. C. da S. [Entrevista]. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/bio-quem/item/26-maria-gabriela-antunes-cardoso-da-silva-antunes>>. Acesso em: 4 maio 2015.

BENTO, M. A. da S.; CARONE, I. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Acesso em: 4 maio 2015.

BETTELHEIM, B. **Freud e a alma humana**. São Paulo: Cultrix, 1982.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

BIRMAN, J. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 10, n. 1, jan./jun. 2008.



BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: SECAD; MEC, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 3 jan. 2010.

CABRAL, A. **Análise de alguns tipos de resistência**. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CEVA, A. L. de A. **Intelectuais negras**: escrituras de mulheres negras brasileiras e angolanas como instrumento de resistência sociocultural. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI. O leitor e o texto afro-brasileiro. In: FIGUEREIREDO, M. do C. L.; FONSECA, M. N. S. (Org.). **Poéticas afro-brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza; PUC Minas, 2002.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo. In: DUARTE, E. de A. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.

DERRIDA J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, E. de A. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.



EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, M. C. **Surgimento e desenvolvimento da literatura infantil angolana pós-Independência**. In: ENCONTRO DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL, 5., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/301-surgimento-e-desenvolvimento-da-literatura-infantil-angolana-p%C3%B3s-independ%C3%Aancia>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

FISCHER, S. R. **História da leitura**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Global, 1979.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACÊDO, T. **Literaturas de língua portuguesa**: marcos e marcas. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.



MACHADO, E. et al. **Da África e sobre a África**: textos de lá e de cá. São Paulo: Cortez, 2012.

MARAIRE, J. N. **Zenzele**: uma carta para minha filha. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Mandarin, 1996.

MARQUES, R. Memória literária arquivada. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, n. 18, p. 105-120, jul./dez. 2008.

MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngugunhane Institute, 2009.

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique**. Tradução de Maria das Graças Forjaz. Maputo: Terceiro Mundo, 1975.

MOORE, C. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. v. 1, p. 21-139.

NETO, A. A. **Sagrada esperança**. Luanda: Edições Maianga, 2004.

NETO, E. **E nas florestas os bichos falavam**. 8. ed. Angola: União de Escritores Angolanos, 2008.

NOA, F. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. Lisboa: Caminho, 2002.

NUNES, S. D. M. **A milenar arte da oratura angolana e moçambicana**: aspectos estruturais e receptivos dos alunos portugueses ao conto africano. Lisboa: Coleção E-books; Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

OLIVEIRA, M. A. de J. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras**: 1979-1989. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.



OLIVEIRA, M. A. de J. **Áfricas e diásporas na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique**. Salvador: Eduneb, 2014.

OLIVEIRA, M. A. de J. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira e moçambicana (2000-2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PADILHA, L. C. **Entre a voz e a letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

PESAVENTO, S. J. (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

ROSÁRIO, L. J. da C. **A narrativa africana de expressão oral: transcrita em português**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Luanda Angolê, 1989. (Série Diálogos). 368 p.

ROSÁRIO, L. J. da C. **África e Brasil: o entrecruzamento e equívocos de conceitos**. 2009. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/1255-africa-e-brasil-o-cruzamento-e-equivocos-de-conceitos>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

ROSEMBERG, F. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, F. da S. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TAYLOR, D. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

TURCHI, M. Z. O estético e o lúdico na literatura infantil. In: CECANTINI, J. L. C. T. (Org.). **Leitura e literatura Infanto-juvenil:**



memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2004.

ZAU, F. **Marítimos africanos e um clube com história**. Luanda: Impressões Maiadouro; Lisboa: Paralelo, 2007.

ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1982.

Bibliografia

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1990.

CAMARGO, O. de. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1987.

CANDIDO, A. et al. **A personagem de ficção**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na Educação**. São Paulo: Summus, 2001.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAVES, R.; MACÊDO, T. **Passagens para o índico: encontros brasileiros com a literatura moçambicana**. Maputo: Marimbique, 2012.

COELHO, N. **A literatura infantil: história, teoria, análise**. São Paulo: Ática, 1993.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DÓRIA, A. S. **O preconceito em foco: análise de obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura**. São Paulo: Paulinas, 2008.

EVARISTO, C. **Literatura negra**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.



FERREIRA, I. **O coelho conselheiro, matreiro e outros contos que eu te conto**. Lisboa: Sele Printer Artes Gráficas, 2012.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Pallas, 2000.

FONSECA, M. N. S. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como resolver a polêmica? In: SOUZA, F.; LIMA, M. N. (Org.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 11-38.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOUVÊA, M. C. S. de. **Imagens do negro na literatura infantil**. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em: 15 jun. 2001.

GRAÇA, M. **Os gêmeos e os raptos de crianças**. Maputo: Promédia; Associação Progresso, 2006.

GRIMM, J.; GRIMM, W. **Contos e lendas dos Irmãos Grimm**. São Paulo: Edigraf, [197-]. v. 2.

JOVINO, I. da S. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, F.; LIMA, M. N. (Org.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 179-217.

KHÉDE, S. S. **Personagens da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática, 1990.

KLINGER, Diana. Paixão do arquivo. **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 170-175, 2007.

LIMA, H. P. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental, 2001.



MACAMO, B.; MANJATE, R. **Literatura infantil em Moçambique**. Maputo: Prelo, 2003.

MARQUES, R. O arquivo literário como figura epistemológica. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 13-23, 2007.

MOORE, C. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUIANGA, L.; JOSÉ, A. **Para compreender a (s) criança (s) moçambicana (s)**: maneira de dizer e olhar. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1996. (Coleção Nosso Chão, 8).

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PEREIRA, A. M. **África**: para abandonar estereótipos e distorções. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

ROSÁRIO, L. J. da C. **Moçambique**: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ROSEMBERG, F.; SILVA, P. V. B. da. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, T. A. V. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-117.

SCHWARCZ, L. M. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M.; REIS, L.V de S. (Org.). **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Ed. da USP; Estação Ciência, 1996. p. 153-193.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. C. da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Edufba, 2001.

SILVA, E. M. da. **Negritude & fé**: o resgate da auto-estima. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Carlos Queiroz, 1988.



SOUSA, A. L. de. A representação da personagem feminina negra na literatura infanto-juvenil brasileira. In: CAVALLEIRO, E. (Coord). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC; SECAD, 2005.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1983.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

VENANCIO, A. C. L. **Literatura infanto-juvenil e diversidade**. 2009. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Curitiba, 2009.

POR OUTROS ARQUIVOS CULTURAIS: o GT Mulher e Literatura e suas perspectivas para não esquecer o político

Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Buscando refletir sobre a questão das políticas públicas presentes ou não no discurso de teóricas e críticas literárias feministas, que constam no livro *Mulher e Literatura – 25 anos: Raízes e rumos*, organizado por Cristina Stevens e publicado em 2010, podemos responder a esta indagação de várias maneiras. Se buscarmos uma resposta objetiva e redutora, se lançarmos um único olhar sobre tal questão, talvez pudéssemos dizer que a reflexão sobre políticas públicas culturais quase não aparece nos discursos destas mulheres, somente em um texto que toma o ato de publicar como uma ação política e relata um encontro com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), apontando a ausência de críticas literárias feministas neste debate.

Entretanto, quando ampliamos nosso foco, percebemos como a política pública se faz presente em vários textos e situações relatadas, como a política marca o percurso construído por estas mulheres, como um traço, inclusive já conhecido, da perspectiva feminista. Uma força teórico-prática que permite desnaturalizar tudo, como sugere Gabriella Villa (2010). Percebemos, como, portanto, elas se esforçam para reiterar esta marca, traduzir esta marca considerando as várias formas de apagamento e exclusão das mulheres, dos seus saberes teóricos e críticos.



O próprio grupo de trabalho (GT), *Mulher e Literatura*, sua criação e existência, configura-se em uma ação política no campo científico e cultural. Transforma-se na criação, conforme nossa perspectiva, de uma cadeia produtiva como proposta de reconfiguração dos arquivos literário-culturais. Os textos que compõem a coletânea-livro, que trata da história do grupo de trabalho (GT) *Mulher e literatura*, filiado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), relatando suas raízes e apontando seus rumos, como revela seu título, traduzem as proposições, conquistas, estratégias e demandas no processo de consolidação de um campo de conhecimento, que diz respeito a uma produção de autoria feminina, a estudos críticos feministas literários. Estes textos traduzem, portanto, as ramificações desta cadeia, suas táticas, com o intuito de fazê-la funcionar efetivamente, interferindo em um círculo patriarcal naturalizado, que abarca outros sistemas excluídos, como o capitalismo, o racismo entre outros.

Susana Bornéo Funck (2010), inclusive, no discurso que faz a apresentação da coletânea, já incia este retomando a imagem-dificuldade da produção escrita por mulheres ao lembrar o ensaio *Um teto todo seu*, de 1929, para nos dizer de como, há 25 anos, fazer um livro, como a coletânea acima citada, teria sido tão penoso quanto a tarefa de Woolf (1985), em tempos remotos. Com isso, Funck retoma (a imagem da produção feminina, seu processo desbravador e sistemático, ao nos fazer iniciar na leitura do produto desta engenharia – o livro, a se abrir em nossas mãos.

Ao avançarmos um pouco mais em nossa leitura, percebemos que o primeiro texto da coletânea com o qual nos defrontamos, de autoria de Constância Lima Duarte (2010) e intitulado *GT Mulher e Literatura – 25 anos de história*, trata justamente do início desta engenharia: a produção de um GT que encabeçaria uma cadeia produtiva. Constância Duarte vai nos contar um pouco desta história, apontando sua criação – em 1985 – por sugestão de Susana Funck e outras colegas. Segundo Duarte (2010), a mu-



lher e sua representação literária, ou a discussão sobre postulações teóricas sobre este tema, praticamente não existia entre nós, e tal objeto não era considerado legítimo. Sendo assim, o desejo de legitimar tal temática refletia a proposta política de introdução da perspectiva feminista no campo intelectual acompanhada de paradigmas metodológicos que deveriam ser construídos em sintonia com o trabalho a se desenvolver. Duarte ainda nos fala que a seriedade do grupo, ao instituir um novo fórum de debate junto à comunidade acadêmica, foi decisiva para a consolidação do tema. Este fórum se constitui, portanto, em uma estratégia para promover o intercâmbio entre pesquisas individuais e incipientes na temática, provenientes de diferentes instituições, aglutinando e articulando experiências regionais-nacionais e até internacionais. A diversidade sempre o marcou, o diálogo com outras disciplinas também, e seu objetivo de consolidar um campo epistemológico era conquistado via várias outras táticas que se desmembravam e se reabrigavam sob o teto do referido grupo. Tais táticas se fizeram existir desde os seminários realizados pelo GT, que se desdobravam em eventos similares pelo país, até as teses e dissertações orientadas pelos membros do grupo as quais, por vezes, viraram livros e artigos publicados.

Tem sido este, um trabalho sistemático: podemos ver com o livro em questão e, ao mesmo tempo, um trabalho paulatino. Talvez o maior esforço realizado tenha sido o da formação humana via disseminação de uma inquietação, que se traduz nos diversos trabalhos orientados por estas teóricas e posteriormente por suas orientandas, numa sequência que se prolifera, e se faz representar, também, pelo número sempre extenso de participantes que integrou o GT e, principalmente, os seminários realizados por este. Aliados aos seminários, como prova de um resultado estratégico de disseminação de uma perspectiva diferencial, bem como um processo de multiplicação de novas ideias, os boletins do GT ganham destaque na narração de Constância Duarte, como veículo de comunicação importante entre os membros deste e os demais membros de uma



comunidade mais ampla, já despontando também, de outra forma, como uma via da disseminação ou distribuição de um conhecimento produzido em favor da aglutinação ou sedução de outros partícipes.

O processo, em alguma medida, nos lembra um trabalho de formiguinha, metáfora muito usada por feministas conscientes de seu trabalho de todo dia, aproveitando e criando brechas. Assim, a cadeia produtiva, instaurada com o GT, espalha seus tentáculos e subsistemas. As condições de produção revelam-se desde sempre como uma questão chave, na esteira do que demanda Woolf (1985). Na tradução de Duarte (2010), esta aparece na sua relação com uma estética dominante.

Para abarcar esta e outras discussões que emergiam com os membros do GT, este se divide em linhas que agrupam as temáticas iniciais na sua fase de implantação e, no relato desta questão (na escrita de Duarte), o político já aparece como uma dicção a ser observada, verificada em suas ausências e presenças. Tendo em vista a configuração dos cursos de letras que estão passando por um processo de mudanças em curso (contextuais, de projetos dos membros etc.), estas linhas foram se modificando. Assim, no início, as linhas mencionadas eram identificadas como: “Literatura e feminismo” - linha um (com enfoque sócio-histórico), “Literatura e feminino” - linha dois (com enfoque psicanalítico) e “Literatura e mulher” - linha três (com enfoque estético-formal). Mas, depois, estas linhas passaram a se denominar da seguinte maneira: linha um, “Teoria e crítica feminista: vertentes”, linha dois, “A questão do cânone” e, linha três, “*Gender* - estudos de gênero.” Ainda foram, segundo Duarte (2010), intituladas de “Resgate”, linha um, “Teorias e críticas”, linha dois, “Interdisciplinaridades”, linha três e “Representações”, linha quatro. Porém, atualmente, são chamadas assim: linha um, “Resgate”, dois, “Teorias e críticas” e três, “Representações de gênero na literatura e outras linguagens.”

O trabalho de produção de novos arquivos literários e culturais, tendo sido proposto pelo GT, inicialmente, através de sua institucionali-



zação, na condição de uma tradução de questões e teorias que fundavam um novo campo de conhecimento, veio a contar depois, também, com uma estratégia-chave, que seria a criação de uma editora com fins de alavancar, neste movimento integrado, uma nova linha editorial. O processo instaurado pelo GT, nas palavras de Constância Duarte, já começa a preencher prateleiras, estantes – antes ausentes – de mulheres escritoras; já começa a reverter códigos culturais e, principalmente, literários, como uma demanda que reflete um impasse já pressentido e enfrentado desde o seu início (de afirmação do grupo enquanto tal). Por isso Duarte (2010) vai nos dizer de como este GT contribui com um novo olhar sobre a literatura em nossas instituições, de como este vem promovendo a flexibilização do cânone. Além disso, o GT vem, também, abarcando outros gêneros textuais, tais como: diários, correspondências, textos tipicamente femininos, visto que estes eram os gêneros aos quais as mulheres – em certa época – tinham mais acesso. Assim procedendo, o GT faz com que a Literatura desça de um pedestal, se transforme em “literaturas”, no plural e sem inicial maiúscula, abarcando uma diversidade, um trânsito disciplinar, assim como, um novo campo epistemológico para seu estudo. Foi com toda esta proposição que o GT – repetindo as palavras da sua primeira coordenadora, Duarte – veio para ficar.

O primeiro texto revela um saldo positivo quanto ao trabalho do GT, bem como aponta, em forma de relato resumido, as marcas da história deste, que se espalham pelo livro. Entre estas marcas, focamos a questão política, por ser de nosso interesse, tendo sido, portanto, eleita para ser perscrutada na textualidade observada. Em seguida, o segundo texto da coletânea – da autoria de Elódia Xavier (2010), intitulado *Nossos Seminários: uma escalada de sucessos* – trata dos Seminários realizados pelo GT que, como diz seu título, representam um sucesso, principalmente por serem abertos, por contarem com um número bastante extenso de participantes e por sempre resultar em publicações significativas dos mesmos.



O registro das instituições que apoiaram as diversas edições dos Seminários, realizados, estrategicamente, em diversos Estados brasileiros, seguindo o propósito de mapear estudos e articular um intercâmbio entre pesquisadores, faz transparecer – no texto – a presença de políticas públicas no movimento de construção de uma crítica literária feminista brasileira. Políticas, inclusive científicas, ou verbas públicas que, por meio de instituições, dão fomento à ciência e à pesquisa, por exemplo, apoiaram a realização dos referidos encontros, tão importantes e tão marcantes na história do GT.

O texto de Izabel Brandão (2010), *O GT A Mulher na Literatura: conexões interdisciplinares*, também revela indícios destas políticas, visto que ao tratar das conexões interdisciplinares entre o GT e núcleos, redes e institutos, deixa transparecer como uma verba pública tem sido usada em forma de apoio a seminários, cursos, bem como publicações oriundas destas conexões, o que aliás tem se revelado como uma estratégia bastante usada para difundir, em todas as áreas, os estudos de gênero e feministas. Nestas conexões rastreadas, a autora também destaca o lugar ainda rarefeito que a Literatura, em nosso caso, de autoria feminina, tem se encontrado em produções importantes sobre estudos diversos de gênero, como no espaço da *Revista Estudos Feministas* (REF). Nestas relações entre áreas ainda ressalta que fica visível, ou subtendido, o sentido fraco que atribuem ao texto literário concebido por vezes como mero “adorno”, como “periférico” ou sem possibilidade de intervenção em relação à ação social. Daí, uma tarefa – para que esta interconexão, de fato, se estabeleça – seria justamente começar a desconstruir este sentido fixado.

Já no artigo *Fazendo gênero onde o gerúndio se faz presente*, Tânia Ramos (2010) vai nos falar do significativo papel que as estudiosas – voltadas para o tema mulher e literatura – tiveram na consolidação dos Estudos de Gênero e feministas na universidade brasileira. Segundo Ramos (2010), em 1989, foi realizado, na UFSC, o terceiro Encontro Nacional Mulher e Literatura, demarcando um salto qualitativo nas pesquisas em



gênero. Ressaltando o polo de Estudos de Gênero da referida Universidade, onde é lotada, a autora sinaliza neste contexto a criação da Revista *Estudos Feministas*, a importância da “Editora Mulheres”, também sediada em Santa Catarina, e o já tradicional Seminário, “Fazendo Gênero”, destacando a presença, sempre singular nestes espaços, de pesquisadoras da área de literatura. No seu texto, relatando um percurso, Ramos registra, por mais de uma vez, o agradecimento à Secretaria de Políticas para Mulheres, mostrando-nos como existiram-existem políticas públicas, intervenções do Estado, através da disponibilização de uma verba pública, no sentido de ajudar na composição desta “outra história”, marcada pela atuação de feministas literárias. Por fim, Ramos ainda frisa a importância deste trabalho fazendo gênero, construindo arquipélagos textuais que demandam sempre uma releitura, uma revisão constante.

O texto de Eliane Campello (2010), *Literatura e gênero em foco nos grupos de pesquisa do GT Mulher e Literatura*, em contraposição a uma carência flagrada de produção literária feminista em revistas significativas para os estudos de gênero, como a REF, já destacada por Izabel Brandão, sinaliza a excelente produção gestada, através de grupos de pesquisa, que integram ou que são coordenados por membros do GT. Entretanto, para Campello isto tem sido feito sem um apoio mais sistemático por parte de políticas públicas científicas, visto que há um baixo incentivo por parte dos órgãos governamentais de fomento quanto a isso, o que revela um descompasso, caracterizado por haver – de um lado – poucos bolsistas de produtividade, e – de outro lado – haver muitas publicações, resultantes dessa pesquisa. Tal situação se configura – para nós – não só em mais uma nuance da questão das políticas públicas nestes discursos analisados, bem como em uma demanda frente ao assunto, ressaltada pela autora.

Liane Schneider (2010), com seu artigo *Programas de pós-graduação em Letras: onde andar a mulher, o feminismo, o gênero?* demarca, alertando para não se cair em dicotomias, a importância da política enquanto pre-



sença das mulheres em espaços. Nessa trilha de reflexão vai observar como os programas de pós-graduação, dos quais fazemos parte, pouco registram em suas áreas e linhas os termos-chave de nossas investigações científicas, como as palavras *mulher*, *gênero* e *feminismo*. Segundo a autora, estas propostas claramente definidas somente aparecem nos projetos de pesquisa das professoras/professores e nos percursos destas/destes flagrados nos seus *Lattes*. Desta forma, conclui que há uma distorção entre o que somos e fazemos e como nos mostramos, nos inserimos, por exemplo, nestes programas, considerando suas áreas e linhas. A demanda, no sentido de marcar presença como política de intervenção se faz decorrente disso. A luta política, portanto, se caracteriza por uma busca, ainda, de reconhecimento, legitimação e “inserção, de fato”, no campo científico.

Cintia Schwantes (2010), em seu texto, *Genealogias de gênero: orientações de dissertações e teses no GT*, vai retomar e afirmar a concepção do GT como um ato político que perpassa a produção acadêmica derivada dele. Uma produção, inclusive, crescente, cujo referencial teórico tem possibilitado a discussão de outras minorias. Assim, tal produção, um pouco na linha do que nos disse Ramos (2010), teria ajudado a consolidar e ampliar, no âmbito acadêmico, os Estudos de Gênero.

Na esteira do que nos disse Schwantes (2010), Virgínia Leal (2010), em *O feminismo como agente de mudanças no campo literário*, vai ampliar a questão política no campo literário brasileiro, via a produção de autoria feminina. Assim, retoma o movimento feminista, enquanto social e político, como um dos geradores da crítica feminista literária e explora o conceito de campo literário, através dos elementos constituintes da instituição literária, através de um passeio na história da literatura feminina, incluindo seus sujeitos – autoras femininas – e os movimentos de inserção que ousaram, e de exclusão que sofreram.

Assim, Leal (2010) vai nos falar da perfuração, por parte de mulheres, do campo literário, considerando os vários elementos consti-



tuíntes desta instituição, como a autoria, a leitura, as instâncias de legitimação, os canais de produção e distribuição de livros, entre outros. Vai nos falar, portanto, da perfuração, por parte de escritoras e críticas de uma cadeia produtiva, por meio da criação de editoras ou inserção do trabalho feminino naquelas já existentes, via entrada progressiva de mulheres em universidades, via diálogos iniciados de um olhar feminista com perspectivas teóricas. Com isso, frentes de lutas já se esboçavam e um combate a um mercado patriarcal já se fazia presente desde antes, a partir do momento em que se coloca em questão, principalmente através das práticas e mesmo de um pensamento teórico, a questão da produção, o domínio dos seus meios, a cadeia produtiva e as estratégias necessárias para se inserir na mesma. Nesta proposta, Leal faz destaque à inserção do tema do feminismo literário na SBPC de 1972, assim como à atomização do movimento feminista, a partir da década de oitenta, em diferentes frentes e com uma atuação mais profissionalizada, muitas vezes institucionalizada, em diversos órgãos estatais, como as delegacias, secretarias e conselhos.

Nesta luta por inserção em um circuito, luta por inserção do feminismo, de feministas, impasses relatados por editoras como Zahide Muzart, são citados para registrar as dificuldades enfrentadas com as gráficas, com as livrarias, com os distribuidores, com a falta de dinheiro e principalmente de respeito para com a produção de mulheres. Apesar disso, estratégias várias foram criadas, marcadas por contatos com outras mídias, demandas da profissionalização, da industrialização que, como barreiras outras, foram transpostas por mulheres, criando um trajeto, um percurso a ser considerado. Sobre este trajeto de inserção, Leal (2010) retoma Colasanti para falar desta literatura feita-criada por mulheres e os modos de definição, atribuição de sentidos, negação-afirmação da mesma. Portanto, para Colasanti (1997 apud LEAL, 2010), a pergunta – sempre reiterada “se existe Literatura feminina” – põe em questão a própria



existência deste trabalho feminino. É uma pergunta, então, que desvaloriza esta literatura, duvida da sua existência.¹

Dessa forma, frente a um cânone masculino estabilizado do qual a produção feminina não fazia parte, à mulher não eram dadas condições de participar, a luta para transpor esta barreira trouxe questionamentos políticos, reflexões sobre a própria noção de política, de literatura e mesmo do feminismo, da literatura feminina que se fazia construir com mulheres escritoras e críticas. Leal (2010) ainda cita, em meio aos seus argumentos, a passagem de Rachel de Queiroz, após outras tentativas de escritoras, adentrando, como primeira mulher, a Academia Brasileira de Letras, em 1977, e o modo como esta refutou ser considerada como feminista, refutou um feminino construído como se fosse “água com açúcar”, apontando para uma complexificação que entendemos como necessária ao termo, a uma escrita feminina, para não se cair, em um terreno contemporâneo, em dicotomias que podem ceifar, com reducionismos, a complexa questão da demanda do nosso movimento político.

Sendo assim, as mulheres adentram, em alguma medida, um certo circuito, renomeando, questionando, repetindo, vacilando, oscilando, complexificando o mesmo. Rompendo certos parâmetros de uma crítica, apontam para uma politização do cotidiano, para um olhar para com as relações desiguais entre sujeitos, ultrapassando perspectivas que somente viam explorações marcadas pela categoria de classe, como bem assume Hall (2003) ao tratar do legado dos Estudos Culturais e a contribuição do feminismo, nestes. Sendo assim, um projeto político de mudança, através do feminismo, já se anunciava e buscava sua institucionalização, pon-do em questão conhecimentos, correntes já cristalizadas, através de sua inserção na Academia. Inserção – via institucionalização – desta outra

1 Não aprofundaremos esta questão por não ser nosso objetivo neste momento e mesmo porque o artigo não avança na discussão. Entretanto, para uma maior reflexão sobre o assunto sugerimos o texto de RICHARD, 2002.



forma de produzir conhecimento. Inserção via institucionalização desta crítica, também na década de oitenta, via primeiro seminário “Mulher e Literatura” e criação do GT, com mesma definição, na ANPOLL.

Os caminhos instaurados por esta crítica seguem, podemos dizer, como princípio, a trilha de Woolf (1985), ampliando suas questões e propondo reparações. Nesta linha, se entrelaçam a propostas de intervenção de uma crítica feminista francesa, anglo-saxã e pós-colonial ensejando, segundo Leal (2010), uma preocupação em antologizar, para quebrar a lógica do esquecimento, da exclusão. Daí se pensar, acreditamos, em uma virada feminista na literatura e de como, ao mesmo tempo, esta crítica feminista literária precisa se inserir no circuito para se fazer existir. A proposta temática de Leal é importante reter como uma lembrança da questão política mais ampla que introduzimos na literatura. Proposta que, frente às demandas contemporâneas, não se pode esquecer visto que, apesar de todo um trajeto de intervenção, rizomático e sistemático, operado pelo GT, mesmo nos tempos atuais, tomando por base pesquisa feita por Dalcastagne, aludida pela pesquisadora chama a nossa atenção o fato de que nomes de mulheres quase não são encontrados em capas de romances, sinalizando uma problemática ainda atual, desfazendo a ideia, portanto, de se considerar esta discussão como “ultrapassada.”

Com o artigo de Cristina M. T. Stevens (2010), denominado *Publicar é um ato político – A inserção da área Mulher e Literatura na produção teórico-crítica em Estudos feministas e de gênero no Brasil*, temos uma imagem da questão política que muito nos aflige ao se tratar da nossa participação, nós do campo das letras, em debates com setores do governo, com o fim de reivindicar e acompanhar políticas públicas específicas para o campo da literatura de autoria feminina, considerando uma cadeia produtiva ampla e múltipla. Uma imagem que, como já dissemos, parece se aproximar mais da proposição da reflexão sobre políticas públicas, le-



vando em conta todo o trabalho político que também realizamos, levando em conta nossa produção literária e crítica feminista

Assim, certamente, a partir do título que a pesquisadora elege para seu artigo, já percebemos a importância política que Stevens atribui para o ato de escrever e de publicar esta escrita, fazendo-a circular. Por conseguinte, propõe como objetivo para seu texto fazer uma análise da produção teórico-crítica sobre estudos feministas e de gênero, veiculada em periódicos acadêmicos nacionais, buscando identificar a inserção da área *Mulher e Literatura* nesta produção, com o fim ainda de tecer comentários sobre a contribuição deste campo interdisciplinar para a literatura e vice-versa. Para tanto considera eventos já realizados que tematizaram a produção feminista no Brasil e no exterior, como o I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas, em 2002, realizado no Brasil, na UFSC; em 2003, também na UFSC, o II Encontro Nacional e I Encontro Internacional de publicações feministas, sobre o qual registra o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres e o II e III Encontro Internacional, também sobre a questão, realizados posteriormente no Chile e Argentina, respectivamente.

Com a finalidade de verificar a contribuição da área *Mulher e Literatura* para o fortalecimento das publicações feministas, se propõe a resenhar muitos dos textos que circularam em tais eventos. Assim, na leitura destes textos, Stevens (2010) traz para cena informações sobre a imprensa feminista brasileira, destacando suas origens, sua ação no século XIX e a concepção revolucionária de política que ali se esboçava, visto que, com esta concepção, se atrelava as questões do país às lutas das mulheres, vistas geralmente como de fórum privado, íntimo, cotidiano, de menor preocupação, ou valor. O político, assim, se via ampliado para outros espaços que não somente o espaço público, e este se via contaminado por questões que aparentemente não deveriam ser pensadas em público, interconectando estes lugares, e diluindo suas fronteiras rígidas,



como Mingnolo (2003) nos impulsiona a pensar, quando trata, de modo geral, do pensamento liminar e da relação local/global.

Sobre esta questão, ainda ficamos a refletir sobre como as feministas com o conhecido bordão, “o pessoal é político”, jogava na roda não só as relações de poder, as práticas discursivas, de fórum considerado íntimo, bem como as relacionadas ao espaço subjetivo, à construção de subjetividades, desnaturalizando concepções e epistemes, consideradas neutras e fixadas como verdades inquestionáveis, que só escondem uma vontade de verdade, como nos alerta Foucault (1996).

Na resenha dos textos destes encontros, Stevens (2010) sinaliza também a necessidade de maior intercâmbio entre as próprias Organizações não Governamentais (ONGs), entre a publicação militante destas e a produção acadêmica feminista, visto que a militância também estaria na academia e uma teoria na militância. Com isso, Stevens (2010) considera importante – e vemos isso como uma proposição – buscar parcerias e o desenvolvimento de ações-projetos coletivos envolvendo a prática militante das ONGs e a pesquisa acadêmica, o que, segundo a autora, propiciaria uma oxigenação mútua que poderia contribuir com o fim ou a saída do gueto, onde ainda se encontra nossa pesquisa, tendo em vista as atitudes preconceituosas e de resistência à epistemologia feminista e à perspectiva de gênero no meio científico brasileiro, apesar dos inegáveis avanços dos feminismos e sua contribuição para a institucionalização do campo dos Estudos sobre a Mulher ou Gênero.

Ainda no que tange às resenhas feitas, Stevens (2010) destaca artigos que tratam do papel fundamental das revistas científicas para a constituição do campo de estudos de gênero, sinalizando como estes textos enfatizam as necessárias “negociações” entre os interesses políticos que informam os estudos feministas e as pressões das políticas científicas de avaliação/indexação da produção acadêmica.



A esta altura já podemos dizer que o texto de Stevens (2010) explora tanto o político, enquanto uma marca dos estudos feministas e, nessa linha, também toca na política epistemológica, bem como também trata das políticas científicas, das políticas públicas para a área. Nesta esfera múltipla de reflexão, e em interlocução com outros autores, frisa para nós a necessidade de tornarmos as publicações feministas não meramente meios de divulgação de eventos, de pesquisas ou coisas neste gênero, mas enquanto espaço discursivo de emancipação teórica e política. Lembra-nos que editar trabalhos feministas é uma ação de resistência, uma ação política direta em processos históricos e sócio-culturais amplos. Em razão disso, propõe que a literatura, apesar de suas especificidades, mas considerando seu processo constante de (re)construção, esteja em interação com as demais áreas de saber – inclusive na sua dimensão acadêmica, usando também esta dimensão política *lato sensu*.

Isso nos leva a refletir sobre como praticamos ainda as leituras literárias, como nos conectamos com as outras áreas de saber, em processos ideológicos e políticos mais amplos, como apresentamos a literatura, nossa escrita, crítica literária, nestes jogos de poderes. Como multiplicamos seu potencial ou apenas o reduzimos a uma ação política de mera inserção em um campo.

Stevens (2010) constata ainda uma necessidade de inserirmos mais – em nossos estudos literários – estas ferramentas teórico-metodológicas, novos idiomas críticos. Daí retomar outras pesquisadoras para falar da invisibilidade da crítica feminista nos estudos literários desenvolvidos no Brasil, devido aos valores patriarcais disseminados e enraizados, e para nos dizer que para reverter este quadro somente um trabalho, junto aos Estudos Literários, de crítica textual-histórica-antropológica-cultural, nos mostrando um outro alcance de uma Crítica Literária.

Esta proposição nos remete à discussão, feita por Hollanda (1994), quando esta nos fala da necessidade de percebermos o potencial do feminismo como Crítica da Cultura. Crítica da Cultura, chamaria nossa atenção,



que deve muito a uma Crítica Literária em diferença, que se volta para o estudo de discursos, considerando suas práticas, as diversas reescritas de si e de mundos. Volta-se, por fim, ao estudo das textualidades subjetivas, dos arquivos configurados e reconfigurados, das ficcionalizações textuais-sociais.

Diante desta questão, Stevens (2010) reforça sua crença de que nossa atividade acadêmica precisa estar constantemente articulando as especificidades da Literatura com um projeto crítico-político no sentido mais amplo, tendo em vista a problematização e desconstrução da hegemonia patriarcal. Essa nova agenda, segundo a autora, passa pela intensificação dos diálogos interdisciplinares que trazem contribuições recíprocas para os envolvidos nessas parcerias político-epistemológicas.

Tomando como inquietação, a nosso ver, estes diálogos, Stevens (2010) se propõe a analisar os dados das publicações do campo literário feminista em publicações acadêmicas nacionais, o que a deixa preocupada, se for considerar nossa participação, por exemplo, no significativo periódico *Revista Estudos Feministas*. Com um olhar mais amplo, também vislumbra um horizonte positivo desta produção, levando em conta inclusive sua capilaridade, sua existência em diversos outros meios.

Procurando refletir sobre o impacto dessa produção, através de um reconhecimento pela Academia – o que pressupõe, primariamente, condições de sua existência, de sua circulação e visibilidade – nos fala do II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências, organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal. Stevens vai citar nossa ausência nesta reunião com a SPM, em agosto de 2009, em Brasília, em que se faziam presentes 143 pesquisadores que estavam representando diferentes grupos e núcleos de pesquisa sobre gênero e feminismo. Vai destacar a ausência de uma única referência à área de literatura, que parecia “praticamente inexistente”. Expressa sua preocupação para com o que chama de “distanciamento de nossos estudos”, diante dos enriquecedores diálogos e parcerias necessárias para



o fortalecimento de nossa área. Expressa esta preocupação, afirmando acreditar firmemente na contribuição da Teoria e Crítica Literária feminista, na sua relevância para diversas disciplinas, bem como para outros espaços e instituições.

Stevens participou, no referido Encontro, do Grupo de Trabalho “Estratégias de fortalecimento dos espaços institucionais de produção e circulação: publicações, GTs e associações científicas.” Deste grupo foram feitas recomendações, aprovadas em assembleia e encaminhadas à SPM, CAPES, CNPQ e outras instituições envolvidas no evento, que se resumem a:

- 1) Institucionalizar, com o apoio da SPM, um espaço de interlocução eletrônico de GTs, associações científicas, núcleos e redes de pesquisa e pesquisadores no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismo.
- 2) Ampliar o prêmio Mulher e Ciência, com uma categoria que inclua publicação de teses/dissertações, em formato de livro.
- 3) Incentivar, através da SPM, a formulação das linhas gerais de uma política editorial na área, fortalecendo as relações com o CNPq, Capes e outras agências de fomento.
- 4) Implementar, através da SPM, editais de fomento a grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa sobre gênero, mulheres e feminismos.

Neste encontro também discutiu-se o problema da classificação de nossos projetos e produção científica, interdisciplinar, nas categorias-áreas de conhecimento definidas pelo CNPq, Scielo e demais agências que financiam e legitimam nossa pesquisa e produção acadêmica. Ainda, segundo Stevens (2010), na avaliação dos Encontros sobre publicações feministas, os problemas identificados pelos diversos participantes são os mesmos que enfrentamos quando tentamos organizar publicações na área de *Mulher e literatura*, ou seja, dificuldade de captação de recur-



sos e suas consequências naturais: pouca profissionalização da atividade editorial feminista, problemas de distribuição, necessidade de avaliação da qualidade dos veículos nos quais essa produção é veiculada, busca de formas alternativas de sustentabilidade, entre outros.

Para Stevens (2010), o crescimento da nossa produção, fator inegável, deve-se muito às estratégias criativas de sobrevivência que inventamos, pois os recursos não aumentam e isto é um dado sobre o qual precisamos refletir. São diversas táticas que garantiram os avanços dos feminismos e da área *Mulher e Literatura*, pois com estas diversificou-se os espaços para publicação e circulação, via exposição de bibliotecas virtuais e criação de novas redes de divulgação e publicações eletrônicas.

Apesar disso, impasses são detectados como a resistência, ainda existente, para com a contribuição, na forma de intervenção, da área de letras e dos feminismos, ficando, muitas vezes, suas proposições relegadas a um público acadêmico feminista, como uma produção “guetoizada”, limitando sua capacidade de intervenção. Com isso, aponta como problemas que devemos combater, demandas a suprir, apesar da natureza do nosso trabalho acadêmico, a nossa ausência nas publicações veiculadas pelas ONGs, insistindo em se fazer pontes no sentido contrário a uma desvinculação com as atividades desenvolvidas pelos Movimentos militantes.

Como dissemos, o texto de Stevens (2010) é rico para explorarmos a questão da nossa participação maior junto a organismos do governo, do Estado, reivindicando, em tempos de políticas culturais da diferença – como nos afirma Barbalho (2008) – políticas públicas para os sujeitos femininos e suas textualidades, sua produção escrita, literária e crítica, considerando os elementos de uma cadeia produtiva, entre eles, a recepção, a possibilidade de acessibilidade, de leitura. Entretanto, como já percebemos, a política se dissemina no livro, nos textos, nas ações dos sujeitos que os escrevem, nos modos criativos que estes usam para se inserir



em um circuito, para criarem outro circuito, seja através de consórcios, de portais eletrônicos...² da própria criação do GT etc.

O artigo de Zahidè Muzart (2010), intitulado *Uma editora de fundo de quintal: a editora Mulheres*, exemplifica isto. Muzart, retomando suas memórias de produtora-editora textual, desde o período escolar, quando foi presidente de Grêmio estudantil e editora de um jornalzinho, até os momentos atuais, nos fala do tanto que produziu, inclusive nas escolas, nos levando mais uma vez a perguntar pela cadeia produtiva neste ambiente, nos fazendo lembrar-pensar em outras produções, em outros espaços produtivos, nas condições de produção e recepção e mesmo no desafio – proposto por Botelho (2007) – de articular educação e cultura, cidadania e produção cultural.

Muzart, após relatar sua inspiração em outras editoras feministas, diz-nos da criação da Editora Mulheres, vinculada a uma linha de pesquisa, e que tinha como objetivo tirar da marginalização os livros de mulheres do passado, reeditar escritoras do passado, recuperando parte da produção da mulher brasileira no século XIX – um projeto que contribuiu para escrever a História da Literatura no Brasil. Comenta que tudo, no início, era bastante artesanal e ainda o é, desde a revisão do livro, a editoração, a ilustração da capa, tudo num ambiente de muita camaradagem, sem ambição de lucro, segundo ela. A ação de Muzart, traduzida no seu texto, exemplifica bem a apropriação, por parte destas mulheres, de meios de produção. Uma grande conquista com consequências, lições e demandas. Ainda nos diz que embora a editora seja de “fundo de quintal”, como a costuma chamar, sem funcionários, sem sede, sem bons distribuidores, ela ficou muito conhecida por conta do ineditismo de suas edições.

2 Uma imagem destas ações políticas criativas que configuram um outro circuito e mesmo um outro mercado, solidário, podemos verificar também nos textos de: MUZART, 2004; COSTA; MACHADO, 2004; PINTO, 2004; PORTO, 2004.



Como vimos, a maior economia política mobilizada é a “economia do desejo”, como propõe Deleuze (1974), implicando em um trabalho subjetivo, sociocultural. Trabalho criativo, na precariedade, que traduz várias táticas de luta para criar um outro circuito, modificando uma tradição já fixada. Assim, Muzart (2010) nos fala de como a editora trouxe para cena as várias formas de textos femininos, por vezes desconsiderados, inclusive por seus formatos, inaugurando, assim, diversas séries – de romances, ensaios, poesias, viagens, cartas, memórias etc., além de ter editado importantes livros de autoras estrangeiras, o que mostrou a importância desta ação. A editora não deixou, também, de mostrar diversos impasses que a limitaram, tais como, os gastos suplementares com os pagamentos de royalties, tradução, revisão... tornando a edição bastante dispendiosa. Ainda assim, a autora ressalta as coletâneas ligadas à linha de pesquisa *Literatura e mulher*, o apoio do CNPq nas pesquisas e um resultado bem significativo: três volumes de *Escritoras do século XIX*, uma série que projetou bastante o nome da editora, e que consideramos indispensável em todas as bibliotecas: universitárias, escolares, comunitárias, de movimentos de mulheres etc.

Os caminhos políticos desenhados no livro, as frentes de luta, apontam, como diz o título, os rumos que se seguem com as intervenções discursivas. O artigo de Simone Schmidt (2010), *Caminhos de um desencontro: gênero e raça em revistas acadêmicas feministas brasileiras*, vai nesta direção, rastreando de que forma muitos de nossos estudos estão reforçando a abertura necessária para os feminismos, implicando em mais uma revisão ativa, apontando para outras conexões entre gênero, raça, classe que têm mostrado entrecruzamentos de violências e zonas de subalternização, dentro da esfera dos estudos sobre “Mulher e Literatura.” A pesquisa, de considerável importância, que conta com o apoio do CNPq, através de bolsa para estudante de Iniciação científica, nos mostra a rentabilidade deste apoio, desta investigação, nos fazendo pensar em tantas outras pesquisas, que poderiam



ser mais publicizadas. Também nos alerta para a importância de ouvirmos mais outras mulheres, outros sujeitos femininos-feministas como condição, já apontada aqui, de “oxigênio” – diria de autocritica constante – para não repetirmos o que combatemos.

Cláudia de Lima Costa (2010), seguindo a trilha dos possíveis rumos do feminismo, com o artigo intitulado de *A urgência do pós-colonial e as teorias feministas: geopolítica do conhecimento e tradução cultural*, reforça, para nós, esta questão da circulação, da produção, do consumo, das condições para isso, da descolonização do pensamento, de saberes, mantendo uma vigilância, um cuidado, necessários, para não repetir e introjetar operadores excludentes. Preocupada com uma geopolítica do conhecimento e com as estratégias de tradução cultural, busca mapear os debates acadêmicos em torno dos conceitos de “colonialidade do poder” e “colonialidade do gênero”, a partir da especificidade das teorias feministas latino-americanas, deixando entreposto uma política da tradução, da produção de conhecimento, assim como uma questão sobre em que medida a afirmamos ou ainda, por vezes, a desconsideramos.

Para finalizar o livro, em feito de avaliação do mesmo, do percurso do GT, traçado por suas componentes, temos o artigo de Rita Schmidt (2010), intitulado *Revisitando a Mulher na Literatura: horizontes e desafios*. Neste, Schmidt reforça a ideia da cadeia produtiva consolidada com o GT, que alinha disciplinas, linhas de pesquisa, produção acadêmica docente e discente, núcleos, editoras, eventos, configurando uma produtividade que, ainda que extrapole as ações do GT, constituiu uma massa crítica responsável por uma intervenção sem precedentes nos currículos e ementas das disciplinas na área de Letras, o que corresponde a um impacto na formação de recursos humanos nos diferentes graus de ensino. Entretanto, preocupa-se com uma espécie de rarefação dos estudos de literatura e da presença da área de letras no conjunto de uma produção contabilizada. Por conta disso, afirma que não seria um exagero colocar em dúvida a permanência ou



sobrevivência dos estudos sobre “Mulher e Literatura”, uma vez que o foco de interesse se expandiu e se tornou inclusivo de tal forma que parece não haver uma identidade integradora das atividades de suas participantes. Por conta de uma certa invisibilidade do campo, conjectura sobre as formas como nos mostramos, efetivamente, fora do nosso círculo. Com isso, pergunta se houve realmente uma refração ou se a interdisciplinaridade não é a palavra mais propícia para descrever nossas conexões.

Assim, para Schmidt, R. (2010) o interdisciplinar, como característica do conhecimento produzido *entre*, não se faz adequado para algumas das nossas ações, visto que o que se tem chamado muitas vezes dessa forma, soa mais como um modo de, alinhando-se a outros campos disciplinares, camuflar-se estrategicamente para se fazer existente, ao mesmo tempo que tem apagado uma potência na especificidade do nosso campo. Da mesma forma põe em questão o uso sem uma politização do termo gênero, apontando para o não reconhecimento da crítica feminista, das teorias feministas, mesmo na análise de textos literários.

Consequentemente, para a autora, muitas vezes tem se banalizado a diferença sexual, ratificando, perigosamente, um pensamento binário. Ou seja, tem se trabalhado o gênero destituído do seu caráter relacional, trabalhado por vezes como representação da condição feminina na Literatura, sem que isso signifique qualquer compromisso com uma crítica aos efeitos dessa representação e suas interrelações com a produção social de mulheres, como signos em discursos dominantes de instituições, tais como a família, a escola, a religião, o Estado e a própria instituição literária. O tratamento – esvaziado da categoria de gênero – tem minado, segundo Schmidt, o seu potencial, epistemológico e político, de intervenção na produção de discursos que, ainda hoje, procuram colonizar objetos, corpos e vozes, tanto na academia quanto na cultura de modo geral.

Assim, Schmidt, R. (2010) preocupa-se com a importância do trabalho político de uma produção e crítica feminista, de uma crítica fe-



ministra literária nem sempre percebida, muitas vezes por conta de não se reconhecer a produção teórico-crítica dessas mulheres. Diante de um patriarcalismo disseminado em ambientes diversos, de uma colonização do pensamento presente nas escolas, na Literatura, conforme exemplo que traz para estes dois lugares no seu texto, reforça como condição do impacto do que produzimos, uma atitude de descolonização do pensar e mesmo de abertura, permeabilidade do que fazemos em outras esferas, como o espaço escolar. Daí, se perguntar sobre a repercussão do que fazemos para além das nossas disciplinas e teses, perguntar-se sobre a possibilidade de restrição, ainda aos nossos pares, de nossas publicações.

Fica claro, para além dos questionamentos propostos ao nosso próprio campo, o modo como o operacionalizamos, a imagem da consolidação de uma cadeia produtiva na luta, assim como fica evidente a sua aceitação relativa, apontando para a continuidade, sempre estratégica, e sempre perigosa, desta luta. A proposta de uma política de intervenção, que não deve ser esquecida, também fica evidente. Do mesmo modo, ao lermos todas estas demandas e proposições, fica latente a necessidade de mais políticas públicas nesta área, de modo que os impactos desta cadeia produtiva, dos diálogos enriquecedores, que ela provoca, fossem mais significativos na cultura.

Retomando ainda a questão do distanciamento de nossos estudos, de nossa presença física nos encontros com a SPM, expressa por Stevens, (2010) diríamos que esta sua inquietação não pode passar despercebida. A partir dela, nos dispomos a refletir sobre a maneira como combatemos certos separatismos, distanciamentos que, por exemplo, invisibilizaram o político no cotidiano, e, por vezes, parecemos repetir o mesmo texto. É com Rago (2004) e Queiroz (1997) que repensamos nossas estratégias, levando em conta todo um texto patriarcal, um pensamento pautado em binarismos excludentes que nos formou, que combatemos, embora saibamos o quanto é difícil escapar de suas malhas. É com Flax (1992) revendo toda esta formação e nossos modos



de combate, que afirmamos a nossa necessidade de “pensarmos o pensar”, repensarmos nossa prática numa atitude de metacrítica, de revisão constante de nossos textos, como bem lembrou Tânia Ramos (2010), no referido livro que tomamos como objeto.

Ainda considerando as proposições feitas no citado encontro com a SPM e levando em conta o impacto que queremos atingir, as zonas de alcance que desejamos e percebemos como uma necessidade, considerando ainda o fluxo necessário, a troca de saberes ou oxigênio como possibilidade de enriquecimento mútuo, e ainda as formas de exceção renitentes em Estados democráticos, conforme Agamben (2004), faríamos várias outras sugestões para além de uma política somente científica. Dessa forma, levando em conta o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008), sugeriríamos que a SPM deixasse mais explícito, neste Plano, uma referência à produção de autoria feminina, incluindo Artes e diversas textualidades, entre elas: a Crítica literária feminista, memórias, testemunho, ficção etc., criando, como consequência, uma política editorial, editais, voltados para esta demanda.

Também aproveitando o encontro necessário entre instituições diversas, sugeriríamos que a SPM se preocupasse com o trânsito entre governos federais, estaduais e municipais, bem como com o diálogo entre estas e outras esferas, (a esfera da Secretaria e as diversas Universidades, através, por exemplo, da Capes, CNPq, MEC), de modo que uma política repercurtisse na base, assim como ações compartilhadas, com relação a estas publicações e outros trabalhos, na linha da reconfiguração de arquivos literários e culturais, pudessem ser criadas-efetivadas sob o amparo de políticas efetivas. Também, que houvesse descentralização nestas medidas e que este trânsito e diálogo fosse propiciado, visto que ajudaria muito em nossos possíveis trabalhos com escolas, ONGs, Movimentos de Mulheres, no sentido de promover uma literatura feminista-feminina, criar e ampliar bibliotecas, suplementando seus acervos, produzindo textos em parceria



com diversas escritas de autorias femininas, incluindo não só as já conhecidas, nacionais e internacionais, mas também as, ainda, subalternizadas.

Ainda proporíamos que nós, mulheres das letras e feministas, inspirando-se no Movimento Literatura Urgente e seu manifesto,³ pudéssemos pensar e reivindicar medidas, políticas públicas, para a Mulher e Literatura, ou mesmo assessorar projetos-reivindicações, considerando a criação de pequenas editoras, meios alternativos de circulação, um trabalho qualitativo acompanhando as condições de produção, de consumo etc., de modo a abarcar mais textualidades críticas, literárias, femininas-feministas, locais-nacionais-internacionais. Por fim, desejaríamos que todas estas reflexões pudessem, ou possam, nos incentivar a fazer proposições no âmbito em que trabalhamos e circulamos, intervindo, por exemplo, em políticas locais, através da parceria entre nossa Universidade, nossos GTs-núcleos e prefeituras, Secretarias de Mulheres, de Cultura, de Educação e grupos de mulheres, em prol de uma reconfiguração desses arquivos, de uma oxigenação mútua, de um trabalho no campo e em campo, como nos incitaram a pensar Stevens e Rita Schmidt.

Trabalho que certamente ajudaria a desconstruir o sentido fraco, sem potencial de intervenção, ainda atribuído à Literatura, à Literatura de autoria feminina, à Teoria feminista, visto que basta se ler-ver o movimento destas mulheres, escritoras, críticas, feministas para se ter uma imagem do contrário. Com elas podemos reforçar uma feminização da literatura, uma abertura do sentido de política, uma politização do cotidiano, das Letras, apontando, com a Literatura, o Cultural, o declínio de uma noção de Arte, lembrando Santiago (2004), quando mapeia um contexto brasileiro para este acontecimento.

Este movimento de interpretação vai contra a percepção da Literatura como mero adorno que acaba respingando, em certo sentido, na figura

3 Ver: Manifesto “Temos fome de literatura” (2005). Disponível em: <<http://www.salamalandro.redezero.org/saudades-do-movimento-literatura-urgente/>>. Acesso em: 9 set. 2014.



do escritor ou escritora, que, unindo uma áurea de magia conferida a este e de invisibilidade conferida a esta, parece ainda reter esta outra imagem de mulher que escreve(-se) e reescreve(-se), apontando uma reinscrição. Com estas feministas literárias, ficamos atentas ao caráter gendrado das coisas, dos sujeitos, dos espaços, tematizado por Lauretis (1994). Com a ficcionalização do GT “Mulher e Literatura” e os traçados escritos, dele derivados, podemos pensar na escrita como devir, como nos sugere Deleuze (1997), na possibilidade de outros arquivos, de zonas de liberdade, na estética da existência.

Neste movimento duplo de escritoras, de críticas literárias, movimento dobrado, como Richard (2002) nos induz a perceber, diante de uma complexidade textual, também verificamos a importância da Literatura na Cultura, da Literatura para os Estudos Feministas e de Gênero, mostrando a significância da linguagem, os sentidos praticados e vice-versa. Scott (1999), rompendo pensamentos binários, reivindica igualdade com diferença, alerta para o cuidado que devemos ter com o sentido fixado, instiga-nos a investigar os sentidos atribuídos para as coisas, os seres, instituições, sujeitos, percebendo o jogo de poderes e efetivando a tarefa da desconstrução. O discurso de críticas literárias feministas, contido no livro *Mulher e Literatura*, nos leva a pensar tudo isto, nos mostra as reivindicações, o jogo de desconstrução de sentidos, de poderes, a solicitação da igualdade com diferença. Leva-nos também a sacudir todo nosso arsenal, a repensar constantemente uma vontade de inserção, repensar nossa efetiva multilocalização, as demandas contemporâneas, um arquivo discursivo pré-fixado que nos formou e que queremos reconstruir, numa avaliação contínua contra forças reterritorializantes, como nos alerta Rago (2004, p. 39):

O feminismo, tanto na teoria quanto na prática, teve e tem uma função social eminentemente política, por seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres. Por tudo isso,



não pode recuar diante do enorme desafio que é uma avaliação contínua das próprias subjetividades e dos estilos éticos/estéticos de existência que promove, impedindo a ação das forças reterritorializantes, paralisadoras.

Por fim, temos consciência de toda a atividade política, da frente de lutas que encetamos, de todas as ações desencadeadas e geradas com o GT, mas creio que uma lição que ressoa nestes textos diz da percepção do político, diz de enxergarmos esta marca política, até onde ela parece não existir, diz de recuperarmos esta marca, fazendo uma revisão constante de nossas táticas, diz de não a esquecermos, de a ampliarmos sempre, como já estamos fazendo.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARBALHO, A. Cultura e diferença: alguns apontamentos teóricos (e políticos). In: RUBIM, A. A. C.; RAMOS, N. (Org.). **Estudos da cultura no Brasil e em Portugal**. Salvador: Edufba, 2008.

BOTELHO, I. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: MARCHIORI, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007.

BRANDÃO, I. O GT A Mulher na Literatura: conexões interdisciplinares. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos**: raízes e rumos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CAMPELLO, E. Literatura e gênero em foco nos grupos de pesquisa do GT Mulher e Literatura. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos**: raízes e rumos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.



COSTA, C. de L. A urgência do pós-colonial e as teorias feministas: geopolítica do conhecimento e tradução cultural. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

COSTA, Claudia de Lima; MACHADO, Rita Maria Xavier. www.portalfeminista.org.br: uma biblioteca virtual dos estudos feministas e de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 185-191, set./dez. 2004.

DUARTE, C. L. GT Mulher e Literatura: 25 anos de história. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

DELEUZE, G. **A lógica do sentido**. Tradução de Luz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. Tradução de Péter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 1996.

FUNCK, S. Apresentação. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HOLLANDA, H. B. de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAURETIS, T. de. Tecnologias de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



LEAL, V. O feminismo como agente de mudanças no campo literário. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Oliveira. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MUZART, Z. L. História da Editora Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 103-105, set./dez. 2004.

MUZART, Z. L. Uma editora de fundo de quintal: a Editora Mulheres. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PINTO, J. P. Sobre discurso feminista em publicações: a política do Grupo Transas do Corpo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 106-114, set./dez. 2004.

PORTO, R. M. Consórcio de publicações feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 169-181, set./dez. 2004.

QUEIROZ, V. **Crítica literária e estratégias de gênero**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, C. de L.; SCHMIDT, S. P. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

RAMOS, T. Fazendo gênero onde o gerúndio se faz presente. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RICHARD, N. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política**. Tradução de Romulo Alto. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.



SCHMIDT, R. Revisitando a mulher na literatura: horizontes e desafios. In: STEVENS, Cristina (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCHMIDT, S. Caminhos de um desencontro: gênero e raça em revistas acadêmicas feministas brasileiras. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCHNEIDER, L. Programas de pós-graduação em Letras: onde estará a mulher, o feminismo, o gênero? In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCHWANTES, C. Genealogias de gênero: orientações de dissertações e teses no GT. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, J. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: LAMAS, M. (Org.). **Debate feminista**. México: Metis, Productos Culturales, S.A.; São Paulo: Melhoramentos, 1999.

STEVENS, Cristina M. T. Publicar é um ato político: a inserção da área mulher e literatura na produção teórico-crítica em estudos feministas e de gênero no Brasil. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

VILLA, G. D. Pura política feminista. Prácticas de libertad y construccion de nuevos sentidos del mundo. In. MINOSO, Y. E. (Coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, E. Nossos seminários: uma escalada de sucessos. In: STEVENS, C. (Org.). **Mulher e Literatura - 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONEXÕES/ UFBA: entre conflitos e diálogos interculturais

Maria Nazaré Mota de Lima

O Conexões de Saberes: Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares, programa implementado em vinte e três universidades brasileiras, de 2005 a 2012, resultou de uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) e o Observatório de Favelas, do Rio de Janeiro (RJ), objetivando viabilizar a permanência de estudantes cotistas no ensino superior.

Neste texto, analiso a história do programa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e aspectos da formação do estudante bolsista, me apropriando de informações constantes no arquivo denominado *Coleção Conexões*, organizado por Marli Rodrigues, e de conceitos de autores latino-americanos que discutem colonização/descolonização do conhecimento e do pensamento.

As reflexões e análises visam compreender os limites de um fazer científico de inspiração hegemônica, assim como as potencialidades e desafios postos em caminhadas que se atrevem a questionar o *status quo* e instaurar vias outras para repensar epistemologias e recolocar etnométodos que joguem a favor da emancipação e convivência igualitária de pessoas, ações e modos de produção de conhecimento na Universidade e, desta forma, na educação básica.



Diferentemente de uma voz que ecoa na sociedade defendendo que as ações afirmativas e as cotas raciais e sociais não são necessárias – e sim o investimento na melhoria da escola pública para que todos estejam aptos para acessar a Universidade –, nossos argumentos se voltam para uma outra direção. As ações afirmativas e cotas no ensino superior, pelo menos no que tange ao programa analisado neste trabalho, permitem extrair lições significativas e contribuem, sobremaneira, com a melhoria dos processos educacionais, seja na Universidade, seja na educação básica, impactando positivamente outros setores da vida social. Assim, não é preciso esperar a melhoria da educação básica – embora seja fundamental haver mais investimentos neste sentido – para, “naturalmente”, acontecer o acesso igualitário ao ensino superior. Nossa inserção mais equitativa na Universidade, possibilitada pelas ações afirmativas, pode propiciar mais qualidade ao ensino superior e ao ensino básico, desmontando nichos e reservas que nos mantêm desiguais em conhecimentos e em direitos sociais. Além disso, provoca transformações nas estruturas universitárias e nas formas de produzir conhecimento.

As ideias aqui trazidas se apoiam nas minhas vivências enquanto pesquisadora/professora das relações raciais na educação, atuando, sobretudo, como profissional de letras e linguística, numa perspectiva inter/transdisciplinar e transcultural. Neste sentido, de 2007 a 2012, no Conexões/UFBA, coordenei a formação de bolsistas do Programa, estudantes de diversos cursos, assim como a ação desenvolvida por metade deles, que se vincularam ao Programa Escola Aberta, do MEC. Essas vivências consideram modos de produzir conhecimento e agir na educação, tendo sido construídas tanto fora quanto dentro do espaço acadêmico, daí sua vocação transdisciplinar e transcultural. O texto, embora escrito por mim, decorre de diálogos com várias pessoas envolvidas na experiência, entre coordenadores, pesquisadores, professores e estudantes conexas, e se propõe mostrar como a produção de conhecimento, do ponto de vis-



ta de afro-brasileiros e de indígenas, difere de outras formas de produção, por se inscrever em espaços de relação coletiva, solidária, nos quais se fundem vivências pessoais e compartilhadas.

Conexões, em meio a conflitos e resistência

A Bahia possui uma história nacionalmente reconhecida em relação a iniciativas de enfrentamento ao racismo, especialmente no campo da educação. No estado, dentre outras, três experiências se destacam, seja pelas condições de produção de conhecimento mobilizadas em sua operacionalização, seja pelo impacto gerado na vida dos jovens negros participantes e de suas famílias: o Instituto Cultural Benéfico Steve Biko, Educação para a Igualdade Racial e de Gênero (CEAFRO) e o Conexões de Saberes.

O Steve Biko, fundado em 1992, é uma iniciativa independente, da qual participei como professora de Língua Portuguesa e de Redação, no primeiro ano e em outros posteriores. Trata-se de um curso pré-vestibular para negros, em que professores negros – com nível superior –, se juntam a fim de tentar ampliar o acesso de outros negros ao ensino superior. Nas disciplinas preparatórias do vestibular, eram transversalizados conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e, além disso, o curso incluía a Cidadania e Consciência Negra (CCN), por intermédio de palestras, filmes e oficinas, nas quais atuavam professores e/ou lideranças negras convidadas.

O CEAFRO, vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO/UFBA, foi criado em 1995, a fim de responder a questionamentos e reivindicações do movimento negro organizado, o qual constata a precariedade da escolarização de jovens negros inseridos numa escola pública sem qualidade e que não dialoga com as suas referências culturais. O CEAFRO, atualmente ICEAFRO, teve papel fundamental no que diz respeito à instituição de políticas públicas de combate ao racismo na



educação, em nosso estado, e para além dele. Começou como curso profissionalizante direcionado a jovens negros, no qual ocorria a chamada Formação para Cidadania, centrada em questões de identidade racial, história da África, cultura afro-brasileira, dentre outros. A partir daí, foi possível sistematizar aspectos importantes que compuseram um programa de formação, aplicado junto a professores, gestores e funcionários de escolas. A experiência de formação, por sua vez, gerou um documento de diretrizes curriculares, ainda hoje utilizado na rede municipal de ensino de Salvador. Seu programa de formação proporcionou outros desdobramentos e usos, de modo que a ação político-pedagógica do CEAfro é tida como referência no campo da educação antirracismo no país.

O “Conexões de Saberes: Diálogos entre a Universidade e Comunidades Populares” foi um programa nacional implementado por 23 universidades públicas, de 2005 a 2012, quando foi substituído pelo PET Conexões. Criado pelo Observatório de Favelas/RJ, o programa se propunha a possibilitar que estudantes ingressos por meio de cotas tivessem uma permanência na Universidade e que sua formação no espaço universitário fosse suplementada, tendo em vista a sua trajetória escolar acidentada. Mediante uma bolsa de estudos, no valor mensal de R\$ 300, depois R\$ 400, esses deveriam, durante dois anos de sua graduação, participar de encontros de formação na sua IES, com a duração de 20 horas semanais, e desenvolver atividades em bairros populares, junto a estudantes da escola pública e/ou moradores, sob a coordenação de professores das IES.

Essas três iniciativas de educação antirracismo se aproximam, se inter-relacionam e se complementam, constituindo-se enquanto possibilidades de empoderamento da juventude negra em Salvador.

O Conexões de Saberes UFBA, aqui analisado, portanto, teve sua proposta de ação acadêmica e comunitária informada pela proposta do Steve Biko e, principalmente, do CEAfro, o qual já existia nesta universidade, com uma proposta calcada nas dimensões raça-gênero, também



marca da proposta do Conexões/UFBA. Além dessa especificidade do programa em Salvador/Bahia, vale salientar que, entre os programas de ações afirmativas na UFBA, o Conexões talvez seja o mais emblemático para se pensar a relação Universidade/movimentos sociais, porque, na medida em que realizado com maior participação comunitária – nasce no movimento social e a ele retorna em ações de formação raça-gênero –, mostra bem o fosso entre esses dois mundos, que poderiam ser próximos, mas se mostram tão afastados, ainda hoje.

A atuação dos bolsistas nas comunidades faz outros sujeitos passarem a ter o desejo de concorrer a vagas, inclusive nos cursos mais elitizados, o que, para muitos, era algo difícil até de imaginar. Nesse sentido, não é possível dissociar a luta por acesso e permanência na universidade da luta por uma maior compreensão dos mecanismos de construção e manutenção do racismo e suas reelaborações, a fim de superar distintas formas de injustiça social.

Por outro lado, as narrativas em favor da meritocracia e da manutenção do *status quo* ecoavam, e ainda ecoam na sociedade, com a força da elite branca baiana, herdeira de uma tradição escravocrata e eurocentrada, entendendo o eurocentrismo como:

[...] perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII [...] e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa [...] Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 2010, p. 94-95).



Esta perspectiva ancora posturas, atitudes e posicionamentos como as declarações de um professor da Faculdade de Medicina da UFBA, conhecidas de muitos porque fartamente veiculadas na mídia, e dão uma medida de como o racismo está vivo e pulsante na estrutura da Universidade. O seu discurso é típico do racismo institucional – “incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica.” De acordo com um dos mais importantes documentos do Reino Unido sobre o tema, o Relatório Macpherso, o racismo institucional é: “A incapacidade coletiva de uma organização em prover [...]”, como afirma Relatório Macpherson (apud BOLETIM ELETRÔNICO SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2005, p. 2) –, e do racismo epistêmico, que consiste na descon-sideração de conhecimentos referenciados e/ou produzidos em outras bases que não as hegemônicas e legitimadas em função da colonialidade de poder (GROSFOGUEL, 2008).

Assim, as políticas de ações afirmativas, implementadas nos últimos dez anos, geraram mudanças consideráveis que alteraram a face da Universidade no Brasil, ampliando, sobremaneira, o acesso e permanência de negros e índios no ensino superior. As ações afirmativas são assim caracterizadas:

[...] medidas especiais e temporais, tomadas ou determinadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização de grupos sociais decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros, até que se atinja a igualdade de competitividade. (SANTANA, 2006, p. 65).

A adoção do sistema de cotas na UFBA garantiu a reserva de 43% das vagas de cada curso para estudantes de escola pública, sendo que,



dessas, pelo menos 85% para estudantes que se declarassem negros, ou seja, pretos ou pardos. No caso de não preenchimento das vagas, essas seriam destinadas a estudantes oriundos das escolas particulares que se autodeclarassem negros. Trata-se de uma importante conquista, a qual resultou de pressões constantes dos movimentos negros por educação e movimento de lideranças e professores indígenas na Bahia.

Mas, uma vez conquistado o direito de acesso ao ensino superior, por parte de sujeitos oriundos das populações negra e indígena, apresentou-se o problema das dificuldades para se manter como estudante, a questão da permanência. A implementação do Conexões de Saberes na UFBA visa possibilitar essa permanência, sendo decorrente de uma aliança entre os movimentos sociais e a Universidade.

Na relação universidade/movimentos sociais, esses movimentos provocam o acesso ao ensino superior por parte de segmentos antes excluídos. Dentro do espaço acadêmico, representantes desses segmentos atuam no sentido de trazer à tona seus interesses, demandas, modos de vida e pensamento, terminando por provocar transformações nos padrões vigentes. As ações realizadas pelos conexas nas comunidades, por outro lado, complementam a relação, na medida em que impulsionam processos de conscientização sobre temas relacionados a pertencimentos identitários e possibilidades de acesso à Universidade.

Esses movimentos reforçam os frágeis laços entre a Universidade e a sociedade, processo afinado, direta ou indiretamente, com as frentes de luta dos movimentos sociais. Desse modo, tanto são importantes as diversas formas de atuação militante dos movimentos sociais organizados, no sentido de garantir direitos fundamentais, no caso, o acesso à Universidade, como também o que se altera no interior da estrutura universitária, no sentido de torná-la mais democrática e menos elitista, corporativista e excludente.



Autores latino-americanos, engajados no movimento de descolonização, a exemplo de Quijano (2010), Grosfoguel (2008, 2010), Walsh (2002, 2007, 2008, 2010) e Mignolo (2003, 2008), se posicionam e se referem a dois movimentos distintos que não se confundem: um iniciado pelas colônias espanholas no século XIX, seguida pelas colônias inglesas e francesas no século XX, processo que consideram incompleto, já que se limitou à independência jurídico-política das nações consideradas periféricas; já o segundo movimento é mais abrangente e consequente, como descrito a seguir.

Em vez disso, a segunda descolonialização – a que aludimos a categoria descolonialidade – terá de resolver a heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, económicas e de gênero que a primeira descolonialização deixou intactas. Como resultado, o mundo do início do século XXI precisa de uma descolonialidade que complemente a descolonização realizada nos séculos XIX e XX. Ao contrário dessa descolonialização, a descolonialidade é um processo de resignificação de longo prazo, que não pode ser reduzida para um evento jurídico-político. (GROSFOGUEL, 2005 apud CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 17, tradução nossa).

Dessa maneira, a opção decolonial não somente inclui questões jurídico-políticas previstas na descolonização de colônias europeias, como também inclui os aspectos de natureza epistêmica, étnico-racial, de gênero e sexualidade não contempladas na descolonização conduzida “por varões europeus”.

Categorias como ‘gênero’ e ‘raça’ eram frequentemente ignoradas, e quando usadas eram reduzidas a uma ‘classe’ ou aos ‘interesses económicos da burguesia’. As ideias de Anibal Quijano representaram uma das poucas exceções a este enfoque. Sua teoria da ‘colonialidade do poder’ procura integrar as múltiplas hierarquias de poder do capitalismo histórico como parte de um mesmo processo histórico-estrutural heterogêneo. No centro da ‘colonialidade do poder’ está o padrão do poder colonial que se constitui na complexidade dos processos de acumulação capitalista articulada em uma hierarquia racial/étnica global e clas-



sificações derivadas de superior/inferior, desenvolvimento/subdesenvolvimento, e os povos civilizados/bárbaros. (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 18-19, tradução nossa).

Diante dessas breves considerações, as quais procuram situar dois projetos de emancipação sociocultural, no presente estudo, me posiciono ao lado desse autores latino-americanos, a fim de melhor compreender o papel exercido pelo Conexões/Ufba no contexto, assim como as tensões, contradições e conflitos vivenciados na relação intercultural no território da Universidade que, historicamente, como mencionado, não possui uma história de consideração dos conhecimentos oriundos das matrizes afro-brasileiros e indígena.

Conforme Grosfoguel (2008, 2010), os processos vividos no embate sócio-político-cultural, de certo modo ensejado pela presença de pesquisadores negros na Universidade, provocaram mudanças e transformações de grande relevância na estrutura dessas instituições e na sua episteme.

A epistemologia eurocêntrica se caracteriza não apenas por privilegiar um padrão de pensamento ocidental, como também por estudar o “outro” como objeto e não como sujeito que produz conhecimentos. A presença de intelectuais negros na Universidade, uma situação nova e estranha a esta instituição, faz com que não mais apenas pessoas brancas, como também pessoas negras assumam o papel de pesquisadores, situação distante, portanto, de uma falsa objetividade e/ou neutralidade epistêmica, na medida em que se trata de sujeitos discriminados e estudando a si mesmos como seres que pensam e produzem conhecimento, desafiando a lógica racista e o poder ocidental (GROSGOUEL, 2008, 2010).

Segundo a lógica anteriormente referida, se atribui e se reconhece a produção de teoria a ocidentais brancos, enquanto os não-brancos produzem folclore, mitologia, lenda e não produzem teoria ou conhecimento legítimo. Daí a necessidade de descolonizar o pensamento e o conhecimento, como forma de fazer frente ao racismo institucional e ao racismo epistêmico.



co, os quais explicam grande parte das dificuldades, tensões e conflitos no cotidiano das relações internas ao programa Conexões e à Universidade.

Para Grosfoguel (2008, p. 118, grifos do autor), o racismo epistêmico é um dos mais invisibilizados no “sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial” em que atua, apoiado na neutralidade e objetividade científica, ratificando e “privilegiando as políticas identitárias (*identity politics*) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres).”

Essas contradições, resultantes da presença de segmentos vulnerabilizados no interior da Universidade, nos levam a interrogar: que Universidade é essa que temos? A quem ela serve? Qual a relação entre pesquisa, conhecimento produzido nas academias e as demandas vindas da sociedade? O que fazer no sentido de transformar o espaço universitário, de torná-lo mais próximo, identificado com a diversidade das configurações identitárias na sociedade, principalmente nesses tempos em que estamos vivendo crises de toda ordem?

Na verdade, essas crises são o resultado acumulado dos desastres dos sistemas econômicos e das dinâmicas culturais calcadas na exploração desmedida dos recursos naturais e na acumulação de riquezas de forma opressora e colonialista, elevando, ao grau máximo, a exploração do trabalho, a intolerância e a miséria no mundo. A raiz dos problemas está, justamente, no esgotamento desse modelo calcado no lucro e na exclusão, sem ética e sem limites. No dia a dia, no interior dos segmentos eclodem conflitos e contradições que são, em verdade, respostas diante desses e de outros graves problemas com que convivem.

As vivências no programa, as referências teóricas acionadas no presente estudo a partir dessa vivência, os conhecimentos elaborados e reelaborados no âmbito dessa experiência afrodiaspórica e as africanidades presentes no cotidiano e nas expressões culturais afro-brasileiras nos dão elementos para vislumbrar, ainda que utopicamente, outras possibi-



lidades de convivência, interação, diálogo, produção de conhecimentos, relações eticamente defensáveis, trocas simbólicas equânimes e horizontais nesta convivência em contexto de interculturalidade que as ações afirmativas, especialmente o Conexões, proporcionam.

Mesmo que as ações afirmativas estejam, como estão, contribuindo para a visibilização e correção de injustiças, construção de relações igualitárias, de equidade, valorização e implementação de alternativas à lógica da exclusão, discriminação, racismo e violação de direitos, não dá para esquecer a persistência das desigualdades, do racismo institucional e do racismo epistêmico. Um exemplo são os embates e tensões para levar adiante a experiência das ações afirmativas – que introduziu “um tipo novo”¹ no espaço da Universidade –, e de programas como o Conexões – que fortaleceu seus pertencimentos identitários e buscou relações igualitárias entre a Universidade e as comunidades populares.

Neste sentido, vale a pena interrogar: qual o investimento que a Universidade brasileira tem feito no sentido de dar visibilidade ao patrimônio cultural e tecnológico dos povos negros no Brasil? Que sintonia existe entre produção de conhecimento, ação da Universidade e resistência histórica desses povos, inclusive na sua inserção na própria comunidade universitária? Embora já possamos contabilizar conquistas, os resultados ainda são pontuais.

Atuação comunitária e formação de estudantes no programa

Conforme mencionado, o Conexões/UFBA sempre desenvolveu suas atividades a partir do diálogo com as comunidades periféricas. Esse é um diálogo necessário, porque, quase sempre, a Universidade fica muito distante do que as comunidades vivenciam, produzem e elaboram. As pessoas comuns, maioria dos que vivem nas cidades, nem sempre têm

1 Título de um poema de Joana Guerra, estudante bolsista do Conexões/UFBA, utilizado para se referir à “estranha” presença de cotistas no ambiente dessa universidade.



acesso aos bens simbólicos que cabe à Universidade difundir e disseminar, além de produzir, óbvio. E, geralmente, essa produção de conhecimento na academia não possui identificação com o que pensam, fazem, produzem. Mesmo quando o conhecimento produzido refere-se a sua história e cultura, não há um movimento em termos de sua devolução. Na formação dos bolsistas procurava-se discutir questões metodológicas numa perspectiva crítica e política, conforme se percebe no depoimento a seguir de América César, coordenadora do Conexões/UFBA, entre 2008 e 2010.

Nesse sentido, a questão pedagógica assume um papel muito importante... Conexões é um programa complexo. Porque tem a parte de formação do estudante como pesquisador, como cidadão dentro da Universidade, para ele reivindicar os direitos, entender o funcionamento, aquilo que é constitutivo das relações, uma instituição que tem essa história... O outro viés, do ponto de vista pedagógico, era preparar os alunos para trabalhar com as comunidades de onde eles estavam vindo, porque também tinham que ter essa formação específica, do ponto de vista de metodologia da matéria que eles estavam trabalhando. No caso das oficinas, para fazer as pessoas falarem, para respeitarem a fala, para registrar, para transformar isso em texto acadêmico; então, tinha que ter uma formação também pedagógica para esse trabalho; e ainda tinha uma outra, que era preparar para a pesquisa. Para agir na comunidade os bolsistas tinham que ter uma preocupação pedagógica também, eles tinham que ter instrumentos, compreender cada saber, do ponto de vista deles como estudantes dentro da Universidade e, ainda mais, também como militantes de uma causa; saberem até onde ia, por exemplo, a militância, onde ia essa capacidade para a gente mobilizar, onde podia ou não cabia. (RODRIGUES, 2012).²

O Conexões teve papel político muito relevante: primeiramente, se agrupam estudantes com uma característica comum – ser de origem popular – e, no programa, abre-se um espaço de interlocução, de reunião e de

2 Todos os depoimentos de coordenadores e estudantes constantes deste texto são trechos de entrevista concedida a Marli Rodrigues e compõem o arquivo Coleção Conexões, constituído no ano em que o programa foi extinto, 2012, a partir de peças documentais relativas ao período de sua implementação na UFBA.



diálogo desses estudantes que vivenciam situações comuns na Universidade, a fim de favorecer sua permanência nesse espaço, mas fortalecendo pertencimentos identitários, criando/mantendo vínculos com a comunidade.

Por ser um programa de ações afirmativas e pelo fato de estar na Bahia, estado de maioria negra, 76,3%, conforme dados do Portal Brasil (2012), e com 15 povos indígenas – Tuxá, Kaimbé, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kiriiri, Tumbalalá, Kantaruré, Kariri-Xocó, Paiaia, Xukuru-Kariri, Pankaru, Pankararé, Truká, Tupinambá, Atikum – conforme dados de Sampaio (2010) obtidos na Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ) –, impõe-se a necessidade não apenas de discutir, mas de focalizar relações étnico-raciais e de gênero na formação dos estudantes, cotistas em maioria, e incluindo indígenas e quilombolas. Então, o Conexões elegeu, já no primeiro ano de implementação do programa na UFBA, na coordenação da professora Florentina Souza, como “espinha dorsal” da sua proposta acadêmica, a dimensão étnico-racial e de gênero, fundamental para possibilitar a aproximação das comunidades e, também, para que os sujeitos envolvidos saibam quem são. Daí a transversalização da dimensão étnico-racial e de gênero no currículo da formação.

De 2009 a 2012, a formação se deu pela parceria entre o CEAfro, o Centro de Referência Integral do Adolescente (CRIA) e com a professora Stella Rodrigues, visando preparar os estudantes nesta perspectiva, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, como relatado a seguir nos depoimentos de Ana Lúcia Souza, coordenadora de 2011 a 2012, e de América César, coordenadora do Conexões/UFBA de 2008 a 2010, respectivamente:

Foi legal, porque nós paramos para ler com calma, para ouvir o que os meninos entendiam como importante para a vida deles na Universidade e nas comunidades nas quais eles iam atuar. Começamos então a trabalhar, embora não aprofundando, com a noção da intersecção. Há uma intersecção das questões raça e gênero, sexualidade, e nós



procuramos garantir isso no projeto político pedagógico. Essa formação começou em janeiro, bastante centrada na questão de raça e gênero, depois foi para pesquisa, com o olhar na pesquisa-ação. Então o trabalho que o menino fez também foi um trabalho investigativo do trabalho dele, e também da comunidade. Uma outra preocupação bastante grande, foi lindíssimo esse trabalho com a Leo, a noção de grupo, formar esse grupo, a partir de várias dinâmicas que visavam levar os jovens a se pensar, pensar esse grupo, pensar a comunidade, como é que eu chego com esse meu corpo dentro da comunidade, como é que eu dialogo com as pessoas que estão ali, com suas várias histórias de vida, enfim. Coisas muito interessantes e que eu tenho certeza que não é agora, numa avaliação de uma página, que a gente vai aprender, é depois. (RODRIGUES, 2012).³

Nesse momento o que eu considero mais interessante do que está se fazendo no Conexões é essa tentativa de aprofundar o trabalho de pesquisa associada às ações que se desenvolvem na comunidade. Essa reflexão e produção de conhecimento a partir de uma prática que é realizada na comunidade tem dado bons resultados e tem mostrado que esse é um caminho muito interessante pra se trabalhar. Além disso, acho que há também uma vertente política do Conexões na discussão e enfrentamento do racismo dentro e fora da Universidade e acho que essa também é uma vertente que pode ser melhor explorada. Inclusive, nós temos a ideia de fazer um Observatório do Racismo a partir do Conexões e espero que, no futuro, essa ideia possa se concretizar. (RODRIGUES, 2012).⁴

Considerando-se a carência de suportes pedagógicos na perspectiva do programa, houve um investimento em documentar as práticas educativas, visando à produção de material didático para subsidiar ações futuras. Sob vice-coordenação de Letícia Pereira, a produção dos conexistas foi registrada e catalogada em *Compact Disc* (CD) para subsidiar as atividades, nos dois eixos de atuação nas comunidades: (1) Programa Escola Aberta, por meio de parceria com a SECADI e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e (2) a partir do

3 Depoimento de Ana Lúcia Souza.

4 Depoimento de América César.



Ação Comunidade, com cursos de pré-vestibular e pré-concurso. As comunidades atendidas se concentraram em três bairros de Salvador/Bahia: Engenho Velho de Brotas, São Caetano e Engenho Velho da Federação.

Com o passar do tempo, os critérios de seleção de bolsistas foram revistos, a fim de contemplar estudantes de quase todos os cursos, bem como quilombolas e indígenas, o que enriqueceu muito o grupo e o trabalho desenvolvido. Todos nós, na sociedade brasileira, temos uma vivência muito pequena e um diminuto conhecimento sobre as questões indígenas e quilombolas. Estar ao lado de um colega indígena ou quilombola é algo muito recente no Brasil, sendo uma rara oportunidade de compartilhar experiências e compreender mais, e melhor, sobre como eles pensam diversas questões. Eles têm muito a ensinar sobre como viver solidariamente, com respeito à natureza, às pessoas e à ancestralidade.

A formação visava, dentre outros, preparar os jovens para a atuação comunitária, em uma das seguintes ações básicas do Programa: Ação Comunidade, um cursinho preparatório para o vestibular, e Programa Escola Aberta, do MEC, que também funcionava com outrosicineiros da comunidade, sem acompanhamento como havia no Conexões. No Escola Aberta atuavam, em média, 60 estudantes de várias áreas, em 13 escolas da rede municipal de ensino de Salvador e Lauro de Freitas. O número de escolas era um desafio, porque não era possível realizar um acompanhamento constante, individual, sempre aos sábados, em 13 escolas de bairros equidistantes. Por outro lado, os bolsistas gostavam de ter a presença da coordenadora observando como ministravam as oficinas, planejadas nos encontros de formação, além de isso ser absolutamente necessário para a melhoria da qualidade do trabalho. O acompanhamento nas escolas era uma dimensão importante da formação, que se realizava com dificuldades, pelo número elevado de bolsistas e de escolas envolvidas.

Havia outros problemas, como certa insegurança dos estudantes por ainda não estarem formados, por serem estagiários, atuando em lu-



gar de professores. Contudo, era tão desafiador que eles se preparavam e se saíam bem. Outra questão era conseguir público para nossas oficinas de leitura e com foco em raça/gênero, porque o Programa Escola Aberta era visto, pelas comunidades, como aquele que fornecia cursos de futebol, jiu-jitsu, dança e capoeira. As oficinas básicas eram essas, que envolviam fortemente aspectos relacionados ao corpo. Eram atividades físicas, em sua grande maioria, ou oficinas de hip-hop – sempre movimentadas –, sendo que as comunidades não tinham condições financeiras para frequentar uma academia e fazer atividades físicas; como a escola oferecia as oficinas, gratuitamente, os pais de alunos, suas mães e as crianças iam à escola, aos sábados, participar do Programa.

No caso da Oficina de Leitura, ministrada pelos conexistas, havia dificuldade para atrair público, sendo que os bolsistas se esforçavam e se comprometiam em conseguir participantes para suas Oficinas, utilizando estratégias diversas de divulgação; conseguiam que grupos fossem divididos, atuando alternadamente em ambas as turmas formadas, dentre outros arranjos.

Apesar das ações de formação, no próprio programa havia estudantes que, tendo acessado o ensino superior pelo sistema de cotas, afirmavam: “sou contra as cotas”. Diante do racismo velado, característico da sociedade brasileira, isso é compreensível mas, ao mesmo tempo, surpreende que cotistas tivessem até mesmo vergonha de se dizerem cotistas. E o trabalho de formação cuidou da questão, logo que emergiu no grupo, discutindo a contradição contida nos discursos contra as cotas no interior do programa.

Outra questão era abordada com frequência nos encontros de formação: o fato de haver comportamentos como atrasos e alto número de faltas, com justificativas inverossímeis, além de cochilos em aula, saídas e entradas na sala, etc. A formação lidava com essas questões que, vez por outra, aconteciam, mas, de modo geral, havia bastante comprometimento, empenho, dedicação e compromisso por parte do grupo. De uma forma ou de outra, essas situações faziam crescer a corresponsabilidade e implicavam partici-



pação coletiva e crescimento intelectual e político. Enfim, os ganhos eram significativos, agregando valores e conhecimentos acerca de si, do grupo, das comunidades e gerando resultados que faziam valer a pena enfrentar tantas dificuldades e problemas para levar adiante a experiência.

No que se refere ao grupo de formadores, era qualificado e comprometido, conduzindo ações socialmente relevantes, junto aos estudantes, receptivos e envolvidos. Com a extinção do Conexões ficou uma lacuna, porque a Universidade precisa de programas de formação tão impactantes como esse, com um número significativo de estudantes em sala, decidindo coletivamente, em assembleia, com uma formação consistente, não somente a partir de um único professor, com sua única visão, mas com essa diversidade de pessoas e de perspectivas, agregando, às atividades de sala de aula, idas ao cinema, museus, shows, aulas passeio, atuação comunitária e reflexões sobre a prática e a pesquisa.

Apesar de tudo isso, o caráter elitista da Universidade brasileira não foi abalado. No entanto, é preciso lembrar que o Conexões é fruto de uma relação contraditória e tensionada entre racismo institucional, racismo epistêmico, luta por reconhecimento, resistência e afirmação identitária.

Muito bom, e muito difícil, é a sensação que fica quando se analisam os processos vividos nessa experiência singular, marcada por tensões resultantes da interculturalidade que encerra.

Neste sentido, vale discutir os conceitos de interculturalidade e de território/identidade que subsidiam o posicionamento assumido neste texto, segundo o qual o Conexões/UFBA é considerado como uma experiência que buscou realizar uma descolonização de poder/saber para além da perspectiva jurídico-política, mas incorporando as dimensões epistêmica, étnico-racial, de gênero e de sexualidade, como demonstrado no decorrer deste trabalho.

Para discutir interculturalidade, é necessário retomar a questão do multiculturalismo que, segundo Hall (2003), abarca estratégias e políticas



de governabilidade de sociedades diante dos problemas decorrentes da dinâmica de convivência da multiplicidade de comunidades culturais em determinado território. O autor, conforme trecho a seguir, começa distinguindo o que é multicultural e o que é multiculturalismo.

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade 'original'. (HALL, 2003, p. 52).

Para o autor, existe uma estreita relação entre multiculturalismo e pós-colonialismo, pois as duas vertentes, apesar de reconhecerem a diversidade de grupos sociais e suas diferentes culturas, não avançam para além de iniciativas inclusivas no plano jurídico-político, as quais seguem norteadas pela sobrevalorização vertical de uma episteme, suas crenças e valores, embora ele reconheça que:

Nesse momento 'pós-colonial', os movimentos transversais, transnacionais e transculturais inscritos desde sempre na história da 'colonização', mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. (HALL, 2003, p. 107).

Segundo o autor, esses movimentos transversais, transnacionais e transculturais reposicionam e deslocam a diferença, mas não conseguem atingir a "superação". Dentre outros, ele cita Shohat (1992), para quem o "[...] 'pós-colonial' se distingue de todos os outros 'pós' ao tentar ser epistêmico e cronológico. É tanto o paradigma quanto o momento cronológico do 'colonial' que o 'pós-colonial' pretende superar." (HALL, 2003, p. 111).

No que se refere à opção por multiculturalidade ou interculturalidade, Canclini (2005) traz uma distinção que corrobora a escolha do con-



ceito de interculturalidade, com o intuito de caracterizar a presença dos conexas e do Conexões na UFBA, à medida que o autor alude a este termo, reconhecendo que a interculturalidade pressupõe, no contato entre diferentes, a existência de conflitos, de trocas culturais e epistemológicas.

De um modo *multicultural* – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, *intercultural globalizado*. Sob concepções multiculturais, admite-se a *diversidade* de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos sucedem em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. (CANCLINI, 2005, p. 17, grifos do autor).

Às ideias de Grosfoguel (2008, 2010) sobre racismo epistêmico se associam as de Mignolo (2008) sobre desobediência epistêmica, ambas presentes nas narrativas do Conexões/UFBA. Mignolo (2008) defende o rompimento com a teoria política moderna que, ainda que não se reconheça, está assentada em fundamentos patriarcais e racistas que há séculos nega o agenciamento político e epistêmico de pessoas classificadas como inferiores. Afirma, ainda, que a desobediência civil – pregada por Martin Luther King ou Mahatma Gandhi –, é iniciativa importante, mas que, a ela, é preciso somar a desobediência epistêmica, sem a qual se perpetua a submissão das identidades, territórios e corporeidades à lógica colonizadora eurocêntrica.

O autor propõe o rompimento das amarras que impedem a equalização entre culturas em contato. Com base nas teses de Quijano (2010), ele distingue a política de identidade e a identidade em política, defendendo, sobretudo, que se faça um movimento de identidade em política, a fim de que se concretize o agenciamento de sujeitos cujas epistemes são



silenciadas, negadas e desvalorizadas nas relações baseadas na colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser. De acordo com o autor, é a desobediência que permite o desencadeamento epistêmico e, assim, impede o aprisionamento nos limites do eurocentrismo.

Considerações finais

As reflexões acerca dessa experiência, brevemente analisada, ajudam a entender por que o Conexões de Saberes não perdurou, tendo sido extinto no ano de 2012 e substituído pelo Programa PET Conexões de Saberes. Embora o PET Conexões tenha suas qualidades e seu valor como programa de permanência de estudantes negros e indígenas no ensino superior, com ações tanto na Universidade como na comunidade, a meu ver, está longe de alcançar o significado político e epistemológico alcançado no Conexões/UFBA, por exemplo, apesar de todas as tensões, contradições, problemas e cerceamentos existentes no território da Universidade, decorrentes da presença desses estudantes no espaço acadêmico, envolvidos nas ações propostas por formadores e coordenadores.

Dentre outros aspectos, um diferencial importante é que, no programa atual, que nacionalmente substituiu o Conexões de Saberes, não há possibilidade de incorporação de educadores militantes fora do quadro da instituição. O formato adotado, privilegiando a tutoria de um professor, dificulta ou impossibilita a emergência de certas tensões e conflitos, bem como sua discussão em assembleias para reflexões e tomadas de decisão coletivas, conforme ocorria na realização do Conexões/UFBA, por meio de suas ações de formação e atuação comunitária.

O fato de a Universidade ter um programa como esse instaura conflitos e tensões, porém, possibilita rupturas e construções epistemológicas significativas. Essas construções, resultantes dos caminhos encontrados para lidar com os impasses gerados pela experiência, incidem não somente sobre



os segmentos beneficiados, estendendo-se para outros tempos/espacos. É o que aconteceu com o Conexões, mesmo após ter sido extinto, cujos sujeitos e ações diferiam tanto, eram tão estranhos à instituição universitária, historicamente afinada com interesses não tão populares ou comunitários.

Com o passar do tempo, melhorou muito o olhar sobre as ações afirmativas quanto às cotas raciais, sendo que o Conexões ajudou nesse sentido, posto que participou desse movimento, mesmo tendo sido mantidas as barreiras. As pessoas não entendiam os significados das cotas e muitas ainda não as compreendem. A crença de que as cotas iriam baixar o nível da Universidade era grande e, embora tenha diminuído, ainda persiste.

Referências

BOLETIM ELETRÔNICO SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. **Fique de olho:** racismo institucional. Brasília, DF, ano 1, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org/doc/Boletim_pop_negra.doc>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo: giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 9-24.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 3, n. 2, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira



e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. In: SOVIK, L. (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/ebooks/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, [Niterói], n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MIGNOLO, W. D. Desobediencia epistémica (II), pensamiento independiente y libertad de-colonial. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos**, Neuquén, v. 1, n. 1, [2009?]. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/revistas/0001/mignolo.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

PORTAL BRASIL. **Censo 2010 mostra as características da população brasileira**. [Brasília, DF], 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-129.

RODRIGUES, M. (Coord.). **Coleção Conexões**. Salvador: [s.n.], 2012. Mimeo.

SAMPAIO, J. A. L. **História e presença dos povos indígenas na Bahia**. Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), 2010. Disponível em: <http://www.anai.org.br/povos_ba.asp>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SANTANA, M. de M. A proposta de cotas para negros/as na Universidade Federal de Alagoas: contemplando a raça e o gênero.



In: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de lutas**: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), 2006. p. 57-68.

WALSH, C. (De)construir la interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, N. **Interculturalidad y política**: desafíos y posibilidades. Lima: Red para el desarrollo de las ciencias sociales en el Perú, 2002. p. 115-142. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/90.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96. Disponível em: <<http://aulaintercultural.org/2010/12/14/interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural/>>. Acesso em: 18 set. 2014.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul./dic. 2008. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-9/08walsh.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 47-62.

SOBRE OS AUTORES

Edil Silva Costa

Doutora em Comunicação e Semiótica (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP). Mestre em Letras e Linguística, graduada em Letras Vernáculas (Universidade Federal da Bahia, UFBA). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Nutopia vinculado à UNEB.

Eneida Maria de Souza

Doutora em Literatura Comparada (Université Paris VII, França). Mestre em Literatura (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC - Rio). Graduada em Letras Vernáculas (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos dos Acervos de Escritores Mineiros vinculado à UFMG.

Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Doutora em Letras e Linguística, mestre em Letras e Linguística (Universidade Federal da Bahia, UFBA). Graduada em Letras Vernáculas (Universidade do Estado da Bahia, UNEB). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural Vinculado à UNEB.



Marcelino Rodrigues da Silva

Doutor em Estudos Literários, mestre em Estudos Literários, graduado em Letras Vernáculas (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos dos Acervos de Escritores Mineiros vinculado à UFMG.

Maria Anória de Jesus Oliveira

Doutora em Letras (Universidade Federal da Paraíba, UFPB). Graduada em Letras Vernáculas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP). Mestre em Educação e Contemporaneidade (Universidade do Estado da Bahia, UNEB). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Núcleo Iraci Gama vinculado à UNEB.

Maria Helena Ochi Flexor

Doutorado em História Social e graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e da Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Católica do Salvador, UCSal). Líder do grupo de pesquisa Estudos de Urbanismo em Salvador e no Brasil. Especialista em Paleografia.

Maria Nazaré Mota de Lima

Doutora em Letras e Linguística, mestre em educação, graduada em Letras Vernáculas (Universidade Federal da Bahia, UFBA). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Núcleo Iraci Gama vinculado à UNEB.



Murilo da Costa Ferreira

Doutor em Letras vernáculas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Mestre em Letras Vernáculas (Universidade Federal Fluminense, UFF). Graduado em Letras Vernáculas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UFBA). Membro do grupo de pesquisa Núcleo Iraci Gama vinculado à UNEB.

Osmar Moreira dos Santos

Doutor em Letras e Linguística, mestre em Letras e Linguística (Universidade Federal da Bahia, UFBA). Graduado em Letras Português/Inglês (Universidade Católica do Salvador, UCSAL). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural vinculado à UNEB.

Reinaldo Marques

Doutorado em Estudos Literários, mestre em Estudos Literários, graduado em Letras Português/Inglês (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos dos Acervos de Escritores Mineiros vinculado à UFMG.

Renato Pinto Venancio

Doutor em História (Universidade de Paris IV – Sorbonne). Mestre em História (Universidade de São Paulo). Graduado em História (Pontifícia Universidade Católica, RJ). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Instituições Arquivísticas e Biblioteconômicas, Estado e Sociedade vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF).



Washington Luis Lima Drummond

Doutor em arquitetura e urbanismo, Mestre em comunicação e Cultura Contemporânea, graduado em História (Universidade Federal da Bahia, UFBA). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Pós-teoria vinculado à UNEB.

Formato: 150 x 210 mm
Fonte: Minion Pro, 11
Miolo: papel Pólen Soft, 80 g/m²
Capa: papel Supremo, 250 g/m²
Impressão: novembro 2016.



www.eduneb.uneb.br

ISBN 978-85-85813-11-6



9 788585 858131 16